UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Simone Vieira de Campos

Jaú em jogo:

mudanças sociais e conservação ambiental no Parque Nacional do Jaú (AM)

Tese de Doutorado em Ciências Sociais apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação da Profa. Dra. Lúcia da Costa Ferreira.

Este exemplar corresponde à versão final da tese
Defendida e aprovada em 11 de setembro de 2006.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Lúcia da Costa Ferreira – orientadora
Prof. Dr. Daniel Joseph Hogan
Prof. Dr. Mauro Wilian Barbosa de Almeida
Prof. Dr. Henyo Trindade Barretto Filho
Prof. Dr. Roberto Guimarães.

Campinas
2006

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
CÉSAR LATTES
DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÃ

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Simone Vieira de Campos

Jaú em jogo:
mudanças sociais e conservação ambiental no Parque Nacional do Jaú (AM)

Tese de Doutorado em Ciências Sociais apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação da Profa. Dra. Lúcia da Costa Ferreira.

Este exemplar corresponde à versão final da tese defendida e aprovada em 11 de setembro de 2006.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Lúcia da Costa Ferreira – orientadora

Prof. Dr. Daniel Joseph Hogan

Prof. Dr. Mauro William Barbosa de Almeida

Prof. Dr. Henyo Trindade Barretto Filho

Prof. Dr. Roberto Guimarães

Campinas
2006

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
CÉSAR LATTES
DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÃO

UNIDADE BC
Nº CHAMADA UNICAMP C157J
EX
TOMBO BC/ 70566
PROC 16-183-06
D X
PREÇO 11,00
DATA 08/11/06
Bib ID 390920

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP

C157J

Campos, Simone Vieira de
Jaú em jogo: mudanças sociais e conservação ambiental no Parque Nacional do Jaú (AM) / Simone Vieira de Campos. - Campinas, S.P : [s.n.], 2006.

Orientador: Lúcia da Costa Ferreira.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. **Parque Nacional do Jaú (AM). 2. Conservação da natureza – Aspectos sociológicos. 3. Conflito social. 4.Mudanças sociais 5.Áreas protegidas I. Ferreira, Lúcia da Costa. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

(msh/ifch)

Título em inglês: Jaú at Stake: social changes end environmental conservation in Parque Nacional do Jaú (AM) .

Palavras-chave em inglês (keywords): Nature conservation – Sociological aspects
Conflict, Social
Change, Social
Reserves (Protected areas)

Área de concentração: Mudanças Sociais, ambiente e tecnologia

Titulação: Doutor em Ciências Sociais

Banca examinadora: Lúcia da Costa Ferreira, Daniel Joseph Hogan, Mauro Willian Barbosa Almeida, Henyo Trindade Barretto Filho, Roberto Guimarães.

Data da defesa: 11 de setembro de 2006.
Programa de pós-graduação: Ciências Sociais.

Ao meu pai, Rubens, e à minha madrinha, Mariinha,
que transcenderam este mundo enquanto eu fazia esta pesquisa.

Jaú em Jogo: Mudanças Sociais e Conservação Ambiental no Parque Nacional do Jaú (AM)

RESUMO: O estabelecimento de áreas ambientalmente restritivas figura como um dos principais instrumentos de conservação ambiental do país. Partindo do fato de que a maioria das áreas de proteção integral no Brasil é habitada, buscamos desvendar os processos de mudança social em curso nessas áreas partindo do estudo de uma área de proteção integral específica: O Parque Nacional do Jaú, na Amazônia brasileira.

O objetivo central desta pesquisa é compreender os modos de ação dos moradores deste parque frente à situação de anomia legal, de suspensão de direitos provocados pela implantação de uma área de proteção integral em seu local de moradia. Algumas das perguntas centrais que direcionaram nosso trabalho foram: de que modo os moradores são sujeitos ativos no direcionamento do rumo das transformações sociais no parque? Será que as ações dos moradores frente às restrições de uso e acesso a recursos a que foram submetidos caminham num único sentido possível? De que modo a heterogeneidade desses sujeitos em relação aos seus objetivos e em relação aos seus modos de agir influencia e/ou constitui a direção das mudanças sociais no parque?

Verificamos que os modos de ação dos moradores frente à essa situação são bastante heterogêneos. Algumas das principais estratégias de ação observadas foram: estabelecimento de acordos e parcerias institucionais (acordo de pesca) e informais (parceria com empresários de pesca esportiva), mudança nas estratégias de sobrevivência, na forma de utilização dos recursos, na relação com demais sujeitos sociais participantes dessa arena negociatória; êxodo e posterior mobilização de ex-moradores no município vizinho de Novo Airão.

PALAVRAS-CHAVE: Parque Nacional do Jaú (AM); conservação da natureza – aspectos sociológicos; conflito social; áreas protegidas.

Jaú at Stake: Social Changes and Environmental Conservation in the Jaú National Park (AM)

ABSTRACT: The establishment of restrictive environmental areas figures as one of the main instruments of environmental conservation in the country. Beginning with the fact that the majority of integrally protected areas in Brazil is inhabited, we seek to reveal the processes of social change in course in these areas, based on the study of a specific integrally protected area: the Jaú National Park, in the Brazilian Amazon.

The central objective of this research is the comprehension of the inhabitants' modes of action in the park while facing a situation of legal Anomia, of suspension of rights provoked by the implantation of an area of integral protection where they live. Some of the central questions that gave direction to our work were: in what way are the inhabitants active subjects in deciding the course of the social transformations in the park? Subjected to use and access restrictions in the park, are the inhabitants' actions leading to a unique possible solution? In relation to their objectives and to their manners of action, how does the heterogeneity of these subjects influence and/or determine the direction of the social changes in the park?

We verified that, in the face of this situation, the inhabitants' modes of action are quite heterogeneous. Some of the main strategies of action observed were: establishment of agreements and institutional partnerships (fishing agreements) and informal partnerships (partnership with sportive fishing entrepreneurs), changes in survival strategies in the form of resource utilization, in relationship with other social subjects participating in this arena of negotiation, exodus and posterior mobilization of ex-inhabitants in the neighboring town of Novo Airão.

KEYWORDS: Jaú National Park (AM); nature conservation – sociological aspects; conflicts social; change social; reserves (protected areas).

(...) O tempo, o tempo. Esse algoz às vezes suave, às vezes mais terrível, demônio absoluto conferindo qualidade a todas as coisas, é ele ainda hoje e sempre quem decide e por isso a quem me curvo cheio de medo e erguido em suspense me perguntando qual o momento, o momento preciso da transposição? Que instante, que instante terrível é esse que marca o salto? Que massa de vento, que fundo de espaço concorrem para levar ao limite? O limite que as coisas já desprovidas de vibração deixam de ser simplesmente vida na corrente do dia-a-dia para ser vida nos subterrâneos da memória.
(...) Ai daquele, dizia o pai, que tenta deter com as mãos seu movimento: será consumido por suas águas; ai daquele, aprendiz de feiticeiro, que abre a camisa para um confronto: há de sucumbir em suas chamas; que toda mudança, antes de ousar proferir o nome, não pode ser mais que insinuada (...).

Lavoura Arcaica, Raduan Nassar
Companhia das Letras, 3ª. Ed. 1989.

AGRADECIMENTOS

Ao colega de graduação perdido no tempo, Gabriel Guedes Rapassi, que, em 1994, numa conversa na cantina do IFCH, em que eu lhe falava de assuntos de pesquisa que eu gostaria de trabalhar, sugeriu que eu fosse no NEPAM.

Assim começou a minha vida de pesquisadora. Lá fui eu, e fiz minha primeira iniciação científica sob orientação do prof. Daniel Hogan e da prof ª. Lúcia da Costa Ferreira.

Depois vieram outras pesquisas, sob orientação da Lúcia. Ela é daquelas pessoas que não passam impunemente por nossas vidas. Além de orientadora rigorosa e acessível, sua inquietude constante em relação ao próprio processo criativo fazem dela orientadora instigante. Cito aqui algumas de suas inúmeras qualidades que sempre me servirão de fonte de inspiração e referência: sua maneira extremamente humana e afetiva de estar no mundo, sua capacidade de escutar: seu interesse em minhas idéias – muitas vezes descabidas, seus votos de confiança em minha capacidade, seu estímulo e apoio constante, sua habilidade em coordenar nossa equipe de pesquisa com flexibilidade, estando sempre aberta às idéias do grupo, e por fim, seu *terrível* senso de humor. Trabalhar com Lúcia foi um privilégio. Acredito que poucos têm oportunidade de passar por experiências de orientação tão positivas.

Agradeço à banca de qualificação, composta por Omar Ribeiro Tomaz e Carlos Alfredo Joly, que muito contribuíram para este texto final;

Tenho muito a agradecer também à meus colegas de pesquisa, que fizeram das viagens de campo um verdadeiro laboratório de alteridade. Danieli Félix, Juarez Pezzuti, Camilo Caropreso, Kellen Junqueira, Fernando Passos, e especialmente, à Eliana Junqueira Creado e à Ana Beatriz Vianna Mendes:

Eliana, sempre tão verdadeira, tão generosa, que tantas e tantas vezes me socorreu com informações, datas, dados e sobretudo apoio nas oras difíceis que a vida me trouxe no decorrer desta pesquisa.

Bia, que foi minha colega de viagem durante uma das etapas de trabalho de campo, em que ficamos por um tempo na comunidade de Tapiira, nunca me esquecerei dessa

nossa travessia, que tantas contribuições trouxeram para meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Aos inúmeros moradores dos rios Jaú e Unini que tão bem nos receberam, e que generosamente abriram suas casas e sua intimidade para nós;

À tripulação dos barcos que nos levaram em cada viagem, pelas oras intermináveis de conversas e causos madrugada adentro enquanto avançávamos sobre as águas negras, em especial à dona Graça e seu Bosco.

Ao pessoal do IBAMA e da FVA que contribuiu nesta pesquisa, com informações e favores. Do IBAMA: Marcelo Bressolin, Daniel Borges, Railey Vianna. Da FVA: Carlos Durigan, Marcos Pinheiro, Simone Iwanaga, Sérgio Borges.

Ao pessoal do NEPAM, sempre tão solícitos: Sueli, Neusa, Gilmar, Fátima, Miguel, Robson, Carlos, Jean.

À minha família, amigos, aos companheiros da doutrina da floresta, e principalmente ao paciente e amoroso companheiro Sérgio, cujo apoio foi determinante para a conclusão deste trabalho.

À FAPESP, à FAEPEX, ao NEPAM e ao programa de doutorado em ciências sociais no IFCH, que deram apoio e condições financeiras para que esta pesquisa vingasse.

Se as interações são meu objeto de estudo, são também o que me constituem.

Enfim, agradeço a todos os meus interlocutores – reais e imaginários – por terem me considerado como sujeito de suas interações e, dessa forma, terem me dado vida. Todos vocês são co-autores desta pesquisa.

SUMÁRIO

Introdução.....1
1. Discussão teórico-metodológica e procedimentos de pesquisa.....7
2. A pesquisa.....10

Capítulo 1:
Desvendando o Parque Nacional do Jaú: características ambientais e dinâmicas sociais
1. Aspectos Ambientais e sociais.....23
1.1. As construções e a disposição dos grupos sociais no lugar.....9
1.2. Origem, migração e razões do deslocamento dos moradores ...37
2. Aspectos institucionais
2.1. Regulação legal da presença humana.....43
2.2. Interações governamentais e não-governamentais.....47
2.3. A relação entre IBAMA e FVA.....55

Capítulo 2:
As formas de sociabilidade e de organização social antes e depois do parque: rompendo os limites locais
2. 1. Um pequeno resgate histórico até os dias de hoje.....63
2.2. Antes do parque: extrativismo e contrabando para a agricultura.....66
2.3. Da agricultura para a prestação de serviços.....73
2.4. Estratégias atuais de caça, pesca e extrativismo vegetal.....80
2.5. A influência de atores institucionais sobre o manejo de recursos.....85
2.6. Quando a manutenção do modo tradicional de viver não é uma escolha.....91
2.7. Comparação das características ambientais e das dinâmicas sociais em dois rios do parque: Jaú e Unini.....96
2.8. A organização política dos moradores do rio Unini.....101

Capítulo 3:
A Dimensão situacional das escolhas: entre a vida no parque e o êxodo
3.1. O sistema coercitivo oficial influenciando a decisão de partida.....109
3.2. A opção de êxodo e as múltiplas ponderações.....120
3.3. A situação fundiária e a influência dos benefícios econômicos 136

Capítulo 4:
A dimensão situacional do processo decisório: quando a decisão é participar do jogo.....143
4.1. A pesca comercial no Unini.....146
4.2. O acordo de pesca.....148
4.3. A proposta das Reserva extrativista do Unini..... 154
4.4. A institucionalização de acordos de pesca 158
4.5. O papel do IPAAM no novo cenário negociatório.....162
4.6. As propostas da nova operadora de pesca esportiva.....190

Considerações finais 195
O PARNA Jaú em Imagens.....201
Bibliografia.....216

GLOSSÁRIO DAS SIGLAS MAIS RECORRENTES

CNPT – CONSELHO NACIONAL DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS

EEJI – ESTAÇÃO ECOLÓGICA JURÉIA ITATINS

FUNASA – FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

FVA – FUNDAÇÃO VITÓRIA AMAZÔNICA

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

IBDF– INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

IPAAM – INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DO AMAZONAS

NEPAM – NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS AMBIENTAIS (ÓRGÃO DA UNICAMP)

ONG – ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL

PARNA JAÚ – PARQUE NACIONAL DO JAÚ (AM)

RDS – RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RESEX – RESERVA EXTRATIVISTA

SNUC – SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

UCS – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

UFAM – Universidade Estadual do Amazonas

INTRODUÇÃO

A questão central que vincula esta pesquisa ao debate mais amplo das ciências sociais é a compreensão dos processos de mudanças sociais. Quais são os fatores que influenciam a mudança social? Quais são as variáveis que definem o rumo dessas mudanças? De que forma ação e sistema atuam neste processo e se influenciam mutuamente?

Com vistas a caminhar alguns passos rumo às respostas a essas interrogações, sem a pretensão de esgotar suas possibilidades, esta pesquisa trata de um processo específico de mudança.

Buscamos estudar como se dá o processo de transformação social em áreas sujeitas à legislação ambiental restritiva no Brasil, partindo do estudo de uma área protegida, o Parque Nacional do Jaú (PARNA Jaú), na Amazônia brasileira, muito representativa por ser uma das maiores áreas de proteção integral de floresta tropical úmida contínua e intacta do Brasil e do Mundo, e por ser uma área protegida que abrange a totalidade da bacia de um rio extenso, o rio Jaú (www.ibama.gov.br, acesso em 01/08/2006).

O fato inicial que motivou a pesquisa no PARNA Jaú e que se repete em muitas outras áreas de proteção integral brasileiras é a presença de moradores que permanecem na região mesmo depois de ela ter se tornado alvo da política de proteção integral da biodiversidade.

A permanência desses moradores é classificada legalmente como provisória, deixando-os num estado de *realidade suspensa* e futuro indefinido.

Diante dessa situação inicial, que conferiu rumos inesperados às suas vidas, os moradores ficaram à mercê das definições institucionais e das determinações do Estado, e as incertezas que marcavam o campo de pesquisa foram aos poucos se redefinindo na ação dos sujeitos envolvidos.

O objetivo central desta pesquisa é compreender os modos de ação dos moradores frente àquela situação de anomia legal, de suspensão de direitos provocados pela

implantação de uma área de proteção integral em seu local de moradia. Algumas das perguntas centrais que direcionaram nosso trabalho foram: de que modo os moradores são sujeitos ativos no direcionamento do rumo das transformações sociais no parque? Será que as ações dos moradores do PARNA Jaú frente às restrições de uso e acesso a recursos a que foram submetidos caminham num único sentido possível? De que modo a heterogeneidade dos sujeitos, tanto entre os próprios moradores quanto em relação aos demais, influencia o rumo das mudanças?

Com essas questões como pano de fundo, procuramos levantar quais foram as mudanças sociais ocorridas na localidade, tendo como foco os moradores, examinando a arena que se formou em torno da disputa pelo uso e acesso a recursos, os principais sujeitos envolvidos e as interações entre eles.

Partimos da hipótese de que as formas de sociabilidade que organizam os grupos sociais locais são recolocadas nas novas situações vivenciadas e exercem grande influência sobre as mudanças. Consideramos também que outro fator relacionado às mudanças é o contato dos moradores com novos sujeitos sociais alheios à localidade, formando uma arena de negociação que ultrapassaria o nível local, ampliando o repertório de interação para outros níveis de ação. Esse fenômeno é mais marcante ainda se levarmos em consideração a heterogeneidade dos moradores de áreas protegidas, no que se refere a formas de uso de recursos, e expectativas em relação ao futuro (CAMPOS, 2001; FERREIRA, 2002; 2004).

Elegemos algumas situações de conflito e negociação para, a partir delas, fazer um exercício de reflexão sobre a relação entre ação e sistema, indivíduo e sociedade, tradicional e moderno, incluindo também questões relacionadas à conservação: a relação entre forma de apropriação do recurso, natureza do recurso e potencial de conservação.

Sobre a relação entre conservação, natureza do recurso e forma de apropriação, buscamos dialogar com parte da literatura atual existente sobre o tema (OSTROM, 1990; MCKEAN & OSTROM, 2001) e com o conhecimento que obtivemos a partir da pesquisa de campo.

Há também uma vasta literatura sobre temas relacionados à presença humana em áreas protegidas (ALLEGRETTI,1994; ALMEIDA *et al.* ,1994; ALVES,1991; AMEND & AMEND, 1992; BARRETO,1993,2001; BENATTI,1997; BRITO,1995; CAPOBIANCO,1996; DIXON & SHERMAN,1990; FERREIRA *et al.* , 2001; FERREIRA, 1997; 2001; 2002; 2004; MENDONÇA, 1992; MOREIRA & RAMOS *et al.,* 1996; QUEIROZ, 2000; SANCHES,1997; entre outros). Há os que postulam a impossibilidade de compatibilização da presença humana nessas áreas com a conservação de recursos. Esse grupo, denominado preservacionista, representa o pensamento institucional corrente e é composto em grande parte por agentes do IBAMA responsáveis por essas áreas e pela maioria dos que formulam as leis ambientais no país.

Em oposição aos preservacionistas, há um grupo favorável à presença humana em áreas protegidas. Os teóricos favoráveis à presença humana em Unidades de conservação baseiam – se principalmente no argumento de que populações que habitam áreas florestadas, ou *povos da floresta,* que utilizamos aqui como sinônimo de detentores de culturas rústicas, não impactam o meio ambiente por viverem de maneira mais natural, utilizando-se de tecnologias rudimentares e pouco consumistas (ANDERSON & IORIS, 2001; CORDELL, 2001; DIEGUES, 2001; HARTMANN 2001).

Um bom exemplo da postura preservacionista por parte do *status quo* ambiental brasileiro é a carta de princípios da rede pró-unidades de conservação – rede PROUC, formada em grande parte por profissionais da área da biologia e de técnicos do IBAMA. Em junho de 2004 essa rede promoveu o IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. A carta de princípios dos signatários dessa rede postula, dentre outras coisas, que não é possível compatibilizar a preservação de áreas destinadas à conservação com a presença humana e que, portanto, as unidades de conservação devem ser esvaziadas, mesmo com custos sociais decorrentes do cumprimento das regras de conservação, que devem ser tratadas de forma apartada, sem o comprometimento de seus objetivos. Citamos um trecho dessa carta de princípios:

> (...) *as atividades antrópicas no interior de unidades de conservação devem limitar-se àquelas indispensáveis ao manejo e à gestão das unidades, sempre de acordo*

> *com os seus objetivos conceituais e baseadas em critérios técnico-científicos, sem provocar alterações sensíveis nos ecossistemas protegidos; as Unidades de Conservação de Proteção Integral se destinam à perenização de seus atributos naturais e não à preservação da cultura de populações tradicionais, aspecto este reconhecidamente importante para o qual deverão ser adotadas outras distintas formas de proteção, mesmo porque as escalas de tempo referentes aos dois casos diferem em ordens de grandeza; as comunidades humanas residentes no interior das Unidades de Conservação de Proteção Integral devem ser deslocadas da forma mais adequada e socialmente justa possível; na eventualidade de ser impossível o deslocamento das populações humanas, devem ser adotadas medidas adequadas ao caso específico, garantindo a preservação do patrimônio natural envolvido e respeitando a condição de proteção integral da unidade; a participação e a cooperação das comunidades locais e dos demais cidadãos na defesa das unidades de proteção integral são desejáveis e necessárias, mas tais ações não podem ser confundidas com os processos decisórios em relação à seleção das áreas, sua implantação e gestão, que devem se pautar por critérios técnicos e científicos* (www.Redeprouc.org.br, acesso em 25/06/2004; grifos da autora).

Embora isso possa ser verdade, segundo pesquisas anteriores (CAMPOS, 2001; FERREIRA, 1999; 2002; 2004), há indícios de que o modo de vida rústico e pouco consumista de moradores de áreas protegidas, entre eles ribeirinhos, no caso dos moradores do PARNA Jaú, pode não estar baseado num apego aos modos tradicionais de viver e numa rejeição à mudança, mas na falta de oportunidade, na falta de condições de acesso ao consumo de bens industrializados, à escolaridade, enfim, na sua exclusão social.

Parece que os autores favoráveis à presença humana em unidades de conservação baseados no discurso da tradicionalidade e da essencialização do modo de vida ribeirinho acabam, mesmo com a melhor das intenções, incentivando a manutenção da situação de exclusão social desses moradores, associando a manutenção da presença humana em áreas protegidas a um modo de vida rústico e não impactante e condicionando a permanência desses grupos à manutenção do modo de vida da localidade tido como sustentável (FERREIRA, 1999; 2004).

Entendemos que a conservação de recursos naturais em níveis condizentes com os objetivos de uma unidade de conservação integral é resultado de um processo negociatório envolvendo moradores e demais sujeitos envolvidos na arena de disputas por uso e acesso a recursos naturais em áreas destinadas a este fim.

Pretendemos contribuir para este debate a partir da realidade observada no PARNA Jaú, verificando de que maneira a arena negociatória formada influencia o processo de negociação local dos moradores em torno de seus direitos, em torno das estratégias de subsistência e os modos de utilização de recursos adotados.

Como veremos em maiores detalhes adiante, no item *a pesquisa*, esta pesquisa vincula-se a um projeto maior, integrando vários pesquisadores, entitulado *Dimensões Humanas da Biodiversidade: conflitos em torno de áreas protegidas no Brasil,* coordenado por Lúcia da Costa Ferreira (Processo FAPESP Número: 01/07992 -1; e do CNPq, processo número 403058/2003 – 1).

Embora toda a equipe esteja interessada em verificar os processos de mudança social em curso no PARNA, cada um buscou fazer isso a partir de um foco principal e um ângulo específico de olhar para esta realidade.

Nosso objetivo geral é compreender o processo de mudanças sociais em curso no Parque Nacional do Jaú tendo como foco principal os moradores, a partir de suas interações com os demais sujeitos que atuam ou influenciam o processo decisório sobre esta área protegida.

Os objetivos específicos foram levantar informações sobre:

1) As histórias de vida dos moradores: de onde vieram, há quanto tempo estão ali, de que forma viviam antes da área virar parque, de que forma vivem agora;

2) A relação entre os moradores do parque e os demais atores sociais envolvidos nas disputas em torno do uso e conservação de recursos naturais da área, principalmente: o IBAMA, a FVA, os hotéis de pesca esportiva estabelecidos próximos à região, o IPAAM órgão responsável pela regulamentação pesqueira da região, e os poderes municipais de Novo Airão e Barcelos, os dois municípios que englobam o parque;

3) As estratégias de sobrevivência costumeiras dos moradores e as suas possíveis alterações frente às proibições, como por exemplo atividades praticadas, técnicas utilizadas, intensidade da prática, seu papel no conjunto das atividades de manutenção familiar, práticas clandestinas, além de mudanças no local de moradia;

4) As arenas de ação formadas e as posições dos sujeitos sociais participantes do processo decisório;

5) Os conflitos, os atores envolvidos e as estratégias de negociação dos moradores em torno das restrições legais nessas áreas.

A proposta inicial desta pesquisa contemplava a reflexão sobre o impacto de legislações restritivas decorrentes da institucionalização de áreas de proteção integral em áreas habitadas, a partir da comparação entre duas áreas de proteção integral: a Estação Ecológica Juréia Itatins, no Vale do Ribeira, e o Parque Nacional do Jaú, na Amazônia.

A idéia da comparação buscava a influência da disponibilidade de recursos e das diferenças sociais, na origem política e na direção da mudança social em áreas da Amazônia e da Mata Atlântica. A literatura aponta que populações ribeirinhas na Amazônia são em geral mais homogêneas e mantenedoras de formas de uso de recursos de baixo impacto, em contraste com a população caiçara, verificada no interior da EEJI, com menos disponibilidade de recursos naturais e origem migrante de grande parte da população residente.

Embora este objetivo tenha sido inicialmente estimulante e pertinente, no decorrer do trabalho de campo no PARNA Jaú, optamos por abandonar a propostas de um trabalho comparativo e diagnosticar apenas a realidade do PARNA Jaú, uma vez que sua grande extensão e multiplicidade do PARNA Jaú, além da heterogeneidade dos moradores poderia dar margem a trabalhos comparativos entre as diferentes comunidades situadas ao longo dos dois principais rios habitados dentro do parque: o rio Jaú e o rio Unini, já que as comunidades situadas ao longo desses dois rios apresentam diferenças expressivas referentes ao rumo conferido às negociações em torno da permanência e negociação de conflitos em torno do uso de recursos nessas duas áreas. Além disso, o rio Jaú fica no *coração* do parque enquanto que o rio Unini fica em uma de suas áreas limítrofes, ao norte.

Assim, optamos por restringir nosso objetivo à compreensão do processo de mudanças sociais na área do PARNA Jaú, pois isso nos permitiria compreender com maior profundidade quais são as variáveis que determinam o rumo das mudanças

sociais no lugar, bem como diagnosticar qual a orientação que este rumo segue, tendo como parâmetros as posições dos principais atores sociais envolvidos na disputa em torno do uso de recursos naturais locais, bem como as estratégias de negociação entre eles, além de sua dinâmica de sobrevivência face às restrições impostas pela transformação da área em Parque.

1. Discussão teórico- metodológica e procedimentos de pesquisa

Estruturamos a pesquisa tendo como eixo a perspectiva da análise situacional de Gluckman (1989) e a noção de drama social de Vitor Turner (1980).

De acordo com a perspectiva da análise situacional, as situações sociais são os os eventos diretamente observados que constituem rica matéria prima para a pesquisa porque, a partir de algumas situações sociais observadas e de suas inter-relações, podemos abstrair a estrutura social, as relações sociais, as instituições, a relação entre a conjuntura e sistema, entre ação e estrutura.

Além das situações de ação que observamos diretamente, também elegemos como material para nossa análise a descrição de algumas situações de ação observadas por alguns sujeitos da pesquisa, muitas vezes gravando seus relatos. Optamos por não designar estes sujeitos como informantes[1], uma vez que o foco de nossa pesquisa está nas interações entre os sujeitos e não nos sujeitos propriamente ditos. Este recurso do relato de terceiros através de entrevistas também se mostrou interessante por conferir à descrição o olhar do narrador, as suas impressões sobre a situação descrita por ele vivenciada. Assim, um conjunto de entrevistas feitas separadamente com cada sujeito que tenha participado de uma mesma situação de ação nos fornece uma caracterização mais densa desses sujeitos, de suas posições na situação e da ação propriamente dita.

[1] Essa opção metodológica foi fruto de um processo de discussão das experiências dos membros da equipe de pesquisa, que também adotaram este mesmo viés.

Um aspecto que é interessante observar em relação à essa estratégia de pesquisa, a partir de relatos de vários sujeitos é que não temos a pretensão de apreender a verdade - na sua concepção positivista, absoluta e imparcial, mas buscamos compreender as versões de verdade e realidade que nos são apresentadas pelos sujeitos da pesquisa, por vezes incluindo o uso político-identitário dos discursos desses sujeitos, ao falar de suas próprias histórias de vida e da interação com os demais sujeitos.

Utilizamos aqui o termo *discurso* para designar a necessidade de contextualização da fala dos sujeitos entrevistados lembrando que a versão de um fato ou situação apresentada pelo sujeito sempre é uma escolha dentre outras, de acordo com o posicionamento do sujeito e a imagem da realidade que ele pretende passar (TURNER, 1980).

É dessa maneira que pretendemos utilizar os discursos, muitas vezes contraditórios dos sujeitos de pesquisa. Por outro lado não pretendemos empreender uma análise do discurso; esses serão utilizados como instrumentos para nossa análise dos processos sociais em curso.

Quanto à noção de drama social em Victor Turner (1980), convém ressaltar que sua importância para nosso olhar sobre a pesquisa diz respeito às questões relativas à conservação ambiental, nas disputas em torno do uso e aceso a recursos naturais e direitos sociais no PARNA Jaú. Vale ressaltar que o drama central que nos interessa é o social, sendo o ambiente a matéria e o contexto sobre o qual este drama social se desdobra, tendo como atores centrais os moradores.

Além disso, a contribuição de Turner (1980) seria somar a este olhar dos relatos da memória social sobre o *acontecido*, os relatos sobre o *acontecendo*[2], inclusive o acompanhamento do acontecimento no momento da ação, onde estão explícitos os *dramas* sociais, quando é possível, a partir de um mesmo evento observado, obter por entrevistas a versão de cada morador sobre o mesmo evento.

[2] Termo utilizado pelo prof. Carlos Rodriges Brandão em banca de qualificação, em fevereiro de 2006.

A impossibilidade de entrevistar todos os moradores das comunidades trabalhadas nos levou a selecionar alguns deles, na verdade, a grande maioria, no entanto, *não* nos restringimos a este recurso; trabalhamos também com sobreposição de fontes, uma vez que, embora o recurso do estabelecimento de atores principais forneça uma visão confiável do sujeito, podemos perder de vista o *drama social* no qual ele está inserido. Assim, na medida do possível, buscamos constituir como sujeito de nossa pesquisa não o morador ou os *informantes eleitos*, mas as interações entre eles, o jogo complexo das discussões e negociações entre os moradores, o drama social.

Um fator muito positivo que nos auxiliou na compreensão do *drama* social foi a sobreposição das pesquisas de nossa equipe. Dados gerados em diferentes momentos, ou colhidos por diferentes pesquisadores da equipe, às vezes sobre o mesmo tema, apresentam diferenças. Acreditamos que essas diferenças devam-se aos distintos contextos das entrevistas, às pessoas presentes no local da entrevista, às diferentes inserções e interações dos membros da equipe com os sujeitos de pesquisa.

O enriquecimento das pesquisas individuais devido ao trabalho de equipe se deve ao fato de que embora tenham sido realizadas viagens de pesquisa coletivas, em muitas ocasiões durante estas viagens os membros agiam separadamente, e ainda, houve também viagens ou momentos em que cada pesquisador agiu sozinho, colocando posteriormente o dado que gerou à disposição da equipe.

Além da noção de drama social, um outro aspecto trazido por Turner (1980) que pareceu bastante conveniente considerar em relação ao modo que olhamos para o nosso objeto é que a ênfase excessiva em uma questão ou um aspecto social pode falsear a imagem da realidade, conferindo pesos exagerados a determinadas esferas da vida social. Por exemplo, no caso em questão, se perseguirmos o processo negociatório dos moradores e o envolvimento dos mesmos no processo de transformação social local, apenas através das reuniões comunitárias e da mobilização política dos moradores, podemos gerar uma impressão equivocada de que as reuniões foram o único espaço do fazer político, e que têm papel central.

Assim, procuramos abordar os processos de negociação e transformação social dos indivíduos partindo de um conceito ampliado de política, ancorado no cotidiano desses atores e não apenas no acompanhamento das arenas explicitamente negociatórias, como as reuniões de moradores e entre moradores e outros sujeitos sociais envolvidos na arena política em torno do PARNA Jaú.

Ancoramo-nos também na perspectiva de FERREIRA (1996; 2004). Segundo ela, a ocupação do território brasileiro destinou áreas de alta biodiversidade a múltiplos usos, tornando florestas e ecossistemas associados uma reivindicação política para alguns grupos sociais atingidos diretamente pela implantação de áreas protegidas de caráter restritivo. A mesma autora observa que, ao serem implementadas políticas de conservação com o estabelecimento de unidades de conservação, este processo foi altamente politizado, envolvendo na maioria das vezes sujeitos sociais que não tinham experiência mobilizatória prévia, sugerindo que a participação política foi vivenciada como um desdobramento das estratégias quotidianas de negociação e da linguagem de resolução de conflitos previamente existentes para estes sujeitos sociais. Nessa perspectiva, os conflitos são considerados uma linguagem negociatória, partes integrantes de um sistema, e não um indício de deficiência ou problema nos mecanismos de seu funcionamento.

2. A PESQUISA

Além de consultas bibliográficas e documentais, esta pesquisa baseou-se em trabalho de campo. Realizamos ao todo quatro viagens de pesquisa ao PARNA Jaú e ao municípios de Novo Airão, cidade mais próxima do Parque, e Manaus, onde estão sediados o IBAMA, a FVA e o IPAAM, além de outros sujeitos envolvidos na questão da disputa por uso e acesso a recursos naturais no parque.

Esta tese foi fruto de um projeto de pesquisa financiado pela FAPESP, inicialmente sob o título: *Mudanças Sociais e Conservação Ambiental em Áreas Protegidas* (processo número 01/14057-7), iniciada em março de 2002 e, como já foi mencionado,

está inserida num projeto de pesquisa maior entitulado *Dimensões Humanas da Biodiversidade: conflitos em torno de áreas protegidas no Brasil,* coordenado por Lúcia da Costa Ferreira com o financiamento da FAPESP (processo número 01/07992-1) e do CNPq (processo Número 403058/2003-1).

Os trabalhos de campo foram em sua maior parte realizados em equipe. Descreveremos abaixo essas etapas de trabalho de campo e os membros da equipe participantes de cada uma delas.

Durante essas viagens, lançamos mão da observação direta, entrevistas semi-estruturadas, gravadas ou não, anotações em diário de campo, de situações de ação previstas ou selecionadas ao acaso, quando tínhamos sorte de deparar com elas durante nossa pesquisa de campo.

Descreveremos sucintamente as quatro etapas de trabalho empírico que esta pesquisa envolveu. A primeira viagem de campo foi realizada em 2002, no rio Jaú, a segunda viagem, em 2003, no rio Unini, a terceira viagem, em 2004, no rio Unini e a quarta, abrangeu o rio Unini e o Jaú, em 2005.

Os itinerários, datas, roteiros e metodologia do trabalho de campo foram fruto de um planejamento coletivo da equipe do projeto maior ao qual esta tese se integra, sob coordenação de Lúcia da Costa Ferreira.

Durante a primeira e segunda viagem de campo, percorremos respectivamente grande parte das comunidades situadas no rio Jaú e rio Unini, realizando visitas aos residentes, utilizando abordagem aleatória, buscando também lideranças apontadas por outros pesquisadores.

Já a terceira viagem de campo, realizada em 2004, teve uma dinâmica diferente das duas anteriores, que contaram com toda a equipe de pesquisa e utilizava a embarcação como dormitório. Na terceira etapa de pesquisa, viajamos somente eu e uma colega de pesquisa, Ana Beatriz Vianna Mendes[3], fretamos uma pequena embarcação apenas para nos levar ao local pretendido e ficamos instaladas na casa

[3] Beatriz é colega de doutorado, da mesma equipe coordenada por Lúcia da Costa Ferreira, e sua tese em andamento propõe um estudo comparativo entre três áreas protegidas contíguas, no corredor da Amazônia central: o PARNA Jaú, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá e Amanã. O trabalho tem término previsto para 2008.

de moradores da comunidade. Permanecemos em campo por 48 dias, estabelecidas em uma única comunidade, em Tapiira, no rio Unini, e também acompanhamos os moradores locais a reuniões no IBAMA e IPAAM em Manaus. Obtivemos assim condições de observar a interação entre os sujeitos de pesquisa em seu quotidiano.

Elegemos a comunidade de Tapiira para permanência prolongada de campo em detrimento das outras comunidades pelo fato de ela ser uma comunidade central no Unini, sede da Associação dos moradores - AMORU, e portanto local privilegiado para observação da ação, cenário de intensas relações sociais, o que possibilitou inclusive o acompanhamento inesperado de expressivas situações de ação em torno de dois eventos: a mobilização em torno do processo de elaboração de um acordo de pesca e em torno de uma proposta de reserva extrativista na margem esquerda do rio Unini, área de entorno do parque.

A primeira viagem de campo foi realizada entre os dias 07 e 21 de agosto de 2002. Percorremos as comunidades do rio Jaú: Seringalzinho, Cachoeirinha, Patauá, Capoeira Grande, Lázaro, Tambor; percorremos também trecho de um importante afluente do alto Jaú: rio Paunini, e depois a localidade de Airão Velho, onde se encontram ruínas dessa extinta cidade, também chamada de Santo Elias do Jaú, que floresceu durante a época do auge da seringa.

Participaram dessa primeira expedição ao Jaú a seguinte equipe: a autora, Eliana Santos Junqueira Creado[4], Juarez Pezzuti[5], e Daniely Félix[6] estes dois últimos já com experiência de pesquisa na área do parque, e Lúcia da Costa Ferreira, orientadora de Eliana e da autora e coordenadora do projeto *Dimensões Humanas da Biodiversidade.*

Nesta viagem, buscamos estabelecer um primeiro contato com os moradores, que visitamos um a um em suas residências. Em meio a apresentações e cafezinhos,

[4] Também doutoranda da mesma turma em ciências sociais no IFCH-UNICAMP, com tese entitulada: "Entre Lugares e Não-lugares: Restrições ambientais e supermodernidade no Parque Nacional do Jaú (AM), defendida em 25/08/2006.
[5] Então (2002) doutorando do instituto de biologia da Unicamp, com tese defendida 09/2003, entitulada: Ecologia e etnoecologia de Quelônios no Parque Nacional do Jaú, então pesquisador de FVA.
[6] Então (2002) aluna de biologia da UFAM, pesquisadora da FVA.

esta primeira visita muitas vezes incluiu um passeio nos arredores da moradia, uma olhada no *terreiro*[7], na roça, na horta, nas frutíferas, enfim, uma visita a todo o espaço humanizado de cada família e da comunidade. Neste contato inicial, nosso objetivo era apresentarmo -nos, e investigar suas histórias de vida: de onde vieram, como vivem, como passaram pela experiência do seu "lugar" ter se tornado um Parque, suas opiniões e experiências com o IBAMA e a Fundação Vitória Amazônica (FVA).

Além das comunidades no parque, a viagem incluiu também visita à sede do IBAMA em Manaus, onde foi realizada entrevista semi-estruturada e não-gravada com a chefe do PARNA Jaú em 2002, Raileí Viana. Conversamos sobretudo sobre a sua posição a cerca de conservação, sobre a situação dos moradores, a sua experiência como chefe de Parque, e os principais problemas enfrentados no exercício de sua função.

Ainda em Manaus, também entrevistamos, com os mesmos procedimentos, Carlos César Durigan, secretário executivo da FVA. O objetivo era levantar as atividades que a entidade vem realizando no PARNA Jaú, sobre pesquisas por eles realizadas na área e sobre material bibliográfico e documental para esta pesquisa, além de indicações de sujeitos. Nesta primeira etapa de campo também foram visitados o 1º Batalhão, o IBGE e a UFAM, em busca de material cartográfico, bibliográfico e documental sobre o PARNA Jaú.

Após esta etapa de pesquisa em Manaus, prosseguimos a viagem de campo ao rio Jaú, via rio Negro, que durou aproximadamente vinte horas de barco para atingir a boca do rio Jaú, local onde há uma base flutuante do IBAMA, onde, de fato, começa o PARNA Jaú. A partir de lá, subimos e descemos o rio em dez dias, apenas parando o barco à noite, para dormir, e a cada nova residência ribeirinha que surgia. Foram abordadas cerca de 70% das moradias habitadas, por volta de 50 moradores, ao longo do baixo e médio rio Jaú, pois no alto do rio não há moradores. Apenas foram descartados os moradores que não estavam presentes no momento de nossa visita e algumas outras residências que sabíamos de antemão que estavam vazias, por

[7] Espaço aberto imediatamente contíguo à residência.

abandono ou viagem dos moradores. Além da visita aos moradores do Jaú, esta viagem incluiu também uma pausa nas ruínas de Airão ou Santo Elias do Jaú, cidade fundada por missões carmelitas portuguesas no século XVII (LEONARDI, 1999) e que já foi o grande centro da economia local no auge da economia da borracha, principalmente nas últimas duas décadas do século XIX e primeira década do século XX (DEAN, 1990; WEINSTEIN,1993). Notamos que, apesar de ter características ambientais muito semelhantes às do parque, e ficar fora dos seus limites, nas margens do rio Negro, não havia em 2002 nenhuma comunidade nessa área, exceto uma residência. Retornamos ao local em 2005, e verificamos que o local continuava pouco habitado. Agora havia duas residências, e quatro moradores, que trabalhavam mantendo desmatadas as áreas das ruínas da cidade, sendo pagos por uma parenta viva de um patrão de seringa que habitava Velho Airão ou Santo Elias do Jaú[8], e que residia atualmente no município de Novo Airão.

Também realizamos uma visita à prefeitura do município de Novo Airão, a cidade mais próxima do PARNA Jaú, que consiste no mercado para onde é escoada a maioria da farinha de mandioca e os produtos extrativistas produzidos e retirados do parque. O município abarca ainda, em 2005, grande parte dos ex-moradores saídos do PARNA Jaú[9].

A segunda viagem de campo também foi realizada em equipe. Foi realizada entre os dias 5 e 26 de fevereiro de 2003. Esta viagem contou com a seguinte equipe: a autora, Lúcia da Costa Ferreira, Daniely Félix, Ana Beatriz Vianna Mendes e Camilo Caropreso; estes dois últimos recém-ingressantes na nossa equipe de pesquisa no Jaú. Beatriz era então mestranda em antropologia da universidade de Santa Catarina, co-orientada por Lúcia, e Camilo era aluno de Graduação em ciências sociais na Unicamp.

[8] Para mais informações sobre a interessante história da cidade de santo Elias do Jaú ou Airão Velho, ver: LEONARDI, V. P. B. (1999). Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira.
[9] Para mais informações sobre dos ex-moradores do parque em Novo Airão ver: CREADO, E. S. J. "Congruências e divergências entre normas: contexto local e jurídico envolvendo um grupo de ex-moradores do Parna-Jaú (AM)". Trabalho apresentado no GT 12, na VI RAM, realizada entre 16-18 de nov. de 2005, em Montevidéu, Uruguai.

Nesta segunda viagem percorremos o rio Unini, área limítrofe ao norte do parque. Ao contrário do rio Jaú, onde observamos uma certa dispersão entre as residências, no rio Unini as residências estão adensadas em oito comunidades, em média com trinta residências cada, e algumas poucas habitações isoladas.

Visitamos cerca de 30 residências, cerca de 70% das moradias habitadas que encontramos nas seguintes comunidades: Lago das Pedras, Cachoeirinha; Democracia; Tapiira; Manapana e Floresta. Também nestas comunidades nos apresentamos, falamos sobre os objetivos de nossa pesquisa, visitamos as moradias e os arredores da habitação, as áreas de roça, as casas de farinha, além de coletar as histórias de vida dos moradores.

A terceira viagem de campo, contou apenas com dois membros da equipe, Simone Vieira de Campos e Ana Beatriz Viana Mendes. Foi realizada num batelão rústico[10], que fretamos para nos levar até a comunidade de Tapiira, tendo sido concluído este percurso em dois dias e uma noite, a partir do município de Novo Airão[11].

Quando chegamos à comunidade de Tapiira procuramos o representante da comunidade e explicamos os objetivos da pesquisa, buscamos apoio e autorização para permanecer por lá por algumas semanas. Foi marcada uma reunião de apresentação com toda a comunidade, no primeiro domingo subseqüente à nossa chegada.

Explicitamos nossos objetivos de compreender a dinâmica social local buscando a sua perspectiva sobre a vida numa área de proteção integral, incluindo as estratégias comuns de utilização de recursos, as dificuldades, os modos de organização, como se dava a relação e as negociações entre as comunidades, e dentro da própria comunidade Tapiira, verificando os conflitos que enfrentavam e o rumo tomado no jogo de disputas na área. É interessante notar que em nosso contato com a comunidade, nos chamou a atenção a familiaridade dos moradores com a situação de pesquisa, pois nos perguntaram, muito à vontade, coisas sobre os objetivos, os

[10] Batelão é o termo local para designar barcos simples, feitos em madeira e motorizados.
[11] É interessante observar que o tempo de viagem depende da potência da embarcação utilizada e se a viagem é contínua ou se tem pausa noturna. A distância absoluta, do município de Manaus até o início do parque em linha reta é duzentos e vinte quilômetros (220km).

vínculos institucionais, nossa formação acadêmica , sobre quem financiava nossa pesquisa e sobre nossa relação com o IBAMA[12].

Depois de alguns dias de permanência em Tapiira, soubemos, através do serviço de radiofonia da notícia que haveria uma segunda reunião sobre o processo de negociação do acordo de pesca em curso no rio, iniciado um mês antes, através de uma reunião com todos os usuários do rio em Manaus. Tivemos então a oportunidade de acompanhar de perto grande parte deste processo de organização política dos moradores, possibilitando a riqueza da observação direta da situação no momento em que elas ocorriam ao invés de recorrer a fontes documentais sobre este processo.

As viagens que fizemos com os moradores das comunidades até os locais das reuniões sobre o acordo de pesca em Manaus foram de especial valia para a pesquisa, uma vez que, durante o trajeto de alguns dias de ida e volta, pudemos observar as negociações entre os representantes comunitários, e entender um pouco mais dessas duas dimensões sociais do rio Unini: por um lado, os fatores que faziam com que as comunidades se comportassem como uma unidade; por outro lado, suas clivagens e diferenças. Durante esta etapa, também tivemos a oportunidade de acompanhar as interações e negociações dos moradores com alguns atores externos aliados e alguns adversários da comunidade nos processos negociatórios em curso.

A quarta e última etapa de trabalho de campo foi realizada entre 20 de julho a 19 de agosto de 2005. Nesta etapa, compunha nossa equipe Simone Vieira de Campos, Eliana Santos Junqueira Creado, Ana Beatriz Viana Mendes, Camilo Caropreso, e também dois outros membros que se integraram à nossa equipe, Antônio Fernando Passos[13] e Kellen Junqueira[14]. Estes dois últimos se dedicaram à elaboração de um vídeo-documentário sobre os moradores do Parque, com base em uma pauta elaborada coletivamente por nossa equipe e que atualmente está sendo editado

[12] Acreditamos que essa familiaridade ateste o trabalho de organização social desenvolvido pela FVA com estes moradores desde 1993, e também a ocorrência de outras pesquisas na área, inclusive por membros de nossa própria equipe de pesquisa: Juarez Pezutti e Daniely Félix, e posteriormente, Ana Beatriz Viana Mendes e Eliana Santos Junqueira Creado.
[13] Professor do Instituto de Artes da UNICAMP
[14] Doutoranda em multimeios pelo Instituto de Artes da UNICAMP.

(2006). Este vídeo é parte do Projeto *Laboratório Multiusuários Terramãe* (FAPESP, processo número 00/08591-8), uma parceria entre os professores Sônia M. P. P. Bergamasso (coordenadora), Antônio Fernando Passos e Lúcia da Costa Ferreira[15].

Nesta quarta etapa percorremos o rio Unini e Jaú. No Unini, visitamos as comunidades Lago das Pedras, Terra Nova, Tapiira, Floresta, Manapana e Vista Alegre. No rio Jaú visitamos as comunidades de Cachoeirinha, Lago das Pedras, Seringalzinho e Patauá, permanecendo ao todo dez dias no Unini e dez dias no Jaú. Após esta fase, também permanecemos alguns dias em Manaus, realizando entrevistas com técnicos do IBAMA, FVA, empresários da pesca esportiva estabelecidos nas cabeceiras do rio Unini e técnicos do IPAAM, órgão estadual responsável pelo licenciamento pesqueiro na área.

A seguir, tratamos de algumas vinculações teóricas utilizadas no trabalho de pesquisa.

Cabe assinalar que quanto a vinculações, as abordagens teóricas que utilizamos foram fortemente orientadas pela pesquisa empírica, de modo a privilegiar o diálogo entre os vários autores com os dados levantados em campo, sem a pretensão de esgotar o tema ou de ser fiel a apenas um eixo metodológico[16]. Buscamos formar, a partir das necessidades que os dados de campo nos impunham, uma abordagem teórica híbrida. Os eixos de análise e a abordagem da pesquisa que elegemos incluem alguns aspectos da teoria da ação, teoria de jogos, teoria dos recursos comuns.

Ao definir como objeto de pesquisa o estudo das transformações sociais envolvendo moradores do PARNA Jaú face às restrições impostas pela institucionalização da conservação da biodiversidade na área, utilizamos como pressuposto a abordagem da ação, que postula a proeminência dos atores sociais sobre a estrutura da realidade (TOURAINE, 1989).

---

[15] Respectivamente, da faculdade de engenharia agrícola, do instituto de artes e do NEPAM.
[16] Lembrando Bourdieu (1989), em *O Poder simbólico*, rigor metodológico não pode ser confundido com rigidez.

Touraine (1989) lembra que a teoria da ação não é uma teoria explicativa, e para falar sobre isso ele ressalta a diferença entre conduta e ação. A primeira está em conformidade com as normas estabelecidas, enquanto que a segunda é criativa ou inovadora. Touraine parece preferir o termo ação em seu uso popular, que designa o ato, no qual o homem só se conforma às normas quando ele escolhe fazê-lo, sendo no resto o seu próprio senhor normativo (COHEN,1970; TOURAINE,1989).

Segundo Touraine (1989), a teoria da ação, ao encarar a conformidade às normas como um elemento indispensável, não pode explicar a mudança social e nem como as próprias normas vêm a ser estabelecidas. Há uma mútua influência entre o rumo da ação e a situação em que ela se desenrola ou que a promove, ou para usar as palavras de Cohen (1970), a situação social é o produto da ação, e a ação é governada pela situação e pelos modos culturalmente aceitos de interpretar e reagir a essa situação.

A hipótese anteriormente formulada pode ser redimensionada para compreender, por um lado, a ação dos sujeitos como racionais e intencionais e, por outro lado, o rumo das mudanças e formas de interação e negociação entre eles como atos conscientes. Portanto, o rumo das mudanças sociais no PARNA Jaú são resultado não apenas das novas situações em que foram colocados os sujeitos, mas de suas opções racionais frente a elas.

A utilização da teoria de jogos é uma tentativa de entender o que influencia ou condiciona a orientação da ação racional dos sujeitos, definindo, por exemplo, por que as regras são ou não eficazes, o que condiciona o comportamento cooperativo entre os sujeitos, através da noção de reciprocidade.

Essa teoria é de especial importância para o diálogo proposto por esta pesquisa no sentido de enfatizar a base racional e a ação intencional dos sujeitos mesmo dentro de uma lógica cooperativa, em comunidades ribeirinhas baseadas no uso de recursos comuns.

Voltando à literatura que defende os *povos da floresta* com base numa essencialização de sua relação com o ambiente, comprometendo-lhes a condição de sujeitos, utilizamos a teoria de jogos para enfatizar a racionalidade de sua ação.

Um dos modelos baseados na centralidade da ação racional dos indivíduos e as conseqüências dessa ação é a teoria da ação coletiva proposta por Elinor Ostrom (1998), que expande os modelos de escolha racional aumentando as possibilidades de compreensão em dilemas sociais e da ação coletiva. Em sua teoria da ação coletiva, são centrais as noções de reciprocidade, reputação e confiança. Uma das principais contribuições dessa teoria para pensar sobre o objeto de pesquisa em questão é a idéia de que o comportamento cooperativo dos indivíduos nas situações de ação é uma escolha racional, e leva em conta a reciprocidade entre os sujeitos, a possibilidade de coerção, as vantagens individuais e coletivas de seguir as regras do jogo. Para Ostrom (1998), há muitas variáveis envolvidas no estabelecimento e manutenção de comportamentos cooperativos por parte dos indivíduos.

Essa discussão nos interessa na medida em que a pesquisa inclui a análise de processos negociatórios entre comunidades do parque envolvendo restrição ao uso e ao acesso a recursos e estabelecimento de mecanismos de coerção e/ou controle social para que as regras estabelecidas sejam cumpridas.

Há exemplos em outras áreas protegidas que mostram que nem sempre os mecanismos de controle, regulação e coerção impostos por sujeitos alheios à comunidade são eficientes, ou conseguem impedir a transgressão das regras estabelecidas, mesmo que visem a conservação de recursos ou a salvaguarda para os moradores do lugar, exceto nos casos em que esta coerção externa seja solicitada pelos próprios moradores (ALMEIDA & FRANCO, 2000).

Uma das abordagens teóricas empregadas para analisar a regulação do uso e acesso de recursos comuns, a partir de uma ação coletiva, é a *teoria dos recursos comuns, ou common-pool resources theory* (OSTROM, 1990). De acordo com essa teoria, o sucesso de ações coletivas não pode ser medido pelo grau de consenso da comunidade que se estuda, pois não implica a existência de valores comuns entre membros de uma comunidade.

Ostrom (1990) sugere pensar sobre os fatores ambientais que influenciam as decisões dos indivíduos para agir de modo cooperativo, com uma ação coletiva para regular o uso de recursos comuns, e pensar também sobre como fatores sociais

externos exercem determinado tipo de influência sobre os indivíduos, favorecendo a ação coletiva no nível local. Ostrom (1990) destaca ainda que as regras e normas de uso comum de recursos não são fixas; elas são continuamente transformadas e recolocadas, alterando-se em função das necessidades, de modificações ambientais e sociais.

A teoria de recursos comuns mostrou-se importante para refletir sobre aqueles que associam a forma de apropriação comum de recursos como um modo tradicional de estabelecimento de regras de restrição ao uso e acesso a recursos. Essa perspectiva vincula propriedade comum de recursos com seu uso sustentável. Esta forma de propriedade estaria baseada numa lógica tradicional que nortearia a ação dos indivíduos em relação aos recursos, evitando o seu esgotamento (ANDERSON & IORIS, 2001; CORDELL, 2001; DIEGUES, 2001; HARTMANN, 2001).

Ainda de acordo com essa perspectiva, a forma comunal, por ser baseada numa lógica tradicional, se caracterizaria por regras de restrição de uso e acesso a recursos baseadas no costume. De acordo com esta visão, essas regras expressariam efetivamente a vontade coletiva, e não haveria necessidade de mecanismos coercitivos para serem cumpridas, uma vez que não seriam transgredidas por não haver diferenciação entre vontades individuais e coletivas.

O pressuposto dessa associação direta e unívoca entre forma comunal de apropriação de recursos e modos tradicionais, baseado numa ação não racional ou essencializada dos indivíduos, apresenta alguns pontos polêmicos, mas interessantes para pensar nosso caso de pesquisa. Em sociedades nas quais as regras ou a lei são baseadas no costume, expressando efetivamente a vontade coletiva, elas podem parecer mais legítimas socialmente, no entanto, ainda assim são transgredidas (MALINOWSKI, 1971).

A transgressão ou o não cumprimento de regras, normas ou leis não teria portanto relação direta com a falta de legitimidade das mesmas, mas estaria relacionada a uma tendência individual em obter o máximo de satisfação de seu interesse individual, marcando uma divergência importante entre racionalização individual e coletiva (FEENY ET ALII, 2001:18).

Sobre essa divergência, Olson (1999) retrata a dificuldade de controle das ações individuais mesmo quando estas são fruto de uma escolha racional, por exemplo num agrupamento de pessoas que tenha por finalidade a possibilidade de aumento de vantagens individuais com o mesmo esforço numa situação de grupo. Mesmo neste caso, é necessário haver mecanismos coercitivos eficientes para garantir a participação individual, do contrário, isso não ocorrerá, mesmo que o comportamento cooperativo amplie o lucro individual.

Ostrom (1990,1994) nomeia essa situação como sendo o problema do *free-rider*, um termo que designa o usuário que participará das vantagens advindas do comportamento cooperativo de um grupo sem no entanto ter cooperado. Ostrom ressalta a tendência humana à transgressão ou a não –cooperação em situações nas quais o benefício individual do trabalho e ganho coletivo estejam assegurados sem que haja um controle coercitivo que assegure o comportamento cooperativo do indivíduo.

Isso se aplica tanto em sociedades cujo comportamento individual é baseado na tradição quanto naquelas em que ele é baseado numa escolha racional.

Se as regras necessitam de coerção para serem cumpridas, independente da lógica que as determina, então as formas comunais de propriedade e apropriação de recursos não deveriam ser tidas como formas de organização social que promoveriam *naturalmente* a conservação de recursos, uma vez que o que determina a eficácia da conservação são os pactos sociais estabelecidos para isso (FERREIRA, 2004; 2006).

O texto está organizado da seguinte maneira: no primeiro capítulo tratamos das características ambientais e das dinâmicas sociais do parque, no segundo capítulo, analisamos as formas de sociabilidade e de organização social antes e depois do parque ter sido institucionalizado; no terceiro capítulo tratamos da dimensão situacional das escolhas dos moradores, entre permanecer no parque e migrar, no quarto capítulo, analisamos a terceira opção dos moradores, aqueles que optam por permanecer no parque, mas participando do processo decisório.

CAPÍTULO I

DESVENDANDO O PARQUE NACIONAL DO JAÚ: CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS E DINÂMICAS SOCIAIS

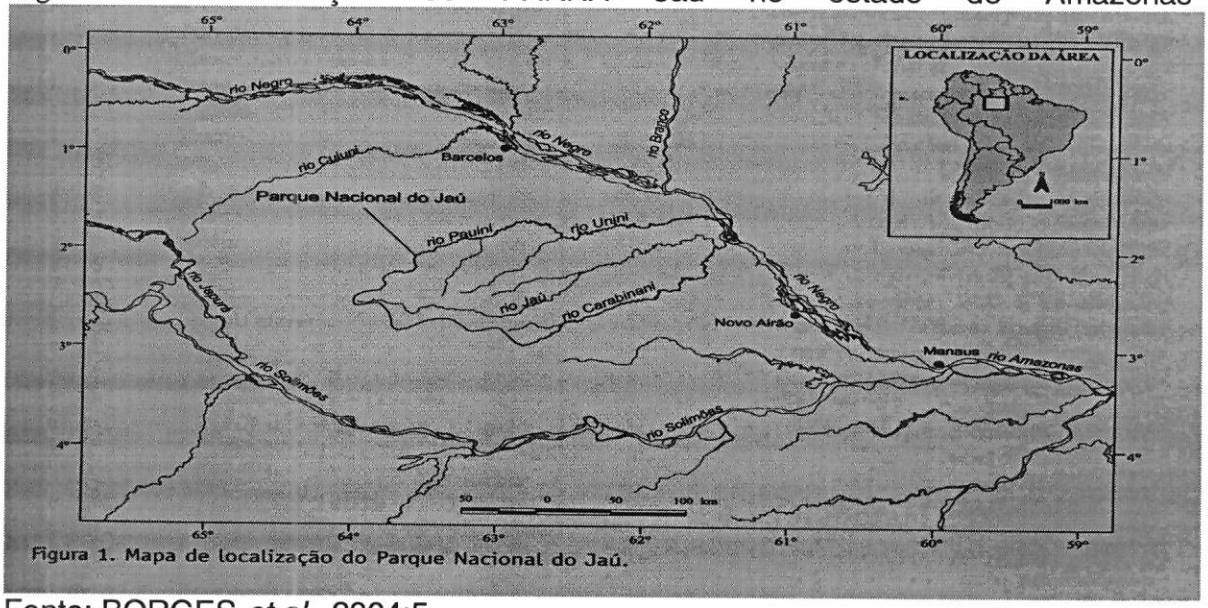
1. ASPECTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

Os dados deste item basearam-se na literatura, relatos de moradores, observação direta e comunicação oral com os outros membros de nossa equipe de pesquisa que viajaram conosco, em especial os biólogos Daniely Félix e Juarez Pezzuti, que já desenvolviam pesquisas na região há algum tempo e por essa razão possuíam vasto conhecimento sobre as características hidrológicas e ambientais do Parque.

Considerando a grande importância dos rios no modo de vida ribeirinho, julgamos relevante tecer alguns comentários sobre os rios Jaú e Unini e alguns aspectos ambientais e econômicos relacionados a eles.

Em primeiro lugar, o PARNA Jaú está situado na Amazônia central, a 220 quilômetros em linha reta a noroeste de Manaus, sendo seus rios principais, Jaú, Unini e Carabinani, afluentes da margem direita do rio Negro, conforme figura 1:

Figura 1: Localização do PARNA Jaú no estado do Amazonas



Fonte: BORGES *et al.*, 2004:5.

Na região amazônica os rios são classificados basicamente em três tipos: de água clara, escura ou preta e água branca ou barrenta. Os rios de água branca, como o Unini, Solimões, Madeira, Purus e Juruá nascem nos Andes e são, em tempo geológico, mais recentes em relação aos demais tipos de rios (REBÊLO, 1993; LEONARDI, 1999; BARRETO, 2001; PEZZUTI, 2003; PINHEIRO, 2003).

Nos rios de água branca, a calha não está ainda bem definida, e possui muita matéria orgânica, porque, desde os Andes, há muito assoreamento, o que lhe confere a sua cor, barrenta.

Já os rios de água preta, como o rio Negro e muitos de seus afluentes, como o Jaú e o Unini, são rios mais antigos e, por essa razão, possuem leitos mais definidos e arrastam menos matéria orgânica. O rio Negro nasce no escudo das Guianas (REBÊLO, 1993; LEONARDI, 1999; BARRETO, 2001; PEZZUTI, 2003; PINHEIRO, 2003).

Os rios de água preta são ácidos, enquanto os rios de água branca são básicos, e os de água clara são a mistura dos dois, tendendo a serem mais neutros. Estes últimos têm água não-barrenta, tendendo a ser transparente.

Os rios de água branca, por terem uma grande quantidade de indivíduos de cada espécie[17], tendem a ter maior resiliência[18]. Já os rios de água preta, como os que descrevemos aqui, possuem uma maior diversidade[19], mas em menor abundância. A taxa de resiliência do sistema é menor. Esta é inclusive uma das fundamentações ecológicas que justificaram a implementação integral da bacia do rio Jaú (FVA,1998). Nele ocorre uma mútua interferência entre os diversos animais que compõem a sua cadeia alimentar; havendo poucos organismos da mesma espécie (REBÊLO, 1993; LEONARDI, 1999; BARRETO, 2001; PEZZUTI, 2003; PINHEIRO, 2003).

Embora os dois principais rios do PARNA Jaú, o rio Unini e o rio Jaú, tenham características físicas e ecológicas semelhantes, é interessante notar que no rio Unini a calha do rio é muito mais extensa do que no Jaú. O Unini é o que possui maior largura e maior extensão de igapó – floresta alagada - da bacia do rio Negro, chegando a ter em alguns lugares 12 Km de inundação da calha principal do rio ao limite máximo de inundação (PINHEIRO, 2003).

Esse dado é relevante para entendermos as diferenças existentes quanto às distâncias percorridas pelos moradores do rio Unini, em relação aos moradores do rio Jaú. Os moradores do Unini percorrem distâncias maiores para suprirem suas necessidades de recursos naturais. Para mensurar as distâncias percorridas pelos moradores para a busca por recursos, Pinheiro (2003) estabeleceu em sua pesquisa quatro faixas de 2,5km cada uma, a partir das moradias, tendo verificado que os moradores do Unini declararam utilizar mais intensamente as faixas 3 e 4, ou seja, entre 5 e 10 Km da casa, enquanto os moradores do Jaú declararam obter seus recursos, em média, ao longo da primeira faixa, ou seja, em 2,5 Km ao redor das residências (PINHEIRO, 2003:40).

---

[17] Por exemplo, há um volume muito maior de peixes em quantidade, mas não em número de espécies.

[18] Capacidade de restabelecer seu equilíbrio após a interferência de algum fator que altere esse equilíbrio. Conceito originário da física: *Resiliência é a propriedade por meio da qual a energia amazenada num corpo ou sistema deformado ou alterado por um choque/agente externo a ele é devolvida quando cessa a tensão causadora da deformação. Fonte: comunicação oral do prof. Carlos Alfredo Joly, do IB/NEPAM UNICAMP, em 31/05/2005.*

[19] Maior número de espécies.

Além da diferença apontada da calha do rio como razão do maior deslocamento dos moradores para a obtenção de recursos naturais em áreas próximas as suas comunidades, há outras razões que podem estar associadas a este fato, que serão discutidas em itens posteriores, principalmente o fato do Unini estar mais degradado do que o Jaú, e, portanto, ter menos recursos disponíveis, principalmente caça e pesca; possivelmente em razão da exploração desses recursos ser mais intensa no Unini, pelo fato da população do rio Unini ser numericamente superior à do rio Jaú, ou ainda em razão de que teria ocorrido intensa prática de caça e pesca clandestina destinada à comercialização neste rio, que, embora também seja uma prática constatada no rio Jaú, é, neste último, mais coibida em razão da base fiscalizatória do IBAMA estar estabelecida próxima a sua foz, ao contrário do rio Unini que, até alguns meses atrás (2005), não contava com nenhuma base fiscalizatória.

Embora na região amazônica haja altos índices pluviométricos todo o ano, há expressivas diferenças sazonais, principalmente entre dois momentos do ano que, localmente, são denominados de época das *cheias* e da *seca.*

A época das *cheias* ocorre de dezembro a julho, o que na região caracteriza o inverno. O verão local é caracterizado como período em que menos chove do ano em relação aos outros meses (já que mesmo nesta estação chove bastante em comparação a outras regiões do país) e ocorre entre agosto e novembro, sendo o período de maior estiagem, a época da *seca.*

É interessante destacar que embora na região haja basicamente dois períodos distintos em relação ao regime hídrico, o inverno e o verão, estes períodos são aproximações, ou seja, os rios Jaú e Unini estão sempre sofrendo variação de seu volume para mais ou para menos no percurso do ano. Além disso, o regime das águas no mesmo rio apresenta diferenças expressivas em diferentes pontos do seu curso, dependendo da distância em relação à nascente e à foz, a existência de desníveis ou cachoeiras em algumas alturas do rio e em relação ao rio Negro, entre outras coisas. Assim, em alguns momentos, durante a época da seca o rio pode subir, e, na época das *cheias*, pode baixar. Assim, é freqüente por exemplo que Cachoeira acima, tanto no Jaú quanto no Unini, que são atingidos pela mesma falha tectônica em seu médio curso, devido ao deslocamento de massas de ar, chuvas

localizadas, ou outras razões, o rio esteja mais cheio do que rio abaixo, ou ao contrário: rio abaixo, a partir da Cachoeira. O mesmo acontece no rio Carabinani, cachoeira acima e cachoeira abaixo (BARRETTO FILHO, 2001; PEZZUTI, 2003; PINHEIRO, 2003).

O rio Negro, pelo seu maior volume de água, influencia o regime dos seus afluentes, Jaú, Unini e Carabinani, da sua margem direita até o trecho em que há um desnível um pouco acima da foz desses três rios, que, nas épocas mais secas do ano, formam uma pequena cachoeira, e por isso são chamadas de Cachoeira do rio Jaú, Carabinani e Unini, enquanto que cachoeira acima, a variação deve-se às chuvas nas cabeceiras ou ao longo do seu alto e médio curso.

Pode acontecer o fenômeno conhecido como repiquete: a ocorrência seqüencial e num curto espaço de tempo de duas cheias intercaladas com um esvaziamento do rio num determinado ponto de seu curso em que haja um desnível. Isso acontece quando há uma rápida subida das águas cachoeira-abaixo do rio Unini, por exemplo; e, quando esse refluxo começa a baixar, recebe novamente água da área cachoeira-acima, e começa a elevar seu nível devido a chuvas intensas na altura de sua nascente, e, novamente, a área cachoeira-abaixo começa a subir. Esta explicação do fenômeno repiquete nos foi dada pelos moradores. As variações do regime das águas influenciam expressivamente as estratégias de sobrevivência dos moradores ao longo do ano. Tudo indica que a relativa itinerância comumente associada ao modo de vida ribeirinho tem uma de suas razões no nomadismo sazonal e na estratégia de uso múltiplo de recursos (BARRETTO FILHO, 2001; PEZZUTI, 2003; PINHEIRO, 2003).

A grande variação do nível das águas dos rios faz com que os moradores de suas margens usualmente desloquem suas moradias, ou que muitos deles já possuam outra moradia em local não alagável, ou ainda transfiram-se de moradia por um período até que o rio baixe novamente. Algumas casas chegam a ficar submersas parcial ou totalmente durante alguns dias da *cheia* do rio.

Apesar da aparente rusticidade, essas construções são o resultado de importante adaptação resultante das estratégias de usos múltiplos dos moradores que incluem diferenças acentuadas das estratégias de sobrevivência no inverno e no verão.

Freqüentemente observamos que o deslocamento dos moradores entre a estação da *seca* e da *cheia* ocorre em função da necessidade dos moradores de sempre estar às margens do rio. Uma vez que não há água de altitude para que possam utilizar cotidianamente, morar permanentemente em áreas mais ao *centro,* ou seja, terras firmes distantes das margens dos rios, significaria um esforço extra das atividades quotidianas para dispor de água, que são muitas: banhar-se, lavar roupas, utensílios de cozinha, tomar banho, limpar peixe, além da própria pesca. Além disso, a comunicação entre moradores e o deslocamento entre as comunidades se dá pelos rios.

Por essas razões, os moradores sempre procuram morar o mais próximo possível do cursos d´água, Cada residência mantém uma escada na época de estio, que permite que se desça até a água, então ladeada por imensos barrancos que, na época das cheias, ficam submersas.

As diferenças no modo de vida local entre inverno e verão dizem respeito não somente à itinerância entre moradias, mas também à atividade principal de subsistência.

Embora haja muitas variações de acordo com cada família e cada região dentro do parque, em geral, nas épocas de maior pluviosidade pesca-se menos e aumentam as atividades de caça e extrativismo de cipós Timbó e Titica (REBÊLO, 1993; FVA, 2000 PEREIRA DE SÁ, 2000; PEZZUTI, 2003). Já no verão, a pesca passa a ser a atividade principal de subsistência e a extração de cipós ocorre em menor quantidade.

Essa diferença na intensidade da pesca no *inverno* e no *verão* é em grande medida atribuída não a uma escassez de peixe no *inverno,* mas à maior dificuldade de pesca nesta época do ano, pelo aumento da calha dos rios e dos igarapés e alagamento de parte da vegetação, o que promove a dispersão dos peixes na área alagada, no interior da floresta.

Por outro lado, segundo relatos de moradores, no auge da seca a pescaria costuma ser mais farta, pois os peixes ficam presos em lagos e paranãs[20]. Pela mesma razão, é mais fácil caçar nessas épocas, pois se formam algumas *ilhas* de terra firme, nas quais os animais são pegos com maior facilidade.

Freqüentemente, os moradores do PARNA Jaú utilizam vários recursos naturais como fonte de subsistência, com intensidades de uso diferenciadas, ou seja, trata-se de uma estratégia de usos múltiplos. Estes recursos em sua maioria apresentam disponibilidade diferenciada ao longo do ano. Essa estratégia também está associada à facilidade de obtenção do recurso, que pode estar disponível durante todo o ano, mas com graus diferentes de dificuldade ou abundância para a sua obtenção.

Outro fator associado à essa estratégia de uso múltiplo de recursos é a possibilidade de escoamento, bem como as possibilidades de comercialização e de algum retorno econômico (REBÊLO, 1993; FVA, 2000; PEREIRA DE SÁ, 2000; PEZZUTI, 2003). Ainda uma outra razão de estratégia de uso múltiplo citada é o deslocamento e fixação da família em novo local, até que se plante e esteja em ponto de colheita a primeira roça do novo local de moradia, outros recursos são acessados com maior intensidade para compensar a falta da roça.

Entre os recursos freqüentemente utilizados e mais citados pelos moradores que, em seu conjunto, caracterizam a estratégia de uso múltiplo, no inverno local estão: castanha, cipós, copaíba, madeira e sorva, e algumas qualidades de frutíferas. No verão local: borracha, quelônios, ovos de quelônio, outras qualidades de frutíferas. Por fim, entre os recursos que são acessados o ano todo, dependendo das facilidades de acesso, captura, escoamento e comercialização, estão: breu, aves, peixes, cipós, mamíferos e peixes ornamentais (REBÊLO, 1993; FVA, 2000; PEREIRA DE SÁ, 2000; PEZZUTI, 2003).

É interessante notar que o deslocamento interno das moradias ao longo do tempo é um fenômeno generalizado entre os moradores. Dificilmente encontramos uma

[20] Locais de certa concavidade que formam como que grandes poças d` água quando a vazante do rio retorna ao seu fluxo normal, retendo um grande número de peixes

família que esteja estabelecida no mesmo local de moradia em que os chefes de família nasceram, ou mesmo seus filhos mais velhos.

Uma das tendências mais características de migração interna no parque nas últimas décadas parece ter sido no sentido das cabeceiras e também para seus principais afluentes, desde a época em que grande parte dos moradores estava envolvida com a extração da seringa, até os dias de hoje. Segundo depoimento dos moradores sobre seu local de origem ou sobre suas últimas residências, observamos que, embora o êxodo tenha sido mais intenso nos últimos 10 anos, antes disso já havia um certo movimento de deslocamento dos moradores, sempre no sentido do alto Jaú para o médio e baixo Jaú e do interior das terras firmes para as margens. Atualmente não há nenhuma família do Parque que esteja estabelecida no *centro* - na terra firme, em meio à floresta, distante das margens dos rios.

Muitos moradores relataram ter nascido ou se criado em localidades *rio acima* em relação ao local em que se encontram hoje, ou adentrando igarapés e lagos no alto do rio. No entanto, a intensidade do deslocamento aumentou muito nos últimos anos. Quando indagados sobre as razões deste deslocamento, em primeiro lugar, justificam pelo abandono da seringa, razão pela qual, no passado, se fixavam no *centro*, próximos das estradas de seringa que exploravam.

1.1 . As construções, a disposição dos grupos sociais no lugar

Quanto às moradias, as construções típicas dos ribeirinhos são basicamente esteios e alicerces de madeira, elevados em palafita, a fim de evitar o contato com a umidade do chão, para que a madeira dure mais, embora num primeiro olhar possa parecer que isso se deva ao fato de estarem em áreas inudáveis, como ocorre por exemplo nas construções do tipo palafita nas localidades mais pobres de Manaus, na beira dos igarapés e córregos da cidade.

Um dos materiais muito utilizados pelos moradores do Jaú para construção é a Paxiúba, uma espécie de palmeira cuja palha é ideal para a feitura de telhados; outra

espécie muito utilizada é o Angelin Preto. Um telhado feito desta material costuma durar aproximadamente dois a quatro anos, dependendo do maior ou menor rigor com que foi trançado, e se foi colhida *no ponto,* ou seja, retirada no momento adequado de maturação, na lua correta, segundo nos disseram. O trabalho de refazer o telhado ou mesmo toda a casa para os moradores do Parque é considerado uma atividade relativamente rápida se comparada à idéia do que significa trocar um telhado de uma casa de alvenaria. Um telhado novo é feito pelo morador local em algumas horas, e uma nova casa, com a ajuda de toda a família, não raro em alguns dias.

As construções geralmente não possuem proteções laterais, apenas na cozinha é comum haver proteções verticais de madeira. Os pertences domésticos costumam ser reduzidos, sendo constantes as redes, roupas, panelas, potes de barro, fogareiros, e alguns outros utensílios de cozinha.

Apesar do desconforto térmico, atualmente muitas casas, principalmente no rio Unini, possuem telhado de folhas de zinco, que esquenta terrivelmente nas horas de sol alto, chegando a inviabilizar a permanência de moradores nessas casas em certos horários do dia. Os moradores dizem preferir estas telhas porque não precisam refazer os telhados a cada dois anos, como ocorre com o telhado de palha. Há também uma motivação simbólica para esta opção. Ter casa de telhado de zinco significa estar mais próximo do modo de vida urbano, é ter a casa *mais ajeitada,* é, ao que parece, um símbolo de *status.*

Embora em quase todas as moradias as pessoas durmam em redes, também foram encontradas algumas casas, como a de Sibá, na comunidade de Cachoeirinha no rio Jaú em que havia uma cama de casal; além disso, a casa é toda fechada nas laterais, de madeira, coberta com telha de zinco, curiosamente ao lado do flutuante da FVA, que também é uma casa de madeira, flutuante sobre troncos, toda fechada. Ao que parece, sua casa foi inspirada na base da FVA e no modo de habitação dos pesquisadores da FVA que por vezes permanecem por lá em temporadas de pesquisa. Além disso, na escala social local, ele está no topo da pirâmide.

Quanto ao assoalho, quando a casa é elevada do solo, tipo palafita, o assoalho é de pequenos feixes de madeira com aproximadamente 10 cm de diâmetro, dispostos inteiros, um ao lado do outro, amarrados nas extremidades. Quando a casa não é elevada do chão, o assoalho é a própria terra batida, compactada.

Sugerimos que a rusticidade das construções, e o fato de possuírem poucos pertences domésticos esteja associado aos hábitos itinerantes dos moradores, caracterizando um certo nomadismo. É costume no Jaú, ao se refazer uma morada, mudá-la de lugar, uma vez que o seu material é facilmente encontrado na mata. Não importa se ocorrerá deslocamento da construção, já que a mudança se resume a redes e alguns poucos pertences que geralmente cabem numa canoa, segundo os relatos dos moradores sobre essas mudanças.

Quanto aos hábitos sanitários, usualmente banham-se no rio ou em algum igarapé. A centralidade do rio na alimentação local é outro fator que torna cômodo a localização da residência próxima do curso d`água. O curso d`água é usado como sanitário, lugar para lavar louças, panelas, roupas. Em pouquíssimos casos[21] havia sanitários, que consistem em uma cova com algumas madeiras em cima, com um buraco no meio e cercado por madeiras.

É nesses mesmos pontos do rio ou igarapé, próximos às residências, que coletam água para consumo segundo nos disseram, pelo fato de a água ser mais fria e mais limpa em relação à de coloração negra da calha do rio principal. A água é armazenada em moringas de barro produzidas por eles mesmos ou em baldes de plástico.

Interessante notar que, pelo grande volume de água do rio, a matéria orgânica despendida por essas comunidades parece ser pouco impactante para causar uma contaminação por coliformes fecais que inviabilize a utilização da água para beber, considerando que se utilizam dessa mesma água, num mesmo ponto da margem, para usos sanitários, para beber e cozinhar. Sugerimos que este uso múltiplo da água no mesmo local ofereça uma margem de contaminação *aceitável* que não

[21] Por exemplo, no rio Unini, de sete comunidades visitadas, apenas duas tinham este sanitário rústico.

chega a inviabilizar seus diferentes usos pelo fato de haver um baixo número total de moradores agregados em cada comunidade[22].

A maioria das residências do parque estão agregadas em pequenas comunidades que reúnem no máximo trinta unidades domésticas.

Uma das principais razões desta aglomeração dos moradores em comunidades, segundo relatos, é a demanda por escola, uma vez que para haver a disponibilidade de um professor, é necessário que haja um número mínimo de alunos. A presença de um agente de saúde, eleito entre moradores de cada comunidade, também incentiva a agregação das moradias.

Os moradores residentes no rio Jaú encontravam-se concentrados, entre os anos de 2002 a 2005, época em que realizamos nosso trabalho de campo, nas comunidades de Cachoeirinha, Rio das Pedras, Seringalzinho, Patauá e Tambor.

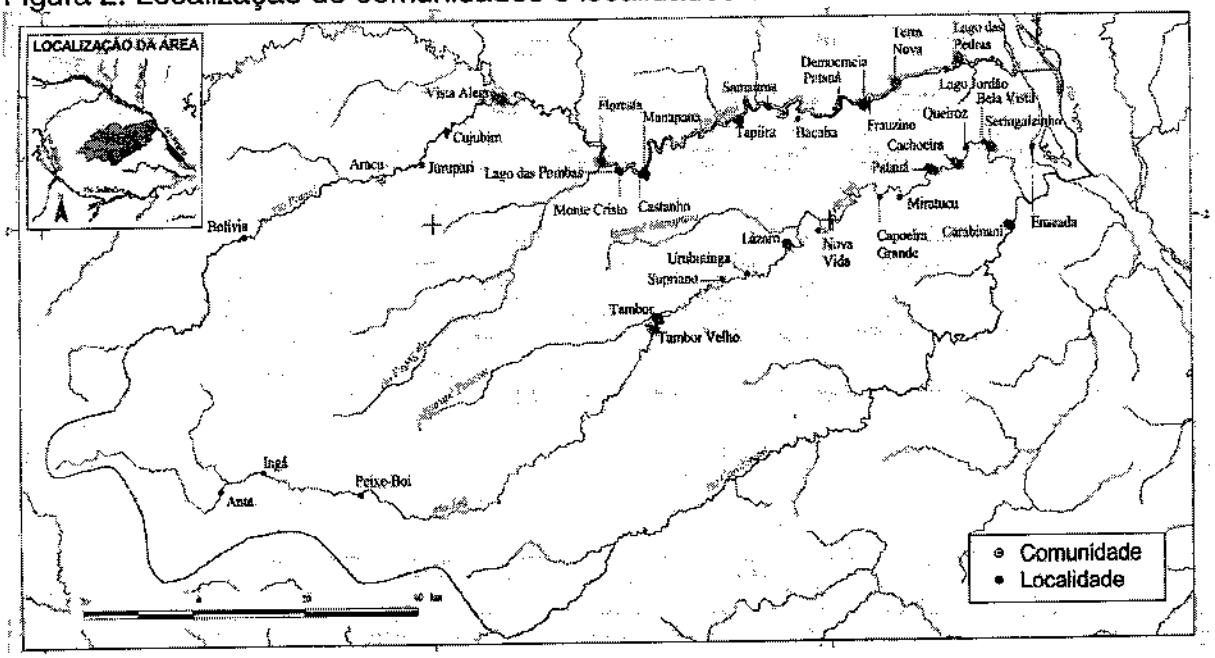
No rio Unini, entre 2002 e 2005, os moradores estavam concentrados nas seguintes comunidades: Cachoeira, Terra Nova, Democracia, Tapiira, Manapana, Floresta, Vista Alegre, Lago das Pombas e Vila Nunes.

Por fim, no rio Carabinani, que é o limite sul do Parque, havia no mesmo período apenas uma família estabelecida em sua foz. O vazio populacional deste rio foi atribuído pelos entrevistados à longa distância e dificuldade de acesso ao local.

A localização dessas comunidades pode ser vista na figura a seguir:

[22] De qualquer modo, vale ressaltar que contraí hepatite durante uma das viagens de campo com permanência nas comunidades.

Figura 2: Localização de comunidades e localidades do PARNA Jaú em 2001.



Fonte: BORGES *et al.*, 2004:25.

As razões apontadas pelos moradores como as determinantes na escolha do local de moradia são a proximidade de estoques de recursos, locais que ainda sejam fartos de alimento e que fossem acessíveis a outros moradores, evitando situações de muito isolamento. Também por essa razão justificam-se os deslocamentos de moradores em terras do próprio parque, abandonando antigos sítios e se fixando em novas localidades. Citamos o depoimento de dona Francisca Eliseu de Brito, conhecida localmente como dona Teca, moradora da comunidade Vista Alegre no rio Unini[23], que diz ter sido por sugestão do patrão de seringa que sua família elegeu o lugar para se instalar no rio:

> *(...) Aí o patrão, naquela época que nem falou pro meu pai: olha, seu João, lá em tal canto, tem um igarapé onde... onde o senhor vai poder cortar seringa com a sua família, vai poder plantar roça, vai poder pegar o peixe, sem preocupar... se preocupar de ir pra um outro local. Aí o meu pai disse assim: um lugar desse que eu queria, assim, que desse pra mim cortar, desse pra mim plantar, e ficar vendo*

[23] Casada, por volta de 40 anos, mãe de quatro filhos jovens e alguns netos pequenos, que moram todos com ela, muito envolvida nas lutas políticas do rio Unini, inclusive membro da primeira diretoria da Associação dos moradores do rio Unini – AMORU e uma das lideranças políticas em sua comunidade. As caracterizações de idade que fazemos a partir daqui referem-se à idade estimada, por falta de conhecimento do interlocutor, falta de precisão do documento, ausência de documento ou conhecimento da própria idade.

vizinho quando passar (Teca, em entrevista à equipe de pesquisa em agosto de 2005[24]).

O depoimento de Teca indica que, além da disponibilidade de recursos, a autonomia para uso da terra e a proximidade de um curso d'água central que seja via de passagem foi determinante para a escolha do local de moradia.

Segundo os moradores, a agregação em comunidades foi em parte estimulada pela FVA, que chegou a nomear uma delas. Nas palavras de seu Gilberto[25], morador da comunidade Patauá, no rio Jaú:

> *As pessoas se agruparam, saíram daqueles ermos, que moravam isolados, se agruparam e formaram as comunidades. A comunidade mais velha é essa do Seringalzinho, foi fundada tá mais ou menos com uns 10 anos atrás, ela foi Fundada pela Fundação Vitória Amazônica. A Fundação Vitória Amazônica foi quem fez o orçamento de formar as comunidades, né, e a primeira que foi formada foi essa aqui. A segunda, foi outra no Carabinani, mas essa aí já se acabou, né?* (Seu Gilberto, em entrevista à equipe de pesquisa em agosto de 2005).

Apesar das citadas vantagens atribuídas à agregação das moradias em comunidades, alguns moradores preferem manter sua moradia isolada. Alguns apontam como principal razão para isso o fato de que quanto maior o isolamento, maior é a fartura, e a facilidade para encontrar pesca e caça. Nas palavras de seu Laerte[26], morador da comunidade Seringalzinho, no rio Jaú:

> *(...) Porque quanto mais gente na área que a gente mora, é mais ruim por causa da comida, né. Quanto mais pessoas numa localidade, mais dificuldade na comida, por que já vai mais longe. E menos pessoas, mais fartura. É assim que é o negócio* (Seu Laerte, em entrevista à equipe de pesquisa em agosto de 2005).

Há ainda os que optam por não morar em comunidade no rio por apreciar um certo isolamento mesmo, e apontam as dificuldades de relacionamento trazidas pela vida

[24] Faziam parte da equipe, além da autora, L.C. FERREIRA, E.S. J. CREADO, A.B.V. MENDES.
[25] Casado, por volta de quarenta e cinco anos, nascido no Jaú, seis filhos, presidente da comunidade de Seringalzinho, no rio Jaú, migrante das cabeceiras deste rio, vigia da nova base de pesquisa da FVA construída ao lado de sua casa.
[26] Casado, por volta de quarenta anos, um filho pequeno, nascido no rio Jaú.

em grupo. Nas palavras de Eduardo Elias de Souza[27], localmente conhecido por Sibá, morador das proximidades da comunidade de Cachoeirinha, no rio Jaú:

> *(...) eu nunca gostei de morar assim não... Eu não gosto de morar assim não, a comunidade, ela é uma coisa boa quando todo mundo se entende, quem mora na cidade, mora na comunidade, mas a pessoa do interior, é muito difícil morar em comunidade...Não sabe morar. Eu sei mas tem muitos e muita gente que não sabe morar. Então, se é pra você morar pra você se complicar depois, embora separar né. E por isso nessa parte eu quero morar separado. Porque? Porque três quatro sabe, mas só um dois que não sabe. E então, eu não consigo mais. Mas tem muita gente que não leva, mas trás né, mas eu acho boa, é muito bonita a pessoa que mora reunida, a gente quer fazer uma reunião, todo mundo tá junto, né* (Sibá, em entrevista à equipe de pesquisa em agosto de 2005).

Observamos que as principais causas citadas como razão do deslocamento interno e da agregação em comunidades é a busca pelo acesso a serviços sociais, principalmente educação e saúde, e também pela acessibilidade à rota dos *regatões*, os comerciantes locais.

Além da já mencionada influência da FVA neste processo de agregação dos moradores em comunidades, observamos também uma expressiva influência da igreja católica neste processo de agregação dos moradores.

Através da comissão pastoral da terra, a Igreja Católica trabalha junto aos ribeirinhos amazônicos há muitos anos no sentido de incentivá-los a formar comunidades, uma vez que essa concentração espacial facilitaria a organização para reivindicar serviços sociais.

Dentre esses estímulos dados pela igreja, incluem-se a doação de radiofonia para as comunidades e a manutenção de um posto que intermedia o envio de mensagens entre comunidades do Unini. Também foram elencados como doações da igreja geradores a querosene, a intervenção de membros da igreja junto às prefeituras de Novo Airão e Barcelos (respectivamente as áreas de jurisdição do rio Jaú e do rio Unini) para disponibilizar professores para a área, entre outras coisas.

[27] Casado, por volta de trinta anos, sete filhos pequenos, nascido no rio Jaú.

1.2 ORIGEM, MIGRAÇÃO E RAZÕES DO DESLOCAMENTO DOS MORADORES

Quanto à origem, grande parte dos moradores do parque são nascidos no local. Em levantamento da FVA, de um total de 920 moradores que vivem no PARNA Jaú, 645 nasceram no Parque, 252 são oriundos de outras localidades do estado do Amazonas e os outros 23 são procedentes das regiões Norte e Nordeste. A ocupação do espaço pela população está vinculada à disponibilidade de recursos, ao lugar onde a família se estruturou e à proximidade dos parentes, dos amigos e/ou de comunidades que compõem histórias de uma ou mais famílias (WWW.FVA.org.br).

Entre os moradores nascidos no parque, grande parte deles são filhos de imigrantes, principalmente de outras localidades da região norte e nordeste, que vieram para a área para trabalhar na extração da seringa. Algumas das principais localidades de origem citadas pelos moradores são: Acre, Sergipe, Pará ou outras localidades da própria Amazônia.

Quando perguntávamos sobre seus locais de nascimento, usualmente designavam-se como filhos de *tal rio* – por exemplo, dona Maria, atualmente moradora do rio Unini: (...) *Eu sou filha do Purus*. Esta designação de ser *filho de rio* é interessante como indicador da centralidade do rio na vida prática e simbólica dos moradores. Há uma concentração espacial das unidades domésticas na calha do rio e expedições em direção ao interior em busca de recursos de fauna e flora. Entre os moradores migrantes de outras regiões da Amazônia, foram freqüentes as citações referentes aos rios Purus, Madeira, Negro, e Solimões.

Em seu aspecto físico, o ribeirinho amazônico dá pistas da mistura étnico-cultural decorrente de migrações de diversas origens para a região, como já foi dito, principalmente de nordestinos e nortistas, além de possíveis *misturas* com índios - os extintos Muras, Jumas e Manaos que habitavam a área e foram dizimados pela ocupação portuguesa – e etnias ainda presentes, como os vizinhos Waimiri-atroari, portugueses, africanos e outros de distintas origens que tenham em algum momento habitado essa região (PORRO,1993,1996; LEONARDI,1999).

Há relatos de que em meados do século XIX uma família de chineses de Macao teria se fixado no alto do rio Jaú, e há registros de que em Tauapeassú - o nome anterior da cidade de Novo Airão - havia uma firma chinesa, a Pereira & Savedra, com seringueiros trabalhando para ela no Jaú, por volta de 1905;haveria, inclusive, uma senhora idosa, filha do chinês Lourenço Savedra que mora ainda hoje em Novo Airão (LEONARDI, 1999).

Como segundo exemplo da citada migração das mais diversas procedências, pudemos conhecer durante pesquisa de campo seu Nakaiama, japonês que migrou há quarenta anos com sua família, e que resolveu por lá permanecer, a despeito do regresso de sua família. Seu Nakaiama, ainda com um persistente sotaque japonês, contou-nos que quando chegou à região, ainda adolescente, trabalhou na plantação de pimenta do reino com sua família, que acabou seguindo viagem para o Pará, enquanto ele resolveu ficar por lá, no Jaú, onde reside até hoje, atualmente com outros quatro moradores nas ruínas de Velho Airão.

Seu Nakaiama recebe salário de uma parenta viva da família patrona da extinta cidade de Velho Airão para manter suas ruínas e o cemitério com mato sob controle, possibilitar a visitação de turistas. Nakaima contou-nos inclusive que uma de suas tarefas cotidianas é acender velas nas ruínas das lápides da cidade, para que as almas saibam que estão sendo lembradas, segundo nos contou.

É interessante notar que esses relatos da presença isolada de migrantes japoneses e chineses nessas áreas de floresta amazônica, num primeiro momento, costuma causar estranheza ou espanto, no entanto, cabe observar que eles não eram menos estrangeiros do que as migrações portuguesas largamente ocorridas na região (LEONARDI,1999) ou ainda árabes, que dominavam o comércio em Manaus e, no limite, mesmo os migrantes de outras partes do país eram todos estrangeiros em relação ao domínio da floresta equatorial.

A escolaridade também foi um dos fatores muito citados pelos moradores como razão não apenas da agregação dos mesmos em comunidades, mas do deslocamento de suas residências rio abaixo ao longo dos últimos anos. Nas palavras de seu Gilberto,

morador da comunidade de Patauá, no rio Jaú, que se deslocou da região da cabeceira do rio para o seu médio curso:

> *(...) a gente morava num lugar por nome Sororoca. Mas tinha uma dificuldade: não tinha escola. Meus filhos não estudaram. E eu tinha um bocado de menino e como você vê eu ainda tenho aqui um bocado, né. E não tinha como educar os meus filhos. Não tinha como educar. E eu fiquei preocupado com isso. Muita gente falava para mim mudar, que agora tá tendo aula. Em todos os cantos do mundo, até dentro de igarapé tá tendo aula hoje. Eu digo rapaz, é verdade (...) E aí fiz essa casinha aqui. E foi o tempo que começou a vim o professor lecionar, aí depois o professor passou a lecionar aqui, que já foi o ano passado* (Seu Gilberto, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

Apesar do acesso à escolaridade ser uma das principais razões para o deslocamento interno dos moradores no sentido cabeceira para a foz do rio, com o objetivo de formar comunidades com número suficiente de alunos para viabilizar um professor[28], os moradores esbarram em muitas dificuldades para assegurar esse direito, como retrata o presidente da comunidade do Patauá, no rio Jaú, Jeferson Pirico[29], relatando seu esforço pessoal para construir uma escola na comunidade; ele relata ter ido atrás de professor, material para construção da escola e ter construído a escola ele mesmo, tendo ido com sua própria embarcação em Novo Airão, lutado por alguns dias para que a prefeitura lhe concedesse material de construção para a escola, e combustível para que pudesse voltar à sua comunidade após comprar o material de construção. Citamos seu comentário sobre esta sua jornada:

> *E graças a Deus ficou pronto viu, eu consegui. Então foi uma luta muito grande pra mim conseguir essa escola. Mas graças a Deus, com o meu esforço e com fé em Deus eu consigo, e graças a Deus consegui* (Seu Jeferson Pirico, em entrevista à equipe em agosto de 2005).

Este relato heróico de um morador que, com seu esforço, conseguiu o material e construiu a escola com seu próprio punho e sem remuneração alguma pelo serviço, dá mostras da precariedade do acesso à educação no interior do parque e do deslocamento de uma questão no local: ao invés do serviço público vir ao encontro da

---

28 Segundo técnico da prefeitura de Barcelos (em depoimento à autora em março de 2004) são necessárias no mínimo dez crianças em idade escolar para que o governo do estado do Amazonas disponibilize um professor.

29 Casado, por volta de quarenta e cinco anos, quatro filhos jovens morando com ele, agente de saúde, presidente da comunidade de Patauá.

demanda educacional, é o morador quem tem que se empenhar sobremaneira para acessar o seu direito à educação.

Atualmente, grande parte dos moradores do rio Jaú é analfabeta, e para muitos ainda não há possibilidade de estudar pelo fato das aulas serem ministradas durante um dos períodos do dia – tarde ou manhã – em que estão envolvidos em atividades de subsistência. Por essa razão, a existência de um gerador de energia para iluminação noturna e aulas noturnas constituem uma forte demanda local dos moradores ainda não sanada.

Os professores atuantes nas comunidades permanecem no local durante os dias letivos, e ganham salário mínimo. Concluíram o segundo grau em municípios próximos, a maioria deles não tem preparo específico para professor. Pela distância das comunidades, necessidade de morar no local e baixa remuneração, há dificuldade de encontrar professores qualificados dispostos a exercer a função.

As aulas no parque ocorrem em classes multisseriadas, e até a quarta série. A razão disso é que, a partir da quinta série, são necessários professores específicos de várias matérias, e exige-se um número mais levado de alunos para que a contratação de professores seja viável.

Essa limitação de acesso à escolaridade no local explica a razão do êxodo de muitas famílias para fora do parque, nos municípios de Novo Airão e Barcelos; migram às vezes famílias inteiras ou só os filhos em idade escolar, que ficam em casa de parentes durante os períodos letivos. Muitos moradores que relataram ter seus filhos estudando fora narraram que fazem um grande esforço para viabilizar esse estudo, uma vez que precisam contribuir financeiramente para os filhos se manterem na cidade, ao mesmo tempo que produzem menos, uma vez que as crianças são parte expressiva da mão de obra familiar.

A estrutura física das escolas do parque são geralmente construções rústicas, com algumas cadeiras, mesas e lousa. As escolas geralmente são faxinadas aos sábados em esquema de mutirão pelos próprios alunos. Estes recebem como material escolar cartilha, lápis, borracha, caneta, caderno e merenda diária, feita por uma das mães dos alunos, que se revezam diariamente no preparo da merenda.

Interessante notar que apesar da precariedade do acesso à escola e da sua limitação até a quarta série do primário, em vários relatos, os moradores adultos consideraram que houve uma melhoria no acesso à escola em relação à época em que eram crianças, como indica o fato de que grande parte das crianças alfabetizadas no parque hoje possuem pais sem nenhuma escolaridade, o que é um indicador efetivo da relativa melhoria de acesso a serviços sociais.

Além do acesso à escolaridade, a outra razão central do deslocamento dos moradores no sentido cabeceira - foz dos rios é o acesso à assistência médica, uma vez que nenhum tipo de assistência atendia a cabeceira do rio, mesmo o barco da FUNASA, não chegava até lá em suas visitas anuais. O deslocamento da região das cabeceiras, principalmente do rio Jaú – mais isolado – para o seu médio ou baixo curso significa às vezes uma economia de três a quatro dias de viagem com as embarcações locais para chegar até o município mais próximo, de Novo Airão.

Alguns moradores contam que quando migraram rio abaixo, buscando escola para os filhos e acesso à assistência médica, os filhos *pararam de morrer,* no caso em questão, a mulher de seu Tertuliano, moradora da comunidade Terra Nova, antes vivia que junto com ele nas cabeceiras do Unini, e lá chegou a ter mais de dez filhos, dos quais só dois sobreviveram. Dona Eliete, moradora da comunidade de Tapiira, no rio Unini, pariu dezessete filhos, mas só quatro sobreviveram, estes últimos, já nascidos quando ela tinha migrado rio abaixo e já estava estabelecida na comunidade de Tapiira, onde há agente de saúde. A principal razão da mortalidade na área é a malária. A seguir, citamos trecho de entrevista com Seu Tertuliano[30], que atribuiu o seu deslocamento no rio como sendo uma busca por acesso à escola e assistência à saúde:

> *Aí nós fiquemo lutando lá e aí minha mulher teve filho, aí eu nunca tive a oportunidade de saber o que era as porta de escola. Aí meus filhos já tavam grandinho aí começaram a fazer uma escola aqui em baixo na comunidade aí eu fui e disse, mulher vamo embora. Eu trabalhava com um rapaz que chamava Robson, aí disse, rapaz vamo embora pra lá pra comunidade, tem mais gente, bota teus filho pra estudar, os meus já tão estudando. Nós trabalhava lá de parceria. Mas os meus*

[30] Casado, por volta de 38 anos, duas filhas pequenas, membro da diretoria da AMORU, antes de morar na comunidade Terra Nova morava nas cabeceiras do rio Unini, uma das lideranças de sua comunidade e tocador de modas de viola por ele inventadas.

> *já tão estudando. Ai eu digo é rapaz na outra viagem eu vou. Aí quando foi um dia eu desisti. Que nós não tivemos sorte com nossos filho. Nossos filho nascia e com oito, seis meses morria. Aí fomo morrendo e ninguém conseguia criar. Ai os que tava maiorzinho nós descemo pra cá pra baixo, no rio que nós morava no alto. Aí eles começavam a estudar. Aí melhorou por causa que os nossos filhos que nascia não morreram mais. Aí eu não tinha mais de saber de ir lá pro alto.* (Seu Tertuliano, morador da comunidade Terra Nova, rio Unini, em entrevista à equipe de pesquisa, em julho de 2005)

Vale ressaltar que nas localidades do parque nas quais há agentes de saúde, função remunerada com um salário mínimo, eles são eleitos entre os próprios moradores, e às vezes a disputa por este cargo gera conflitos na comunidade. Esses conflitos também decorrem do fato de que a área do rio Jaú está sob dominialidade de dois municípios: a margem direita, Novo Airão e a margem esquerda, Barcelos, sendo que algumas comunidades como Patauá e Seringalzinho possuem residências nas duas margens, o que agrava as disputas pelo cargo de agente de saúde entre os comunitários. Citamos abaixo trecho de depoimento em que um dos moradores beneficiados por este cargo por meio do município de Barcelos relata seu litígio com outra moradora da mesma região que também atua como agente de saúde sendo remunerada por Novo Airão:

> *(...) Se por Novo Airão não dá certo, que essa área é de Barcelos, os agentes de Barcelos consegue medicamento, e não é um tipo só de medicamento (...)aí me apontaram como candidato na disputa, ao lado dela, ela sendo agente de saúde, aí ela foi e perdeu pra mim. Aí pronto, aí ela disse, vamo em Novo Airão na secretaria juntos. Aí eu disse, vamos. Aí quando foi no outro dia ela tacou pra Novo Airão, chegou lá, foi fazer uma fofoca pro secretário de saúde. Quando eu cheguei lá, que eu foi visitar ele, eu tava no posto dois dias chegou um ofício...aí eu fiquei olhando, mas o negócio não foi esse, foi fofoca que ela veio fazer, nós tamo tratando é de assunto de interesse da comunidade, não fofoca. Aí eu foi, cheguei lá e falei com a assessora do prefeito, ela disse que ía levar esse ofício pro prefeito porque eu não merecia receber um ofício daquele (...) Porque nós fizemos a eleição, eu venci, me apoiaram, tenho apoio por causa disso, disso que acontece (...) .Aí eu fui com as assessoras do prefeito e a coordenadora e elas disseram: Porque você não vai em Barcelos, aquela área não é nossa não, aquela margem do rio é de Barcelos. Vai em Barcelos, que lá não tá esse problema que tá aqui, e você consegue a sua vaga, você ganhou, lhe botaram e pronto (...)fui na prefeitura e falei com dona Alberta de Oliveira, participei pra ela meu problema, minha área, da onde é, e ela disse, não, a gente tá sabendo que o Patauá existe, mas nunca veio ninguém do Patauá, nunca veio ninguém do Lázaro, só do Seringalzinho que a gente tá sabendo, que sempre vem gente do Seringalzinho aqui (...) Nós temos como lhe ajudar que aquela área é nossa (...) Eu vou falar com o prefeito quando eu for em Novo Airão sobre o trabalho dela aqui. Porque eu faço a minha meta, se ela fizesse a dela, não tinha problema né, com tudo que é pouca gente mas com dois agentes era melhor, né. Mas ela só tá calada, tá recebendo para cuidar só da casa dela.*

> *Então eu acho que ela tá fazendo errado. E mesmo aqui, o responsável por esse lado do rio é Barcelos, né. Barcelos é responsável por educação e saúde. E ela, mora na área de Barcelos, indo para Novo Airão* (Seu Jeferson Pirico, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

Ainda uma outra razão apontada pelos moradores para *baixar o rio,* ou deslocarem suas moradias do alto dos rios para o médio e baixo curso é que, com a queda da seringa e a substituição da atividade de extração do látex como atividade principal de subsistência pela agricultura de subsistência centrada no plantio de mandioca e produção de farinha, aumentou a dificuldade para o escoamento da produção de farinha em áreas mais distantes, como as cabeceiras do rio e o interior dos igarapés, ou melhor, o gasto com a viagem dos comerciantes a esses locais não compensava a compra da farinha lá produzida. Assim, o deslocamento rio abaixo possibilitaria o estabelecimento da moradia num local da rota dos regatões, viabilizando o escoamento da produção de farinha e também a compra *a troco* de produtos que ofereciam.

2. Aspectos institucionais

2.1. Regulação legal da presença humana

A regulação da presença provisória dos moradores no parque ocorre através de um termo de compromisso firmado entre moradores e IBAMA, no qual o morador se compromete a não transgredir as normas do parque visando a conservação, principalmente, a não cortar madeira para construção e reforma de casas e não abrir novas áreas de roça sem autorização do IBAMA, além de não praticar contrabando e se comprometer com a conservação e apoio à atividade fiscalizatória desse órgão no parque. Citamos abaixo trecho de depoimento de Seu Gilberto, falando sobre seu entendimento do termo de compromisso:

> *(...) eu peguei até um documento que veio, foi feito lá no Apuaú, tá até aqui dentro da minha pasta, eu podia até mostrar para vocês esse documento, que começou,*

> *né. Por que o documento principal vai ser o termo de compromisso, em algum momento vai sair, o principal de dentro do parque vai ser o termo de compromisso. Quer dizer que isso aí, termo de compromisso, é a gente morar dentro do parque e ter compromisso com o parque e com o povo da comunidade, e a família tambem, né. Ter o tempo para trabalhar, para sobreviver dentro do parque, sem dar prejuízo ao parque, né, sem destruir o parque. Isso que está chamando por termo de compromisso, ter compromisso com aquela coisa que a gente usa, né, para não destruir. Então é esse que é o termo de compromisso. Tem também o conselho consultivo, que é conversar com as pessoas, aconselhar também, para seguir aquele caminho que é correto pela lei (...) Por que você sabe que hoje tá cheio de lei, para onde a gente corre é lei, né* (Seu Gilberto, em entrevista à equipe de pesquisa em agosto de 2005).

Alguns moradores que outrora praticavam atividades impactantes, como contrabando de caça dentro do parque, agora entendem que, para permanecer regularmente no parque, é preciso viver da agricultura, como relata seu Laerte, morador da comunidade de Seringalzinho, no rio Jaú:

> *A gente tem que plantar e criar, né. A gente planta aqui na nossa pontinha de terra, não é documentado, mas a gente tem aquele apoio pelo IBAMA que a gente tá plantando e tá fazendo limpeza na terra que a gente tá morando. Tá plantando, tá criando, tá cultivando, né. O dia que for preciso a gente sair, que sair essa tal de indenização, não sei se isso é verdade ou se é papo furado, mas então o cara tem o que amostrar, plantio. Tem gente que diz ah (...) é tão ruim o cara, não vou plantar. Mas eu planto, eu planto e gosto* (Seu Laerte, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

O estabelecimento de regras que restringem o uso de recursos pelos moradores nos remete à discussão sobre o uso comum de recursos, ou o uso de recursos naturais em áreas de propriedade coletiva. Sugerimos que este debate oscila entre dois extremos: ou configurando uma *tragédia dos comuns* (Hardin, 1968), ou uma espécie de *democracia natural.* Grupos sociais que possuem formas de apropriação e uso comum de recursos não são, por um lado, marcados pela ausência de regras, caracterizando a situação colocada por Hardin (1968) em seu ensaio clássico sobre o esgotamento do uso de recursos numa situação de livre acesso, utilizando a imagem Hardiniana do pasto esgotado pelo excesso de cabeças de gado, um pasto que, devido à falta de restrição de acesso, acaba se esgotando, o que exemplifica uma tendência individual de sempre obter o máximo possível de vantagens, situação em que coletivamente todos seriam prejudicados por atitudes individualistas.

Anos depois (1994) da primeira edição da *tragédia dos comuns*, o próprio Hardin ressaltou que o que leva ao esgotamento de recursos naturais não é o uso coletivo da terra, mas a situação de livre acesso. Na primeira situação, o acesso aos recursos é restrito a um grupo que cria regras próprias para controlar as formas de uso. Na segunda situação, de livre acesso, o que leva ao esgotamento de recursos é a ausência de regras ou mecanismos de controle das mesmas que evitem a exploração excessiva dos recursos.

A outra visão extrema sobre uso de recursos comuns é a idéia de que em sociedades e grupos sociais caracterizados pelo uso comum de recursos há uma espécie de democracia natural, que não é fruto de um processo histórico ou social, mas algo inato.

Para esta perspectiva, não haveria necessidade de contratos sociais, normatizações ou sistemas coercitivos para assegurar limites não impactantes ao uso de recursos naturais, uma vez que, nessas sociedades que têm estratégias de uso comum de recursos, as ações dos indivíduos estariam voltadas para uma lógica do bem coletivo e não para uma lógica egoísta e individual. Para além, essas características se reproduziriam no tempo e no espaço.

No entanto, qualquer consideração unilateral dessas duas perspectivas de entendimento extremas pode nos levar a deturpações, uma vez que observamos que comunidades caracterizadas pelo uso comum de recursos estabelecem regras e instrumentos coercitivos para fazê-las funcionar, ou seja, mesmo que não haja um agente coercitivo externo, como o IBAMA no caso do PARNA Jaú, há regras internas orais e aceitas pelo grupo que regulam o uso e acesso aos recursos.

Essas regras não necessariamente são fixas, imutáveis ou rígidas, transformando-se ao sabor das arenas de negociação e dos novos sujeitos e cenários sociais e ambientais que são sempre recolocados (GOLDMAN, 2001; POSEY, 2001; MCKEAN & OSTROM, 2001; FEENY, 2001).

Por outro lado, se não são sociedades sem regra ou lei, essas regras estão longe de serem equânimes, mas são localmente instituídas e regidas por lógicas próprias da justiça local, baseada nos costumes, que nem sempre coincidem com a lógica da

justiça oficial e com objetivos conservacionistas (OSTROM,1996; ALMEIDA & FRANCO, 2000).

Por serem fruto das estratégias quotidianas de negociação e estarem sujeitas à influência de outras mudanças sociais, e, por não estarem cristalizadas em uma lei escrita, mas numa lei baseada nos costumes (MALINOWSKI, 2003; GLUCKMAN, 1989), essas regras podem estar sendo constantemente renegociadas, ou repactuadas, podendo, nesse sentido, ser os conflitos em torno de sua negociação uma linguagem pela qual se manifesta a vivacidade das relações sociais. Consideramos que a existência de conflitos é parte constituinte do sistema, e não uma falha de seus mecanismos, e de uma democraticidade do processo, como o entendimento da busca de consenso pode sugerir (COHEN, 1970; FERREIRA, 1999).

Quanto à noção local de direito, os recursos naturais da área das comunidades são considerados de livre acesso para moradores destas comunidades, ou seja, para o coletivo local, em situação de abundância. Tudo indica que somente em situação de restrição, excesso de demanda ou escassez relativa de recursos é que há regras de uso e controle ao acesso bem definidas. Ou seja, não há estabelecimento prévio de áreas de pesca, caça ou coleta de castanha e cipós em situação de abundância. Laerte, quando indagado por nós se cada pessoa pesca sempre no mesmo local e se não há disputa de áreas de pesca, ele respondeu o seguinte:

> *Não, cada uma pessoa tem uma vontade de ir para uma área. Eu tenho uma vontade de ir ali para o outro lado. O vizinho passa aqui ele se vão pescar daqui mais perto, não querem ir mais longe. Outro diz: eu vou lá para aquele lado ali de cima (...) Não, nunca teve esse problema não* (seu Laerte, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

O mesmo morador argumenta no entanto que o livre acesso a recursos na área das comunidades diz respeito somente aos moradores, excluindo usuários externos. Neste sentido, o IBAMA atua como um agente externo de coerção a serviço da salvaguarda dos recursos para os moradores locais atuando contra a entrada de geleiros, barcos de pesca comercial em áreas próximas das comunidades, sendo

que muitos barcos de pesca comercial pegos em flagrante ficam apreendidos na base do IBAMA, como ilustra trecho abaixo:

> *Agora os geleiros não, os geleiros já é outra coisa, né. A gente não quer que eles entrem por que quando, eles gostam de estar metido com as pessoas que não devem. Mas só que, já tão fazendo contra a lei, né. Querendo entrar onde não é para ir. Aí os outros já pegando eles lá por baixo, é coisa de tomar o barco deles e eles ficar lá. Como tem lá. Tem canoa novinha, novinha, tem canoa bonita ali* (seu Laerte, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

2.2 INTERAÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS

O PARNA Jaú é gerido pelo IBAMA, através de um convênio de cooperação técnica estabelecida entre IBAMA e FVA desde 1993. O IBAMA foi criado em 1989, concentrando as funções do Instituto Brasileiro de desenvolvimento Florestal (IBDF), o Ministério da Agricultura e da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA).

Ou seja, quando o PARNA foi criado, em 24 de setembro de 1980, pelo decreto federal N°. 85.200, com uma área de 2272 hectares, ainda não havia o IBAMA, era o IBDF o órgão responsável.

O IBDF foi criado em 1967, pelo decreto lei 289, vinculado ao Ministério da agricultura, substituindo o Departamento de Recursos Renováveis. Segundo Brito (2000:58) *apud* (CREADO, 2006), a função do IBDF era: "orientar, coordenar, e executar as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal do país.

O IBAMA foi, portanto criado a partir da fusão do IBDF com a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), que se vinculava ao ministério do interior, e as Superintendências do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e do Desenvolvimento da Borracha (SEDHEVEA), vinculadas ao Ministério da agricultura (BRITO, 2000; SANTILLI, 2005:30)

O primeiro marco do parque, a base flutuante do IBAMA na foz do rio Jaú foi portanto colocada pelo IBDF. Creado (2006) ressalta que, o Plano de manejo do parque realizado pela FVA, registra que a consolidação institucional do parque só

tenha ocorrido a partir de 1985, com a contratação, pelo IBDF, do Instituto de Terras do Amazonas (ITERAM) para realizar um levantamento fundiário e um cadastramento dos residentes (FVA/IBAMA,1998 *apud* CREADO, 2006).

Sugerimos que esse histórico institucional marcado por fusões de distintos órgãos administrativos explique, pelo menos em parte, a cultura institucional desse órgão, marcado por clivagens internas que muitas vezes se refletem nas interpretações divergentes entre os vários sujeitos que compõem essa arena, o que explica o porquê desse órgão não ser monolítico no modo de ação.

As clivagens, conflitos e negociações entre os diversos sujeitos que constituem essa arena de negociação em torno do parque, notadamente a FVA e o IBAMA serão analisados neste texto. Vale, no entanto, ressaltar que não pretendemos realizar uma minuciosa análise dessa arena ou sistema de interações, mas apenas mapear o posicionamento dos sujeitos, visando com isso compreender de que forma essas divergências e diferenças influenciam na relação destes atores com os moradores, bem como sinalizam mudanças no modo de fazer política desses órgãos.

O PARNA Jaú é gerido pelo IBAMA e pela FVA, através de um termo de cooperação técnica, que, embora assemelhe-se a uma co-gestão, apresenta algumas diferenças. A seguir, transcrevemos trecho de depoimento de técnico do IBAMA, chefe do parque em 2003/2004, analista ambiental, que diferencia cooperação técnica de co-gestão:

> *(...) No termo de gestão você (...) repassa a responsabilidade de gestão na área. A única coisa que você não pode repassar é a fiscalização que é atribuição do órgão federal (...). O termo de parceria, ele tem ações específicas. Determina o que é competência do seu parceiro. Você determina quais são as ações que ele vai executar. Então fica uma relação muito mais tranqüila porque você determina onde é meu espaço (...) até onde eu posso dar palpite (...) Não sei de nenhum termo de co-gestão que prestou. O grande exemplo que se é usado é Mamirauá, né. Agora, se eu trabalhasse numa área que é 10% a área do Jaú, que é a área focal de Mamirauá, né, eu tenho certeza que eu trabalharia melhor do que você tentar trabalhar na área toda como a gente trabalha, né. E outra coisa, quem do governo do Estado que entra lá dentro? Isso é co-gestão? Isso para mim é se apossar de uma unidade de conservação. Não estou questionando o trabalho deles de forma alguma. Estou questionando a maneira legal de amarramento, de contratos, essa coisa toda, eu acho que é um pouco perigosa, você dá poder demais, depois. Você não consegue ter acesso às informações* (Daniel Borges, em entrevista à autora e à Eliana Creado em agosto de 2005).

Quanto ao posicionamento da FVA em relação aos moradores, cogitamos que há uma tendência dessa instituição à fixação das comunidades no Unini e o desincentivo em relação aos moradores do rio Jaú.

A esse respeito, é interessante ver, por exemplo, a publicação "Os *moradores do Parque Nacional do Jaú* (FVA, 2000). Nesse documento, a FVA explicita a sua posição, como pode ser observada no trecho que reproduzimos abaixo :

> *O Jaú e o Carabinani são áreas apropriadas à remoção de moradores e à fiscalização, sem necessidade de investimentos exagerados. No Unini, não há boas condições de remoção dos moradores, porque o IBAMA tem jurisdição apenas sobre uma de suas margens, e por consequência, as necessidades dos ribeirinhos terão que ser consideradas desde o planejamento das ações no parque* (FVA, 2000:18).

Fundada em 1990 com a finalidade de angariar fundos de financiamento para projetos de pesquisa desenvolvidos na região, a FVA surgiu da iniciativa de vários pesquisadores que se agregaram com esse fim. De caráter conservacionista, a Fundação desenvolve atividades e pesquisas na área do parque, entendendo ser compatível a presença humana nessas áreas com os objetivos de conservação, desenvolve também atividades com os moradores. Essas atividades visam estimular a participação política dos moradores nas arenas de discussão. Além de atividades mobilizatórias e de estímulo à organização política, essa entidade também já promoveu com os moradores atividades de educação ambiental, cursos de agrossilvicultura, artesanato, entre outras.

Embora a Fundação já desenvolvesse projetos no Jaú anteriormente ao estabelecimento formal da parceria com o IBAMA, houve um momento em que enfrentou dificuldades junto aos moradores para que estes compreendessem que não estavam trabalhando para o IBAMA, mas em parceria com o IBAMA. Deve-se considerar que há expressivas diferenças conceituais e de modos de ação entre IBAMA e FVA, que incluem diferentes modos de conceber a presença humana no Jaú.

A primeira incumbência da co-gestão, em 1994, era efetivar um Plano de Manejo do Parque Nacional do Jaú, contando com verba do governo federal destinada para

este fim. Munidos de verba governamental e apoio técnico do IBAMA, bem como de outros projetos paralelos em que essa instituição estava envolvida, com financiamentos internacionais, a FVA desenvolveu uma série de atividades, desde zoneamento de espécies e levantamento faunístico e florístico, como atividades de formação de lideranças, incentivos à formação de associações de moradores, e outras, utilizando metodologia participativa, estimulando o envolvimento dos moradores na definição do plano de manejo do parque (FVA,1998).

Em material da FVA (1998), é destacado que se tratava de uma situação delicada, elaborar um plano de manejo numa área destinada à conservação com os moradores num estado de restrição de direitos. O modo de intervenção dessa entidade incluía a formação de lideranças, a mobilização da população como preâmbulos para, a partir da formação de um coletivo, viabilizar uma gestão participativa. A FVA assume ter sido sempre de seu interesse o envolvimento da população local nas discussões sobre zoneamento do Parque, principalmente mapeamento das áreas de usos de recursos naturais, e também a realização de reuniões periódicas com as lideranças indicadas pelos próprios moradores.

Segundo a Fundação (FVA,1998), a participação do IBAMA no processo de envolvimento e reconhecimento dos moradores como atores se deu lenta e gradualmente, o que de certa forma teria prejudicado o trabalho da Fundação junto aos moradores, criando a necessidade por parte da FVA de se diferenciar do IBAMA, uma vez que os moradores viam os membros do IBAMA de forma negativa, como pessoas que, a mando do governo queriam expulsá-los da área e separá-los de seus meios de sobrevivência (FVA,1998).

Estruturalmente, a Fundação mantém três *bases,* as três no rio Jaú. Uma delas é uma base flutuante, na comunidade de Cachoeirinha do Jaú. A outra, é uma casa em madeira situada na comunidade de Seringalzinho, e a terceira, a mais recente delas, é uma ampla e confortável casa de alvenaria construída em 2005, na comunidade de Patauá.

Se, num primeiro momento, a FVA estava muito presente nas comunidades, com a idéia de formar lideranças e dar subsídios político-educacionais para que os

moradores falassem por si próprios, atualmente, a Fundação não está intervindo com as mesmas estratégias, uma vez que o produto esperado da sua própria intervenção foi que estes moradores pudessem gerir seus próprios conflitos, e encaminhar seus processos decisórios sem mediação.

Assim, o que se observa é que, embora o intuito do trabalho da Fundação junto aos moradores nunca tenha sido assistencialista ou paternalista, os moradores hoje fazem reclamações de que foram "abandonados" pela FVA, que hoje não os ajuda como antes. A FVA, por sua vez, justifica esse "abandono" como sendo o oposto da capacidade de falar por si próprios. Vejamos uma situação concreta de conflito potencial de moradores, citada por Carlos Durigan, secretário executivo da entidade na ocasião da entrevista:

> *Na comunidade do Lázaro, por exemplo, os moradores não têm escola hoje por terem apenas oito alunos em idade escolar, enquanto o mínimo exigido são 10. Os moradores reclamam, argumentando que, antes, o pessoal da FVA ajudava nas conversas, mas hoje não mais. Especificamente, neste caso da reivindicação por uma escola, os moradores disseram já ter pedido ajuda para o pessoal da Fundação, ao que eles teriam respondido que era para eles, os próprios moradores, irem procurar as prefeituras de Novo Airão e Barcelos (*Carlos Durigan, em depoimento à equipe de pesquisa em março de 2004).

O que pode parecer, num primeiro momento, desatenção da FVA em relação aos moradores, posteriormente, em entrevista com outras pessoas desta entidade, percebemos como uma estratégia para estimular a participação desses moradores nesse processo. No entanto, devemos considerar também que um forte impedimento para o maior envolvimento dos moradores nesse processo mobilizatório são as limitações logísticas dos mesmos que acabam por tornar heróicas muitas de suas práticas participativas.

Quanto à elaboração de um plano de manejo para uma área protegida de acordo com a FVA, envolve várias etapas de pesquisa, visando, de maneira geral: a) numa primeira etapa, levantar os usos de recursos naturais pelos moradores de cada região dentro da área protegida; b) numa segunda etapa, verificar se estes usos são compatíveis com a conservação de recursos e c) num terceiro momento, elaborar um plano de uso e manejo que seja fruto destes dois tipos de dados: o diagnóstico dos

usos locais, e o relatório científico avaliando a sustentabilidade desses usos constatados.

Segundo a FVA, o Plano de manejo foi participativo, ou seja, envolveu os moradores em todas as etapas de levantamento e de seu processo de elaboração, valendo-se de metodologias com esse fim. Cabe questionar em que medida os métodos participativos utilizados para isso viabilizaram essa participação e até que ponto as dificuldades deste processo são decorrentes da falta de tradição participativa dos moradores, ou ainda são fruto da inadequação de seus métodos, e, por fim, em que medida a utilização de uma metodologia participativa de plano de manejo não foi utilizada à revelia, a despeito de sua eficácia democrática, apenas com o objetivo de viabilizar fontes de financiamento para trabalhos com a comunidade como um plano de ação previamente estabelecido pela FVA.

Quanto à atuação em moldes participativos da FVA na comunidade, cabe-nos questionar até que ponto esse modelo se efetivou e até que ponto se verifica o pressuposto de que, para ser eficaz, o plano de manejo deve ser participativo. Mas se isso ocorreu de fato, por que suas determinações não foram eficazes? Em outros termos, ou ele não foi suficientemente participativo – utilizando métodos inadequados à realidade local, ou esbarrou na falta de experiência participativa dos moradores ou ainda, não basta um plano de manejo ser participativo para ser eficaz.

Uma das possibilidades talvez seja que a eficácia da participação não deve ser avaliada a partir da existência ou não de conflitos, uma vez que o conflito pode ser a maneira pela qual a negociação se manifesta, por outro lado, o consenso ou a ausência de conflitos pode significar não um grau de homogeneidade e concordância na comunidade, mas a não-negociação, o não-diálogo e a ausência de uma genuína arena pública de negociações.

Assim, se por um lado a existência em si de conflitos não significa que a negociação esteja ausente na arena de disputas em torno dos usos de recursos naturais, por outro lado, a não-existência de conflitos não necessariamente implica a existência de consenso na comunidade, ou mesmo a existência de consenso não necessariamente implica democracia genuína.

Em outras palavras, a linguagem democrática não é sinônimo de consenso nem de homogeneidade coletiva, mas muitas vezes, ao contrário, ela representa a manifestação de divergências, heterogeneidades e negociação de conflitos de interesse, conforme Ferreira (1999, 2002, 2004) tem demonstrado em suas pesquisas.

Ainda em relação ao plano de manejo participativo, cabe ressaltar que viabilizar um modelo democrático de participação não se limita a instituí-lo em seus aspectos formais, mas em desenvolver metodologias que efetivamente envolvam os moradores no processo.

Por outro lado, o fato de ser participativo não implica que as decisões sejam consensuais, nem a supressão de conflitos. A ausência de conflitos não deve ser um parâmetro para avaliar a eficácia de um mecanismo participatório, uma vez que pode justamente exprimir a sua democraticidade.

Assim como o fato de haver participação efetiva dos atores no processo e que reconheçam que as regras são fruto da sua concordância, e ainda que obterão vantagens individuais agindo em grupo, não há garantia de que irão se envolver efetivamente (OLSON,1999).

Além disso, mesmo que todos participem e elaborem regras comuns com as quais estejam de acordo, ou que as regras derivem dos costumes, isso não significa que elas não serão burladas, como já tratamos em outro momento deste texto (MALINOWSKI, 2003).

Alguns moradores entendem que o papel da FVA, associado ao papel do IBAMA no parque, é ajudar quem reside a continuar vivendo na área, com base em usos conservacionistas, como ilustra o depoimento abaixo, de Alda[31], moradora da comunidade Patauá, no rio Jaú:

> *Porque se você vai sair daqui para um outro canto, você não sabe se vai se dar mal, se vai se dar bem. Então isso que eles tão lutando aqui com nós, pra nós não sair daqui. Que a vontade deles* (do IBAMA) *é tirar mesmo, mas só que o Delmo com a Jasi* (técnicos da FVA) *e mais outros tão lutando pra nós não sair daqui (...) E tem muita gente que tem cabeça dura, não entende, sabe, (...) porque a gente*

[31] Casada, trinta e nove anos declarados, quatro filhos pequenos.

> *aqui precisa e por uma parte eu até dou razão para o IBAMA. Porque eles não querem que acabe aqui, né. Então, como eu disse uma vez para o (...) que ele veio filmando aqui, fazer entrevista, eu fui para ali, tava arrancando macaxeira pra eles, aí ele de repentinho foi perguntar se o IBAMA fazia mal aqui, as pessoas, eu disse que não, que fazia bem, (...) eles tavam fazendo tudo para não acabar o que tem aqui dentro. Porque no momento, se eles liberam essa boca* (foz do rio) *aí, aí entra gelador de todo tamanho, entra pescador e acaba bicho de casco, acaba pirarucu, peixe boi, com tudo aqui. E aí as pessoas que moram aqui? Não tem nem um peixe. Se quizer ir sabe lá onde pegar um peixinho. Então eles tão de parabéns que eles tão fazendo isso não é pro bem deles não, é pro bem da gente aqui. Então muita gente não entende o que eles tão querendo fazer, né. Então é isso,(...)eu não sou contra o IBAMA não, eu sou a favor deles e o que eles tão fazendo* (Alda, moradora da comunidade Patauá, no rio Jaú, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

Outro morador diz que o papel da FVA é incentivar iniciativas de baixo impacto ambiental que contribuam para a melhoria de vida da população do parque. Por exemplo, Levi[32], então vice presidente da AMORU, então morador da comunidade Manapana (2004), atualmente morador de Tapiira (2005) ambas no rio Unini, diz que quer abrir uma fábrica de doces com incentivo da fundação, com a expectativa ainda de fazer conexões com outras instituições filantrópicas dispostas a pagar projetos a fundo perdido para moradores do Jaú:

> *(...) A gente pretende fazer outras coisas para (...) diversificar. A gente pode usar a mandioca pra fazer outras coisas que dê preço melhor que a farinha (...)*
> *Eu penso em fazer um projeto, pra conseguir recursos pra fazer uma mini-fábrica de doces. Nessa comunidade aonde vai ter o reassentamento já. A gente tem financiadores para isso, a disposição, é só fazer projeto e mandar, que o mais difícil é arranjar financiadores para isso, que a gente já tem, por exemplo, ONGs. Por exemplo, a Cauda Solidária, uma ONG espanhola, então se mandar projeto eles podem aprovar e tá mandando dinheiro pra gente, dinheiro que é a fundo perdido, tem que ter prestação de conta mas não que nem o banco faz. Banco financia, mas tem que devolver (...), e é com juros e correção monetária. Tem também a "Blue Mon" que é uma outra ONG internacional (...) Se a gente colocar aqui um selozinho, essa daqui é a castanha do Unini, que foi transformada numa rapadura especial, um negócio tão gostoso, que vai valer um real um tabletezinho, e isso vai valorizar o produto, né, e eu vou gastar muito menos produto, né. Se para mim ganhar 1000 reais eu tinha que cortar 300 cachos de banana, eu vou ganhar 1000 reais com 100 cachos de banana, né. E são artesanatos de madeira, de fibras vegetais, tudo isso é coisa que tá na cachola aqui, que a gente pretende fazer manejo, pra isso vai precisar manejo* (Levi, em entrevista à autora e à Ana Beatriz V. Mendes e a autora, em agosto de 2004).

[32] Casado, por volta de 35 anos, três filhos pequenos.

Alguns moradores associam a FVA à uma espécie de espião, que, embora não aja em ação com o IBAMA na punição de infrações ambientais, vigia os moradores, sabe de suas práticas, exercendo assim o papel de controle social. Nas palavras de Laerte:

> *É. O povo sabe daqui de tudo porque a gente trabalha aqui dentro é como que quem tá preso, mas é um preso de documentação, através da FVA, que é papel da FVA aqui dentro (...) Então tudo isso aí através disso, das pesquisas deles, eles sabem quem é nascido e criado aqui dentro, sabe quantas pessoas tem nas casas, sabe quem é o pai, quem é a mãe. Sabe se veio do Solimões, sabe se são só daqui* (Laerte, em entrevista à equipe de pesquisa em agosto de 2005).

A interpretação dos moradores sobre a atuação da FVA no parque é bastante heterogênea. Embora grande parte dos moradores que interagem com os técnicos e pesquisadores da FVA considerem o trabalho dessa instituição junto a eles como algo que visa beneficiá-los, em conversa com morador a respeito do papel desta entidade no parque, há opiniões muito diversas, inclusive uma bastante curiosa, a de um morador que nos disse não ter dúvidas a respeito dos reais interesses da Fundação no parque: a busca por ouro, que, segundo ele, compõe todo o subsolo do vale do rio Jaú![33]. Essa desconfiança ficou ainda mais acirrada quando um pesquisador da FVA ficou perambulando por vários dias em áreas consideradas bem inóspitas pelos moradores, colhendo amostras de terra. Nas palavras do morador:

> *é, eu sei que o que tão procurando mesmo, colhendo terra, é ouro, que tá cheio por aqui* (seu Pereira, morador da foz do rio Carabinani, em depoimento à autora e à Eliana Creado em agosto de 2002).

2.3. A RELAÇÃO ENTRE IBAMA E FVA

A relação entre o IBAMA e a FVA passou por várias fases distintas desde o início da parceria. Embora esta só tenha sido oficializada em 1993, com a institucionalização, por meio de um Convênio, a FVA já desenvolvia atividades na área do PARNA Jaú desde 1990.

[33] Interessante notar a semelhança arquetípica desse relato com a *lenda de Eldorado*, uma cidade toda em ouro que estaria escondida no meio da selva amazônica.

Durante a primeira fase dessa parceria, com duração aproximada de cinco anos, as dificuldades enfrentadas relacionavam-se principalmente ao fato de as duas instituições não possuírem instrumentos suficientes para efetivar a co-gestão. E, embora tenham ocorrido conflitos conceituais entre IBAMA e FVA, esta última caracteriza essa fase em termos positivos, como um período de avanço na discussão da conservação da biodiversidade (FVA,1998).

O principal conflito conceitual entre IBAMA e FVA refere-se à maneira como concebem a permanência dos grupos locais residentes no Parque, outro consiste no entendimento sobre qual o papel de cada um nessa relação – parceria ou terceirização de ações ? (FVA,1998)

Houve momentos de ruptura ou descontinuidade entre as ações dessas duas instituições, que, embora formalmente parceiras, na prática não trabalhavam em conjunto, nem ao menos se comunicavam, segundo relato de Carlos Durigan (em março de 2004).

Há grande dificuldade de comunicação entre esses órgãos. Os técnicos do IBAMA, em relatório enviado a instâncias superiores deste órgão relatavam, num tom de acusação, que alguns técnicos da FVA envolvidos no processo vinham trabalhando com os moradores no sentido de dar-lhes condições para que se sentissem cada vez mais estimulados a permanecer nessas áreas, o que, da perspectiva dos técnicos do IBAMA atuantes na área do parque naquele momento, era um contra-senso, uma vez essas populações estavam alocadas numa unidade de conservação indireta (FVA,1998). Segue abaixo transcrição de um ofício interno do IBAMA, assinado pelo então chefe do Parque (1995), João do Carmo, a instâncias superiores:

> *Como resultado da reunião ocorrida no Seringalzinho, no período de 14 a 15.07.95, uma série de questões de preservação e conservação do Parque Nacional do Jaú ficaram conturbadas. As propostas levantadas pela FVA estão indo de encontro frontalmente aos objetivos do IBAMA/AM.*
> *A fiscalização realizada no Parque Jaú, no período de 08.08 a 15.08.95, foi efetivada por necessidade de proteger o patrimônio da Unidade de Conservação. Os moradores do Parque também solicitam esta fiscalização, o que não justifica, principalmente pela forma como foi implementado, de ser classificada como uma ação prepotente e despótica.*

A forma como os trabalhos estão sendo conduzidos pela FVA, referentes as atividades com a comunidade, estão gerando situações de desconforto ao IBAMA, ao incentivar a rebelião dos moradores locais.
O chefe do PARNA não está encontrando clima e condições mínimas de administrá-lo.
Não temos nada a questionar quanto aos trabalhos de pesquisa, visando o Plano de Manejo da UC. Mas a forma como está sendo conduzida a co-gestão, para com os moradores locais, está gerando situação de confronto.
Estamos extremamente preocupados, a ponto de questionarmos a continuação do convênio, ou quem sabe restringirmos unicamente a concretização do Plano de Manejo.
E aproveitando o ensejo, venho reiterar o acordado na reunião do PAE em BSB, referente à elaboração de um Programa de Transição para as comunidades do PARNA Jaú, visando a sua retirada da unidade de forma gradual (Ofício do IBAMA, da Superintendência do Amazonas – SUPES/AM, 06/09/1995).

Encontramos ainda no IBAMA um outro ofício semelhante ao anterior, mas de 11/09/1995. Nele há uma parte idêntica à reproduzida acima e mais o acréscimo das seguintes queixas:

> *(...) a técnica desta Fundação senhora Regina Oliveira está levando os moradores locais a um confronto direto com as diretrizes desta instituição, principalmente com as ações de fiscalização (...)* (Ofício do IBAMA, da Superintendência do Amazonas – SUPES/AM, 11/09/1995).

O ofício de 1995 diferencia-se do anterior pelas fontes documentais citadas pelo seu autor para respaldar e destacar legalmente a sua reclamação: cita algumas leis que respaldam a atuação do IBAMA: Lei n º 4.771, do Código Florestal; Lei n º 5.197, de proteção à fauna; Decreto n º 84.017, que regulamenta os Parques Nacionais; portaria do IBAMA n º 267, de penalidades e infrações; e também o Plano Emergencial do PARNA Jaú de 1995.

O mesmo ofício sugere um plano de transição para as comunidades:

> *Um cadastramento dos moradores tradicionais existentes dentro do perímetro do Parque visando a propositura de medidas voltadas à compatibilização da ocupação e do uso destas áreas até que medidas definitivas sejam estabelecidas, levando em consideração:*
> *Tempo de residência*
> *Ter no uso da terra a base de sua subsistência de maneira autônoma*
> *Estar exercendo suas atividades de forma compatível com a conservação ambiental,*
> *Não colocando em risco os atributos que motivaram a criação e a existência do Parque;*
> *Importante ainda seria limitar as áreas passíveis de serem contempladas (se for o caso) com autorização especial de caráter precário que assegurem a continuidade*

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
CÉSAR LATTES
DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÃO

> *de seus padrões de subsistência, enquanto outra solução definitiva, ecológica e socialmente adequada não seja estabelecida, não implicando o fato em qualquer reconhecimento de domínio ou posse, pois estas deverão ser avaliadas em processos e ocasiões propícias* (Ofício do IBAMA, da Superintendência do Amazonas – SUPES/AM, 11/09/1995).

Há ainda um outro ofício do técnico do IBAMA local, no qual é relatado um evento ocorrido no dia 15/09/95 onde há uma queixa da intervenção da FVA. O trecho de ofício abaixo ilustra a situação conflituosa entre IBAMA e FVA sobre normas de uso de recursos no parque:

> *Às 16:00 horas, no flutuante municipal de Novo Airão, a Senhora Regina da Fundação Vitória Amazônica em conversa com algumas pessoas, entre elas o filho do Senhor Vivaldo juntamente comigo, deixou claro que o parque estava liberado (bicho de casco) e quando eu perguntei de que se tratava ela me respondeu que eu sabia muito bem porque eu estava na reunião.*
> *Gostaria de saber se realmente os produtos vindos do parque do Jaú estão mesmo liberados para que possa responder a várias pessoas que me perguntam* (Raimundo Nonato Figueiredo, para Chefe do NUC – Núcleo de Unidades de Conservação do IBAMA/AM, em 18/09/95).

Tudo indica que a parceria com a FVA tenha sido negativamente associada pelos técnicos do IBAMA como uma perda de poder e/ou autoridade junto aos moradores por conta da intervenção da FVA (FVA, 1998).

Apesar das divergências conceituais e dos problemas decorrentes do convênio entre FVA e IBAMA, essa parceria representou um avanço na discussão e na prática da gestão de UCs num nível nacional, ou seja, entre outras ONGs que atuam em parceria com um órgão governamental na gestão de uma Unidade de Conservação.

É interessante ressaltarmos que a maior ou menor eficácia da parceria entre essas instituições na co-gestão do parque depende, em grande parte, das pessoas envolvidas nessas instituições em cada momento desse processo, que, visto sob uma perspectiva imediatista pode aparentar ser inviável, ou significar uma mudança institucional para pior.

Poderíamos ver a positividade dessa experiência a partir da consideração do histórico desse processo, rumo a uma nova forma institucional de efetivar uma gestão, mesmo que, no decorrer da construção dessa relação de parceria entre o

IBAMA e a FVA, a relação entre essas instituições tenha sido difícil, caracterizada pela negligência na comunicação e no trabalho conjunto, e até, em alguns momentos, uma parceria que parecia mais prejudicar do que contribuir para a execução das atividades planejadas, como ilustra a correspondência enviada ao IBAMA por técnica da FVA transcrita a seguir:

> *Prezado João do Carmo,*
>
> *Fiquei, ontem, aguardando seu telefonema, conforme combinamos na quarta-feira (dia 17), para saber se você iria ou não viajar para o Parque. Como não tive retorno, tentei ligar duas vezes na parte da manhã e duas na parte da tarde, de ontem e de hoje, em vão. Deixei recado com a Eremita e com a telefonista, mas, infelizmente, não obtive resposta.*
>
> *A verdade é que já não sei mais o que fazer para tornar nosso trabalho de parceria cada vez mais integrado e eficaz. As tentativas de aproximação e de facilitar o andamento do convênio não têm sido poucas, mas os resultados estão sendo quase que inexistentes. Eu consigo compreender a correria do seu dia-a-dia, suas viagens a campo e outras que surgem inesperadamente, mas não entendo porque você não consegue reservar um tempo "exclusivo" para o nosso convênio.*
>
> *Precisamos de uma troca constante de informações. Acho que isso ficou bem claro na reunião que tivemos no dia 20 de abril. Este Termo, conforme eu já tinha explicado para você e para o Ângelo, e ainda na própria carta de apresentação do mesmo, deveria chegar com a maior brevidade em Brasília, após suas análises e pareceres.*
>
> *Como você sabe, o convênio de co-gestão não tem continuidade sem que o Termo Aditivo seja assinado. Por isso, falei com você, pelo telefone, no dia 09/05, terça-feira, para saber se as análises já tinham sido feitas. Você me disse que o documento estava com o Ângelo e que ele o enviaria para Brasília no outro dia, ou seja, quarta-feira. Aproveitei esta conversa para perguntar-lhe se você já tinha conversado com o Sr. Salomão a respeito da guarda da voadeira e do motor de 60 HP, que se encontram no flutuante do IBAMA. Você me respondeu que o vigia havia estado na Superintendência e que você não conseguia entender o porquê dele ter ido, no domingo, me procurar para reclamar da situação. Você me disse ainda que iria conversar, mais uma vez com ele, antes de ir viajar para o parque que, provavelmente, aconteceria no outro dia, pela manhã.*
>
> *No dia 11/05, quinta-feira, eu estive no IBAMA. Você não tinha ido viajar, ainda não tinha ido até o Sr. Salomão e me prometeu que o Ângelo levaria para Brasília o Termo Aditivo já analisado.*
>
> *Na terça-feira desta semana, dia 16/05, depois de várias tentativas, consegui falar com você, por telefone. Para minha surpresa, o Ângelo já tinha viajado e não levou o Termo Aditivo. Você me disse que ele tinha esquecido o documento em cima da mesa, mas que era para eu não me preocupar que você já o tinha enviado, via sedex, para Brasília. Neste dia, você ainda não tinha conversado com Sr. Salomão.*
>
> *Ontem, dia 18/05, eu liguei para o Sr. Lázaro, em Brasília e, até aquele momento, ele não tinha recebido o Termo Aditivo. Ele me disse que o Ângelo já havia passado*

por lá, mas que, quando ele saiu de Manaus, "o documento estava com o João do Carmo".

João, na verdade, gostaria de estar conversando pessoalmente com você. Acredito, como sempre digo, que o nosso convênio tem tudo para dar certo, mas para que isso aconteça, é necessário que haja, cada vez mais, maior interação e colaboração. Você sabe o quanto é importante para nós todos que este Termo Aditivo seja assinado rápido. Sem ele, repito, é impossível trabalharmos conforme planejamos. Você sabe também a importância e o valor dos equipamentos que estão sob a responsabilidade do Sr. Salomão e que, se não tomarmos providências, eles poderão ser danificados. Você tem, ainda, com certeza, consciência de quão valiosas são nossas reuniões que foram marcadas semanalmente e até agora não aconteceram. Por isso tudo e acreditando em sua vontade de trabalhar com afinco para o maior Parque Nacional do Brasil, é que envio esse fax, pedindo-lhe que entre em contato comigo e assuma suas responsabilidades, para que juntos (FVA e IBAMA), possamos desenvolver um exemplo único de co-gestão, onde as duas partes estão realmente voltadas para os mesmos fins e possuem objetivos comuns, conto com você (correspondência de Ana Cíntia Guazzeli, coordenadora de eventos institucionais da FVA em 19/05/1995 para João do Carmo Oliveira de Jesus, então chefe do PARNA Jaú).

A explicitação dos problemas surgidos no decorrer do processo de construção de uma parceria entre o IBAMA e a FVA teve o intuito de elucidar as dificuldades encontradas na consolidação de um novo padrão de política administrativa de uma Unidade de Conservação.

A negociação e o diálogo ou o não-diálogo entre essas instituições apontam para o fato de que a transição de uma política administrativa para outra não é algo simples nem rápido, é um processo muitas vezes lento, difícil, não-linear, marcado por constantes avanços e retrocessos.

Como já mencionamos, a relação do IBAMA com a FVA parece mudar ao sabor do envolvimento dos técnicos dessa instituição em cada momento do processo. Há diferenças expressivas entre a ação dos técnicos desse órgão antes de 2001 e depois, com a entrada dos novos analistas ambientais concursados. Por exemplo, um dos atuais analistas ambientais concursados (2002) atuantes na área do parque, Daniel Borges, tem uma postura bastante distinta à do IBAMA de outras épocas; admite que a FVA assumiu muitas incumbências que não lhe cabiam e disse ainda que os analistas concursados inauguraram uma primeira fase de real parceria entre FVA e IBAMA. Em suas palavras:

> *(...)Aquela foi construída com recursos da Fundação que eles conseguiram e ela depois tem que ser tombada em nome do IBAMA, né. A gente pediu autorização da Direc, mandou a planta pra lá, que tem o setor de obras da Direc, que tem que te dar autorização para você poder fazer intervenções e engenharia dentro de unidades de conservação, eles aprovaram a obra, a gente autorizou a construção, foi feita e depois que terminar este contrato com a FVA, todos estes equipamentos, tudo que foi adquirido durante o contrato do termo de parceria tem que ser revertido pro IBAMA, pra unidade de conservação. Até aquele flutuante por exemplo, que é de pesquisa, ele é do IBAMA já há muitos anos, a FVA fez uma reforma. Mas fica aquela coisa, o flutuante da FVA, porque o IBAMA nunca existiu no parque o chefe era um chefe fictício. Ia lá, passava uma semana e passava três meses em Manaus. Então, a gente não pode, tem que ter muito cuidado na hora de fazer crítica porque de certa maneira eles assumiram muita coisa. Se eles conduziram certo ou errado, é outra história, mas pelo menos assumiram muita coisa ali, inclusive coisa que não é de competência deles, mas por simples ausência mesmo de quem era o competente para assumir aquilo, né. Agora com a nossa vinda para cá teve uma mudança grande na equipe da FVA, facilitou muito o diálogo, a interação ta muito maior, a honestidade na hora de se tratar das coisas também é muito maior. Que honestidade que eu digo no sentido de falar as coisas que você ta pensando mesmo, sabe, de abrir o jogo, olha, isso aqui não vai dar pra gente aceitar, ou isso aqui a gente vai ter que modificar, e da parte deles também é a mesma coisa. Eu acho que pela primeira vez, nós passamos a ter uma relação de parceiros. Que nunca existiu uma relação de parceiros, na verdade, era uma relação de disputa muito grande. E pela primeira vez nós temos uma relação de parceria* (Daniel Borges, em entrevista à Eliana Junqueira Creado e a autora em agosto de 2005).

Borges comenta ainda a nova fase de diálogo inaugurada entre o IBAMA e a FVA com a entrada dos analistas ambientais do primeiro concurso do IBAMA, em 2002, além de relatar como a experiência de trabalhar no parque mudou suas posições mais radicais contra a presença de população em parques.

Borges considera que com a nova leva de funcionários do IBAMA, melhorou muito a relação deste órgão com a FVA. Segundo ele, as diferenças entre essas instituições antes eram transformadas em inimizades, e hoje as divergências são discutidas, há um diálogo. Nas suas palavras:

> *Sabe, eu acho que isso é fundamental, ser divergente é muito bacana, é muito legal. Eu tenho pensamento quando eu cheguei aqui eu era muito mais radical do que eu sou hoje. Eu tinha uma visão biocentrista da coisa, que é ponta pé mesmo, sai meu, se vira, entendeu, e isso mudou bastante. Por outro lado, o Marcelo fala, quando eu cheguei eu era muito mais social, e hoje eu to um pouco mais cansado dessa coisa, né. Procê ver que tem neguinho que usa isso de maneira sacana, aquele discurso do conveniente, pro seu Marcelo fala uma coisa, pro Daniel, falo outra. Então o Marcelo falou pra mim outro dia: Se era muito mais estourado do que*

se é, e eu disse pra ele que ele era muito mais calmo do que se é hoje, entendeu? Realmente, a gente foi se contrabalanceando (...) Eu acho que a FVA tem algumas divergências com a gente, assim, que são normais, mas elas estão sendo discutidas de uma maneira muito mais saudável, a gente ta conseguindo chegar num denominador comum. A gente sabe que tem gente ali que não vai querer trabalhar com a gente de jeito nenhum, mas quem quizer, porque não? Aquela história, não vou pegar o cara, você vai servir, você (...) O que você quer fazer? Não quero fazer nada. Beleza, é a tua opção (Daniel Borges, em entrevista à Eliana Junqueira Creado e à autora em agosto de 2005).

CAPÍTULO II

AS FORMAS DE SOCIABILIDADE E DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL ANTES E DEPOIS DO PARQUE: ROMPENDO OS LIMITES LOCAIS

2.1. UM PEQUENO RESGATE HISTÓRICO ATÉ OS DIAS DE HOJE

Há uma clara mudança nas estratégias de sobrevivência dos moradores do Jaú antes da área ter se tornado um Parque (em 1980) e agora.

Por muito tempo, os relatos dos moradores indicaram que a base da sobrevivência dos moradores do lugar era o comércio de madeira, de *bichos de casco* (quelônios), peixes, piabas[34], carnes de caça, ovos de tartaruga, peles e couros que, embora proibido pelo Código Nacional da Fauna, foram atividades largamente praticadas na área (LEONARDI, 1999; BARRETO, 2001).

Os moradores geralmente vendiam estes produtos para barcos geleiros, que os compravam em grande quantidade por preços irrisórios, e os revendia a muito bom preço em Manaus e outras regiões do país, principalmente as carnes de quelônio, as de caça e os apreciados peixes amazônicos (como o Tucunaré, o Pacu, Pirarucu, etc). Também se praticava a venda de madeiras nobres, abundantes na área, principalmente a Itaúba e a Acaricoara.

Num período ainda mais remoto, nos séculos XVII e XVIII, toneladas de produtos da floresta – especialmente as chamadas *drogas do sertão* – como corantes de frutos, resinas e óleos vegetais, principalmente resina de sorva e balata, óleo de andiroba, copaíba e tamaquaré, ervas aromáticas e temperos, salsa parrilha, cacau e outros produtos extrativistas eram retirados e/ou produzidos em abundância, além da apreciada manteiga de ovo de tartaruga; da castanha do Pará, de caju, com a

[34] pequenos peixes ornamentais.

utilização da mão-de-obra dos tapuios[35], todos esses produtos eram exportados para a europa (LEONARDI,1999).

Já no século XX, o Jaú viveu intensamente a *febre* da seringa, retirada para exportação, atividade que teve seu auge entre 1884 a 1914 (DEAN, 1990; WEINSTEIN, 1993), quando entrou em crise vertiginosa frente à concorrência do látex da Malásia, de melhor qualidade, no mercado internacional. Nesse período, toda a mão-de-obra cabocla, indígena e portuguesa da região trabalhava o quanto podia na produção dessa goma.

Assim, nesse período, os lugarejos e pequenas cidades que floresceram rapidamente devido aos lucros rápidos e exorbitantes da extração da seringa se dedicavam exclusivamente a essas atividades, com o uso inclusive, da mão-de-obra dos milhares de migrantes nordestinos, e os patrões de seringa desfrutavam de um alto padrão de vida, baseado no consumo de produtos manufaturados, importados da Europa através de armazéns em Manaus, e de víveres produzidos em outras localidades. A partir dessas considerações, é compreensível que, quando a exportação da borracha brasileira entrou em decadência, isso tenha gerado crise, decadência e, por vezes, completa ruína de economias da região completamente baseadas na seringa, como ocorreu na extinta cidade de Santo Elias do Jaú, ou Velho Airão, que hoje se resume a um amontoado de ruínas desse período de pujança econômica dos barões da seringa (LEONARDI, 1999).

Em pesquisa realizada por Leonardi (1999) sobre essa extinta cidade, o estilo de vida abastado no período do auge do ciclo da borracha pode ser constatado a partir do levantamento dos registros de compra que eram encaminhados de Santo Elias do Jaú para grandes armazéns importadores de Manaus.

Nos registros das listas de compra incluíam-se fraques, porcelanas, vinhos, sedas, azeite de oliva, dentre outros prescritos, o que atesta o alto poder de consumo dos barões da seringa em sua época áurea, cuja queda vertiginosa se dá a partir de 1914, com a derrocada da borracha brasileira no mercado internacional.

[35] *Tapuio* é o nome genérico dado aos índios destribalizados e aldeados.

Recapitulando as atividades predominantes no Jaú, em ordem cronológica, elencam-se: exportação de drogas do sertão – séculos XVI e XVII; extração de madeira – principalmente do século XVIII em diante, acentuando-se no período da introdução dos barcos a vapor no vale do Jaú, associada à extração de seringa que teve seu auge nas duas décadas do século XIX e na primeira década do século XX.

É interessante notar que ao longo da história de ocupação da região houve uma grande esvaziamento humano no vale do rio Jaú, atribuída principalmente às epidemias de doenças trazidas pelos portugueses e à cabanagem.

Houve um verdadeiro genocídio indígena na região promovido pelos portugueses. Destacando-se o massacre dos índios Manao – dos quais deriva o nome da cidade de Manaus – pelo fato de os índios dessa etnia, quando capturados, realizarem trabalho forçado para os portugueses, mas não se disporem a auxiliar na captura de outros índios. Pelos conflitos decorrentes desse processo de aldeamento e escravidão indígena, várias etnias se extinguiram por completo: além dos *Manao*, os *Mura, os Juma* e outras.

Além dos conflitos envolvendo a captura de índios ainda não destribalizados, havia também aqueles ocorridos nos resgates de índios já aldeados e domesticados que fugiam para áreas distantes da floresta amazônica, fundando espécies de quilombos – centros de resistência ao trabalho escravo imposto pelos portugueses.

Até o século XVIII, os sujeitos dessas transformações eram principalmente missões carmelitas portuguesas e índios tapuia. Posteriormente, da segunda metade do século XIX até o final do ciclo da borracha, a região recebeu levas de migrantes nordestinos incentivados por propaganda governamental, que tinha como slogan: "juntar pessoas sem terra com terra sem pessoas" (SCHMINK & WOOD,1992), visando promover o povoamento da área. Interessante notar que, no auge da crise da borracha, o governo do estado do Amazonas bancou a passagem de volta desses migrantes à sua terra de origem (LEONARDI, 1999).

Já no século XX, no período que se estende da completa decadência da borracha, na década de trinta, até a implantação do PARNA Jaú, predominavam as atividades de

contrabando de caça, pesca, peles e couros, e o extrativismo de produtos vegetais, tais como a sorva, a balata, cipós, óleos e resinas.

Com a transformação da área em Parque, e a conseqüente proibição da entrada de barcos geleiros e de quaisquer outros barcos de comércio na região, o escoamento dos produtos de origem vegetal, mesmo não tendo sido proibido, ficou bem reduzido, uma vez que o acesso à região era permitido apenas aos regatões que fossem moradores do lugar, para comerciar com os ribeirinhos.

A história das atividades econômicas dos moradores do parque foi, portanto, fortemente baseada em extrativismo vegetal e animal, e essa é também uma das razões pelas quais os moradores que tem atualmente a agricultura como sua principal fonte de renda, fortalecida após a implantação do parque argumentam que, se não fosse a intervenção do IBAMA, não haveria mais estoque de recursos suficientes para consumo no grupo doméstico.

Muitos moradores que praticam a agricultura hoje no parque dizem ter vindo para a área inicialmente para cortar seringa. Como já citamos, seu Erasmo, atualmente o morador mais antigo do rio Jaú, com 81 anos, nascido em Santarém, veio para o Jaú em 1957. Em suas palavras:

> *(...) eu vim por causa da seringa. Eu trabalhava na seringa, com os Bezerra. E foi o tempo que o velho tava muito velho, não podia mais trabalhar com ninguém, aí eu vim pra cá, pra esse lugar, pra trabalhar em roça. Mas eu morava lá no alto (...) Eu trabalhei com seringa desde 1950 até 1956, aí foi o tempo que o velho tava velhinho e acabou o serviço dele, né.Aí vim plantar, fazer um roçado, trabalhar em roça. Neste tempo, é que eu comecei a trabalhar em roça. Lá pro outro lado, botava roça, vinha pra cá, botava roça. Cheguei a trabalhar numa porção de terreno aí pra cima* (Seu Erasmo, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

2.2. ANTES E DEPOIS DO PARQUE: EXTRATIVISMO E CONTRABANDO PARA A AGRICULTURA

"...antes, tudo era dinheiro" [36]

Muitos dos moradores do PARNA Jaú nos relataram que viveram por muito tempo do extrativismo e da venda de animais silvestres, vivos ou na forma de peles e carne

[36] Dona Albertina, referindo-se ao tempo em que sistematicamente vendia caça para o sustento de sua família.

salgada. Um dos relatos emblemáticos desse passado foi o de Tertuliano, que descreve seu antigo modo de vida:

> *A gente trabalhava lá em cima em extrativismo (...) realmente, na época, eu tinha bastante medo que o IBAMA me pegasse porque eu usava também o contrabando, inclusive: a fantasia, que eu matava, que é o maracajá, a onça, pegava também a tartaruga e aí a gente usava também o contrabando que era também um meio de vida que a gente vivia para ajudar a produção, né, porque a produção na época era muito barata. O quilo da sova era 30 centavos na época e a borracha era 80. Então, a gente fazia muito produto para dar pouco dinheiro, e a mercadoria, o preço era estourado, que nem hoje é ainda aqui, mas a gente fazia o esforço e ia se mantendo. Ficava devendo ao patrão, ninguém nunca pagava a conta. Quando pagava já comprava outro rancho* (Seu Tertuliano, em entrevista à equipe de pesquisa, em julho de 2005).

Dona Albertina, antiga moradora das cabeceiras do rio Unini, e atualmente a moradora mais antiga do rio Unini, com 92 anos registrados na carteira de identidade (mas um pouco menos na realidade, por volta de oitenta segundo seus cálculos) nos relatou passado extrativista para fins de contrabando. Vendia principalmente cabeçudos, a espécie de quelônios mais abundante na região, localmente chamados de bichos de casco, todas da família das tartarugas. Esses animais tinham muita procura e preço bom nos municípios vizinhos ao parque e em Manaus. Em suas palavras:

> *Antes, tudo era dinheiro (...) pegar cabeçudo pra gente viver. Era o trabalho que nós tinha. Que nesse tempo, era tudo dinheiro, não é como agora. A gente pegava um cabeçudo vendia, comprava. Mas agora* (Dona Albertina, em entrevista à equipe de pesquisa em agosto de 2005).

Dona Albertina ressaltou ainda que a atividade só deixou de ser largamente praticada pelos moradores a partir da proibição do IBAMA.

Com a implantação do parque, a queda no preço da seringa no mercado, na composição da renda e a contínua escassez de caça, ocorreu a transição na predominância do extrativismo na composição da renda para a produção de farinha, inexistente na época em que predominava o extrativismo até para consumo próprio. Nas palavras de Dona Albertina :

> *(...) Aí ficou já a roça (...) de umas épocas para lá, nem todo mundo possuía roça. Aí foi o tempo que alguns foram mudando mesmo o ramo, não tinha mesmo do que*

> *viver, e aí foram plantando, né, a roça (...) Comprava a farinha para pagar com a produção que a gente fazia. Aí o pessoal não tinha tempo de botar roça. Era nos igarapés por aí, muitos passavam uma semana num canto, aí já saía, já ia morar noutro canto, então aí não tinha condições de plantar por causa que não tinha um local certo, né. Aí a gente não tinha condições de plantar mesmo, aí a gente achava melhor comprar mesmo, porque o patrão trazia muito, ele trazia 200-300 sacos de farinha, e a gente comprava uma saca e passava uma temporada de inverno tirando a produção* (Dona Albertina, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

Dos relatos obtidos, observamos que a tendência predominante de mudança de atividades dos moradores foi a transição do extrativismo para a agricultura como eixo central na composição da renda de muitas famílias, seja em razão da queda da seringa (abandono do extrativismo vegetal), seja em razão da implantação do parque e do controle pelo IBAMA (abandono do extrativismo animal). Seu Tertuliano destaca que a roça passou a ser a atividade econômica central há menos de duas décadas. Em suas palavras:

> *Eu comecei a plantar há 15 anos atrás, né, que foi quando eu comecei a plantar mesmo assim direto, né, roça, e eu acho que o pessoal também, todo mundo virou junto para plantar roça, porque não tinha uma outra opção de produto para produzir. Aí nós ficamos. Então, os outros lugares aí do Rio Negro, era difícil de farinha, né. E a gente vai vendendo a farinha, e até agora ela baixa de preço, mas ela nunca deixou de dar dinheiro. E a gente continua fazendo a roça, porque é o único meio que a gente pode comprar um café, pode fazer 10 sacas de farinha e vender lá no Município, né. Eu deixei de comprar do regatão, porque eu achei que o meu dinheiro não rendia, meu produto não dava. O tempo que eu fui pagando as minhas continhas, aí eu já fiquei feliz, né* (Tertuliano, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

Uma outra moradora, Teca, ressaltou que junto com a roça, havia outras práticas complementares, compondo uma estratégia de uso múltiplo de recursos que ajudava a preservar os recursos, principalmente pela alternância de atividades de extrativismo com atividades de roça. Quando indagada se praticava atividades extrativistas na área do parque, ela respondeu o seguinte:

> *Tiro, lá pro rio (...) Aqui não, aqui (...) nós já tiramo[s], nós temo[s] um igarapé lá abaixo onde nós morava (...) tem certas pessoas (...) que eles não se preocupa de plantar um pé de roça, eles querem viver só de tirar o cipó (...) Não é bem assim, a gente tem que ir por etapa: planta uma roça, agora a farinha tá bem baratinha, daí você vai lá e tira o cipó. Tá dando dinheiro, ou se tá achando que tá interessado, vai lá, mas se você procurar acabar tudo d'uma vez, vai chegar um dia que você vai ter*

um lado que você vai correr e não achar ninguém. E eu falo assim: "não, aquele igarapé lá eu não quero que ninguém mexa não. Aquele igarapé lá eu não tenho o documento dele, mas a casa fica próxima lá, e eu não abandonei meu sítio, tenho as minha[s] picada[s] de castanha lá e eu não quero que ninguém mexa".É porque que nem eu tô dizendo, se você quebra castanha, você vai ter que programar dois meses ou um mês e pouco pra castanha, você vai tirar (...) você terminou, você vai fazer farinha, porque é no início, a castanha já vai cair aqui quase no meio do inverno, aí você faz farinha aqui um período, quebra castanha nessa, já planta a roça aqui, tem tempo pra ir pra Manaus e vai (...) vai fazendo assim pra dar tudo certo o ano inteiro, pra fazer uma rotina assim igual. Já tem outros que não pensam assim não, sabe, "vamo logo lá, tem cipó", aí eles nem trabalham direito, fazem a bagunça lá tudo (...) esse pessoal fica tudo tirando cipó, por que quê eles não plantam roça também, pra ficar um período na roça? Porque até agora o IBAMA não perturba a gente com negócio de roça, até agora nós tamo fora. Até por que não tem uma fazenda na beira desse rio (Teca, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

A produção familiar de farinha de mandioca (que no sudeste é a mandioca brava, venenosa) que pode apenas ser utilizada depois de transformada pela sua toxidade, é a atividade de subsistência mais marcante na região. A venda de farinha foi relatada por muitos moradores como sendo atividade central de subsistência. Segundo seu Gilberto:

Olhe, o sustento melhor é a produção que eu faço de farinha, tá. Por que com a farinha, eu tiro um bocado de proveito, de coisas que a gente pode se sustentar. A farinha eu embarco no meu barquinho próprio que eu tenho aí, tá, vou vender lá em Novo Airão, lá eu compro o meu ranchinho, venho para cá para trabalhar. E tem as despesas, né, tem as despesas de viagem, etc. Mas, de qualquer maneira, eu tiro a subsistência dali. Dessa produção. O cipó, eu parei de trabalhar no cipó, por que ficou muito distante, né, e as pernas já dóem um pouco, por que a idade já está crescendo, a idade vai crescendo, né. E a força está diminuindo. Então a idade cresce e a força diminui, né, para a gente andar muito não tem condições. E a roça, não, é perto de casa, a gente trabalha à vontade, a hora que quiser ir trabalhar, a gente trabalha. E daí é que eu estou tirando a subsistência da minha família. Daqui a pouco vocês podem entrar ali para já ver alguma produção que já tem aí, que daqui uns dias eu já estou descendo para Novo Airão para levar, tá. Para comprar o alimento para casa. É daí que eu tiro a subsistência da minha família (Seu Gilberto, em entrevista à equipe de pesquisa em agosto de 2005).

Seu Laerte também relata ter sido a agricultura centrada na mandioca e a produção de farinha o esteio de sua família, há gerações:

Tem gente que não gosta de plantar. O problema é esse. Tem deles aqui, o cara não tem aquela agilidade que nós tem, e pegar num mato e roçar. E também na inteligência a época que a senhora vai roçar. A época da gente fazer o roçado é

> *julho, agosto e setembro. Daí antes para lá já não vai prestar mais não, já não vai queimar, com 40 dias 45 dias já tá chovendo, aí não tem condições de queimar. As vezes que faz um verãozinho em dezembro que o cara queima para plantar, já planta no inverno. Mas não é aquele que tem aquela vontade de plantar. Olha, eu nasci e me criei aqui dentro desse rio, mas para nós nunca faltou farinha. O meu pai, ele criou nós, 9 filhos, ele não era aposentado, ele não cortava sova, ele não cortava seringa, cortou quando ele era solteiro, aí na faixa de 25 anos a 28 anos, trabalhou uns 3 anos na seringa. Com 28 anos, ele arranjou família. Então, nessa época ele trabalhava com seringa de 25 anos a 28 anos, 3 anos ele trabalhou na seringa. Depois, ele se amigou com a minha mãe, aí veio para a cachoeira fazer roça. Aí, desde 50, 1954. 1953 foi uma enchente grande e quando foi em 54, 55, ele chegou na cachoeira, essa época que ele chegou para plantar e criar. Aí ele criava porco, criava galinha e foi criando nós, trabalhando para sustentar nós. Ele tinha roça, e era só ele. Quando ele começou a pegar um dinheirozinho da roça, aí ele pagava a gente, já tinha 3, 4, 5 famílias, até 5 famílias chegou a trabalhar com ele. Famílias assim, de ter 20 pessoas, 18 pessoas, trabalhando com ele. Aí tinha muita roça, era 5, 6, 8 quadras de roça, e eles conseguiram fazer só numa época. Aí era farinha que sobrava e nós se criamos assim na fartura* (Seu Laerte, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

Segundo este mesmo morador, o esquema de produção de farinha propicia a formação de uma poupança e ocorre um aumento ou diminuição da produção de farinha de acordo com as necessidades e as variações do preço da saca no mercado:

> *(...) gente veio para cá, a gente trabalha na roça e vai sobrando, a gente também vai botar para, sobra, a gente vai e guarda, né? Você pega uma parte de farinha, a gente vende, às vezes a gente faz 50 saco, 40, se a gente não puder comer tudo de uma vez, é melhor, né. Porque a gente paga gente e emprego na minha roça, eu tenho um tostãozinho aplicado nas minhas roças. Pago gente para me ajudar a roçar. Ano passado, eu não paguei, só eu rocei. Mas para ajudar a derrubar, eu paguei gente, paguei gente para coivarar, plantar, capinar eu já paguei gente, dessa horta aí, agora estamos recapinando eu mais a mulher, já estamos recapinando. Capinamos a primeira vez e já estamos na segunda. Meu companheiro de trabalho já é ela, só nós dois* (Seu Laerte, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

A forma típica de cultivo na região baseia-se na coivara[37]. Em seguida, faz-se a roça de mandioca, que estará boa para consumo cerca de um ano após o plantio. As *manivas*, que são mudas feitas a partir das próprias estacas da rama da mandioca, cortadas em pedaços de aproximadamente um palmo, são novamente plantadas, e a roça encerra, assim, o seu ciclo de dois anos.

[37] Ou seja, derruba-se uma área de floresta, e ateia-se fogo na vegetação após alguns dias.

A área é então abandonada por cerca de 5 a 10 anos, até que a grossa capoeira se forme, para que, novamente se inicie um novo ciclo de coivara.

Interessante notar que mesmo que essa estratégia de produção dependa da derrubada de mata nativa para plantio de roça, ainda assim a área total utilizada para roça não chega a 0,2% do total da área do Jaú, segundo levantamento realizado por Rebêlo (2001), representando portanto um impacto ambiental bastante reduzido. Observamos então que a sustentabilidade dessa prática agrícola está relacionada ao tamanho reduzido das áreas cultivadas em relação à área total do Parque.

Embora as moradias geralmente estejam localizadas em áreas não alagáveis nas margens do rio Jaú, passíveis de serem cultivadas, freqüentemente os roçados não são contíguos ao local da residência. Os moradores explicam que abrem novas áreas na floresta ou em capoeiras antigas[38], em áreas distantes, em detrimento de áreas já cultivadas ou em pousio que sejam mais próximas de suas moradias, uma vez que quanto mais *descansada* estiver a terra, maior é a sua fertilidade.

Ainda sobre a disposição das áreas de roça, muitas vezes elas se localizam em sítios diferentes, eventualmente até na margem oposta do rio. Por outro lado, mesmo os ribeirinhos que possuem áreas de roça contíguas dizem ter usualmente de quatro a dez roças, o que é difícil de perceber à primeira vista, uma vez que é difícil diferenciá-las. O que diferencia uma roça da outra numa área contínua é o fato de terem sido plantadas em épocas diferentes, tendo, portanto, diferentes estágios de maturação das manivas. Com base nessas variações é possível a retirada de manivas ao longo do ano inteiro. Assim, a maneira como organizam a produção de farinha permite a produção sistemática o ano inteiro, em quantidade compatível com a mão-de-obra e as necessidades familiares.

As roças de mandioca são, em grande parte, compostas de mandioca *brava*, assim designada por ser tóxica e utilizada apenas para a produção de farinha, e de mandioca *mansa,* usualmente chamada de *macaxeira,* utilizada na alimentação, embora possa também servir para fazer farinha. Os roceiros optam por plantar

[38] Matas secundárias em estágio avançado de regeneração.

mandioca porque ela tem raízes de maior comprimento e é muito mais rentável do que a macaxeira.

As ténicas de plantio e cultivo, bem com a dinâmica da atividade da roça de mandioca demandam trabalho durante todo o ano. Seu Tarciso[39], agricultor, morador da comunidade Tapiira no rio Unini relata esse processo:

> *(...) na roça, todo o tempo. E a roça é um ano. Você batalha um ano pra poder colher...Aí nós bota roça, broca, derriba. Aí depois vai esperar secar, toca fogo.Aí nos vamos pro cabo do machado encoivara, todinho, fazer as coivara, plantar umas banana. Depois vamo plantar a roça. Aí nos temos que dar duas capina, pra poder conseguir. Se nós não capinar, nós não tem nada, perde o trabalho. Aí nos fica fazendo farinha, vendendo pro regatão, vendendo pra Barcelos, pra ir sobrevivendo (...) e como eu tava dizendo, a gente broca, derriba, aí espera enxugar, toca fogo, encoivara, aí vamo plantar mandioca. E um ano todinho trabalhando (...) E a gente corta os galhos dos paus todinhos, aí alota, quatro cinco monte de pau, aí toca fogo. Então aquelas coivara a gente aproveita pra plantar banana* (Seu Tarciso, em entrevista à equipe de pesquisa em julho de 2005).

A prática da agricultura também nos foi descrita como uma maneira de garantir a fartura e como sendo uma atividade segura para garantir uma certa constância na renda de subsistência. A esse respeito, seu Gilberto relata o seguinte:

> *(...) a criação, plantação, agricultura, né, porque isso aí é a única coisa que a gente pode escapar das dificuldades maiores que existe, né. Porque na agricultura, você planta banana, planta macaxeira, planta mandioca, planta abacaxi, planta tudo, né. E tudo entretém as crianças, é cana, é tudo (...) Tudo isso as crianças se entretém, não passa tanta necessidade, quando eles querem comer uma banana, tem no roçado, quando quer comer um ananás, tem no roçado (...) "Ah, nós vamos arrancar batata", eles vão lá para o roçado, tem batata plantada, eles tiram para comer. Tem macaxeira, no jeito. E tem ainda as coisas que é feita da mandioca, que é a farinha, tem a goma que faz muitas coisas, né. É importante. Por que hoje em dia a roça é uma segurança de vida* (Seu Gilberto, morador da comunidade Seringalzinho, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

Quanto ao manejo da mandioca, Teca, moradora do Unini, explica-nos como ela determina a quantidade de mandioca que retira para cada *farinhada*[40]*:*

---

[39] Casado, em torno de sessenta anos, seis filhos adultos, todos com filhos. Interessante observar que embora seu Tarciso seja o patriarca de uma extensa família e uma liderança da comunidade de Tapiira, não se envolve nos espaços políticos formais dessa comunidade nem da AMORU.

[40] Conjunto de práticas que envolvem a transformação da raiz de mandioca em farinha e outros derivados:

(...) A medida é de acordo as pessoas que vão me ajudar. Se eu tô precisando ir pra Manaus, ou precisando fazer vinte sacas de farinha, se por um acaso, por exemplo, ir três, quatro pessoa me ajudar, eu vou tentar fazer no mais rápido possível. Se for só eu, como outro dia eu tava fazendo farinha só eu e a Ingride (...) e a Norma, nós fazia, nós fazia só três saca, duas sacas, por aí. Assim, por semana porque é muito difícil assim, né, você vai no roçado, você vai arrancar e vai raspar, você vai até torrar (...) Na semana, parece que eu torrei três saca e pouco, mais ela (...) É a medida que o dia dá, a medida é o dia que vai dizer, né, porque se você às vezes (...) Porque a roça aqui ela não é de dizer assim: "aqui é a minha roça e ela tá toda igual". Só quem vai dizer é depois que você tá vai arrancando e que vai ver a quantidade que, mais ou menos, você vai fazer (Teca, em entrevista à equipe de pesquisa, em julho de 2005).

Interessante notar que a manutenção de atividades agrícolas e a produção de farinha de mandioca, embora ocupem papel central na subsistência, são práticas também muitas vezes conjugadas a estratégias mais amplas de uso múltiplo de recursos:

Não, mas eu é por que o caso é assim (...) É porque que nem eu tô dizendo, se você quebra castanha, você vai ter que programar dois meses ou um mês e pouco pra castanha, você vai tirar (...) você terminou, você vai fazer farinha, porque é no início, a castanha já vai cair aqui quase no meio do inverno, aí você faz farinha aqui um período, quebra castanha nessa, já planta a roça aqui, tem tempo pra ir pra Manaus e vai (...) vai fazendo assim pra dar tudo certo o ano inteiro, pra fazer uma rotina assim igual. Já tem outros que não pensam assim não, sabe, "vamo logo lá, tem cipó", aí eles nem (...) nem trabalham direito, fazem a bagunça lá tudo. Então é esse o meu sentido de querer mais ser mais organizada (...) (Teca, em entrevista à equipe de pesquisa em julho de 2005).

2.3. DA AGRICULTURA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Além da roça, da produção de farinha de mandioca e da extração de cipós, há relatos de mudanças de atividades de moradores em função de oportunidades de obterem melhores ganhos com menor esforço. Muitas dessas mudanças de atividades tradicionais, como da agricultura para outras práticas, não raro são restritas a poucos moradores e sazonais. Exemplos dessas atividades são: prestação de serviço de guia de barco a empresários de pesca esportiva atuantes na região por causa da

remuneração, conforme se depreende do seguinte relato sobre uma dessas práticas feito por um morador:

> *Aí, por intermédio que eu vim para cá, aí eu fui conhecendo outras pessoas de fora daí, que trabalhavam com pesca esportiva. Aí ficaram lá comigo e fizeram o convite para mim pescar com eles, né. Aí eu comecei, nós tinhamos motor de popa eu sabia dirigir motor de popa. Aí eu comecei a andar com os caras de lancha, pescar, aí vinha uns trocadosinhos, às vezes contribuíam e eu achava que andando com eles dava muito mais do que produzir o cipó. Por que o cipó, a gente trabalhava 2 semanas, para produzir um quarto dele. Porque a gente vai tirar, e depois de tirado a gente vai descascar para beneficiar ele. Aí eu comecei a andar com o pessoal de lancha, e aí me convidavam, faziam o convite para mim passar semana, às vezes 2 semanas, e aí quando chegava aquele trocadozinho, rapaz, já tem um negócio já melhorando já por aí. Aí nós plantava roça e foi quando eu comecei (...) Aí eu fui aprendendo o canal e os caras me chamavam para passar (...) aí eles me pagavam, me davam um rancho mesmo, açúcar, café, de primeiro eles começavam a fazer assim, né. A gente passava, eles davam um ranchozinho, às vezes 5 quilos de açúcar, um litrinho de café, um arroz, um feijão, dava um ranchozinho, né. Aí a gente ficava todo animado!!! (...) Era qualquer um barco que subia, regatão, geleiro mesmo e pesca esportiva, né. De primeiro o rio não era mais como a gente está vendo aqui. Era movimentado de barco mesmo. Passava às vezes quando tinha a ocasião que ficava de 15 motores aí no pé da cachoeira querendo passar e não tinha condições (...) Aí a gente reunia um bocado de gente que era para ir lá para a Cachoeira para ajudar eles a passarem. Aí quando a gente passava eles perguntavam quanto era a diária, e tal, e dava em rancho, né* (Tertuliano, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

Segundo seu Beto[41], morador da comunidade de Vista Alegre no rio Unini, sua transição esporádica da agricultura da mandioca e da produção de farinha para eventuais prestações de serviço, como pescador para geleiros, se deve ao maior rendimento do que na agricultura:

> *(...) Aí eu passei a pescar a pesca artesanal. Aí eu achei que a pesca artesanal já fazia muito mais do que o cipó, a roça, por que aí eu ia numa viagem para cima, eu produzia 1000 quilos de peixes e o peixe era 50 centavos que eles pagavam (...) Eu produzia 1000 quilos, às vezes mais de 1000 quilos. Eu descia com os meus meninos, eu produzia 700 quilos, um era 400, outro era 500. Aí com nós 3 juntando, aí já dava mais da gente ficar aliviado. Aí eu comecei a mudar de ramo de trabalho, né. E aí de lá para cá a gente sempre procura a melhora, né.. Onde a gente vê que tem uma melhorazinha a gente já parte para cima. Quando acaba aquela época, aí já volta tudo de novo e continua batalhando* (Seu Beto, em entrevista à equipe de pesquisa, em julho de 2005)

[41] Por volta de cinquenta anos, casado, com cinco filhos adultos, nascido nas cabeceiras do Unini, membro da diretoria das AMORU.

Quanto à prática de atividades mais lucrativas, é interessante observar que são realizadas por alguns moradores na área do parque, mesmo sabendo que são ilegais e ambientalmente impactantes, como expressa o depoimento de uma moradora de Vista Alegre, no rio Unini, que diz ter contrabandeado madeira:

> *A gente trabalhou com madeira umas quatro viagens, uns metros de madeira que a gente tirou. Na época a gente sabia que era parque mas não sabia o significado (...) Aí a gente tirou madeira (...) Sabia que era parque, sabia que o IBAMA (...) se um dia visse, mas (...) como a gente também queria ter uma condição melhor de (...) ter como pagar um motor, e a (...) maneira mais fácil era tirar uma madeira (...) Nós tiramo [s] madeira que foi (...) nós tiramo[s] angelim, angelim que chamam angelim-pedra; tiramo[s] é (...) castanha-de-cotia, mas que foi poucos metro, aproximadamente eu acho que uns (...) setenta, sessenta metros por aí, por tudo. Foi só pra (...) ajudar a comprar uma máquina pra andar no barco, pra movimentar, pra gente não viver dependendo de um e de outro (...) É, eles pagaram (...) aí nós pagamo[s] em duas viagens de madeira, nós roubamo[s] madeira. Nós não tinha (...) Nós não tínhamos terreno, quem tira no terreno do governo, do estado, é roubo. E graças a Deus deu certo. Foi um roubo que deu certo, mas (...) foi roubado em termos das lei[s], né, que proíbe, né, mas que [risos]* (Madalena[42], em entrevista à equipe de pesquisa em agosto de 2005).

A intervenção do IBAMA em ações contra o contrabando no rio são freqüentes. A seguir, relatamos duas situações de ação que demonstram o conflito entre IBAMA e contrabandistas flagrados em atividade na área do Parque.

Em primeiro lugar, há o relato de uma situação de troca de tiros entre IBAMA e moradores durante um flagrante de contrabando, na versão de Borges, analista ambiental do IBAMA:

> *(...) O Marcelo tava lá no parque com o Marivaldo, estava saindo de barco, para ir para o furo. Quando a gente recebe denúncia a gente fica na voadeira. E ele tava chegando, e o cara tava saindo. E aí eles desligaram o motor de popa para poder ouvir a rabeta e quando eles viram a rabeta, eles tentaram ligar o motor de popa e o motor não ligava mais. E o Marcelo começou a gritar pro cara: não fuja, não fuja, e o cara com o motorzinho ligado, passando direto, e ele, não pode, não pode. E o cara não fugiu. Parou. Aí eles vieram no remo, e conseguiram chegar perto do cara, o Marcelo e o Marivaldo remando. Aí conseguiu chegar perto do cara, o cara rebocou o IBAMA até a base do Jaú, entendeu. Essa foi duas toneladas de pirarucu, numa canoa só, uma canoa de madeira de seis metros. Aí chegou ele lá, acho que era ele e mais dois, eu acho. E eu já tinha falado com o Marcelo que o primeiro que a gente pegar agora nós vamos por na cadeia pra parar com essa bobagem que tão falando aqui da gente, que a gente tá agredindo (...) Vamos levar*

[42] Por se tratar de depoimento legalmente comprometedor, o verdadeiro nome da moradora foi substituído por nome fictício.

> *pra cadeia, fazer corpo delito (...) O cara, como foi muito gente boa, o Marcelo não quis fazer isso,aí beleza, resolveu tudo, prendeu tudo, deixaram ele numa comunidade mais próxima lá, né, e passado um tempo, uns vinte dias depois, eu estou em Novo Airão lá, o Douglas tava numa reunião da colônia de pesca vai lá e me chama. Olha, vai lá que o negócio ta feio lá. Tão acusando você de um monte de coisa lá. Eu vou sem saber de nada. O cara já chega com o dedo na minha cara, o senhor fez isso e aquilo, apontou espingarda pra cabeça de um amigo nosso e deu um tapa em não sei quem. Aí eu disse, pera bicho, se sabe se foi eu ou não foi eu?Não é o senhor que é o Marcelo? Não, mas eu tenho certeza absoluta que o Marcelo não fez isso porque ele não anda armado, entendeu? Então, as coisas chegam em Novo Airão de uma maneira do antigo, do passado* (Daniel Borges, em entrevista à autora e à Eliana Creado em agosto de 2005).

O mesmo analista ambiental narra ainda outra situação de ação envolvendo troca de tiros com moradores durante operação de fiscalização:

> *(...) Nesse dia eu atirei. Ele virou para trás, alvejou, tava eu e o Marcelo, deu um tiro na gente, foi a hora que eu parei o motor de popa, eu dei um tiro pro alto pra falar, também estamos armados, e ficamos naquela, os outros dois caras ficaram na canoa (...) conseguimos encostar neles depois. Levamos pra cidade e daí quatro dias esse cara apareceu em Novo Airão, esse que deu um tiro na gente. E fui na casa dele, peguei ele, e disse, agora o senhor vai na delegacia comigo e eu levei pra delegacia, fizemos a ocorrência toda, conversei com o delegado, quero que você registre que ele atirou na gente, ele já me ameaçou três vezes,então eu quero que fique registrado aqui que se qualquer coisa acontecer comigo ou com ele, né, se tá com registro já do que pode ter sido* (Daniel Borges, em entrevista à autora e à Eliana Creado em agosto de 2005).

Ainda sobre contrabando e as situações de ação entre IBAMA e moradores citadas como conflituosas, relatamos abaixo uma passagem envolvendo moradores e funcionários do IBAMA acompanhados de polícia florestal realizando operações fiscalizatórias no rio Jaú: optamos por descrever este trecho de modo textual, e não citar os envolvidos para não comprometê-los.

Contam os moradores que presenciaram a cena que alguns moradores foram impedidos de transpor o trecho do rio onde estava acampada a equipe de fiscalização. Ao tentar transpor o trecho com sua embarcação, a moradora foi informada que não poderia passar. Respondeu então ao agente ambiental que ele estava atrapalhando o seu trabalho, ao que o mesmo agente respondeu que ela é que estaria atrapalhando o dele. Estendeu-se um longo *bate-boca* entre estes dois sujeitos, que só finalizou com a insistência da moradora em seguir seu caminho,

sendo imediatamente advertida por um agente da equipe de fiscalização que não fizesse isso que seria repreendida.

Naquele momento[43], segundo as pessoas presentes, a equipe de fiscalização acreditava que a razão da embarcação ter tanta urgência para subir o rio era para avisar seus comparsas, que estavam num local onde não havia comunicação por radiofonia, para que não *baixassem* o rio com suas cargas, uma vez que seriam pegos em flagrante.

O fato da equipe de fiscalização ter ficado instalada nas proximidades de uma residência cujos moradores mantinham boas relações com os técnicos do IBAMA fez com que, depois deste evento, a relação ficasse bastante tensa entre estes moradores e aqueles que estavam na embarcação que foi impedida de transitar, bem como aqueles que, por não terem sido avisados, acabaram sendo surpreendidos pela fiscalização quando se deslocavam no rio.

Também nos foi relatada uma outra situação de flagrante de contrabando de pirarucu no rio Jaú sendo preparado para transporte.

Desta vez, o relato foi feito por moradores que, eles próprios, mantinham atividades de contrabando, segundo nos contaram outros moradores durante a pesquisa.

Relataram que um outro morador tinha duzentos quilos de Pirarucu, e que, ao ser surpreendido, recusou-se a mostrar aos agentes aonde estava escondendo a carga, no mato. Apenas sob pressão e ameaças extremas ele finalmente concordou em revelar o local onde escondia o pirarucu. Além de multá-lo num valor elevado[44], em torno de quatro mil reais (2005) queriam levá-lo preso, o que só não aconteceu por insistência dos presentes, que diziam aos policiais que ele tinha muitos filhos pequenos para criar, e que por isso não deveria ir preso.

---

[43] Em depoimento à equipe de pesquisa em agosto de 2005.

[44] Muitos moradores pegos em flagrante em atividades de contrabando recebem multas, mas não as pagam nem são presos por isso, alegando estado de pobreza. No entanto, ainda assim, a situação de flagrante é evitada a todo custo uma vez que o morador nesta situação passa a estar em dívida com a união, o que acarreta o comprometimento de seus direitos à aposentadoria, que são suspensos,, segundo nos informou um agente do IBAMA (Marcelo Bressolin, em depoimento à equipe de pesquisadores em agosto de 2005).

Uma das situações de ação relatadas pelo já citado analista ambiental do IBAMA e por moradores que chamou a atenção nesta etapa de pesquisa no rio Jaú (2005) foi que o IBAMA ofereceu aos moradores da comunidade do Seringalzinho a formação de guia ambiental, para capacitá-los a realizar passeios com turistas em trilhas pela mata. Dois moradores dessa comunidade se interessaram na prática desta atividade, sendo que dois deles já tinham um histórico de contrabando de caça e pesca para venda em Novo Airão.

Seu José[45], que durante muito tempo viveu de contrabando de caça, e tinha um discurso muito negativo em relação ao papel do IBAMA na área (em seus depoimentos à equipe de pesquisa em 2002), uma vez que este órgão lhe tolhia a prática de atividades que lhe rendiam dinheiro, atualmente (2005) tem outro discurso. Agora considera o IBAMA um apoio, um aliado.

Tudo indica que esta mudança tenha ocorrido em função da mudança da sua atividade ocupacional. Ele foi um dos moradores que fez o curso de guia e atualmente a maior parte da sua renda vem desta atividade.

A partir deste exemplo, tudo nos leva a crer que a permanência de uma atividade como esteio de subsistência e as opiniões em relação a estas atividades nem sempre ou não necessariamente caracterizam uma resistência à mudança, um apego à permanência e reprodução dos mesmos meios de vida (FERREIRA, 1999; 2004). O que seu José busca, assim como muitos outros moradores, com discursos, posições e atividades em constante mudança, é sobreviver, guiando-se pelas melhores escolhas possíveis diante das preferências e possibilidades que se apresentam a ele, que lhe sejam menos custosas e que tenham um retorno financeiro. O mesmo seu José, caçador de outrora, agora (2005) diz: *O IBAMA é muito bom pra nós aqui do parque.* Sente-se parte do processo de conservação porque dele também obtém o seu sustento.

No entanto, nem todos os moradores que tem essas mesmas oportunidades de ganhar dinheiro com atividades correlatas como o faz seu José, fazem o mesmo

[45] Por se tratar de depoimento legalmente comprometedor, o verdadeiro nome do morador foi substituído por um fictício.

movimento de mudança. Por exemplo, seu Marcos[46], morador da mesma comunidade, Seringalzinho, que também realizou o curso de guia.

Por muitos anos seu Marcos trabalhou como guia ou *mateiro* de pesquisadores da FVA, que lhe pagavam diárias de serviço e lhe davam parte do rancho[47]. Recentemente (2005), ele foi flagrado com um contrabando de duzentos quilos de pirarucu salgado, que iria vender em Novo Airão.

Este fato elucida como o envolvimento com atividades geradoras de renda que estejam associadas à pesquisa ou ao turismo não necessariamente evita que o seu praticante abandone suas atividades impactantes, como o contrabando de caça. Tudo indica que o que pauta a escolha do morador é uma mistura de suas preferências pessoais, sua relação com as instituições e suas interações com os moradores e demais sujeitos.

Mesmo com essas variações individuais, tudo indica que no rio Jaú, quanto mais os moradores são envolvidos no processo de conservação, através de atividades remuneradas, como turismo, via IBAMA ou via FVA, as mudanças positivas ocorrem no cenário da conservação. Essa parece ser a política dos novos analistas ambientais do IBAMA atuantes no parque, nas palavras de um deles:

> *(...) A gente pode muito bem viver com esse pessoal trabalhando no parque, e não vivendo no parque, entendeu, é trabalhar no parque e viver do parque , e não viver no parque. Vamos montar uma empresinha tercearizada, os prestadores de serviço dos ex-moradores do rio Jaú. Olha que coisa bacana, não é. Vão precisar fazer um reconhecimento até não sei onde (...) tem uma empresa tercearizada para pagar ali o pessoal, eles mesmo montam, cê dá só o pontapé inicial e deixa o pessoal se virar depois, entendeu. Eu acho que eles tem que quebrar a cabeça um bocado pra aprender a se virar, por que se ficar fazendo tudo, o cara acomoda. Mas tem como você vincular essas pessoas depois às atividades do parque, sabe. A idéia é essa mesmo, é fazer isso* (Daniel Borges, em entrevista à autora e à Eliana Creado em agosto de 2005).

Também nos chamou atenção a entrevista com seu Erasmo, o patriarca do Jaú. Ele nos disse que foi para a região do Jaú por causa da seringa há muitos anos atrás, criou todos os seus dez filhos fazendo roça, e que nunca praticou caça com fins

[46] Por se tratar de depoimento legalmente comprometedor, o verdadeiro nome do morador foi substituído por um fictício

[47] Produtos de primeira necessidade, incluindo alimentos e produtos de higiene pessoal.

comerciais. Apesar de sua tradição agrícola, alguns de seus filhos – que são todos nascidos no parque, se envolveram nesse tipo de atividade, enquanto outros centraram suas atividades em práticas agrícolas.

2.4. Estratégias atuais de caça, pesca e extrativismo vegetal

Dentre as carnes de caça a carne que é mais sistematicamente consumida é a de quelônio. O largo uso dos quelônios na região do parque ocorre em parte devido à fartura desse recurso na área e às várias técnicas de caça desenvolvidas na região. Algumas destas técnicas são utilizadas tanto para a captura de quelônios quanto para pesca, através dos instrumentos ou técnicas que recebem o mesmo nome: jaticá, arpão, zagaia, flecha, pitiú, viração, curral de praia, escuma e veneno do cipó-timbó[48].

Resumidamente, jaticá, arpão, e flecha são instrumentos pontiagudos utilizados para a prática; *pitiú*, que designa mal cheiro referente a deterioração de alimentos, é utilizado amarrando-se pedaço de peixe na ponta de uma vara e posterior fixação dessa vara na margem do rio, que atrai os quelônios, causando tremor na ponta da vara, e possibilitando golpes certeiros com o arpão.

A técnica da viração, como o nome sugere, consiste em virar grande quantidade de quelônios quando estes são encontrados desovando na praia ou em seus ninhos, geralmente em troncos apodrecidos. *Curral de praia* consiste em fazer uma espécie de curral com pequenos paus, em forma de v, em o barranco e a água, com a abertura voltada para o barranco. Quando a água for baixando, no verão, os quelônios ficarão encurralados; o método de *escuma* consiste em bater na água com um tronco, promovendo grande barulho, que promoverá o deslocamento dos quelônios que porventura estejam no fundo do rio o deslocamento desses animais provoca bolhas, que eles nominam de escuma, e mergulham certeiramente na direção das bolhas observadas para captura manual do quelônio (PEZZUTI, 2003).

[48] Para detalhes, ver PEZZUTI, 2003.

Embora haja uma grande variação de interpretações entre os moradores, quando perguntados se consideram que o número desses animais esteja diminuindo, há uma opinião predominante de que *o que Deus deixou não se acaba, mas fica difícil,* segundo muitas respostas de moradores durante pesquisa de campo. Muitos moradores aludiram a uma certa época de intensa fartura e conseqüente facilidade de caça desses animais, tamanha a sua abundância em outras épocas.

Na época do auge da borracha em Manaus, os quelônios ou, segundo denominação dos moradores, os *bichos de casco (*cabeçudos, irapucas, tracajás, lalás, tartarugas, jabutis) eram largamente utilizados não apenas como iguaria da culinária regional, mas também com o aproveitamento dos ovos de quelônio, utilizados aos milhares para fazer óleo para iluminação pública em Manaus (LEONARDI, 1999; BARRETO, 2001).

Os quelônios da região foram largamente capturados para comercialização durante séculos, e a grande queda no número de animais caçados atualmente em relação ao passado, segundo percepção dos moradores (2005), indica um declínio no estoque atual.

Embora a diminuição da disponibilidade desse recurso seja muitas vezes atribuída ao seu uso histórico na alimentação dos moradores locais, tudo indica que a responsabilidade real por seu crescente escasseamento deva-se à sua comercialização para os centros urbanos mais próximos.

Assim, é razoável supor que se a área do PARNA Jaú não tivesse sido implementada e não houvesse as restrições à caça de quelônios para comercialização, provavelmente esses animais estariam quase ou efetivamente extintos da região, com base na grande baixa desse recurso nas últimas décadas (REBÊLO, 1993; FVA, 2000; PEREIRA DE SÁ, 2000; PEZZUTI, 2003; LEONARDI, 1999; BARRETO, 2001).

Atualmente, o uso de quelônios para consumo dos moradores do Parque é tolerado, e, considerada a baixa densidade demográfica dos moradores na região, há dados que apontam para a sustentabilidade desse tipo de uso (FVA, 1998; PINHEIRO, 2003).

Durante a última viagem a campo (2005), tivemos a oportunidade de constatar a apreensão por fiscais do IBAMA, de milhares de filhotes de cabeçudos, que aguardavam liberação, para serem reentroduzidos, estocados na base-flutuante do IBAMA na foz do rio Carabinani.

O controle do contrabando de *bichos de casco* é difícil, em parte porque, a despeito do flutuante na saída principal do rio, há várias rotas de fuga do parque através dos já mencionados furos de igarapés, que tornam possível que pequenas embarcações saiam do Parque sem fiscalização do IBAMA.

Na opinião de Rebêlo & Pezzuti (2001), o comércio de animais de casco deveria ser liberado como uma alternativa de geração de renda aos moradores do Parque Nacional do Jaú. Sua justificativa é a de que, por ser clandestina, a atividade de comercialização de quelônios, embora largamente praticada, não gera lucros aos moradores, mas aos intermediários que encomendam esses animais aos moradores para comercializá-los em grandes centros urbanos.

No entanto, há que se considerar que a sustentabilidade ou não dessa prática depende de sua intensidade, e, portanto, o seu sucesso dependeria dos acordos sociais estabelecidos para isso, ou da forma pela qual essa prática seria regulada. Nada garante que, caso seja liberada, essa prática seja sustentável no longo prazo, pois, pelo fato de gerar renda, os moradores poderiam sobrecarregar a exploração a esse recurso. São muitas as pesquisas que demonstram que a sustentabilidade não depende de características intrínsecas do que é utilizado, mas depende dos mecanismos regulatórios estabelecidos para isso (ALMEIDA & FRANCO, 2000; OSTROM, 1996).

Muitas vezes, as formas pelas quais a comunidade busca restringir seus usos acabam não sendo suficientes para mantê-los em níveis sustentáveis, tornando, por vezes, necessário algum mecanismo externo de coerção eventualmente solicitado pelos próprios moradores. Isso pode ser observado no relato de Almeida & Franco (2000) sobre a reserva extrativista do alto Juruá, na qual os próprios moradores solicitaram coerção externa para legitimar os limites acordados de uso de caça para cada família, mas que estavam tendo dificuldades em se fazer cumprir.

As variações sazonais interferem também na disponibilidade e facilidade de coleta de produtos extrativistas, o que tem relação com a estratégia ribeirinha de uso múltiplo de recursos. Por essa mesma razão, alguns dentre os recursos extraídos pelos ribeirinhos têm intensidades de exploração diferenciadas ao longo do ano, sendo que algumas dessas atividades são centrais durante um determinado período, como é o caso do cipó-titica.

Segundo relatos dos moradores (2003) e pesquisas (DURIGAN, 1998; FVA, 2000; PINHEIRO, 2003), o cipó-titica, que na verdade é uma epífita com raízes aéreas, é o produto do extrativismo vegetal mais importante no PARNA Jaú. É coletado, descascado e armazenado em fardos, sendo vendido e utilizado no fabrico de cestarias, móveis e vassouras.

Embora o cipó-titica seja coletado em todas as regiões do Parque, sua extração é mais intensa junto ao rio Jaú e é mais freqüente no inverno, em parte pelas já citadas dificuldades da pesca nesse período.

O aumento da extração do cipó-titica pelos moradores nos últimos anos, devido ao aumento de demanda por essa matéria prima, tem despertado preocupação por parte daqueles que buscam alternativas de baixo impacto para gerir a presença provisória dos moradores na região, principalmente dos técnicos da FVA. Segundo a FVA, ainda não se sabe com precisão o impacto do aumento da atividade de extração dos cipós sobre este recurso e sobre o equilíbrio ecossistêmico (BORGES *et al.*, 2004).

Como os moradores vendem o cipó-titica em estado bruto, sem a sua transformação, não agregam valor à sua extração. Cogita-se que uma das maneiras de diminuir o impacto crescente é, segundo técnicos da FVA, o investimento na capacitação dos moradores para que estes confeccionem os produtos derivados do cipó-titica, como vassouras, cestarias e móveis, ao invés de apenas vender a matéria-prima (BORGES *et al.*, 2004).

Já o cipó-timbó possui raízes venenosas que no passado foram largamente utilizadas na pescaria por indígenas e ribeirinhos, por provocar a paralisação momentânea dos peixes, deixando-os boiando na superfície e passíveis de serem

pegos com a mão. Atualmente é um método raramente utilizado pelos moradores, por gerar muito desperdício, já que mata todos os peixes do local em que foi empregado de uma só vez. Atualmente, é largamente utilizado para reprodução de vassouras e cestarias, sendo sua extração mais freqüente no inverno.

A extração de cipós representa uma das principais fontes de renda para os moradores destes rios, depois da farinha de mandioca (DURIGAN, 1998; FVA, 2000).

Algumas famílias coletam castanha no verão, e é comum haver anos de boa frutificação e anos em que sua produção é escassa: sua coleta costuma ser bianual. Ela é armazenada enterrando-se o seu ouriço inteiro, para mantê-la fresca por meses. Esta técnica garante consumo por longos períodos e a espera por um preço melhor.

Na presente pesquisa e em pesquisas anteriores (PINHEIRO, 2003; BARRETO, 2001), observou-se que, embora a atividade de extração de látex, base da economia local em outras épocas, não seja mais prática corrente, ainda assim, muitos moradores, quando indagados sobre sua atividade principal, respondiam ser seringueiros. Tudo indica que essa resposta diga muito mais respeito a questões identitárias desses moradores em relação à condição de seringueiros do que efetivamente ocupacionais, uma vez que o látex não é explorado economicamente há décadas na região. Uma outra razão para os moradores declararem "sou seringueiro" talvez seja o fato de que em outras épocas terem aberto estradas de seringa, o que lhes daria direito sobre estas estradas[49]. Supomos que alguns moradores do Jaú se auto definem como seringueiros e possuidores de estradas de seringa por acreditar que isso lhes renderá indenização no caso de serem removidos da área.

Outros extrativismos eventualmente praticados na região para uso próprio dos moradores e venda em pequena escala é o do breu[50], da copaíba, também uma

49 As estradas de seringa são os caminhos na mata que ligam as várias seringueiras dispersas na mata. São legalmente consideradas benfeitorias, passíveis de indenização.
50 Uma resina de árvore que é utilizada para calafetação de embarcações, de propriedades impermeabilizantes.

resina de árvore com propriedades medicinais e do óleo de andiroba, extraído das sementes dessa árvore e utilizado para cosméticos e fins medicinais.

Por fim, a extração de alguns tipos de madeira, embora ilegal na área e no entorno do PARNA Jaú, ainda ocorre, como pudemos observar durante trabalho de pesquisa em que navegávamos pelo rio Jaú e observamos o transporte de toras de madeira. Provavelmente seria escoada por algum *furo*[51].

Um tipo de madeira muito procurada por sua resistência e durabilidade e ainda encontrável na área do PARNA Jaú é a acaricoara, extensamente utilizada na produção de esteios e postes, sendo escoada clandestinamente também provavelmente por algum *furo*. Um dos destinos dessa madeira extraída parece ser a Empresa Elétrica do Estado do Amazonas - Manaus Energia – que, suspendeu suas compras após saber a procedência da madeira, por intermédio da FVA (PINHEIRO, 2003).

2.5. A INFLUÊNCIA DE ATORES INSTITUCIONAIS SOBRE O MANEJO DE RECURSOS

Algumas técnicas agrícolas que visam aumentar a produtividade e não oferecem impacto ambiental são difundidas pela FVA junto aos moradores, como mostra o relato abaixo:

> *É que vem o pessoal da FVA que é, tem parceria com ele, e através deles tem aqueles assuntos com eles e aí eles trazem o técnico agrícola para dentro da área do parque. Para ensinar. Como eu já tive, nós tivemos aula um dia desses sobre um negócio de plantio, como tratar a mata, como plantar, como zelar, como fazer para enxotar os insetos, nós tivemos uma aula mais ou menos umas 6 horas de aula acolá, onde é a casa da FVA agora, que é ali no Seringalzinho 2, nós tivemos aula lá desde o meio dia. Então tem coisas que eu tenho na lembrança e acho que eu garanto fazer o veneno para espantar os insetos que comem as folhas tanto da macaxeira, quanto do cará ou da melancia, que seja. Por que quando começa a dar o inverno, aí cria a tal de cascudinha, né, que a gente chama de tartaruguinha, por que parece uma tartaruguinha. Então aquilo come muito a folha da melancia, a folha do quiabo, e do cheiro verde e de outros tipos de planta, a folha do girimum, eles comem. Chupam folha das bananas também, mas isso não era para dar remédio.*

[51] Termo local para designar passagem natural, semelhante em seu aspecto a um rio, que se forma em meio ao igapó e que dão acesso à saída do parque sem passar pela base de fiscalização do IBAMA.

> *Porque pega uma onça de tabaco, bota dentro de um litro d'água, corta um pouco de sabão dentro e mexe com água quente, depois enche o litro dentro de Coca, fura com uma agulha quente a tampa para ficar tipo um chuveiro aí sai derramando por cima das folhas das plantas e então mata os bichinhos que estão comendo a folha* (Seu Laerte, morador da comunidade Seringalzinho, no rio Jaú, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

Alguns moradores destacaram que a FVA passa "bons conhecimentos" acerca de manejo para que os recursos explorados não se extingam, como o manejo de cipós por exemplo, acerca disso destacamos o depoimento de seu Laerte:

> *(...) Mas só que tem que ter regra para tirar. Se tiver 40 fios de cipó na árvore, para tirar numa faixa de 20, fica 20 para aumentar. Se tiver 30 fios, o cara tira 25 fios, ficar só 5 fios, eles acham que é pouco alimentação para ele aumentar de novo. Não tem como ele ter resistência de produzir muito. Então eles querem que tire mais ou menos a metade e fique a metade para poder eles ter força de ter resistência de criar (...) Tanto faz, tanto o timbó como o titica é uma coisa só. Isso aí que eles falam. Eles tiveram conversando aí numa reunião deles aí, tiveram informando sobre agricultura, tiveram informando de remédio para matar os insetos, tiveram ensinando como que faz para brocar ou para plantar banana, para plantar o cará. Explicaram por que que a terra que queima o roçado e planta logo, eles explicaram por que que nasce logo bonita a planta. Por causa do adubo que é a cinza, ele falou. Aí ele ensinou uma porção de coisa lá rapidinho. Tem os tipos de coisa que eles ensinaram lá [inaudível] que o potássio que é da farinha, como é que é o peixe, a macaxeira. E [inaudível] diz que eu sou bacabeiro, mas a gente estuda a gente sabe, né. Daí eles fazem as palestras para a gente, e tudo que eles me dão eu leio tudinho, para mim contar para as pessoas quando tem entrevista, para eu explicar como é que eu faço* (seu Laerte, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

Já para seu Erasmo, as técnicas de manejo ensinadas pela FVA não são de muita utilidade para ajudar os moradores a transformar a sua realidade.Na sua opinião, o que transforma a realidade dos moradores é o dinheiro, e quem contribui mais nesse sentido são os turistas, pois não adianta produzir bananas, por exemplo, se não há meios do morador escoar sua produção:

> *O que que eu digo: até agora eles não fizeram nada. Eu vou pra reunião, eu vou, me convidam eu vou, se for perto, se for longe, não vou. Vai eles falam faz isso faz aquilo outro. Vocês conhecem o Delmo? Conhece? Pois bem. Tinha outros que eram da agricultura. Ensinar faze adubo. Faz-se uma caixa do tamanho dessa mesa bota-se 20 cm de osso, que o cachorro não lambeu. 20 cm de folha verde, 20cm de estrume de galinha de boi. Quando vai entrar dia, tá feito o adubo. Digo não dá. Se vocês quisessem que nós plantasse com adubo (...) Pra que adianta o camarada plantar cinco seis bananeira. Ou três bananeira com adubo? Não dá nada. Agora se vocês arrumassem, faz como o irmão Ilton que falava na rádio Baré:*

assim como você me vê eu lhe vejo. Assim nós podia, mas nós não podia fazer essa quantidade porque onde é qúe nós vamos achar osso de caça de boi pra fazer esse adubo. Nós temo que plantar assim como nós planta. Então até agora ainda não fizeram nada nada nada. Nenhum deles. Não fizeram. Não tem melhoramento de nada. O melhoramento é nosso mesmo. Nessa lida que nós ta de plantar, fazer seus sacos de farinha, quinze, vinte saco, trinta, vai vender, comprar seu rancho e vem trabalhar. Mas dizer que, agora você viu esse turismo, é o seguinte. Pra aqueles que trabalha lá com eles lá, mais lá onde eles tão (...) Mas aqui (...) Aqui já teve forte, agora ta fraco, agora ta ali pra baixo. Tirar foto de macaco, aí mais pelo igapó, quando de tarde paga trinta reais ganha aqueles trinta reais. Quando o cara trabalhou 5 dias é cento e cinqüenta, ai o cara pegou aqueles cento e cinqüenta. Aí ele vai embora o campo fica sem ganho (...). Os turistas ainda estão em primeiro lugar, que puxa o dinheirinho do bolso, os outros nada (seu Erasmo, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

A respeito do esgotamento dos recursos locais, apesar do amplo relato sobre práticas extrativistas no passado, muitos moradores argumentam que os maiores responsáveis pela diminuição de recursos no parque são pessoas vindas de fora. Em suas palavras:

Mas graças a Deus que, falando já no hoje, a gente, com esse acordo de pesca que foi feito, né, a gente já tem aí uns, já vamos pra dois anos que não tem aquele grande fluxo de geleiros, de pessoas que vêm de fora fazer a retirada de peixe e a gente já tá vendo começar a brotar de novo aí essa fartura que a gente tinha antes. A gente já tá começando a ver, a movimentar de novo ai grande quantidade de peixe, e bicho de casco também (Levi, em entrevista à equipe de pesquisa, em julho de 2005).

Um dos poucos moradores que admitiu que muitos moradores do parque ainda estão ou já estiveram envolvidos com contrabando de caça no parque, citou como exemplo u de seus próprios filhos:

O Luis[52] *gostava. Mas não que eu não dissesse pra ele, a mãe dele. Ele ficava igual um jacaré, tufado. Mata uma paca pra comer.Porque a pessoa tem que ser uma pessoa limpa, que se dá com as autoridades, passa lá, subirem de baixada, é meio perigoso. Até que em uma viagem ele passou escondido,na subida ele bombou. Mas ele não trazia nada.Tava o Maracanã. O Maracanã disse que se ele não desse o que ele tinha diz que ia degolar ele com corrente elétrica. Chegou a enrolar no pescoço (...) Ía dar a vida como muita gente deu para a república. Ce pode enrolar. O cara só morre uma vez, ce sabe disso mas ele não prendia, quando ele pegava não tinha nada.*
Porque ele só tem que pegar, ver com os olhos o que estiver com a canoa do motor, aí ta certo né, mas ele não trazia nada. Não é que ele prendeu o motor a

[52] Por se tratar de depoimento legalmente comprometedor, o verdadeiro nome do morador foi substituído por um fictício

> *gasolina, o remo. E aí mandou eles levarem ele lá pro Santo Elias, aquele lado (...) Mas como em Novo Airão ele tem parente lá, Tem irmão, tem muitos conhecidos. Só de calção, foram deixar ele lá. E o moto rnão era dele. Aí eles acharam que o Maracanã não podia fazer aquilo, e aí falaram com esses homens da pesquisa. (...) Só levava mesmo a gasolina, o remo e o motor.*
> *E aí deu depoimento e eles escreveram. Então cê assina aqui. Aí ele assinou. Rapaz, esse documento aqui vai pra Brasília. Daí o rapaz veio entregar o motor dele, gasolina, tudinho, devolveu tudo* (Seu Tobias[53], em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

Para outro morador, o contrabando é praticado por pessoas do rio que atualmente moram na cidade:

> *Olhe, vou lhe explicar uma coisa sobre isso aí. Gente que morou antigamente, tempos atrás e saiu, tá. Gente que morou, tempos atrás, morou aqui dentro, aí saiu e ficou morando lá fora, lá em Novo Airão, e aí depois a dificuldade é como eu estava falando ainda agora, a dificuldade é muito grande na cidade, e eles vêem que aqui tem muita fartura, aqui dentro do parque. Aí eles vêm escondidos tirar alguma coisa para eles lá. É isso que acontece, tá. Aí chega aqui, depende se a pessoa que mora aqui também se sente fraco, ainda ajuda eles ainda. Ainda ajuda. As próprias pessoas que moram dentro do parque, né, das comunidades. Tira da própria família dele, da subsistência dele para servir outro que vai embora e pronto, acabou-se. Aí depois vem as consequências para ele, que tem dificuldade para arrumar um rancho, uma coisa, pegar um peixe, alguma coisa assim. Cria dificuldade para eles. Por que eles pensam que aquilo vai dar um grande futuro para eles, ajudar aquela outra pessoa que já morou aqui e já saiu lá para fora e contuna sempre puxando as coisas para lá, então se para ele, ele tem que estar fazendo uma boa coisa, mas eles não estão fazendo uma boa coisa para eles. Eles estão fazendo uma coisa ruim contra eles mesmos, para a família deles mesmo. Por que mais adiante ele vai ter a dificuldade, por que aí vai ficar difícil para ele pegar o peixe dele, né. Até para ele ver um quelônio nadando, vai ser difícil. Não é por que eles dão essa permissão, né, a própria comunidade às vezes vai 2, 3 da comunidade, vai que vai e aquela coisa. Não tem aquela organização "Não, ninguém pode fazer isso não! Aqui é a comunidade, aqui é um parque, ninguém pode fazer isso". Aí sim, aí era outra coisa. Mas não, eles vão ajudar* (Seu Gilberto, morador da comunidade Seringalzinho, rio Jaú, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

Uma das formas pelas quais os moradores auxiliam a operação de fiscalização do IBAMA dentro do parque contra contrabandistas é denunciando as embarcações

[53] Por se tratar de depoimento legalmente comprometedor, o verdadeiro nome do morador foi substituído por um fictício.

suspeitas. Quando indagado se fazia uso do aparelho de radiofonia para este fim, seu Jacó[54], morador da comunidade Seringalzinho, rio Jaú, disse o seguinte:

> *Olha, se for possível, se for uma coisa ilegal, a gente tem que comunicar* (seu Jacó, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

Curioso observar que, se indagado pessoalmente se ele já havia feito uma denúncia, diz que o rádio é estratégia de denúncia muito utilizada, mas que ele particularmente nunca fez. Observamos que essa é uma tendência discursiva muito utilizada pelos moradores: dizem que tal prática é largamente praticada, mas nunca por eles, sempre por terceiros:

> *(...) Não, a gente vive aqui e aqui é o caminho do pessoal, quem passa com alguma coisa, não passa aqui. Vão passar por lá que ninguém não sabe nem quem é. Não sabe nem como. E aí a gente, eu que sou um responsável por essa comunidade, eu não vou me prejudicar por isso, né? Os homens da lei estão lá, se eles flagrarem, tudo bem. Agora eu ver a pessoa chegar aqui, eu não tenho coragem de fazer isso não. Eu me acho doente se eu fizer uma coisa dessas, né. Eu me acho doente. Até por que a pessoa pode ser castigada pela própria consciência dele. Ele achar que, depois ele pode achar que aquilo está errado, está errado. Então eles mesmos podem se achar, "Puxa vida (...) aqui o homem que trabalha aqui, olha aqui como que eles trabalham, e eu vivo nessa vida, e eu não tenho um canto bonito desse, limpo, com casa para morar. Eu vivo só fazendo essas coisas". Eles podem mesmo eles se sentir assim culpados de fazer essas coisas. Então é por isso que eu não faço isso. E posso até fazer, mas se vierem abusar da comunidade, aí sou abrigado a tomar providências. Mas graças a Deus até agora não chegou assim, uma coisa da pessoa chegar aqui, querer invadir, dizer que vai pescar ali, dizer que vai pescar aqui na frente da minha casa (...) graças a Deus ainda não aconteceu isso. Por que se acontecer, aí é o jeito que tem é a gente tomar as providência cabíveis, né. Chamar o pessoal da lei para vir tomar uma precaução qualquer, sobre isso aí. Agora enquanto eles estando por lá, a gente não tá vendo quem é, não sabe nem por onde passou, por que tem uns caminhos aqui por trás que vai sair lá para baixo já, né. E aí a gente não pode fazer nada, o que é que a gente pode fazer? Não pode fazer nada* (seu Jacó, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

As várias ações de contrabando ocorridas no rio fazem com que a ação do IBAMA seja limitada e expõe muitas vezes os ténicos deste órgão a riscos pessoais, como expõe o relato que segue envolvendo a coibição ao contrabando de pesca ornamental:

[54] Por se tratar de depoimento legalmente comprometedor, o verdadeiro nome do morador foi substituído por um fictício

> *A época do peixe ornamental vai de março a maio, acho que eu já tinha pego esse cara duas vezes no mesmo ano. É, o Marcelo foi mais pro final do ano, tipo outubro assim, época que começa a secar. Foi essa história do Marcelo, mas toda vez que você tem uma ação, cara, a história é outra, neguinho fala um monte de bobagem.* Luis[55] *fala merda demais, bateu nas minhas costas, na frente de quatro testemunhas, o senhor tome cuidado comigo que eu já perdi a paciência e alguma coisa de ruim vai acontecer com você. Ce ta me ameaçando* Luis*? Não, eu tô te falando pra tomar cuidado comigo que alguma coisa de ruim vai acontecer com você, entendeu* (Daniel Borges, em entrevista à autora e à Eliana Creado, em agosto de 2005).

O limite de atuação de técnicos do IBAMA é mais expressivo quando o contrabando em questão envolve vultuosas quantidades. Há inclusive relatos de ameaças dos contrabandistas aos agentes do IBAMA, como descrevemos a resposta de um agente ambiental quando questionado sobre seu estado de espírito:

> *Dependendo da situação, fico* (tenso). *Por exemplo, eu não ando sozinho em determinados lugares, né, agora ta mais calmo porque faz um tempo que eu não tou lá em Novo Airão, mas assim, teve uma época que eu falava, vou viajar quinta feira, e saía quarta à noite, né, porque começou a ter telefonemas pra minha casa aqui em Manaus. Foi quando eu me toquei.Porque até então com aquela conversa de eu faço, eu aconteço, eu não estava ligando muito pra isso, não. Mas quando você mexe com peixe ornamental, você tá mexendo com muito, muito dinheiro, não é pouco. Os maiores compradores da América latina estão aqui. E se você pensar que um Aruanã vale quatro dólares para exportação, e você prender dezesseis mil peixes desses em uma semana, você tá causando um prejuízo considerável para determinadas pessoas. Então, fica barato mandar te matar. Então nessa época eu fiquei andando mais preocupado, até a época em què ligaram na minha casa e falaram com minha mulher: você tá ficando sozinha, e ele passa 15 dias no Jaú, e eu sei onde você mora. Foi quando eu resolvi vim pra cá* (Daniel Borges, em entrevista à autora e à Eliana Creado, em agosto de 2005).

A identidade tradicional é utilizada muitas vezes para aumentar o poder de barganha, a legitimidade das reivindicações. Nesse sentido, ela tem um uso ou uma finalidade política. Destacamos a seguir trecho de relato de morador do Jaú, Sibá, atestando o uso político da sua identidade tradicional :

> *E agora eu tô levando a minha vida do jeito que começou o parque antes. Que todo tempo, quando nós trabalhava com o meu o pai, só era no trabalho, e até hoje ainda é o mesmo que nos era. Faz de conta que ainda hoje eu ainda moro na casa do meu pai. Amanheceu o dia, tem que fazer qualquer coisa. Vai capinar, derrubar mandioca, plantar roçado, como ele, até hoje ele faz. Naquela hora que nós*

[55] Por se tratar de depoimento comprometedor, o verdadeiro nome do morador foi substituído por um fictício.

passemos pra lá ele ía também. Então todo tempo o nosso trabalho foi esse, e nós tamos continuando do jeito que era. E eu também eu tô achando que foi uma ajuda também, não de eles me darem, mas pelo menos cercar. E hoje o Jaú tá uma coisa muito mais melhor...Agora melhorou no sentido de comida, bicho de casco, e animais.Antes não tinha não. Era muito difícil...Gente que a gente não sabia nem quem era levava tudo, levava bicho de casco, levava carne, levava tudo, e hoje não tem isso. Então nesse ponto aí, isso aí é uma melhoria pra nós aqui. Você quer saber, dê uma voltinha aqui pra cima, encosta na beira pra ver como é que tá aqui de pirarucu, antes não tinha não. Passava aqui nesse ponto de manhã cedo, sete oito canoa passando pro Lázaro. Quando eles foram embora, não tinha nem traíra, não tinha mais não. Hoje em dia a gente mata peixe aqui ó, aqui na frente, bem pertinho. Hoje mesmo o meu menino foi lá e tirou, um pacu, um cará, e uma traíra, bem aqui no porto... Vê se antes se fazia isso, não fazia não, e hoje com certeza tá muito mais melhor, com tudo que agente, muita gente diz assim, ah, aqui dentro do parque é uma prisão, muita gente já falou isso pra mim, rapaz, sai do Jaú, lá vocês tão preso, vem pra cá, morar em Novo Airão, eu disse, quando eu quiser vim eu venho, não carece de me chamar não. É por causa de bicho? Não, não é só os bicho, a vida muda muito também (Sibá, em entrevista à autora e à Eliana Creado, em agosto de 2005).

Levi[56], outro morador, também faz este tipo de uso político do termo população tradicional:

Então, acho que em primeiro lugar é a organização e a união do povo. O meu ponto de vista é esse, se a gente tiver organizado e unido, a gente é capaz de alcançar os nosso objetivos. E quais são os nossos objetivos. Nosso objetivo é exatamente permanecer morando aqui dentro do rio Unini. E já que a gente mora dentro de uma unidade de conservação, no caso do Parque Nacional do Jaú, a gente tem um projeto na criação da resex, que pra mim é um sonho, essa resex um dia sair porque eu acho no meu ponto de vista que é o caminho realmente pra um futuro melhor da população tradicional que mora aqui dentro do Parque Nacional do Jau (Levi, em entrevista à equipe de pesquisa em julho de 2005).

2.6. QUANDO A MANUTENÇÃO DO MODO TRADICIONAL DE VIVER NÃO É UMA ESCOLHA

Nem sempre os moradores pretendem manter seus modos de vida tradicionais. Muitas vezes, só o fazem por falta de opção. Segue abaixo relato a esse respeito, de um ex-morador do Jaú, nascido no Jaú, seu João Andrade[57], que hoje atua como regatão no Unini. Ele conta a sua história de luta para ter outra vida: Não queria ser extrativista, agricultor, embora tivesse nascido no Jaú:

[56] Casado, três filhos. Ex vice-presidente da AMORU.
[57] Casado, dois filhos, atualmente morador de Novo Airão, comerciante.

Eu sempre eu tive, sempre eu pedi muito a Deus que me desse força e coragem pra mim trabalhar, pra mim ter outra vida. E isso quando eu trabalhava dentro da mata, suando, derramando suor, cansado, eu pedia muito a Deus que me desse outra vida. Por quê? Eu me achei numa situação dessa, né, dentro do interior, no meio do mato, pôxa, e num era isso que eu queria pra mim, né. Não era isso que eu queria pra mim. Mas, aí, a partir dali o que quê eu podia fazer? Pedi a Deus que me desse um meio né, uma outra vida, sei lá. Alguma coisa pra me tirar daquele negócio, né. E eu acho que, por isso, eu tenho muito essa fé em Deus, e trabalhar com muita determinação (João Andrade, em entrevista à equipe de pesquisa em julho de 2005).

Ainda acerca da manutenção de modos de vida rústicos, o analista ambiental do IBAMA, Daniel Borges, comenta que muitos moradores não querem viver assim. Além disso, diz que, por viverem em área de proteção integral, são ainda mais excluídos de serviços sociais, como destaca o trecho de seu depoimento abaixo:

(...) Ele quer um motor de popa, não tem dinheiro pra comprar a motosserra. Eu me preocupo muito quando eu vejo este discurso, nossa, olha que lindo. Vai lá viver igual ele. E quando a gente fala de proteção integral, a exclusão é maior ainda.
É a briga do social contra o biocentrista. Aquela guerra. E o econômico, minha filha, descendo o cacete nos dois, né, o econômico atropela todo, e quando a gente fala disso dentro de unidades de proteção integral, é pior ainda, porque o cara não tem nem acesso a crédito, se exclui dele inclusive.
O acesso a crédito Pronaf, auxílio Banco do Brasil, colocar posto de saúde. Não pode gente. Vamos parar de brigar, arrumar um lugar onde pode. Não vamos ficar querendo mudar a lei não que isso aí é coisa de 20 anos, senão vai ficar mais 20 anos naquela situação. Vamos arrumar um lugar pra esse pessoal viver de maneira decente (Daniel Borges, em entrevista à autora e à Eliana Creado, em agosto de 2005).

Alguns moradores mudaram de atividade de subsistência com o incentivo do IBAMA, e muitos deles, que tinham um discurso negativo em relação a esse órgão, hoje têm uma aplicação positiva. Citamos um desses relatos:

(...) Muita gente fala que o Ibama é um órgão ruim porque veve aperreando os outro. Eu, meu cunhado, o irmão do meu cunhado que mora ali em cima, o outro irmão dele que mora aqui em baixo. Ninguém não fala do Ibama, porque é um órgão federal, a gente tem que respeitar ele, né. Ë a lei. Como uma madeira dessa ai. Uma madeira dessa ai se vier uma pessoa pra derrubar uma Samaumeira dessa, uma madeira dessa ai com a faixa de setenta e cinco, sessenta e cinco setenta metros de altura.Então uma pessoa, um madeireiro vir derrubar isso é um crime, derrubar uma madeira dessa muito linda uma madeira dessa. Não tem no Amazonas muito esse tipo de madeira, tem pouco. Com uns anos atrás, 1925, 1920. Naquela época era muito procurado esse tipo de madeira. Agora não. Agora ela é tipo um cristal. Se um cara matar uma árvore dessa o Ibama vem em cima do

> *cara e pega federal e leva o cara algemado e vai bater na central. Fica preso. Por causa da madeira que tem um grande valor a madeira. Então a gente ta trabalhando assim, agora outras pessoas não. que quer pescar, quer caçar. Já se torna mais ruim pra eles. Nós não eu sai daqui plantava roça, ainda ficou se estragando a roça ai. Peguei esse acidente comigo. Eu passei um ano e seis meses sem trabalhar. Mas agora eu já to trabalhando. Eu to com dois anos que eu já comecei a trabalhar de novo e to trabalhando e gosto de trabalhar, gosto de plantar. Quando eu cheguei naquela minha colocação ali, no seringalzinho, tinha dois pé de mari, dois pé de mari. Eu disse pra mulher: mulher é vergonha o pessoal novo aqui, fala que a terra não presta pra plantar. Ai eu peguei, vim aqui na casa da minha mãe. Ai juntei uns mari assim, um bocado de mari pra comer. Eu digo esses caroço eu vou plantar, ela me chamou de doido. Digo não eu vou plantar. Que lá onde nós tamo só tem duas árvore de mar* (Laerte, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

Para além do uso político do termo população tradicional, convém fazer algumas considerações. Por muito tempo, estudos envolvendo a temática de moradores em áreas ambientalmente protegidas discutiam a relação entre cultura e conservação da natureza. Numa primeira fase, esses trabalhos foram feitos a partir de um enfoque essencializante, associando usos tradicionais a baixo impacto e conservação de recursos (DIEGUES,1996; 2000). Muito se discutiu a tradição, valores simbólicos de *povos da floresta* como associados ao conservacionismo.

Depois dessa fase, uma outra perspectiva que enfatiza o caráter não essencialista da identidade tradicional passou a vir à tona, destacando cada vez mais os aspectos políticos do uso da categoria tradicional (FERREIRA, 1999). Muitos trabalhos começaram a aparecer com este enfoque, o de que a tradicionalidade é uma moeda identitária com finalidade política, que vem sendo cada vez mais utilizada para aumentar o poder de barganha e a legitimidade de determinados grupos nas disputas em torno de terra, uso de recursos e outros direitos. É uma identidade produzida na interlocução política com outros atores, especialmente o Estado (FERREIRA *et al.*, 2001; CAMPOS, 2001).

A respeito da resignificação ou ressemantização dessa categoria *população tradicional,* Barretto[58] (2006) destaca que grupos têm tentado marcar sua singularidade dentro do leque de diferenças oficialmente reconhecidas, uma busca

[58] Henyo T. Barretto Filho em comunicação oral, como coordenador do Gt 31, na 25ª reunião da ABA, ocorrida entre 11 e 14 de junho de 2006, em Goiânia..

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
CÉSAR LATTES
DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÃO

por ele referendada como *a dança das categorias*, em referência à busca identitária para se enquadrar em categorias específicas a fim de ter direitos jurídicos especiais.

É interessante notar que muitas vezes *os atores sociais vão* na contramão de nossas desconstruções acadêmicas, ou seja, enquanto desessencializamos o debate, eles, às vezes, retornam e reforçam essa perspectiva. O`Dwyer[59] (2006) utiliza como exemplo desse movimento a busca de africanismos em comunidades remanescentes de quilombo ou, no caso de moradores de áreas protegidas, enquanto procuramos mostrar que não existem vínculos necessários entre características culturais tradicionais e conservação, alguns grupos de moradores organizados buscam afirmar seus direitos ressignificando suas identidades a partir dessa associação.

Um outro questionamento interessante referente à ressignificação da identidade tradicional com fins políticos é que, em última análise, a diferença sempre é recolocada, enfatizada e trazida à tona em situações de diferença, de encontro. Portanto, não surpreende que uma certa folclorização de diferenças culturais seja explicitada em momentos de negociação com agentes externos. Relembrando Cunha (1987), *a identidade é sempre circunstancial e relativa*. Sob determinadas circunstâncias, o grupo tenderá a assumir contornos de homogeneidade perante agentes externos e objetivos comuns a todos do grupo; no entanto, sob outros ângulos e em outros momentos, esse elo identitário maior se fragmenta em outros grupos de interesse e afinidade internos à comunidade. A manipulação ou instrumentalização da identidade étnica parece ter um limite, porque a comunicação da diferença se dá num contexto da comunicação entre grupos, no qual o estereótipo é trazido à tona (CUNHA,1999; O'DWYER, 2006).

Se, como já dissemos, as identidades ditas tradicionais são identidades de interlocução política, principalmente com o Estado, por outro lado, são nas situações de *alteridade* que a unidade aparece em forma de diferença, ou seja, que a diferença é chamada a se colocar.

Enfim, embora seja recorrente a idéia de que a construção ou ressignificação da identidade tradicional seja fruto de uma demanda política e não de uma *substância,*

[59] Eliane O'Dwyer, em comunicação oral, no gt 31 da 25ª reunião da ABA, ocorrida entre 11 e 14 de junho de 2006, em Goiânia.

quase não se fala do dinamismo interno desses grupos frente à tradicionalidade. A unidade grupal se manifesta em relação a uma interlocução externa - com o Estado, por exemplo, por outro lado, internamente disputas ou clivagens são negociadas e recolocadas constantemente, tornando múltiplos os sentidos de tradicionalidade no grupo, de acordo com os usos pretendidos e de cada sujeito que faz uso deste termo. Tudo indica que um dos caminhos para entender essas disputas é focar as diferentes alianças estabelecidas entre os moradores com os demais sujeitos.

Reivindicações sob a bandeira da tradicionalidade são por vezes traduzidas pelo estado como lutas territoriais. Para Almeida (2006) identificar territórios significa mapear relações de poder. As lutas por territórios demarcados por razões étnicas, como por exemplo quilombolas, indígenas, conduziram o debate para uma situação em que a luta por terra é traduzida pela luta por territorialidade, que não são a mesma coisa. *Terras são buscas discursivas* que envolvem autodefinição cultural do grupo que as pleiteia (ALMEIDA, 2006).

Um outro aspecto que nos pareceu bastante relevante em relação ao uso do termo tradicionalidade nos embates identitários é que determinados grupos ganharam *status* de tradicionais ao serem contemplados por políticas públicas como participantes do grupo do CNPT. Acerca deste processo de luta por direitos vinculados a população tradicional, como recaindo a lutas territoriais, questionamos a idéia de que a demarcação territorial de direitos é o fim, o objetivo último das lutas políticas de autodeterminação territoriais.

Almeida[60] (2006) questiona se é pertinente tratarmos de políticas de afirmação de grupos culturais específicos num país que segue as premissas de igualdade do Estado iluminista. Ou seja, por definição, a valorização da diferença, já está implícita. Portanto, as lutas por direitos étnicos estão englobadas na luta mais abrangente de direitos do cidadão.

Ainda quanto às definições de lutas associadas a grupos culturais considerados específicos, segundo critérios do CNPT, são considerados grupos tradicionais: caiçaras, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, entre outros grupos as definições são

[60]Mauro Willian Barbosa Almeida em comunicação oral no gt 31 da 25ª reunião da ABA, ocorrida entre 11 e 14 de junho de 2006 em Goiânia.

restritivas, ou seja, delimitam o campo de direito a alguns. Uma das características gerais dessas lutas com a bandeira da tradicionalidade é a espacialização dessas lutas[61].

No entato, Almeida (2006) lembra que há grupos classificados como tradicionais cujas lutas por direitos não passam por demarcação de território. Por exemplo, os ciganos. Com base nessas exceções, observamos a dificuldade de criar políticas públicas que atendam as demandas desses grupos em torno de suas singularidades e promova a inclusão social destes grupos.

2.7. Comparação das características ambientais e das dinâmicas sociais em dois rios do Parque: Jaú e Unini

Há algumas diferenças observadas em duas áreas do PARNA Jaú e que se mostraram expressivas para a compreensão das diferentes tendências observadas nos processos de mudança em curso em cada uma delas, bem como contribuíram para um entendimento mais amplo do processo de mudança no parque como um todo.

As diferenças entre as comunidades dizem respeito à disponibilidade de recursos, ao grau e tipo de fiscalização do IBAMA, ao deslocamento interno de moradores, à infra-estrutura das comunidades, à organização dos moradores e às mudanças na dinâmica populacional.

A partir da compreensão dessas diferenças, que parecem ecoar em processos diferenciados de mudanças nos dois rios, é possível compreender com maior acerto as tendências e acordos entre os sujeitos envolvidos nas disputas em torno do acesso à terra e ao uso de recursos, principalmente entre o IBAMA e a FVA.

Quando perguntados sobre a comercialização de produtos da floresta de origem animal e a freqüência da caça, pelas respostas contraditórias dos entrevistados,

[61] Mauro Willian Barbosa Almeida em comunicação oral no gt 31 da 25ª reunião da ABA, ocorrida entre 11 e 14 de junho de 2006 em Goiânia.

principalmente quando abordamos separadamente homens e mulheres, as respostas muitas vezes não coincidem, e, por isso, os dados acerca de atividades ilícitas parecem à primeira vista pouco confiáveis. Os entrevistados alteravam os resultados tanto para mais quanto para menos. Quando superestimavam os resultados, esperavam ser, com isso, beneficiados por meio de compensações financeiras maiores no caso de desapropriação; já no caso do desvio mais freqüente, para menos, demonstram receio de retaliações por parte do IBAMA, talvez por não terem certeza de que nós, pesquisadores, éramos confiáveis em relação ao IBAMA.

Isso posto, os dados declarados indicam que atualmente é mais intensa a atividade praticada com o extrativismo animal no Unini, enquanto que no rio Jaú, a atividade mais intensa é de extrativismo vegetal.

Talvez pelo fato de a calha do rio e de a área alagável do rio Unini serem maiores, ou devido à maior pressão sobre os recursos resultante de maior intensidade da prática da atividade, há indícios de que a caça seja uma atividade mais restrita neste rio.

Por vezes, a caça é vendida por quilo aos demais moradores da comunidade, apresentando uma diferença significativa em relação à épocas passadas, em que quando a carne de uma caçada muito abundante era dividida, e não vendida, entre a comunidade. Atualmente são vendidas por quilo principalmente a carne de anta, queixada, veado e porco-do-mato.

Assim, retornando algumas hipóteses formuladas até agora acerca da menor disponibilidade de animais para caça no Unini do que no Jaú, sintetizamos que no no Unini, as distâncias percorridas pelos caçadores são maiores devido à maior extensão de alagamento do rio; observamos também que há um maior número de moradores, e, por isso, a pressão de caça é maior.

No Unini, as casas encontram-se mais agrupadas em pequenas comunidades e por isso, há a necessidade de cada grupo doméstico percorrer distâncias maiores para encontrar caça e, por não haver base do IBAMA em sua foz, a fiscalização é mais precária e há mais contrabando de animais.

No rio Jaú, por sua vez, sugerimos que haja mais caça disponível aos moradores, em primeiro lugar porque as casas estão mais dispersas ao longo do rio, separadamente, de forma a não concentrar a pressão de caça em apenas alguns pontos, o que torna os recursos relativamente mais abundantes por estarem sendo explorados de forma esparsa ao longo do rio, além disso, a população residente no rio Jaú é expressivamente menor do que a população residente no rio Unini.

Uma outra razão para a maior disponibilidade de caça no Jaú é que a base fiscalizatória do IBAMA instalada próxima à sua foz funciona como instrumento coercitivo e proporciona condições para minimizar o contrabando de caça, e por fim, lembramos que no rio Jaú, por ser maior o controle do trânsito das embarcações com destino ao rio Jaú, evita-se que haja trânsito declarado de barcos geleiros que compram carne de caça dos moradores, ao contrário do que ocorre no rio Unini.

Se, por um lado, há uma maior disponibilidade de caça no Jaú devido à fiscalização mais intensa do IBAMA, por outro lado, há fortes indícios que nos levam a pensar que, justamente por essa razão, esteja havendo um êxodo dos moradores desse rio.

Embora os moradores do rio Jaú nunca tenham sido oficialmente retirados, porque, para isso, deveriam ser devidamente desapropriados e indenizados e isso não ocorreu, por falta de recursos; as regras restritivas ao uso de recursos são por vezes bastante rígidas e impeditivas quanto ao modo de vida destes moradores. Por isso, não seria exagero considerar que a falta de opção associada à imposição dessas normas acaba funcionando como verdadeira expulsão dos moradores, pela força das privações a que estes são sujeitos.

Há inúmeros relatos de diversos moradores sobre o impedimento de ir e vir, seus parentes e visitas, e outros impedimentos à manutenção da sociabilidade local. Segundo eles o impedimento do direito de ir e vir é, de certa forma, sinônimo do fim do direito de permanência pois inviabiliza seu modo de vida, em grande parte caracterizado pelas relações de compadrio - troca de dias de serviço entre *cumpadres* – de vizinhança ou camaradagem.

Embora a população do rio Unini esteja crescendo e a população do rio Jaú esteja reduzindo, nos últimos 10 anos houve uma redução geral da população do parque,

da ordem de 6%. A partir do cadastro geral do número de moradores do Parque, observou-se que, em 1992, havia 602 moradores no rio Unini e 377 moradores no rio Jaú, enquanto que, em 2001, havia 669 moradores no primeiro e 251 moradores no segundo (PINHEIRO, 2003).

Quanto às diferenças de organização entre as comunidades do rio Jaú e Unini, uma delas refere-se ao fato de que, apesar de teoricamente as restrições sobre o uso de recursos serem as mesmas nos dois rios, no rio Unini há uma maior permissividade, por haver livre trânsito de embarcações, e que torna a pesca comercial uma das principais fontes de subsistência da região. Por essa razão, a utilização de recursos pesqueiros é fonte de muitos conflitos na área.

Há uma outra diferença expressiva observada entre as comunidades ribeirinhas residentes no rio Jaú e aquelas residentes no rio Unini.

Das oito comunidades do rio Unini, pelo menos quatro delas tinham professor lecionando regularmente e instalações de um posto de saúde com medicação básica, além de morador treinado como agente de saúde capacitado para atender a primeiros socorros. Além disso, as comunidades do rio Unini também possuíam equipamentos coletivos como gerador, televisão coletiva e radiofonia. Algumas comunidades também contam com equipamentos doados pela prefeitura de Barcelos ou por uma paróquia de uma Igreja Católica de Manaus para a produção de farinha de mandioca.

Nesse caso, há problemas com a organização coletiva da produção de farinha no que se refere às estratégias da própria comunidade para definir as regras para utilização desses equipamentos coletivos, como por exemplo definir quem tem prioridade de uso.

Embora os moradores tenham no período da pesquisa (2002 - 2005) em sua maioria as suas próprias casas de farinha, em algumas comunidades que dispõem de casas de farinha coletivas, o uso desses instrumentos às vezes envolve negociações e contendas entre os moradores, uma vez que, sendo de propriedade coletiva, todos têm o mesmo direito de uso sobre eles.

Há também muitas famílias que intercalam o uso de casas de farinha de propriedade coletiva com casas de farinha da unidade doméstica, dependendo da demanda por produção, o que pode gerar cenários conflitivos em torno do seu uso.

Se, no rio Unini, a existência de alguma infra-estrutura conduz à situação descrita acima, no rio Jaú, esses instrumentos comunitários não estão disponíveis, bem como a infra-estrutura básica é mais deficitária. A começar pela de ensino, pois há períodos nos quais não há nenhuma aula nas comunidades e períodos em que um único professor passa temporadas no alto Jaú e outras no médio e baixo Jaú, tentando dar conta da demanda de escolaridade.

Essa diferença básica de acesso a serviços sociais pode fundamentalmente ter duas razões.

Em primeiro lugar, a diferença de municipalidades. A maioria das comunidades do rio Jaú está sob jurisdição do município de Novo Airão, enquanto o rio Unini está sob jurisdição do município de Barcelos, e a disponibilização de verbas é significativamente diferenciada no que se refere a serviços de saúde e educação (professores e agentes de saúde). Além disso, consideramos que esses dois municípios possuem diferentes acordos com outros sujeitos sociais que influenciam sua política de ação junto aos moradores da área do parque. Esses acordos não nos são muito claros. Sabemos, porém, que a prefeitura de Barcelos recebia recursos de um empreendimento de pesca esportiva situado no rio Paunini, próximo ao alto Unini, para manter os moradores afastados da área do hotel, instalado sobre um flutuante. O IBAMA, por sua vez, embora seja sua atribuição, não interfere nesse acordo.

Se, por um lado, a população do rio Jaú vem diminuindo devido ao êxodo, por outro lado, a população do rio Unini vem crescendo. Este crescimento ocorre devido ao fato de haver um menor controle da entrada de pessoas neste rio, bem como pelo fato das atividades praticadas serem menos fiscalizadas, embora, teoricamente, as restrições quanto ao uso de recursos sejam as mesmas nos dois locais.

Quanto à organização política no rio Jaú, alguns moradores consideram que não há um coletivo organizado no rio. Nas palavras de seu Gilberto:

Porque falta o pessoal se organizar, falta organização nas comunidades. Porque se houver organização, vai haver isso também, tá? Vai haver isso. Porque, tempos atrás (...) o pessoal levava para o Tambor, para fazer reunião no Tambor, e de baixada ia deixando os pessoal nas casas, né. Mas agora, nesse meio-tempo agora, o pessoal, parece que se escusa de acompanhar as pessoas para participar da reunião. É isso que acontece. Porque outro dia mesmo, subiu o rapaz que fez a reunião aqui, o Delmo, né, até ele se afastou agora da Fundação, ele saiu, ele fez a reunião aqui. Ele diz "Gilberto, não tem uma pessoa para ir acompanhar até o Tambor", eu digo "Delmo, não tem. Não tem uma pessoa para te acompanhar até o Tambor. Por que eu não posso ir, a mulher não está em casa, ela está para Manaus, ela está cuidando de saúde, e eu sozinho para deixar esse pessoal aqui, eu estava cuidando de farinha, né, eu não podia deixar o trabalho para ir. Mas não se preocupe não que ali em cima vai ter uma pessoa que vai lhe acompanhar". Eu tinha ordenado o rapaz para ir acompanhar (...) Então foi uma viagem que o pessoal da Fundação fez para fazer reunião, e foi uma viagem assim, com pouco proveito, né, para o trabalho deles. Agora, de volta não. De volta aqui a reunião foi legal, por que aí já estava a comunidade, eu já avisei o pessoal que vinham, né, aí todo mundo participou da reunião.(...) Aí o Delmo ficou satisfeito por que foi a única reunião que ele achou que o pessoal tinha comparecido mais, foi aqui (...)Se eu tiver com tempo de acompanhar, eu vou mesmo por que eu quero aprender mais(...)Por que quanto mais a gente participar, mais a gente aprende, né (...) E aquelas pessoas que participaram de uma ou duas e não vai nas três (...) nunca vai aprender o que pode ser desenvolvido dentro do parque (Seu Gilberto, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

2.8. A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS MORADORES DO RIO UNINI

Quanto à diferença no grau e no tipo de organização política dos moradores do rio Unini e do Jaú, seria conveniente fazer uma pausa para discussão mais elaborada.

Na visão de pesquisadores da FVA, os moradores do rio Jaú são descritos como menos organizados e menos dispostos a viver em comunidade, em oposição aos moradores do rio Unini, o que explicaria o fato de aqueles terem menos acesso a serviços sociais em relação a estes (FVA, 2000; 2001, PINHEIRO, 2003). No entanto, é interessante questionar até que ponto essa falta de organização social no Jaú não é resultado da ação da FVA no sentido de organizar e fortalecer politicamente os moradores do rio Unini, enquanto que no Jaú, os moradores parecem não contar com estímulos semelhantes.

Uma das hipóteses cogitadas é que o incentivo à organização dos moradores no rio Unini por parte da FVA – e não no Jaú – faz parte de uma política estabelecida

através de um acordo informal entre a Fundação e o IBAMA, uma vez que, para continuar desenvolvendo o seu trabalho de normatização provisória da presença humana no parque, a FVA teve que tentar renovar o seu contrato de co-gestão.

Sugerimos que, em parte, a falta de organização coletiva dos moradores do Jaú foi influenciada pela falta de vontade política da FVA em estimular a organização comunitária e incentivar a permanência humana neste rio.

Sobre o esvaziamento do rio Jaú, cabe ainda transcrever as palavras de pesquisador da FVA, que ressalta que:

> "*apesar da população do rio Jaú apresentar o comportamento geral de formação de agrupamentos sociais, não consegue se organizar suficientemente e sempre esbarra nas restrições impostas pelo IBAMA sobre a utilização de recursos naturais* (PINHEIRO, 2003:88).

Subentende-se que para haver organização destes moradores, até o IBAMA deve colaborar no sentido de abrandar seu papel fiscalizatório, uma vez que, se teoricamente as restrições são as mesmas no rio Unini e no rio Jaú, a comunidade organizada não deve esbarrar nas restrições impostas pela agência ambiental.

Assim, as comunidades do Unini se organizaram coletivamente e buscaram melhorar sua situação com o apoio da prefeitura de Barcelos e da FVA.

Já os moradores do rio Jaú têm um maior controle por parte do IBAMA, principalmente de atividades de caça e pesca comerciais devido à maior presença do IBAMA, o que faz com que essa atividade, ao contrário do Unini, seja secundária em relação às atividades principais de subsistência e contribua para o êxodo dos moradores.

O êxodo observado no rio Jaú, associado à maior permissividade no Unini, levaram-nos a afirmar que a pesca e a caça clandestinas para fins comerciais desempenham um importante papel na sobrevivência dos moradores dessas áreas.

A partir dessas considerações, parece, então, plausível supor que tanto o plano de manejo da FVA, quanto à reduzida atuação fiscalizatória do IBAMA na área do Unini em relação ao Jaú fazem parte de uma mesma política de zoneamento que privilegia a conservação de determinadas localidades, em detrimento de outras.

Se, no rio Jaú, há um acentuado processo de êxodo e conseqüente redução do número de moradores no local, por outro lado, no rio Unini, há um acentuado crescimento demográfico. No entanto, esse aumento de população verificado no Unini refere-se não a um aumento da população já residente na localidade, mas a moradores vindos de outras regiões. São várias as razões apontadas pelos moradores e que são coincidentes com dados levantados em outra pesquisa (PINHEIRO, 2003) para explicar a vinda das pessoas para a região do médio e baixo rio Unini nos últimos anos.

Em primeiro lugar, de acordo com o relato dos moradores, muitos dos que moram no rio Unini hoje disseram ter vindo principalmente de afluentes do alto desse rio: rio Paunini, no Papagaio, Manacapuru e igarapés do alto Unini.

Como foi visto até agora, há várias evidências das diferenças nas tendências de mudanças populacionais frente às restrições no rio Jaú e Unini.

As tendências de mudança diferenciadas nas duas regiões parecem estar diretamente relacionadas à interação dos moradores com os dois principais atores sociais na região: o IBAMA e a FVA.

Pretendemos em outro capítulo discutir como se dá a diferença observada nas atividades ilegais dentro da área do parque. Mas pode-se dizer desde já que a caça e pesca comerciais ocorrem no rio Unini devido à escassa fiscalização do IBAMA nessa área e ao livre trânsito de embarcações nesse rio, uma vez que não há qualquer base flutuante em sua foz ou qualquer outro instrumento de controle sobre a entrada e saída de embarcações e sobre possíveis cargas de contrabando.

Em relação ao destino dos migrantes do rio Jaú, observamos que os que saíram tiveram por destino, principalmente, a periferia do município de Novo Airão[62].

Por outro lado, observamos também que os que chegaram no Unini vieram principalmente de outras colocações próximas do rio Negro ou de afluentes do alto Unini.

[62] Para detalhes, ver CREADO, 2006.

Como já foi dito, o fato da FVA estar trabalhando mais intensamente junto aos moradores do Unini foi determinante para que se tenha consolidado uma associação de moradores nesse rio, e tudo indica haver um nexo entre o fato de estarem organizados em comunidade e o acesso a serviços sociais por parte deles.

Eis o relato das razões que motivaram a estruturação da Associação dos moradores do rio Unini (AMORU) segundo João Queimado[63], agente ambiental e então presidente da associação:

> *Os barcos de pesca chegava aqui, infelizmente eu sou um simples agente ambiental, que autoridade eu tenho de botar geleiro pra fora. Isso não me compete. E aí tomaram os apetrecho de pesca do pessoal e mandaram pra minha casa, eu simplesmente disse, não tenho nada a ver com isso, vocês tomaram, vocês vão entregar. Como viram que eu tava revoltado, e o geleiro informaram que (...) íam agredir lá a comunidade, tentaram negociar comigo com a coisa que fosse eu que tivesse feito isso. Aí veio uma propina, não aceitei. Com pouco tempo veio um policial na minha casa para me prender. E felizmente eu era um agente ambiental e poder nenhum ele tinha sobre mim, a não ser que eu tivesse cometido uma infração no parque, mas eu tava defendendo a área do parque. E de repente a gente começou a se organizar, e aí, desse tempo pra cá eu senti mais a necessidade de me organizar mais. Formamos uma organização de companheiros, naquela época ainda não era diretoria, com vários companheiros, fomos a Manaus, e começamos a formar a Associação que naquele tempo era a AMRU (...) depois se transformou em AMORU (...) Nós somos pobres, mãos calejadas e somos mesmo. Não adianta um pobre, mão calejada querer subir lá em cima no templo sem ele ter condições ainda por uma escada. Ele tem que ir. E a minha visão é se eu subir, sobe um grupo comigo, não eu sozinho. Então o que a pessoa quer: O turismo quer jogar contra o pescador, nós passamos um ano sem o pescador profissional pescar, será que eles tão bem de situação? Passaram um ano privado de sua profissão. Tem mais um ano aí. Agora me diga: Eles estão satisfeitos?* (João Queimado, em entrevista à equipe de pesquisa em agosto de 2005).

Quanto à mobilização das comunidades do rio Unini a intensa atuação da FVA no local merece atenção. A FVA desenvolveu uma série de atividades com os moradores do rio, visando à formação de lideranças e à organização comunitária, atuando privilegiadamente no sentido de capacitá-los a terem suas próprias organizações locais e mobilização autônoma.

Segundo narrou o vice-presidente da associação dos moradores do rio Unini por ocasião da pesquisa, *o pessoal da FVA chegava lá dizendo: "vocês são nativo,*

[63] João Evangelista, nascido no município de Santa Isabel do rio Negro, casado, quatro filhos. Quarenta anos declarados.

como uma árvore que nasceu ali"[64] *Vocês tem que criar poder para lutar, vocês tem que se organizar*[65].

Embora o processo de mobilização para criar a associação dos moradores do Unini já estivesse em curso há algum tempo, foi graças às oficinas de participação e formação de lideranças comunitárias, sob responsabilidade da FVA que se deu o estímulo derradeiro para que ela se efetivasse: a indicação de representantes das comunidades do Unini para participar de um evento a ser promovido pela Comissão Pastoral da Terra, órgão da igreja católica, que organizaria um encontro de ribeirinhos[66] em dezembro de 2001, e ainda não contava com nenhuma comunidade da região do rio Negro[67] para participar dessa comissão. A exigência para a participação foi a de que houvesse uma representação comunitária nas comunidades participantes.

A partir da organização dos moradores para esse encontro, o processo de formação da associação foi tomando forma, e ele foi finalmente inaugurada em agosto de 2002, com o nome de AMORU - Associação dos Moradores do rio Unini. Formou-se também, naquela ocasião, uma comissão incumbida de discutir um estatuto para a comunidade.

Houve uma reunião com um grande número de moradores – 580, cerca de 60% da população do rio; este encontro ocorreu na comunidade Tapiira, para eleição de representantes nas oito comunidades do rio. Foram escolhidos um vice e um presidente em cada uma delas para compor a diretoria da associação e discutir a elaboração do estatuto.

A despeito de a associação ter sido inaugurada em agosto de 2002, ainda hoje ela não foi registrada em cartório. A razão para isso é que alguns moradores, membros

[64] Para uma melhor discussão acerca do termo população tradicional, ver: Almeida, 1999; Ferreira, 1999,2000, 2004,2006; Ferreira & Campos, 2001; Campos, 2001 entre outros.
[65] Depoimento de Levi, vice-presidente da Associação de Moradores do Rio Unini parafraseando as palavras de Muriel Saragossi, então diretora da FVA, mas na época da pesquisa diretora executiva do CONAMA, em conversa durante trabalho de campo em 17/02/2003.
[66] De acordo com os moradores que participaram desse encontro, o principal foco de discussão foram as possibilidades econômicas do extrativismo e a formação de agentes ambientais voluntários.
[67] Região de Barcelos, Novo Airão e São Gabriel da Cachoeira.

da comissão de representantes da comunidade, não possuem documentos pessoais necessários para isso[68].

Um dos objetivos centrais cogitados pela AMORU e que motivaram a sua formação é a elaboração de uma proposta de permanência na área do parque, tendo como possíveis formatos uma reserva de desenvolvimento sustentável ou reserva extrativista[69].

Até janeiro de 2003, os moradores estavam em processo de organização de material para, posteriormente, com auxílio da FVA, formular e encaminhar às instâncias superiores do IBAMA/MMA proposta de alteração do formato legal da área do Parque.

A FVA motivou, incentivou e buscou dar condições para que os moradores se organizassem, segundo nos relatou Levi, vice-presidente da Associação dos Moradores do Rio Unini (em entrevista à equipe de pesquisa em 02/2003). Essa entidade teve, inclusive, participação nos aspectos formais de elaboração dessa proposta, muito embora a própria FVA enfatizasse, todo o tempo, que ela deveria partir dos próprios moradores organizados, ou seja, o registro formal da Associação em cartório bem como a elaboração de um estatuto deveriam ser pré-condições para o desenvolvimento de propostas futuras pelos moradores[70].

---

[68] Trata-se dos seguintes documentos: CIC, RG e título eleitoral. Segundo levantamento realizado na região, poucos moradores do PNJ possuem documentos, por várias razões, mas principalmente por estarem numa situação de exclusão social, nunca precisam deles, e também pelo fato de que muitos nascem com parteira, sem ir no hospital, e a ida à cidade para registrar os filhos é difícil pelo custo e pela distância.
Assim, em 2000, 40% dos moradores não possuem nenhum documento, sendo que a maioria deles são crianças e jovens. Dentre os que têm documento, o mais frequente é a certidão de nascimento, possuída por 52% deles. Apenas 11% dos moradores possuem carteira de identidade e 3% o registro de casamento. Em contraste, 12% da população possui o título de eleitor, mostrando uma importância igual a da carteira de identidade. O CIC/CPF é mais raro ainda, apenas 4% da população o possuem.

[69] Uma vez que ambos os formatos contemplam presença humana em áreas destinadas à conservação, mediante o estabelecimento de regras de controle de uso de recursos.

[70] Algumas experiências promovidas pela FVA foram fundamentais para o desenvolvimento deste processo mobilizatório rumo à construção de uma proposta, em especial, a promoção de uma viagem dos moradores dessa área para a reserva extrativista de Xapuri e a reserva extrativista Chico Mendes, no estado do Acre. Segundo nos contou um morador participante, esse contato foi fundamental para perceberem a necessidade e a viabilidade de organizações autônomas de moradores e formas de auto-manejo de recursos.

Além de dificuldades práticas[71] e funcionais para viabilizar as atividades da associação e a elaboração de um material por parte da mesma, há também as dificuldades inerentes à própria arena de discussão. O processo de discussão e elaboração do estatuto da associação e das regras de uso de recursos pela comunidade se deu em um terreno marcadamente conflituoso, pelo fato de envolver moradores com formas e intensidades de uso de recursos muito diferenciadas, dependendo da fonte de obtenção de renda por cada morador em questão.

Observou-se que os recursos pesqueiros foram aqueles sobre os quais recaem grande parte dos conflitos envolvendo disputas por seu uso; sendo estes um dos mais abundantes e a base da dieta e do comércio locais.

Uma outra razão da centralidade das disputas em torno desse recurso é o fato de seu uso envolver o estabelecimento de regras e restrições sobre territórios de uso comum, ou seja, os rios, lagos e paranãs.

O entendimento das dinâmicas sociais que regem o uso comum de recursos está longe de ser algo evidente, podendo ser facilmente esse tipo de uso ser confundido com recursos de uso livre (OSTROM, 1994).

Segundo relato dos moradores, algumas experiências ocorridas com o apoio da FVA foram de grande relevância para desencadear um processo mobilizatório, culminando na formalização da associação.

Entre essas experiências, consta uma viagem organizada pela FVA com o intuito de levar alguns líderes das comunidades do PARNA Jaú para conhecerem outras áreas que possuíam experiência organizativa, segundo nos contou Levi, o vice presidente da Associação dos moradores que, a convite da FVA, junto com alguns outros moradores, foi conhecer a reserva Xapuri, no Acre. Em suas palavras: *O pessoal da Fundação Vitória Amazônica olha a gente como os heróis do Unini* (Levi, em entrevista à equipe de pesquisa, 02/2003).

[71] A ausência de documentos por parte de alguns membros da associação é um obstáculo rumo à elaboração de um estatuto da comunidade. Além do problema dos documentos, outras dificuldades enfrentadas pelos moradores para a elaboração de um estatuto refere-se à dificuldade física de deslocamento entre os moradores das oito comunidades do rio Unini para promover reuniões de discussão, uma vez que são distantes umas das outras, acessíveis somente pelo rio.

O objetivo desse intercâmbio por parte da FVA era fazer com que os moradores do Unini conhecessem um modelo de área protegida que incluísse o uso controlado de recursos naturais, cujo plano de manejo fosse elaborado e fiscalizado pelos próprios moradores.

A associação dos moradores do rio Unini surgiu a partir dessas experiências promovidas pela FVA em meio ao cenário conflitivo envolvendo a utilização de recursos pesqueiros e a prática de pesca comercial no Unini, tendo como primeiro objetivo criar condições para repassar à associação o controle social do uso deste recurso.

CAPÍTULO III

A DIMENSÃO SITUACIONAL DAS ESCOLHAS: ENTRE A VIDA NO PARQUE E O ÊXODO

O tema deste capítulo são as escolhas referenciadas pelos moradores para permanecer ou partir do Parque e as motivações para explicá-las. Para isso, utilizaremos informações sobre a relação entre IBAMA e moradores, apresentando a perspectiva de técnicos desta instituição sobre esta relação e sobre a questão mais ampla de "gente em parque" e depois, apresentaremos várias visões de moradores sobre a relação com o IBAMA e as opiniões sobre o parque em suas vidas.

Depois de caracterizar essa heterogeneidade entre os moradores quanto ao que pensam do parque e da atuação do IBAMA, mostraremos como direcionam suas ações e fazem suas escolhas de rumo entre as opções possíveis de acordo com suas preferências e suas heterogêneas expectativas em relação ao futuro.

Buscaremos mostrar que as diferentes estratégias de sobrevivência, que podem ser agrupadas em dois grandes grupos, como a permanência no parque ou o êxodo, figuram como opções de rumo tomadas pelos moradores, relacionadas às suas preferências e à sua heterogeneidade.

3.1. O SISTEMA COERCITIVO OFICIAL INFLUENCIANDO A DECISÃO DE PARTIDA

Iniciaremos esta discussão focalizando uma das opiniões mais correntes de agentes do IBAMA sobre qual seria o modelo ideal de conservação. Na opinião do analista ambiental Daniel Borges, o ideal é a proposta de mosaico de conservação do SNUC, composta de áreas vazias intercaladas de áreas com presença humana controlada. Em suas palavras:

> *Eu acho que o modelo ideal taí, é o SNUC. É a unidade de proteção integral que não tem nada. Quem sabe aquela floresta vire mata primária, reserva extrativista , RDS, eu adoro RDS, eu acho um modelo muito bacana que tem área intangível, né.*

Só que a maneira como eles tão trabalhando com RDS me preocupa muito. Tem alguns itens na legislação que estão sendo manipulados de uma maneira perigosa. Do tipo: A terra é de dominialidade pública, mas só deve ser indenizada quando necessário. Então nem sempre precisa fazer indenização dentro de RDS, sabe, tem umas coisas meio malucas (...)
E esse modelo que a gente está, é a gente aprender com os erros, porque esse modelo que a gente ta vendo de desenvolvimento em reserva extrativista, a primeira reserva extrativista do Brasil é a Resex Chico Mendes. Sabe qual é a maior produção lá dentro hoje? Carne de gado. Todo mundo é pecuarista dentro da Resex Chico Mendes. Então eu não sei se esse modelinho aí vai sustentar muito tempo, porque tem questão de escala, de mercado (...) E outra: O cara não quer a vida inteira coletar para subsistência gente. É ser humano, a hora que o mercado financeiro bater na porta, sabe, é tudo oportunidade (Daniel Borges, em entrevista à equipe de pesquisa, em julho de 2005).

Na mesma ocasião, Daniel Borges comenta ainda a pressão dos interesses econômicos na conservação ou não de grandes áreas:

(...) Que eu to deixando de ganhar vendendo castanha? É essa a pergunta que a gente tem que fazer. Que eu to deixando de ganhar preservando o Jaú? Tem que fazer o cálculo. Quanto que eu poderia estar plantando de soja aqui dentro. Então pro Jaú valer a pena, eu tenho que gerar mais do que aquela soja, ce entendeu? Enquanto o Parque nacional de Brasília estiver fornecendo água para o plano piloto, né, eu tenho certeza que a população de Brasília vai ta pagando lá uma quantia porque a água é limpa. O dia que ficar mais barato ele comprar Perrier da França, que se foda o lado do plano piloto, vou comprar Perrier da França. Nós vivemos num mundo econômico infelizmente, não que eu concorde com isso ou goste disso,mas é assim que as coisas funcionam. É lógico. O Jaú no meu entendimento tem muito mais valor que um plantio de soja, agora imediatamente, a soja reverte mais para o PIB, para não sei o que, para a balança comercial, para baixar meu, você entendeu? (Daniel Borges, em entrevista à equipe de pesquisa em agosto de 2005).

Segundo esse técnico, uma das saídas possíveis para os moradores do Jaú é montar uma microempresa para prestação de serviços terceirizados para o IBAMA. Em suas palavras:

A idéia nossa na verdade é contratar alguém depois. Não é nem isso, Nós vamos precisar de mão de obra. Eu sempre disse o seguinte: a gente pode muito bem vivercom esse pessoal trabalhando no parque, e não vivendo no parque, entendeu, é trabalhar no parque eviverdo parque. E não viver no parque. Entendeu, o Marivaldo trabalha comigo há oito anos, lá no Jaú, né, comigo não, mas trabalha no Jaú há oito anos , trabalhou lá comigo dois anos (...) Ele não consegue chegar no Tambor sozinho, pra guiar ele pra passar naqueles furos do Lázaro, entendeu? Então é necessário o conhecimento deles sim, eu não tenho a menor dúvida. Agora o cara não precisa ficar morando lá dentro, não. Tem como contratar? Tem (...)Vamos montar uma empresinha tercearizada, os prestadores

de serviço dos ex-moradores do rio Jaú. Olha que coisa bacana, não é. Vão precisar fazer um reconhecimento até não sei onde (...)Tem uma empresa tercearizada para pagar ali o pessoal, eles mesmo montam, se dá só o pontapé inicial e deixa o pessoal se virar depois, entendeu. Eu acho que eles tem que quebrar a cabeça um bocado pra aprender a se virar, por que se ficar fazendo tudo, o cara acomoda. Mas tem como você vincular essas pessoas depois às atividades do parque, sabe. A idéia é esta mesmo, é fazer isso, né, vai montar um hotel no Carabinani? Beleza, e aí quem é que a gente vai botar pra trabalhar lá? Dá pra colocar o pessoal do parque? Em algumas coisas não vai dar, se precisa falar inglês, francês, não sei o que (...) Agora, poxa, quem é que conhece onde que tem anta, que o cara quer ver uma anta, é aquele sacana que era caçador antigo sabe aonde estão as antas. Então vamos mudar o foco dele. Vamos lá caçar com fotografia, ao invés dedar tiro, bate foto, né. ..É começar a mudar essa mentalidade deles (Daniel Borges, em entrevista à autora e à Eliana Creado, em agosto de 2005).

Sobre a relação do IBAMA com os moradores, Borges nos narrou ainda duas situações de intervenção ocorrida num furo[72] do rio Jaú, local que os agentes ambientais ficam à espreita de um carregamento ilegal quando estão em operação de fiscalização, esperando por moradores que passariam com contrabando. O relato de uma dessas situações ilustra como é a forma do IBAMA atuar, a maneira deturpada como muitas vezes esses fatos ocorridos chegam na mídia ou na cidade de Novo Airão, onde predominantemente se acata a versão do oprimido, e em segundo lugar, percebemos através dessas situações de ação o conflito eminente entre IBAMA e contrabandistas e as situações violentas a que estes atores podem ser expostos.

Para Borges, essa relação é em parte uma reação histórica dos moradores, deve-se ao passivo do IBDF que o IBAMA ainda possui hoje, ou seja, este passado opressor e violento do órgão ambiental inicialmente responsável pela implantação do Jaú.

Esse passivo institucional do IBAMA sugere que por mais que os agentes do IBAMA busquem ter uma relação respeitosa com os moradores, sem no entanto deixar de cumprir seu papel institucional, o que seria prevaricação, que sem dúvida sempre atrapalha as atividades de quem realiza contrabando sempre é veiculado na mídia local segundo a versão dos alvos da ação fiscalizatória: os contrabandistas pegos

[72] Modo local de dizer *corta-caminho* da calha central do rio, geralmente um igarapé.

em flagrante. Transcrevemos a seguir trecho de seus comentários que relata duas situações ocorridas:

> *Olha só como foi a história aconteceu, tá. O Marcelo tava lá no parque com o Marivaldo, estava saindo de barco, para ir para o furo. Quando a gente recebe denúncia a gente fica dormindo em alguns furos (...) E aí eles desligaram o motor de polpa para poder ouvir a rabeta e quando eles viram a rabeta, eles tentaram ligar o motor de polpa e o motor não ligava mais. E o Marcelo começou a gritar pro cara: não fuja, não fuja, e o cara com o motorzinho ligado, passando direto, e ele, não pode, não pode. E o cara não fugiu. Parou. Aí eles vieram no remo, e conseguiram chegar perto do cara, o Marcelo e o marivaldo remando. Aí conseguiu chegar perto do cara, o cara rebocou o IBAMA até a base do Jaú, entendeu. Essa foi duas toneladas de pirarucu, numa canoa só, uma canoa de madeira de seis metros (...). E eu já tinha falado com o Marcelo que o primeiro que a gente pegar agora nós vamos por na cadeia pra parar com essa bobagem que tão falando aqui da gente, que a gente ta agredindo, que a gente ta não sei o que. Vamos levar pra cadeia, fazer corpo delito, faz tudo pra deixar de bobagem. O cara, como foi muito gente boa, o Marcelo não quis fazer isso, aí beleza, resolveu tudo, prendeu tudo, deixaram ele numa comunidade mais próxima lá, né, e passado um tempo, uns vinte dias depois, eu estou em Novo Airão lá, o fulano tava numa reunião da colônia de pesca (...) e me chama. Tão acusando você de um monte de coisa lá. Eu vou sem saber de nada. O cara já chega com o dedo na minha cara, o senhor fez isso e aquilo, apontou espingarda pra cabeça de um amigo nosso e deu um tapa em não sei quem. Aí eu disse (...) sabe se foi eu ou não foi eu? Não é o senhor que é o Marcelo?.Não, mas eu tenho certeza absoluta que o Marcelo não fez isso porque ele não anda armado, entendeu? Então, as coisas chegam em Novo Airão de uma maneira* (Daniel Borges, em entrevista à autora e à Eliana Creado, em agosto de 2005).

Numa outra ocasião, o mesmo analista conta que numa das operações de fiscalização envolvendo flagrante de uma embarcação com contrabando, houve troca de tiros do sujeito que dirigia o barco antes do mesmo fugir a pé, segue trecho deste relato:

> *Esse dia eu atirei. Ele virou para trás, alvejou, tava eu e o Marcelo, deu um tiro na gente, foi a hora que eu parei o motor de popa, eu dei um tiro pro alto pra falar, também estamos armados, e ficamos naquela, os outros dois caras ficaram na canoa, agente encostou, conseguimos encostar neles depois.levamos pra cidade e daí quatro dias esse cara apareceu em Novo Airão, esse que deu um tiro na gente. E fui na casa dele, peguei ele, e disse, agora o senhor vai na delegacia comigo e eu levei pra delegacia, fizemos a ocorrência toda, conversei com o delegado, quero que você registre como ele ter atirado na gente, ele já me ameaçou três vezes,então eu quero que fique registrado aqui que se qualquer coisa acontecer comigo ou com ele, né, se tá com registro já do que pode ter sido* (Daniel Borges, em entrevista à autora e à Eliana Creado, em agosto de 2005).

Numa outra família[73] que visitamos no rio Jaú, observamos a prática de contrabando de bichos de casco e pirarucu, segundo relatos de seus próprios vizinhos e do IBAMA. Recentemente (2005) haviam sido pegos em flagrante, inaugurando uma nova forma de estar saindo do parque com o contrabando, enfiando as mantas salgadas de pirarucu em um saco plástico e colocando este saco dentro das sacas de farinha, segundo nos contou um morador. Os agentes do IBAMA desconfiaram pela grande quantidade de sacos plásticos *sanito* que esta família comprava toda vez que iam ao município de Novo Airão.

Um outro método recentemente (2005) descoberto por fiscais do IBAMA, que vinha sendo utilizado pelos moradores para sair com contrabando do parque é amarrar os quelônios embaixo do barco quando estão próximos à base fiscalizatória do IBAMA, já que estes animais conseguem ficar cerca de quarenta minutos sem respirar em baixo d'água. A riqueza das técnicas sempre inovadoras de burlar a fiscalização do parque para efetivar o contrabando talvez sugerem que o melhor caminho para efetivar a fiscalização seja o envolvimento dos moradores em atividades remuneradas associadas à conservação dentro do parque, colocando, quem sabe, a sua criatividade e engenhosidade a serviço da conservação.

Para melhor compreender a relação estabelecida entre moradores e IBAMA é interessante observar o que está na base dessa relação, a visão de autoridade para os moradores.

Para seu Gilberto, morador da comunidade de Patauá, por exemplo, o correto não é questionar a regra ou lei instituída, que é o caminho correto a ser seguido. Em suas palavras:

> *A gente corre para um lado, tem a lei cercando, a gente vai para outro tem a lei cercando, então a gente tem que acompanhar a lei. A gente tem que seguir esse caminho. Quem quiser seguir o caminho errado vai se atropelar, se dar mal e aquela coisa, né. Então eu tenho que seguir o caminho que é melhor para mim, que é o caminho da lei. O que a lei permite a gente fazer, a gente faz; o que a lei não permite, a gente não faz* (Seu Gilberto, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

[73] Não identificamos a família para não comprometê-la legalmente.

Já na visão de Seu Erasmo, morador da comunidade de Cachoeirinha do rio Jaú, no rio Jaú, o papel do IBAMA e a autoridade que ele representa é algo sempre positivo, e quem segue as regras nunca encontra problemas. Em suas palavras:

> *(...) trabalhar direitinho, dentro da norma, mas não querer ser amigo de ninguém, é amigo e não sendo amigo, porque o camarada tem que ser amigo dele e ele ser amigo da gente. Então, nós não podemos abusar das autoridades. Não podemos abusar do Ibama, da polícia, de autoridade nenhuma, nós podemos abusar. Como eles também, eles têm que trabalhar direito, né. E pra mim eu acho o serviço do Ibama um serviço muito importante pra nós que mora aqui dentro, né. Muita gente acha ruim, que justamente o Ibama ele tirou muita coisa que o povo se utilizava. Couro de queixada, couro de caititu, Couro do Veado, da capivara, de peixe boi (...) porque todo trabalho das autoridades é abençoado, desde o princípio do mundo é abençoado as autoridades. As autoridades nunca fundou o que é mal para nós, de espécie nenhuma. Então eles não escravizam nós aqui. Os que saíram foi porque quiseram, queriam ir pra cidade, né, e foram mesmo, mas não é que é proibido* (seu Erasmo, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

Já para Sibá, o IBAMA é uma instituição de confiança. Tudo indica que ele tenha uma visão paternalista em relação aos chefes do parque e em relação ao papel do IBAMA enquanto autoridade. Em suas palavras:

> *(...) tem muita gente que fala, quem sabe se isso vai acontecer, se isso vai ser realizado ou não. Há muitos anos, maiormente dez anos que rola essa história de indenização (...) Com o tempo veio um chefe de parque. Um moreno, alto, chamaram, e se deram muito com a gente aqui. Uma vez ele veio com uma equipe de turista, chegou aqui, conversando, naquela casinha, eu tinha uma casinha de palha, eu não tenho nem uma foto dela não (...) Aí eu ficava pensando, esse aqui é o fulano, aí eu foi e falei pra ele, seu João, eu quero falar com o senhor. Seu João, eu tô com vontade de fazer uma casa mas muita gente fala que vai fazer hoje, amanhã ou depois vai ter que sair. Ele disse não, pode fazer a sua casa. Quando nós tiver aqui, ninguém vai deslocalizar vocês (...) Que sempre esse pessoal que vem aqui, eles se dão com a gente. Eles sempre vem conversar com a gente* (Sibá, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

Cogitamos que uma das formas pelas quais fica evidente o apoio de alguns moradores à atividade do IBAMA é a colaboração na fiscalização, por meio de denúncias contra contrabandistas na área do parque, sejam eles outros moradores ou não do parque.

Por exemplo, seu Nelson[74], morador da comunidade Patauá, no rio Jaú, diz ter feito denúncias contra moradores contrabandistas. Cita inclusive que denunciou outro morador que lhe deu carona em sua embarcação para sair do parque. Em suas palavras:

> *Eu disse pro seu Daniel: Sabe como eles fazem pra levar bicho de casco? Eu digo porque eu sei, eu já vi. Eu já fui com eles, eu vi, eu não pude abrir a boca porque eu ía de passagem* (Seu Nelson, morador da comunidade Patauá, rio Jaú, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

Na opinião de seu Erasmo, sem a atuação do IBAMA na área do parque não haveria mais recursos. Narramos abaixo trecho em que ele relata sua percepção sobre o trabalho do IBAMA e sobre a autoridade em geral. Quando perguntado sobre o trabalho do IBAMA, relata também que sempre teve um bom relacionamento com antigo gestor do parque:

> *Se eu gosto? Gosto. (...) Um dos primeiros dirigentes aqui do parque foi o doutor Rivaldo, e muitos não gostavam do Doutor Rivaldo, e eu gostava, me dava muito com ele. Eu sou uma pessoa que não gosta de gente teimosa, eu gosto de pessoa obediente. Eu tô dando prejuízo ao parque do Jaú, onde eu trabalho desde 1957 ? Eu nunca matei caça para vender carne, nunca matei um pirarucu, eu tenho um batelão. Eu não pego cabeçudo para vender, eu não pego pirarucu para vender, eu pego para comer. É o que que a gente come por aqui. A gente come mais é peixe. Mas ontem apareceu uma caça. Mas o apoio daqui mesmo é peixe, que é mais fácil. Claro que aqui e acolá aparece uma caça aí a gente come. É tudo filho daqui, todos os filhos.Filho nativo do lugar, não existe lei para jogar o camarada noutro canto. Só se o camarada quiser sair. Então nisso eu fiquei. Veio depois uma conversa.Vou indenizar este povo, que indenizar o que eu moro aqui dentro aí eu ter que indenizar. Eu não tenho que indenizar porque o terreno não é próprio, eu plantei mil e duzentas, dez anos, dava por aqui assim, mas no tempo que a água veio uma enchente grande em mil novecentos e setenta e quatro matou um bocado* (Seu Erasmo, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

Para alguns moradores, a implantação do parque e a atuação do IBAMA é positiva porque permite acesso à educação e assegura a presença dos moradores, garante o direito a trabalhar até que saia a indenização. A seguir, destacamos o relato de seu Gilberto:

---

[74] Por se tratar de depoimento comprometedor, o verdadeiro nome do morador foi substituído por um fictício.

> *Então é uma importância boa que houve, por causa do IBAMA permitir que um professor formar, fazer escola, dentro do parque ainda, né. Para as crianças se educar. Educação é uma coisa que faz parte de muitas coisas da vida, né. É uma coisa melhor do mundo é a educação, né. Primeiro lugar, a educação e depois vem a saúde, e outras coisas. E a gente fica assim, eu pelo menos, fico satisfeito por morar aqui dentro do parque e o pessoal permitir eu morar e agora mais permissão eu vi que eles dão para a gente agora, nessa reunião que teve lá no Apuáu, que a gente vai ter o direito de ficar aqui até sair a indenização que ninguém não sabe quando ainda. Enquanto isso não sair, a gente tem direito de trabalhar para sobreviver. Tem o direito de plantar, criar e etc, e daí por diante. Então, assim que a gente vai ganhando a vida. Muita gente se embaraça às vezes, por que ele quer fazer outras coisas que não é permitido, aí se embaraça, aí fica naquela luta, né. (...) melhor a gente ficar por aqui mesmo, por que aqui tem muita facilidade: você tem o direito de plantar, criar o filho, dar estudo, para aprender alguma coisa, para tá mais ou menos encaminhado para poder aprender, e é daí por diante. Então é assim que caminha as coisas aqui dentro do parque* (Seu Gilberto, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

Já para outros moradores, o parque é algo positivo por aumentar a fartura dos recursos dentro do parque para os moradores, como relata abaixo seu Laerte, com uma percepção positiva das restrições, destacando o aumento no estoque de animais depois que a área foi institucionalizada Parque. Quando perguntado sobre se ele acha que depois que proibiram o contrabando, aumentou o número de bichos, ele respondeu o seguinte:

> *Aumentou. Aumentou e provo, que tenha aumentado. Ah se não tivesse tido essa preservação dentro do parque, a gente quando ia para a seca - agora tem um volume de água meio grande, mas quando está seco, de baixada mais uns 12 palmos, 2 metros e vinte, a água fica lá em baixo, aí você vai ver grande fartura de tanto peixe como bicho de casco nesses lagos aí, ó* (Seu Laerte, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

Uma outra moradora, Teca, também destacou a volta da fartura de peixes na área do parque:

> *Mas mesmo assim a gente se emociona quando você vai lá e vê que você pega o peixe do outro lado do lago. Vê os porco, as anta atravessar e subir no seu próprio porto, você fica emocionado de ver que maravilha que as coisas, também as coisas boas ainda continuam acontecendo* (Teca, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

Alguns moradores consideram positiva a presença do IBAMA por impedir a entrada de geleiros no rio, porém também mantêm uma certa ressalva, criticando o IBAMA

por não liberar totalmente o uso de recursos aos moradores locais, como madeira, por exemplo. Segue trecho abaixo em que seu Tarciso fala sobre isso:

> *(...) Desde o ano passado não entrou mais geleiro pra cá. Mas entrava de vinte a trinta barco, era um atrás do outro. Então eles pescavam da boca até onde dava pro dia eles ir eles pescavam (...) A gente não pode mandar fazer um batelão lá em Novo Airão que aqui não tem mestre. Se a gente quiser fazer um batelãozinho, ou uma canoa ninguém não pode. Tem que fazer aqui. E como é que a gente vai buscar um mestre lá pra agüentar esse mestre aqui? Pra construir uma canoa, ou um batelão? Ninguém pode. Ele tem que deixar a família dele pra lá, né. Tem a família. E assim que a gente vai levando a vida aqui.O IBAma só ta dificultando, nüo ajuda nada.O Ibama por enquanto só ta dificultando, porque ele não ajuda em nada. Agora nós vamos trabalhar em parceria com eles. Sobre invasor de barco de pesca. Aqui, uma época dessa, era um atrás do outro. Por aqui na comunidade se você fosse pegar um peixe era um sacrifício. Aí nós lutemo, lutemo, lutemo, nós viemo com o Ibama. Mas eles davam a carteira pro cara, né, liberava. Porque o Ibama quer dinhefro, na verdade. O cara vai lá, tira uma licença, fala: vim pescar, eles pagam. Se é o turismo, também vai lá, eles dão licença. Eles pagam uma taxa pra eles. E a gente não tem força de nada. Quem é que vai olhar por nós?* (Seu Tarciso, em entrevista à parte da equipe de pesquisa que colheu depoimentos para edição de um documentário: Fernando Passos e Kellen Junqueira, em julho de 2005).

Na opinião de Sibá, morador da comunidade de Cachoeira do rio Jaú, no rio Jaú, a atuação do IBAMA e a implantação do parque são coisas positivas porque eles agem contra a entrada de barcos comerciais no rio, que acabam com os estoques pesqueiros dos moradores e inibem o contrabando dos caçadores. Em suas palavras:

> *Mas no meu conhecimento, na época que surgiu o IBAMA pra cá, melhorou mais, porque na época que não tinha IBDF, não tinha IBAMA, não tinha nada, era uma coisa era meio que assim, um mercado, e gente entrando, todo dia, ainda mais uma época dessa, uma época dessa passava de quatro cinco motor por dia, tudo atrás de tirar. Depois que foi fechando mais né, a gente foi tomando conhecimento das coisas que eles queria correr atrás, aí mudou muito, hoje só é bem dizer só nós, mas não dá pra acabar não, porque tem muito, e aumentou mais. De primeiro, morava sete famílias aqui na cachoeira, umas quarenta pessoas. E foram embora* (Sibá, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

Há alguns moradores que consideram o IBAMA prejudicial, por praticarem ainda atividades de caça para contrabando. Na opinião destes, o IBAMA aparece como

opressor e ofensivo, como destaca o relato de Manuel[75] morador do rio Jaú, que entre outras coisas diz ser muito humilhado quando passa pela base do IBAMA, sendo freqüentemente revistado, por isso relata que mudar vai mudar para o município de Novo Airão:

> *Aqui a gente é muito humilhado; vendeu o batelão foi buscar farinha como parte do pagamento quando desceu (o rio) o IBAMA mandou fiscalizar dizendo que eu levava carne de anta, bichos de casco, disseram que tinha, revirou, não encontrou nada e aí me liberou. A gente vai se desgostando.*
>
> *Uma vez estava fazendo farinha, chegou uma voadera com seis da federal com metralhadoras e tudo procurando o fulano[76] (que a farinha que estava na casa dele era do fulano que, ganharam o mato procurando o* (Manuel, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

As duas razões mais apontadas pelos moradores como pontos positivos da implantação do parque estão relacionadas à maior disponibilidade de caça e pesca para eles, mesmo sendo autorizado apenas para consumo próprio, devido à implantação da base do IBAMA na boca do rio, e o impedimento da entrada de barcos geleiros, que saíam carregados de caça e pesca.

No entanto, ironicamente, as mesmas razões apontadas como positivas em relação à implantação do parque, foram apontadas como negativas em relação àqueles que são contrários à implantação do Parque, só que agora utilizando outros argumentos.

Essas opiniões provêm de pessoas que, antes da área virar parque, viviam do contrabando direto ou ainda trabalhavam por dia para barcos geleiros comerciais e de turismo que vinham constantemente pescar e caçar na área.

Assim, essas famílias que viviam de atividades que passaram a ser ilícitas consideraram a implantação do Parque muito negativa, e, a despeito da proibição,

[75] Por se tratar de depoimento comprometedor, o verdadeiro nome do morador foi substituído por um fictício.
[76] Por se tratar de depoimento comprometedor, o verdadeiro nome do morador foi substituído por um fictício.

ainda hoje há quem casualmente as pratique para *levantar um dinheirinho,* como se diz por lá, contrabandeando pelos furos[77] principalmente bichos de casco.

Quanto à informação inicial de que a área passou a ser parque, muitos moradores contam que só ficaram sabendo das restrições impostas na área quando foram pegos em flagrante com alguma espécie de recurso que passou a ser proibido e fiscalizado na área. Um relato que ilustra essa situação é de Marilda[78], moradora do Tapiira, no rio Unini, que quando questionada sobre, respondeu:

> *Não, eu não lembro do ano por que não me interessava saber. Só lembro que uma vez que tava, era, foi mês de maio para junho, que foi a vez que o IBAMA mais atacou aqui o rio. Que eu lembro até que uma vez nós vinha baixando com mil palmos de tábua, que era até para o Valdeci, para ajeitar o barco dele. E a gente foi pego com a madeira, e foi a maior coisa, eles queriam prender o barco, levar lá para base do Jaú, com a madeira toda dentro. E a gente andava da sala para a cozinha sem saber o que fazer, para pagar multa, tirar dinheiro da onde? Aí ficaram, desde lá, aqui e acolá eles estavam vindo na lancha* (Marilda, em entrevista à equipe de pesquisa em julho de 2005).

Já para outros moradores, a percepção de que a área tinha virado parque ocorreu no levantamento fundiário feito pelo Instituto de Terras do Amazonas (ITERAM), em 1985, possivelmente interpretado como uma primeira tentativa de retirada forçada dos moradores do parque, como destaca o relato de seu Tarciso, morador da comunidade de Tapiira, no rio Unini:

> *Aí fiquei trabalhando na roça todo o tempo. Aí quando até lá apareceu o negócio do IBAMA. Ah, porque isso aqui era Parque, porque ninguém não podia mais trabalhar, derrubar a mata. Eu tinha botado um pedaço bem aí pra fazer um sitio. Falou assim: ah, não pode. Vinha fazer o levantamento das plantas que a gente tinha, que era pra indenizar, pra retirar o pessoal. Aí passou, passou lá veio um camarada mandado do Ihama também. Pra ajudar a retirar o pessoal daqui. (...) Aí fizeram uma reunião ai na casa de um cumpadi meu, cumpadi João Miguel que morava aí. Aí tiveram por lá, conversando com o pessoal, aí disse: seu Tarciso, o senhor quer ir embora daqui, abandonar sua roça, deixar o seu sítio. Eu digo não, daqui eu não saio nem com fogo.Aí virou pro meu cumpadi e disse: o senhor, seu João. Ele disse: eu digo o mesmo, nem com fogo. Aí ta bom, não porque eu vim mandado aqui, me deram a despesa do motor, pra ver se eu conseguia tirar vocês daqui, ajudado pelo Ihama. Eu digo, mas eu não saio daqui não. Eu não tenho pra onde ir.*

[77] Trechos de floresta inundada durante a época das cheias, e que dão acesso a outros rios, sem a necessidade de passar pela boca do Jaú , onde há a base de fiscalização do IBAMA.
[78] Por se tratar de depoimento comprometedor, o verdadeiro nome do morador foi substituído por um fictício.

Eu não aprendi nada. Tenho uma mulher, um horror de filho. Vou pra, cidade, de que éque eu vou sobreviver? Eu saio daqui eu vou levar meus filhos pra lá vão virar tudo bandido. Como acontece. E eu não quero sair daqui. E eu gosto do interior. Aí eu fiquei plantando e trabalhando. Até hoje.Aí o Ibama sempre dá uma passada por aqui, porque tem de fecharisso aqui, porque isso aqui é parque. Mas isso aqui não é parque é só uma extrema. O Parque é o Jaú. Parque Nacional do Jaú. Aqui é Unini. Aí nós tamo pelejando. Até hoje. Fui eu que comecei a construir essa comunidade. Ajuntei, falei com o prefeito e o pessoa foi chegando. Aí montaram a escolinha ai. Aí melhorou. Porque eu já tava querendo sair por causa dos estudos (Seu Tarciso, em entrevista à parte da equipe de pesquisa que colheu depoimentos para edição de um documentário: Fernando Passos e Kellen Junqueira, em julho de 2005).

3.2. A OPÇÃO DE ÊXODO E AS MÚLTIPLAS MOTIVAÇÕES E PONDERAÇÕES

Quanto aos moradores que saíram do parque, indagados sobre as razões pelas quais os filhos jovens teriam deixado o parque, muitos respondem que as razões são *"gostariam de tentar a vida", e "um trabalho mais leve* na cidade", "para ganhar algum dinheiro". Interessante notar que os empregos *mais leves* a que se referem são de pedreiro, doméstica, lixeiro, e outros serviços urbanos considerados leves se comparados à roça de mandioca e a produção de farinha.

Houve também quem apontou como razão do êxodo a busca de casamento nos municípios vizinhos, o que é uma razão bem plausível, uma vez que, segundo relatos não há muitos pretendentes para os solteiros, tendo em vista à baixa taxa populacional da área.

Outra razão bastante citada foi a busca por tratamento médico quando há algum doente crônico ou em estado grave na família; e, por fim, também mencionou-se o êxodo relacionado à busca por estudo.

Interessante notar que muitas das razões apontadas como motivos do êxodo não são problemas relacionados especificamente ao fato do Parque ser uma área restritiva, mas estão associadas a um fenômeno mais amplo: o acesso a serviços médicos, à escola e a trabalhos mais brandos. Cabe indagar então até que ponto o êxodo constatado no Parque Nacional do Jaú tem suas razões nas restrições impostas ou fazem parte de uma tendência migratória mais ampla no sentido campo–cidade.

Alguns moradores apresentam relatos contraditórios quando falam sobre o papel do IBAMA ser positivo ou negativo. Por exemplo Tânia[79], moradora de Tapiira, rio Unini, se contradiz durante uma mesma entrevista, dizendo primeiramente que o que determina o tamanho da roça plantada é a mão-de-obra familiar disponível no momento do plantio, posteriormente, ela diz que é o IBAMA que limita o tamanho da roça a ser colocada. Segue abaixo trecho do depoimento dessa moradora:

> *Eu acho que a gente morar assim onde é parque fica mais difícil, é melhor morar onde não é parque, por que a gente fica quase o tempo inteiro sem saber o que fazer: quer botar uma roça, não pode, tá proibido; quer matar uma caça para levar, às vezes a gente não tem dinheiro, quer um rancho, matar umas caça para levar, para não comprar comida quando chega na cidade, não pode. Só leva o dinheiro no bolso. Aí vai gastar, ainda mais quem tem família grande, comprar comida. Se passar 10 dias, todos 10 dias tá gastando. Por isso que é difícil morar onde é parque; morar onde não é parque fica bom por causa disso* (Tânia, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

Quando indagada sobre os pontos negativos e positivos de morar dentro do parque, a moradora relata também como positividade do IBAMA a fartura de caça na área, a despeito da limitação da caça ao consumo interno:

> *O que tem de bom é a fartura. E de ruim, é só isso mesmo, que a gente tá sujeito, que não pode fazer uma coisa, tem que falar com fulano, que não pode fazer, não pode matar uma caça, todo tempo, é como a pessoa ficar com medo* (Tânia, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

Na verdade ela refere-se a não poder matar uma caça para vender ou apenas transportá-la até os parentes, em Novo Airão, uma vez que todos sabem que para comer na área do parque os moradores podem caçar à vontade, pois é permitido para uso de subsistência. Quando indagada se a caça para consumo na comunidade é limitada, ela respondeu o seguinte :

> *(...) Só não pode é sair da comunidade* (Tânia, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

[79] Por se tratar de depoimento comprometedor, o verdadeiro nome do morador foi substituído por um fictício.

Interessante observar que embora ela tenha dito que o fator limitante do tamanho das roças é o IBAMA, em outro momento a mesma moradora diz que o fator limitante é a mão de obra familiar disponível. Segue trecho de seu depoimento a esse respeito:

> *(...) Eu acho assim, se for o que eu estou pensando é se pudesse pagar uma verba, um dinheiro, para ajudar a gente, pelo menos para pagar. Por exemplo, se fosse uma família pouca, aí paga uma pessoa, duas pessoas para roçar, para derrubar, para ajudar a gente para cada vez mais criar roça, plantar mais verdura, mais banana, mais macaxeira, por que assim a gente não tem condições de pagar uma pessoa. Só é uma quadra que vai derrubar, comprar gasolina, que é uma coisa muito cara, e aí acaba com o brasileiro* (Tânia, em entrevista à equipe de pesquisa em agosto de 2005).

Em muitos relatos, destaca-se a percepção dos moradores sobre a diminuição da fartura de alimentos em relação ao estoque do passado, como atesta o relato de Levi, morador da comunidade Manapana, rio Unini:

> *(...) a gente começou a sentir a diferença né, e a diminuição do peixe, do bicho de casco e vinha muitas pessoas de fora pra fazer, tirar fazer a retirada ilegal dessas coisas aqui dentro do rio.E eu me lembro que quando eu era ainda criança, né, logo que a gente chegou aqui, a gente, o meu pai ia pro outro lado, né. lá ia numa lapana, né, tem um lago e meu pai ia pro pro outro lado. Ele saia cinco horas da tarde, quatro e meia cinco horas ele atravessava pra lá e quando era seis horas, seis e meia ele gritava lá do outro lado pra mim ir pegar ele, que ele tinha uma canoa dentro do lago Que era central.E aí quando eu chegava lá ele tinha um monte de bicho de casco, de peixe, né, lá na margem do rio me esperando e eu ia na canoinha atravessar ele de novo pra casa.Quer dizer, hoje esse lago, por exemplo, hoje se a gente não botar um malhador, não fizer um esforço maior pra pegar um peixe não consegue, ne.Hoje, bicho de casco lá dentro desse lago ninguém não se vê mais, quer dizer, foi, é uma diferença que, de quando a gente chegou no rio pra agora.É uma lembrança que eu tenho muito boa desse, esse momento que eu lembro muito bem que meu pai ia pra lá já de bem tardinha aí quando era seis hora ele gritava pra mim atravessar e ele já vinha com um monte de coisa e hoje a gente não tem mais isso aqui. E aí a gente começou a usar outras estratégias pra pegar o alimento, né, quer dizer, foi ficando dificil, tem que usar uma malhadeirazinha, tem que usar a zagaia que não era preciso, só com um canicinho, com o jaticá já. pegava o bicho de casco, canicinho pra pegar peixe, na maior facilidade e hoje a gente tem que usar outras estratégias pra pegar o peixe, pra pegar o bicho* (Levi, em entrevista à autora em março de 2003).

Muitos moradores tomaram conhecimento da existência do parque quando foram abordados por técnicos do IBAMA, durante ações quotidianas. Um exemplo notável a esse respeito foi o caso narrado durante trabalho de campo.

Um morador havia passado uns tempos em casa de parente no município de Novo airão; conheceu uma moça e engravidou-a durante o rápido namoro. Resolveram casar e ele retornou acompanhado dela grávida à sua família, estabelecida nas margens do rio Carabinani. Durante o trajeto, sua canoa cruzou com a embarcação da fiscalização do IBAMA, na qual estavam presentes a então chefe do Parque, a Sra. Rayleí Vianna, e demais membros da equipe de fiscalização da base, que o repreenderam severamente, segundo ele, nas seguintes palavras:

> *o senhor não sabe que não pode trazer gente de fora para a área do Parque, ainda mais nessas condições ?* (Rayleí Vianna, então chefe do parque, em depoimento à autora e à Eliana Creado, na sede do Ibama, em Manaus).

Fez os comentários acima referindo-se à gravidez da moça, em seguida, o fez assinar um documento no qual ele reconhecia que não teria nenhum direito fundiário ao se estabelecer com sua nova família nas áreas do parque, uma vez que, para efeito desapropriatório, apenas o seu pai é que teria direitos pela sua permanência na área ser anterior à institucionalização do parque.

Para Laerte, morador da comunidade Seringalzinho, no rio Jaú, embora o IBAMA controle o direito de pessoas vindas de fora se fixar na área do parque, mesmo que seja como agregado das casas e pessoas que já estão dentro do parque, essa restrição diz mais respeito a homens do que a mulheres. Em suas palavras, quando indagado se, no caso de casamento, poderia levar mulher de Novo Airão para o rio, respondeu o seguinte:

> *Pode, só não pode vim é homem de lá para cá, que não seja daqui da terra. Mulher, qualquer uma mulher entra. A mulher pode entrar, pode morar, pode.*
> *Pode entrar, pode morar.Porque eles têm medo, o IBAMA tem medo do homem, porque o homem é perigoso, atira na anta, atira no porco, aí tem aquele medo todo. E a mulher não, tem aquela grande liberdade de ta dentro do parque à vontade* (Laerte, em entrevista à equipe de pesquisa em agosto de 2005).

Se o que define a condição de liberdade é o direito de ir e vir, a situação atual dos moradores do PARNA Jaú parece ser muito diferente disso. A partir da consideração da perspectiva corrente em sociologia rural, sobre o fato de que o mundo rural não pode ser definido e caracterizado separadamente, mas em suas relações com o

mundo urbano (ELI DA VEIGA, 2005), sugere-se que não há sentido em considerar como uma ruptura o urbano em relação ao rural, uma vez que estes universos se definem e se interconstituem em suas interrelações.

A partir dessas reflexões, seria interessante considerar a situação atual dos moradores do PARNA Jaú. Uma das visões correntes costuma ser a de que, por um lado, embora estejam sujeitos a restrições, permanecem nessas áreas como contrapartida à situação fundiária irregular e à demora no andamento dos processos fundiários. Por outro lado, apontamos que há a restrição do ir e vir tanto dos próprios moradores quanto de seus parentes e amigos, rompendo com formas de organização do trabalho típicas, como por exemplo, o intercâmbio de mão-de-obra entre parentes e compadres que moram em localidades não necessariamente próximas. Nas palavras de um morador:

> *cumpadre meu ía me ajudar a fazer roça, mas na base*[80] *não deixaram ele entrar porque não era morador* (Seu Délio, morador das proximidades da foz do rio Jaú, em depoimento à equipe de pesquisa anotado em diário de campo, em agosto de 2002).

A partir da consideração de que o mundo rural se define também em suas relações com o urbano, a proibição dessas relações implica a ruptura de um modo de vida caracterizado por elas. Visto desse ângulo, parece não haver diferença entre não permitir que os moradores permaneçam no Jaú, isto é, expulsá-los de lá sem a devida regularização fundiária, e impedir que exerçam o direito de "ir e vir". Considerando que o que caracteriza a sociabilidade local são também as relações estabelecidas com o exterior, impedir essas relações significa também impedir as reproduções desse modo de vida.

Nesse sentido, a temida expulsão dos moradores do Jaú parece ser substituída por sua versão mais branda e discreta, mas igualmente injusta: a proibição ou controle coercitivo do direito de ir e vir dos moradores ou daqueles que compõem seu círculo de relações, comprometendo a sociabilidade dos mesmos. Na opinião de alguns

80 Base é o posto de fiscalização do IBAMA localizado na boca do rio Jaú.

moradores, essa seria uma das estratégias de dificultar a vida dos moradores para que saiam do Jaú. Segundo relato de seu Zé Maria, morador do Jaú:

> "Querem dificultar nossa vida. *Estão fazendo o povo sair aos pouco"* (Seu João Maria dos Santos, em depoimento à autora anotado em diário de campo, em agosto de 2003).

Vários moradores tem a percepção de que a fiscalização da entrada e saída de moradores associada à proibição da visita de parentes e compadres e à proibição de retorno dos moradores que permanecerem por longo tempo fora do parque seria na verdade uma maneira de esvaziar o Jaú paulatinamente. Mas será que estaria ocorrendo um movimento gradual de saída das famílias do parque ?

Com base no levantamento feito pela FVA em 1998, elencam-se 40 famílias apenas no rio Jaú, além dos moradores ainda não visitados nos rios Carabinani e UNINI.

No entanto, na prática não se observou esse número, mas um número bem menor de moradores no Jaú, mesmo considerando que se está entendendo como "família" a unidade doméstica, ou seja, cada edificação, cada casa, ainda assim, em cada residência visitada, freqüentemente parte da família havia migrado, principalmente os jovens.

Para Moisés[81], a primeira leva de pessoas teria saído do parque em função das proibições de extrativismo impostas pelo IBAMA. Em suas palavras:

> *Na época que veio o flutuante para a base, aí para a base que a gente chama a base da boca do Jaú, tinha, saiu daqui de dentro 160 famílias, que trabalhava aqui dentro em seringa, pegava castanha, cortava seringa, cortava sova, fazia chifre, fazia roça, tudo isso é lembrança (...) Por que o IBAMA não queria que eles tivessem na mata cortando sova, e nem cortando seringa, e nem pescando bicho de casco. E aí nesses termos aí dessas 160 famílias, tinha muita gente dentro. Uns era pescando, outros era caçando... era aquela coisa toda aqui dentro, queria que você visse* (Moisés, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

O fato do êxodo inicial ter sido em parte motivado pelas restrições impostas pelo IBAMA não significa que esse órgão tenha expulsado literalmente os moradores. Saíram os moradores que julgaram ser essa a melhor estratégia naquele momento,

[81] Por se tratar de depoimento comprometedor, o verdadeiro nome do morador foi substituído por um fictício.

e que buscavam uma vida urbana. No relato abaixo, o morador faz referência ao papel *abençoado* da autoridade do IBAMA, que segundo ele, só quer o bem para os moradores e é por isso uma fonte de apoio para estes. Argumenta também que quem saiu do parque, não foi porque o IBAMA expulsou. Em suas palavras:

> *(...) Não, não, eles não mandaram ele embora, ele foi porque ele quis mesmo.Todo esse pessoal daqui que foram embora, o IBAMA não mandou ninguém, que nunca ninguém o IBAMA proibiu, ninguém de fazer roça. Eles atestaram, no ministério público.*
> *Que o fulano levou pro ministério público, publicando que o pessoal daqui, o IBAMA, tirou ele daqui, proibiu ele de plantar roça, isso é história dele.Nós somos testemunhas que eles não tiraram. Desde 1957 que eu trabalho aqui e o Ibama e a Fundação eles nunca falaram, ah, vocês não plantem uma roça, que eu vou dar um armazém pra você buscar cereais pra você ir comer, nunca disseram isso. O serviço do Ibama é um serviço muito importante porque proibiu extração pra fora, came, bicho de casco, madeira, mas aqui nós podemos fazer um remo, uma canoinha, nós podemos mandar fazer um batelão pra nós andar, não tá bom? Porque aqui dentro tinha uns doutor que, três viagens de bote réizinho de tucunaré, entraram naquele lago, e esses homens não tinham necessidade disso. Mas o IBAMA nunca chegou na casa de ninguém falando: vocês aqui não plantem roça, não comam aquilo. Pode comer de tudo, mas aqui. Pra levar não. Então não tem o que reclamar. Por isso Dr. Rivaldo, se ele falasse, você não pode plantar eu não tava aqui, que eu não me criei aqui. Assim como eu vinha eu saía, sem briga, sem nada, com as autoridades. Porque ele não ia ter que dizer que eles tão errados, no trabalho deles, porque todo trabalho das autoridades é abençoado, desde o princípio do mundo é abençoado as autoridades. As autoridades nunca fundou o que é mal para nós, de espécie nenhuma. Então eles não escravizam nós aqui. Os que saíram foi porque quiseram, queriam ir pra cidade, né, e foram mesmo, mas não é que é proibido* (Seu Erasmo, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

Já para o morador Zé Preto, morador da comunidade Cachoeirinha, no rio Jaú, a opção pelo êxodo dos moradores está muito ligada a oportunidades. Zé Preto comenta que na sua opinião, as pessoas muitas vezes não migram porque não têm perspectiva de uma vida melhor, ou ainda por comodismo. Ele está tão certo que a vida na cidade é melhor que parece buscar razões que justifiquem o fato dessa escolha não ser generalizada entre os moradores. Também sua esposa, Leni, é da mesma opinião. Nas palavras de ambos:

> *(...) Esse pessoal que mora no Tambor, eles num (...) falam em sair porque são um pessoal nascido e criado no interior. Nunca eles moraram dez ano, nem um ano, eles não conhecem nada. Não sabem onde é bom, onde é ruim. Eles pensam que o bom é só aqui no Jaú, é só aqui que se veve, né. Esse é que é o problema deles.*

> *Leni: É que é duro mesmo. Tem gente que diz que não sai e não sai daqui não. Só sai daqui quando se morrer. Tem uns que diz que não sai nem com indenização* (Zé Preto, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

Entre as razões positivas muito apontadas para aqueles que permanecem no parque está o custo de vida elevado na cidade, já que lá tudo é comprado, além das preferências pessoais apontadas, como sendo melhor a vida no interior, como relata seu Gilberto:

> *(...) por que a dificuldade lá fora é pior do que aqui dentro. Aqui deve ter muita facilidade para a gente sobreviver, né. Por que olhe, você vê essa água aí, tão maravilhosa, na cidade você tem que comprar água, né. Na cidade você tem que pagar conta de luz, paga conta de água, e quem tem um telefonezinho em casa, vai pagar conta de telefone, e tudo é caro, né? E agora material para as famílias ir para a escola, né, para os filhos e as famílias ficam tudo atordoada, por que tudo é caro... Aqui não. Aqui vem tudo de graça. A prefeitura de educação manda livros, manda é de caixa de livros, isso tudo é livro dentro dessas caixas aí, lá dentro do quarto tem livro, umas caixas de livro, né* (Seu Gilberto, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

Outros moradores argumentam que apesar de muitos moradores migrarem para a cidade aspirando uma vida melhor, nem todos conseguem alcançar esse objetivo, e alguns acabam até passando dificuldades para sobreviver e acabam por voltar a trabalhar na zona rural nos arrebaldes do município de Novo Airão, tirando cipó ou em outra atividade. Sibá por exemplo cita o caso de familiares migrantes, sua irmã, seu irmão e sua sogra:

> *(...)pra mim sair daqui pra Novo Airão pra ir tirar cipó na estrada eu não vou. Pra tirar cipó eu tiro aqui dentro do Jaú que ninguém tá olhando pra mim. Agora você tá descascando cipó e o fulano passando na rua, aí o fulano descascando cipó, né, então eu acho que isso aí não foi certo não. Vai tirar cipó, pega um igarapé desse e vai trabalhar. Na cidade é outro esquema de vida. Eu tinha uma irmãzinha que ela, ah, minha mãe só ficava brigando com ela, ela falou assim pra mim, eu vou embora. Eu falei pra ela, se fosse eu já tinha ido (...) Aí ela começou, não pensava bem. Morava na casa de um, morava na casa de outro, aí ela se montou, vou arrumar um emprego pra mim, e ela arrumou um emprego. Hoje em dia nem meu irmão que homem, ele tem uma oficina lá em Novo Airão, se você chegar lá dá até desgosto você olhar a casa dele. E a casa dela, que ela tá trabalhando na prefeitura, a casa dela é uma beleza. Ela fez a vida dela e tá fazendo, tá educando os filhos dela. Então a vida, tudo depende de querer. Assim como eu quero tá aqui, então eu acho que um lugar só é bom onde o cara quer tá. Porque tem muita gente que vem aqui no Jaú, quando passa dois, três dias, diz, égua, eu quero é ir-me embora (...) Eu vou às vezes porque é o jeito, mais senão eu não ía não. Eu achava*

era bom ficar aqui. Graças a Deus, aqui é bom demais (Sibá, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

Além das dificuldades financeiras, a vida urbana é criticada por alguns moradores que optam por permanecer no *interior,* no parque, por razões morais, criticando a vida na cidade. Como destaca o relato a seguir:

> *Mas não é o meu desejo. Nasci, me criei aqui, criei meus filhos, tem quatorze anos já esse rapaz. Então eu sei que a cidade é bom, mas não pra você criar filho. Para você criar filho na cidade, você vai ter muita dor de cabeça, principalmente eu que sou pai de sete filhos* (Sibá, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

Um outro morador justifica a sua permanência no parque pela abundância de recursos no parque, apontando a *bandidagem* como a negatividade da cidade, a vida na cidade é negativa também por um aspecto moral, por ser lugar de muita bandidagem e poucas vagas para emprego. Em suas palavras:

> *(...) Aí o pessoal começa a ir pra cidade, filho começa a ir aí vai a mãe vai o pai aí vão abandonando tudo e a comunidade vai se acabando. Aí os moleque se mete na bandidagem, as meninas também. Que dinheiro não corre, né, fica difícil. Eu fico por aqui trabalhando, pelejando e digo que é que eu vou fazer na cidade. Eu não aprendi nada, não tenho saber, quem tem saber já é difícil. Quando ai tem dez vagas, tem bem quinhentas pessoas pra disputar dez vagas. E aqui eu gosto do interior. Eu tenho peixe, tem água com abundância. Você quer comer uma caça você vai caçar, você mata, vem tem fartura dentro de casa. Quando não o vizinho mata pertinho quando vê o vizinho traz um quarto de porco. Ta aí vizinho. Quando a gente mata também vai pega leva pra vizinho e assim a gente vai levando a vida. E eu acho bom (...) a vida do interior* (Seu Tarciso, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

Outros moradores centram suas críticas ao modo de vida urbano somente no aspecto econômico, na dificuldade do migrante do interior conseguir sobreviver na cidade. Em suas palavras:

> *Tem muita gente lá que passa dias sem comer (...) Muitos e muitos e muita gente vai pedir. Muitos e muitos vai pra Novo Airão, passa quatro cinco dias, aí não tem mais o que comer, aí vai embora. Aí só uma pessoa pra se (...) a coisa pega* (Sibá, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

Além das razões econômicas e morais, o gosto pessoal à vida no interior também surgiu como uma das razões de permanência dos moradores, como destaca o relato abaixo:

> *Porque eu sou uma pessoa que eu não gosto da cidade (...) Mas assim nós, que é do interior, que é acostumado em interior, gostar de plantar (...) pra mim não dá, (...)então desde a época que nós trabalhamos por aqui, eu acho que é melhor a convivência- pra quem gosta né. Agora pra quem não gosta acha ruim, anda triste, e coisa e liga um gravador, é aquela zoada danada. Meu filho gosta, eu não. Pra mim, que eu quero é escutar um jornal e acabou.Agora, o gravador virar o dia todinho perturba a cabeça da gente. Mas na cidade não me estranha a zoada não (...) Muitos vão lá porque quer, mas passam mal.As vezes muitos tem vontade de voltar pra cá (...)então a vida aqui é muito bom, facilita muito a nossa convivência, plantar roça, e criar alguma galinha, e coisa, e assim a gente vai rompendo a vida. Que cada uma pessoa tem um gosto. Um gosta da cidade, na cidade tem a Dália, a Leonor e o Lins. Porque eles querem né. (...) Nós tínhamos nove filhos, agora tem só oito, morreu um. O resto tão por aqui, tem o Durval, tem o Laerte...Porque gosta lá da cidade, eu não gosto. Mas ainda, pelo menos a Dália ela trabalha na praça mas qualquer domingo, feriado, ela pega empreita de terreno pra limpar. Eu sei que ela ajeitou a casa dela, ta bem ajeitada a casa dela agora. Eu não, eu gosto daqui do mato. Eu vou lá, passo oito dias e já quero vir embora* (Seu Erasmo, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

As preferências pessoais parecem também ser uma forte razão para que o morador opte em migrar ou permanecer no Jaú, e as diferenças de preferência são expressivas mesmo dentro de uma mesma família, como ressalta seu Erasmo, sobre as diferenças entre seus filhos:

> *E aí, ele ficou de fazer essas coisas, que ele pescava, ele gostava de pescar. Porque tem gente que tenta de muita coisa mas não é assim não, pra tudo nós nascemos. Pra ser um músico, um carpinteiro, um marceneiro, um mecânico (...), ele quer ser músico, não vai né (...) Eu tinha um companheiro, que é filho do meu padrinho (...) Aí pó, pó, pó (...) passava o ano inteiro naquilo e não passava de nada (...) pra isso deu, mas pra músico não, mesma coisa é (...)Não é ele, é tudo nóis (...) uns nasce, outros nasce pra outra (...) mas uns dez num nasce pra ser rico, mas ele tem que trabalhar pra ele viver* (Seu Erasmo, em entrevista à equipe de pesquisa , em agosto de 2005).

A arena formada entre os atores envolvidos nas disputas em torno dos usos e conservação do parque envolve sobretudo moradores e agentes do IBAMA. O já mencionado Daniel Borges questiona, ao comentar o grande destaque dado pela mídia à questão dos moradores, das restrições dos moradores do parque, indagando também por que ninguém trabalha a questão dos ribeirinhos fora da área do parque.

Ressalta que os ribeirinhos de regiões próximas ao parque não são alvos de tanta atenção da opinião pública, apesar de terem modos de vida e problemas semelhantes, além das mesmas restrições ambientais. Em suas palavras:

> *Eu vou falar uma coisa muito certa, a teoria do oprimido, do estou sendo massacrado pelo Estado, sabe aquela coisa assim?E eu tenho pra mim uma coisa muito clara na minha cabeça. Porque que ninguém vai lá trabalhar com ribeirinho no rio Jauaperi? Porque que ninguém vai trabalhar com ribeirinhos no rio Caiurés, que é lá perto de Barcelos? Porque não tem unidade de conservação. Então a unidade de conservação, ela é muito positiva nesse sentido. Essas pessoas passam a ser vistas com outros olhos, né. Passa a fazer parte da sociedade onde de certa maneira, seja lá porque é unidade de proteção integral, seja porque é de uso sustentável. A gente escuta muito isso na região de Tefé. Ah, o pessoal que ta dentro da reserva pode tudo, e eu sou proibido de tudo, mas eles podem, né. Então se cria uma divisão quando você faz esta delimitação de área. O cara ta do outro lado do rio e não tá na reserva, e o que ta aqui dentro pode?, né . O que ta do outro lado do rio, se eu pegar ele com tartaruga, coitado do cara,o que ta dentro da reserva, ele tem direito a comer tartaruga? Péra lá gente, é todo mundo ribeirinho, entendeu? (...) E a tartaruga é proibida pra todo mundo (...)Pra todo mundo, independente de ser reserva ou não, o comércio é proibido. Assim como ta proibido o comércio do pirarucu na região toda (...) uma unidade de conservação. É o que se podia criar, é o que se tinha. Então às vezes eu fico muito chateado com determinados argumentos que não tem embasamento, que é pra te colocar na parede, sabe (...) vocês do IBAMA (...) aquela coisa histórica, antiga, né. A gente tem um passivo de IBDF e de antigo IBAMA, a gente terque assumir isso, né, mas não acusando (...) É muito complicado isso* (Daniel Borges, em entrevista à autora e à Eliana Creado, em agosto de 2005).

Borges ressaltou ainda que no diálogo do IBAMA com moradores de Novo Airão, os Moradores fazem uso da repercussão na mídia, ideologia do oprimido, utilizam-se da imagem já legitimada pela imprensa de populações tradicionais vitimizadas pela lei que prioriza o ambiente a despeito dos moradores de áreas protegidas. Daniel ressaltou ainda que a postura dos moradores durante reuniões em Novo Airão mudou expressivamente depois que as reuniões começaram a ser por eles gravadas, argumentando que os moradores sabem das regras institucionais que cerceiam a ação do IBAMA, mas fingem desconhecê-las quando lhes parece conveniente. Em suas palavras:

> *(...) a partir do momento que a gente começou a colocar um gravador nas reuniões, tudo mudou. Todo mundo passou a ter noção do que era ilegal, ninguém mais começou a falar aquelas atrocidades que se falava, tipo: vocês tem que deixar o pessoal trabalhar nestas ilhas, parem de apreender as motosserras dos trabalhadores , as ilhas é a Estação Ecológica de Anavilhanas, né. Então, quando a*

gente começou a colocar o gravador,o senhor poderia explicar o que que é uma Estação Ecológica pra gente? Entendeu? Eles sabem que eles estão falando besteira, né, eu chamo de analfabeto opcional, que o cara faz a opção de não saber de nada, às vezes eu não sei nem ler nem escrever, para não assinar o auto de infração.Então, assim, quando você começa a registrar essas coisas o pessoal muda totalmente a postura, né. Então essa é uma mudança que ta acontecendo com a chegada dos novos analistas ambientais. Esses questionamentos, assumir erros, porque um grande problema que a gente tinha é que ninguém erra, filho feio não tem pai, não aparece o dono daquela criança de jeito nenhum. Quando nasce um bonitinho lá, todo mundo quer ser pai do menino. Né, então isso eu acho que foi uma mudança muito importante no IBAMA. A gente assumir que errou, que fez besteira, que nós temos um passivo, que nós temos que resolver as coisas, não tentar a coisa mais fácil, que dá mídia, tem coisa que é cruel, mas você tem que resolver, não tem jeito (Daniel Borges, em entrevista à equipe de pesquisa em agosto de 2005).

João Queimado, presidente da AMORU, morador da comunidade Floresta, no Unini, destaca que houve uma mudança na relação dos moradores com esse órgão. Diz também que a relação entre moradores e IBAMA passou por fases boas e ruins, em grande parte dependendo do chefe do parque do momento. Em suas palavras:

(...) Se eu te disser hoje, quem é realmente nosso parceiro, você não acredita. O bicho papão de antigamente, hoje é nosso atual parceiro. Agora, teve uma reunião do conselho consultivo, né, já foi uma turma participar, agora vai ser em Manaus, na Maromba (...) quer dizer, a pessoa sabe de tudo que acontece com o parque (...) A senhora quer que eu diga mesmo, a senhora pode não acreditar, porque eu peguei muito o nome de puxa saco, divulgando o IBAMA aqui dentro. Quando diziam: O IBAMA, isso aí é uma praga, isso não presta, eles só presta para tomar as coisas do povo. Mas é porque tu comete a infração. Tá certo que dentro do IBAMA tem corrupto, tem. Mas tem gente honesta também. Aí foi mudando. Aí veio uma tal de Railey, a mais péssima de todas. Subiu aqui armada, e queria conversar comigo, ela tava como daqui a aquele Tambor, com dois policial armado, o senhor que é o João Queimado? Sou eu mesmo. Eu quero conversar com o senhor. Eu disse: eu me admiro muito da senhora querer conversar comigo, não mais que a senhora não quer não. A senhora não quer conversar comigo não, mas eu quero conversar com o senhor, o senhor que é o presidente da comunidade? Sou eu mesmo. Então baixa essa arma aí senhora, me deu até medo, os meninos tão correndo pros mato aí, com medo dessas armas. Aí ela virou pro lado, as crianças, tudo pra dentro do mato já, vão matar o papai, é escopeta, né, Arlete. Dona Railey, eu vou mandar uma carta pro IBAMA lhe denunciando que quando botar um chefe pro parque pôe uma pessoa que entenda de meio ambiente, entenda o que é o IBAMA, a senhora não entende. O senhor é incapaz de fazer isso, eu disse, eu lhe mostro. Aí fizemos a carta, elaboramos e mandamos pro IBAMA, quando ela veio pra se despedir, ela disse, o senhor é o único culpado de eu ter saído do IBAMA. A senhora deveria ter saído a mais tempo.. Aí sim, teve um trabalho mais voltado ao caboclo ribeirinho. Aí veio os analistas ambientais (...) melhorou (...) eles analisam, eles chegam com você, ele vai lhe orientar, olha você não pode fazer isso, você está se prejudicando. Isso tudo eles não vinha antes. Rigor da lei, pá, não pode, já

> *vem prendendo, tomando, não queria nem saber se o cara era primário, o que que ele era. Agora não. O Tapiira disse que achava incapaz eu botar uma consulta pública pra cá pra dentro. Quando eles viram veio até o campinho, hidro avião e tudo* (João Queimado, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

Ressaltamos também que os moradores parecem ter opiniões diferenciadas sobre o IBAMA enquanto instituição, e o IBAMA personificado na diretora do parque, Rayleí Viana. Essa diferenciação pode ser notada através da fala de alguns moradores, como a que segue abaixo:

> *O IBAMA, o Parque, até que tá sendo bom para nós, porque não entra mais barco de fora para pescar, senão, já tinha acabado tudo, bicho de casco, tudo, tudo (...) O outro era bonzinho – em alusão* ao gestor, o Serjão como o designam os moradores – Mas *essa mulher (...) até casamento com gente de fora ela proíbe aqui pra nós do parque, vê se pode?* (Regina e Dona Alice, moradoras da foz do rio Carabinani, em depoimento à equipe de pesquisa anotado em diário de campo, em agosto de 2002).

Entre os moradores que se mostraram indiferentes ou positivos em relação à implantação do parque, encontram-se os que tinham como atividade principal geradora de renda a agricultura centrada na produção da mandioca e a feitura de farinha para a venda.

Se as opiniões acerca da institucionalização do parque em si parecem ter sido bastante heterogêneas, a opinião negativa acerca da atual administração do parque parece ser mais homogênea: a maioria dos moradores se queixaram da conduta da nova diretora do Parque, Rayleí Viana. Em suas palavras:

> *(...) Meu papel como IBAMA é desincentivar a ocupação humana no parque* (Rayleí Viana, chefe do parque em 2002, em depoimento à autora e à Eliana Creado, anotado em diário de campo, em agosto de 2002).

Ou ainda, quando ela descreve as dificuldades enfrentadas na sua participação da 1ª reunião de abertura da associação dos moradores do rio UNINI:

> *(...) fiz papel de chata. Foi horrível. As pessoas te olham esquisito, com ódio, como se você não fosse você. Só que ali era isso mesmo, você não pode ser você, você é o IBAMA, é o responsável por grande parte das dificuldades que eles enfrentam* (Rayleí Viana, chefe do parque em 2002, em depoimento à autora e à Eliana Creado, anotado em diário de campo, em agosto de 2002).

Rayleí narrou-nos que os moradores fizeram várias sugestões, nessa reunião de inauguração da Associação dos moradores do rio UNINI que diziam respeito a estratégias de sobrevivência ilícitas no Parque, tais como a possibilidade de vender a madeira que derrubavam ao abrir clareiras na mata para o feitio de roças. Esta madeira era inutilizada, através do ateamento de fogo. A essa e a outras propostas, Rayleí disse ter respondido que, mesmo que considerasse essas idéias interessantes, esse tipo de decisão ultrapassava os limites de sua autoridade e autonomia como chefe do PARNA Jaú; disse ainda que, mesmo transgredindo o seu papel e expondo-se a ser processada pelo próprio IBAMA – uma vez que é também uma funcionária que segue ordens e prescrições legais, ela ainda indagou aos moradores como conseguiriam vender a madeira com visto, como sendo algo legal, tendo sido extraída num parque nacional? Eles não obteriam o visto, esbarrariam noutras proibições legais ou teriam que fazer tudo ilegalmente[82], que é o que se pretende evitar.

Posteriormente Rayleí confirmou a história relatada pelo morador João dos Santos que, ao regressar ao parque, acompanhado de sua mulher grávida, foi abordado. Disse ter feito o rapaz assinar um contrato de responsabilidade de que não edificaria uma nova casa, uma vez que não teria direito à indenização porque quando a área se tornou parque, só havia a casa paterna, portanto seriam indenizadas apenas as casas existentes naquele momento, não as edificadas depois daquela data.

Indagada sobre o evento ocorrido, a então chefe do parque (2002) disse que seu papel não era fácil, mas que o que a motivava a agir daquela forma é o fato de saber que novos moradores não terão direito à indenização caso a área seja desapropriada, mesmo que um deles seja nascido no parque, além disso julga que um casal iniciando a vida não terá muitas chances de viver com dignidade dentro do parque. Argumentou ainda que, como chefe do Parque, teria amparo legal para impedir a entrada do jovem casal, sendo o moço morador do parque, mas que teria perdido seu direito ao retorno uma vez que teria se ausentado por muito tempo -

[82] É interessante lembrar que um volume expressivo da madeira amazônica comercializada no Brasil é retirada de forma ilícita e posteriormente regularizada através de documentação (notas, etc) fraudulenta.

meses, e a moça- sua acompanhante – segundo a diretora do parque - tinha menos direito ainda[83], uma vez que não era moradora do parque, mas natural de Novo Airão.

Assim, é interessante notar essa clivagem entre a opinião, sobre as restrições em si, representadas através da figura institucional "IBAMA" e a opinião acerca dos gestores e chefes de unidade, que são quem estarão face a face se relacionando com os moradores e tendo posturas e modos de conduzir os conflitos que, por uma vez, são marcadamente pessoais, e não institucionais. Essa *pessoalidade* institucional depende de vários fatores, desde a formação profissional do gestor; a maneira como chegou ao cargo (por indicação ou por concurso); os seus pressupostos a cerca de conservação, direitos sociais, cidadania; a forma como constrói a sua relação com os moradores do lugar, e a relação com a FVA, bem como a forma como vivencia o próprio cargo; a experiência que tem ou não com a instituição, com os seus colegas e superiores hierárquicos. Em outras palavras, a relação do diretor de uma Unidade de Conservação com a sua instituição é uma construção, não é algo dado nem fixo, podendo assumir inclusive ares de contradição: a postura do gestor do PARNA Jaú, por exemplo, representante do IBAMA, pode não ser a postura oficial do IBAMA em relação a um dado assunto, e vice-versa, muito embora a sua liberdade de ação e de opinião esteja limitada às obrigações e determinações do cargo que ocupa. Assim, *o livre arbítrio* do gestor acaba por ter seu espaço de manifestação através da negligência a determinados eventos e ações passíveis de intervenção junto aos sujeitos com quem interage.

O que buscamos dizer é que, às vezes, pode ser errôneo considerarmos uma instituição, no caso, o IBAMA, como um bloco coeso de opinião e ação, uma vez que

[83] Interessante lembrar que há leis internacionais que asseguram o direito de permanência a estrangeiros que eventualmente se unam a uma pessoa no país no qual está, ganhando com isso, automaticamente, o direito á permanência na área. Cabe indagar qual o fundamento jurídico do estranho impedimento que vem ocorrendo no Jaú, de acordo com os mandos da diretoria do parque, provavelmente equivocada em relação ao código civil brasileiro, utilizando-se de sua posição para promover um abuso do poder que lhe cabe.

há sempre a marca da pessoalidade, mesmo em se tratando de seu representante institucional máximo, como a figura do diretor de parque.

Ainda quanto aos conflitos que têm por base a tensão entre moradores que viviam da caça e o IBAMA, nas palavras de um morador, comentando como reagiria se um fiscal o abordasse:

> *(...) Bota a arma em cima de mim para ver se não vai mergulhar (...)* (Seu Pereira[84], em depoimento anotado em diário de campo à autora e à Eliana Creado, em 08/2002).

Seu Pereira queria com isso dizer que, caso fosse flagrado em plena atividade clandestina por um fiscal do IBAMA[85], pescando ou caçando para comercialização como usualmente ainda faz, reagiria com agressividade uma vez que estavam invadindo a sua vida privada e impedindo a sua atividade de sustento.

Ainda acerca do conflito que envolve as atividades de contrabando de animais e seus derivados, vale destacar que, em alguns momentos, houve dificuldades também para o pessoal do IBAMA, como descreve o Relatório de Atividades do último diretor do Parque, transcrito a seguir:

> *(...) estive em atividades de campo no Parque (...) no rio Unini (...) foi feita uma apreensão de 500 quilos de peixe gelado e 2 irapucas em posse de um morador. Nestas reuniões apresentei-me como novo chefe do parque e procurei ouvi-los, para melhor conhecer os problemas que os afligem, mas já com o intuito de marcar uma reavaliação do programa de agentes ambientais voluntários. Estes foram unânimes em declarar a pouca força que têm na região, por falta de apoio do IBAMA. Contam que inúmeras vezes denunciaram a ocorrência de barcos geleiros na região, mas nada de efetivo foi feito. Afirmam que se encontram ameaçados por um gelador (...) que possui dois barcos que constantemente pescam na região. Mas nada de efetivo foi feito. Outros barcos também foram citados (...) que ano passado chegou a retirar além do peixe fresco e ornamental (Acará disco), cinco mil ovos de quelônios (...) De fato, presenciei alguns geleiros em trânsito no rio (...) interpelei-os e alertei-os que aquela área não era o local apropriado para realização*

[84] Por se tratar de depoimento comprometedor, o verdadeiro nome do morador foi substituído por um fictício.

[85] Os moradores fazem uma certa confusão entre as competências do IBAMA e da Polícia Florestal. Embora o IBAMA seja o órgão fiscalizatório, o fiscal pode apenas autuar o infrator e apreender o contrabando, mas não tem o porte de arma, por isso, em autuações com possibilidade de violência, buscam agir em conjunto com a polícia florestal. Essa vulnerabilidade dos fiscais do IBAMA é ainda maior atualmente, por exemplo, no flutuante do IBAMA na boca do Jaú, por falta de verba, o IBAMA terceirizou este serviço, e sugerimos que este tipo de vínculo empregatício promoveu mudanças no comprometimento do fiscal em relação à sua função, e ao desempenho de seu papel.

de pescaria e determinei que se retirassem do local. Se o fizeram ou retornaram assim que dei as costas, não sei precisar. Outro problema sério encontrado no rio foi a presença de lanchas de turismo praticando a pesca amadora e talvez a caça (...) sinalizamos ao barco para que este diminuísse sua marcha e pudéssemos aborda-lo.Assim foi feito, mas ao chegar o comandante, este me interpelou por minha identidade funcional. Tomei minha identidade civil apresentei a ele junto com a portaria que me instituiu no cargo de gerente desta unidade de conservação, ao que ele de pronto afirmou que aquilo não teria nenhuma validade e exigiu que me retirasse da sua embarcação. Ainda proferiu palavrões e ameaças de pegar sua espingarda, pois segundo ele, "é mais fácil matar um agente do IBAMA do que matar um bicho no mato". Assim, o barco prosseguiu subindo o rio.Desta forma, venho comunicar o ocorrido, solicitar a confecção da identidade funcional (que já foi solicitada duas vezes e ambas as vezes negada), além de inquirir sobre providências que se possam tomar contra este indivíduo. Aproveito para pedir algumas informações a respeito destes incidentes: O leito do rio UNINI efetivamente pertence ao Parque Nacional do Jaú? Em caso afirmativa, o IBAMA tem autonomia para restringir atividades, como a pesca, neste rio? E a passagem de moradores? Há alguma legislação referente a essa situação? (Sérgio Pereira de Sá, 18/ 10/2000, Doc. IBAMA, Mem° N° 36-2000/Jaú, correspondência entre gerente do PARNA JAÚ e o representante do IBAMA no Estado do Amazonas; pauta: atividades Clandestinas no rio Unini).

3.3. A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA E A INFLUÊNCIA DOS BENEFÍCIOS ECONÔMICOS

Quanto à regularização da situação fundiária dos moradores do parque e a compensação financeira por benfeitorias, Daniel Borges fala sobre uma organização de ex-moradores do parque, formada no município de Novo Airão, que entrou com uma ação civil pública contra o IBAMA. Daniel Borges, técnico do IBAMA, opina sobre este processo:

> *Ah, não, muita gente que nem saiu (...) o que eu questionei da documentação que chegou pra gente e está sendo encaminhada pro ministério público federal, dia 18 de outubro agora, nós vamos ter uma oitiva pra decidir o que vai fazer, né, e todos os documentos que vieram ta lá. Uma declaração de que eu (o morador) fui expulso por coação, no meu entendimento, por perseguição por parte do antigo IBDF, hoje IBAMA.*
> *Só que tem pessoas que saíram em 90, em 95, quer dizer, será que suportou de 1980 a 95 coações e perseguições?* (Daniel Borges, em entrevista à autora e à Eliana Creado, em agosto de 2005).

Ainda sobre ação civil pública, na sua opinião, os ribeirinhos agem numa outra temporalidade, e por essa razão serão prejudicados pelo processo de ação civil

pública desencadeado pela associação de ex-moradores do parque, já que os tempos da justiça são outros e as negociações passam a ser encaminhadas de outra forma. Em suas palavras:

> *Eu acho que ajudou sim em termos de fazer com que o IBAMA tome atitude e resolva o problema. Neste ponto de vista, acho que ajudou sim. Porém, a maneira como a coisa está sendo feita, e é como a coisa judicial é feita, que é o que tá escrito e o que tá escrito, o que se tá pensando não vale nada.Tá escrito aqui, a lei é essa, cumpra-se, né. Isso me preocupa muito, preocupa muito mesmo né, porque a gente tava pensando a maneira de, com mais calma, procurar uma área, ver se o pessoal quer ir, quer dizer, o pessoal aqui, o tempo deles é diferente da gente, até o cara assimilar, começar a entender a coisa, será que vai ser bom para mim? Ele tem que ter o tempo dele de pensar, de raciocinar, é diferente da gente* (Daniel Borges, em entrevista à autora e à Eliana Creado em agosto de 2005).

O mesmo autor ressalta ainda que o modelo de posse agroextrativista proposto por BENATTI (2001) embora seja interessante não é viável a curto prazo, já que não existe legalmente. Apesar disso, no documento da ação civil pública contra o IBAMA, os ex-moradores sugerem, que a indenização seja feita nos moldes de posse agroextrativista. A seguir, trecho de comentário do técnico do IBAMA sobre isso:

> *(...) tentaram colocar posse agroextrativista, muito lindo, maravilhoso o trabalho do Benatti, só que aquilo não existe em lei, então aquilo não vais ser feito, nunca. Poderia ser feito um trabalho de incorporar isso na legislação a longo prazo? Sim, poderia. Tiveram doze anos pra fazer. Então, eu acho muito legal, vamos indenizar as estradas de seringa, muito bacana, mas é ilegal a lei não contempla isso. Então é, sai você vai receber pela sua benfeitoria. Quanto que vale a benfeitoria de um ribeirinho no Jaú, gente? Uma casinha de madeira coberta de palha. Mandioca não é indenizável porque não é cultura perene. Fruta perene é indenizável (...) isso é um perigo. Vão parar de plantar mandioca e plantar café todo mundo* (Daniel Borges, em entrevista à autora e à Eliana Creado, em agosto de 2005).

Um outro problema referente à indenização dos moradores e ex-moradores do parque diz respeito ao que é ou não passível de compensação financeira. Só é indenizável o que havia no parque quando foi implantado, na verdade, quando foi feito o levantamento das benfeitorias dos moradores, em 1985. Levantamentos posteriores não têm valor legal, segundo Borges. Ele comenta essa situação:

> *Olha, mas aí tem um detalhe, você só indeniza aquilo que tinha no parque antes dele ser parque (...) E outra coisa. Se ele sair de lá antes do parque ser parque, ele não tem direito a nada (...) Se ele plantar agora, resolver fazer umas puta plantação, sei lá, de banana, não é indenizável. O que ele abrir agora não é*

> *indenizável, a indenização se dá em cima das coisas que existiam naquele momento. É tudo complicadíssimo. Tem um levantamento de 85 e tem um levantamento de 88. Aí que ta o grande pulo do gato nesta ação civil pública, porque estão querendo fazer engolir uma lista de um sindicato rural que fez o ano passado que sabe. Sei lá se é verdade ou mentira. Agora, tem uma lista oficial do IBDF de 85, é uma lista do instituto de terras do estado do Amazonas, de 88, que tem lá o número de pessoas, a área de cada um, quantos metros quadrados de construção, tá tudo levantado, se entendeu? Então, assim, o risco dessas pessoas não receberem 1/10 do que elas estão pensando em receber é muito grande e o risco de uma boa parte dessas pessoas não receberem absolutamente nada é alto, não é pequeno, e é isso que a gente tá querendo evitar, se entendeu. Daniel: Associado a que saiu de lá antes do levantamento ter sido feito, associado a ter entrado depois que o parque é parque, associado a querer receber, mesmo que saiu depois que já era parque, receber por uma benfeitoria que não existe mais. Ah, mas minha casa tinha cem metros quadrados. Mas aqui no levantamento tinha trinta, se entendeu? Então, assim, vai gerar uma insatisfação muito grande a maneira como eu to vendo isso, eu não quero que isso aconteça de forma alguma, mas eu to enxergando que isso vai acabar acontecendo* (Daniel Borges, em entrevista à autora e à Eliana Creado, em agosto de 2005).

Quanto à ordem de recebimento de indenização por benfeitorias, apesar disso ser alvo de contendas por parte dos moradores e ex-moradores, legalmente, todos deverão receber no mesmo período. Serão alvo de indenização todos que moravam no Jaú na época do levantamento do ITERAM, em 1985, independente se hoje em dia moram ou não. Somente serão contemplados aqueles que eram adultos e possuíam benfeitorias no momento do levantamento.

> *(...) Se a pessoal sair de lá hoje, do parque, e for pra Novo Airão, ele tem direito a receber indenização. Agora, o que acontece é o seguinte: passou-se tantos anos que o Daniel morava no Jaú em 1980 e tinha sete meninos. Meus filhos hoje o mais velho ta com vinte anos, o outro com 18, o outro com 19. cada um casou e tem seus filhos. Esse pessoal não recebe, entendeu? Porque pela legislação,teria que ser feito a indenização naquele momento e retirado as famílias. A legislação fundiária é cruel* (Daniel Borges, analista ambiental do IBAMA, em entrevista à autora, em agosto de 2005).

Ainda um outro problema da indenização é a itinerância dos moradores, já que só pode se indenizar uma vez um mesmo sítio, mesmo que ele tenha sido ocupado por diferentes famílias em diferentes épocas. Indagado sobre uma situação em que um mesmo sítio foi habitado por dois donos distintos em períodos diferentes, Borges fez o seguinte comentário:

> *E o caso de se tem uma terra, fulano saiu em 87 e ciclano mora nessa mesma terra. Como é que você vai indenizar? Se você só pode indenizar a mesma terra uma vez? A terra não é indenizável, porque eles não tem título, só se indeniza quem tem título de propriedades. Pode-se indenizar benfeitorias. Nós temos casos no Jaú de 31 títulos definitivos. Esse pessoal, com certeza vai ser indenizado pela área. O resto da turma que tem posse, é benfeitoria, é muito pouco (...) Na ação, o que eu achei perigoso é a história de quem tem o título, se ele tiver posseiro na verdade só pode indenizar um dos dois né (...) Só o título. O posseiro ainda recebe pela benfeitoria, mas a terra é o título. Só quem tem título é que vai receber pela terra em si, que também não é muito não, viu, é pouco. Que a legislação fundiária nossa diz o seguinte gente: área de floresta é área nua, é área sem uso, então ele é mais barato do que terra de pastagem, por exemplo* (Daniel Borges, em entrevista à autora e à Eliana Creado, em agosto de 2005).

O encaminhamento da regularização fundiária, através de ação civil pública, é apontada por Borges como uma medida precipitada, já que com a entrada da nova equipe concursada deste órgão as coisas estavam mudando. Em suas palavras:

> *(...) que ter levado isso para o ministério público eu acho que de certa maneira foi precipitado, primeiro porque chegou gente nova na unidade de conservação, pela primeira vez os parques aqui da Amazônia tão tendo equipes com pessoas com nível superior, com capacidade de agenciamento do órgão gerenciador. Do IBAMA, entendeu? Então poderia ter tido uma conversa um pouco melhor, eu acho que foi muito um pouco de ranço antigo, que vamos fazer, que vão ter que cumprir. Vamo cumprir, agora vamos ver de que jeito vai ser cumprido. E sabe quem vai ficar com o ônus depois. Olha o que que o IBAMA fez. Porque ninguém vai assumir que pegou lá um negocinho e sumiu, já não ta assumindo, né, já um joga pra cima do outro, não não, não fui eu não, foi fulano que levou lá para o ministério público, já ta nesse nível. Vai sobrar pra quem? Mais uma vez o IBAMA é o cara ruim da história* (Daniel Borges, em entrevista à autora e à Eliana Creado, em agosto de 2005).

Sibá, morador da comunidade Cachoeirinha, critica veiculação de informações equivocadas pela associação de ex-moradores. segundo ele, a informação de que o pessoal do Jaú está prestes a ser retirado é desinformação. Em suas palavras:

> *(...) e nós sempre fiquemos por aqui. Eu pelo menos sempre falei assim eu vou ser o último. Ah, falaram, vão tirar todo mundo do Jaú. (...) porque há dois anos atrás, começou a surgir uma história que as pessoas íam ter que sair. Aí eu foi assistir uma reunião lá em Novo Airão, aí eu fui lá em Manaus (...) Aí nessa mesma viagem (...) eu foi assistir a reunião deles, Tinha sessenta pessoas, e não tinha uma pessoa de fora pra representar a reunião que eles queriam, na época, né, que a tendência era verba pra tirar o pessoal, né (...) Eu só escutando. Aí eu perguntei dele, e aí como é que é essa reunião que sés tão fazendo, quem é que vai pagar esse dinheiro que cês tão falando, não sei se dez, doze mil reais cada um. Quem é que vai pagar isso? Ah, é o IBAMA. Eu disse, olha, eu vou falar uma verdade pra você, quando for pra sair, eu sei quando for pra sair, não carece de ficar fazendo*

reuniãozinha (...) Porque olha, eu teve anteontem em Manaus, eu conversei, perguntei, tentei saber como é que funciona isso, e funciona de uma maneira muito diferente de que vocês estão pensando (...) cês tão pensando que tirar o pessoal do Jaú é brincadeira, não é assim não (...) Hoje em dia tirar uma pessoa que mora no seu lugar, que veve, como e bebe só daquele setor ali, deslocalizar ele pra meter noutro canto, não é assim não que vocês tão pensando não (Sibá, em entrevista à equipe de pesquisa, em agosto de 2005).

Seu Erasmo por sua vez comenta as especulações sobre solução fundiária através da associação de ex-moradores. A associação de ex-moradores organizou nova lista entre ex-moradores, elencando quem e o que havia de benfeitorias e de plantio na roça de cada um no Jaú, para fins de indenização, o que, segundo seu Erasmo, não é uma informação verdadeira, uma vez que mesmo ele, que trabalha como agricultor dentro do parque há mais de quarenta anos, não possui uma plantação perene indenizável. Ele argumenta que a razão disso é que as características dp solo do lugar não "protegem" as plantações perenes, que são passíveis de indenização. Em suas palavras:

Aquelas pessoas que vem falando (...) Vou indenizar (...) quando elas vierem diga assim pra elas, você é um mentiroso. Até isso ele mandou dizer pro cara. O cara dizer vamos indenizar vocês aqui, eu digo, você é um mentiroso (...) Que quem saiu, isso aí o presidente não ta nem aí. Ele sabe, mas é por letra, que existe gente por aqui, mas nunca veio aqui, não sabe como é feito a coisa por aqui.vai querer indenizar. (...) Aí o camarada diz, eu tinha um sítio, o sindicato tava cheio, trinta mil, quarenta mil ou vinte e cinco, outro era vinte. Era um dinheirão que ia sair pra eles, sabe, desse dinheiro agora (...) Olha fulano, aqui não tem indenização pra nós. Eu vou dizer eu tenho que ser indenizado, que eu moro aqui desde 1957, e eu não tenho o que indenizar. Mas não é porque eu não planto, é porque a terra não protege. Protege a mandioca (...) Ali do outro lado, tinha muita fartura de abacate, de banana (...) porque lá eu comprei duas posses, nós ia lá, na cachoeira, eu cortava de 30/40 cachos de banana (...) A senhora chegar aqui e dizer: eu tenho 200 pé de abacate (...) pé de Lima (...) tenho cem pé de tangerina que dá fruta no Xeuini, que a senhora não conhece, é um lugar muito rico de planta, o povo de lá tem. Lá também é reserva lá, muito rico lá. E aqui o terreno não protege (...) Agora os outro, não tem nem o esteio que aquilo era de pau e caiu, quer receber 20, trinta mil de onde? Ali onde tem açaizeiros. Mas quem que prova que o açaí nasceu da casca ou plantado? (...) Eu tenho só uns pés de cupu. Eu gosto de ver o cara que fala a verdade, que se ele não tem, não tem, acha que ele ta duvidando, vamo lá espiá (...) se não limpar, se você plantar dessa altura, daquela altura o mato cobre e ele não cresce. Ele cresce no chão, aonde ele espocou seringa no chão ela cresce, mas em outro lugar ela não dá. Só se cultivar. Se não cultivar, não dá. Então aqui dentro não tem camarada que plante, nunca eles plantaram nada, nem experimentaram, nem sabe que a terra não dá. Até eu me admiro não é de nada. É que tem muita gente que nunca teve nem um Tapiri aqui dentro e saiu na lista feita

pelo sindicato dizendo que tinha plantio aqui dentro (...) (Seu Erasmo, em entrevista à equipe de pesquisa em agosto de 2005).

Para seu Gonçalo[86], morador da comunidade Seringalzinho, no rio Jaú, recentemente vindo de outra comunidade na região da cabeceira do Jaú, Tambor, para que os moradores sejam bem indenizados eles deverão investir em plantações perenes e boas casas, o que é pouco provável que realmente os técnicos do IBAMA tenham aconselhado isso, uma vez, que segundo a regra oficial de critério desapropriatório do ITERAM, serão consideradas para efeito de ressarcimento apenas as benfeitorias realizadas e levantadas no momento da implantação do parque. Citamos trecho do depoimento deste morador a este respeito:

> *E agora o Daniel com o Marcelo foram lá em cima para fazer uma reunião e falaram, disse "Olha, vocês, para ganhar alguma coisa de indenização, vocês têm que fazer a casa de vocês, madeira serrada, tudo bacana, coberto com alumínio, com telha, com brasilit, sei lá com o que, para vocês ganharem, e plantarem muita planta, não colocar roça, que roça é desmatamento na floresta. Plantar muito, fazer um sítio grande", eu já tenho o meu [?] lá, bom, então com isso, nesse esquema, o Ibama vai indenizar o pessoal para sair daqui. Agora, só que eles querem que o pessoal plante e faça uma casa boa. Então por isso que eu estou fazendo a minha desse jeito* (Seu Gonçalo, em entrevista à equipe de pesquisa em agosto de 2005).

[86] Casado, seis filhos, quarenta anos declarados.

CAPÍTULO IV

A DIMENSÃO SITUACIONAL DO PROCESSO DECISÓRIO: QUANDO A DECISÃO É PARTICIPAR DO JOGO

No Capítulo anterior descrevemos a situação em que os moradores do parque tinham como escolha *ficar* ou *partir* e era em torno dessas duas opções que eles tinham que decidir o rumo de suas ações, de acordo com suas motivações.

A partir do momento em que surge como contingência a possibilidade de se organizar para penetrar o sistema político, essa possibilidade abre um leque de ação completamente diferente aos moradores. *Ficar* ou *partir* não são mais as únicas possibilidades de ação.

Surge como possibilidade a alteração dos termos da permanência, inaugurando ou reconfigurando a relação entre os sujeitos, suas ações e formas de negociação.

Neste capítulo trataremos dessa terceira opção, dos que se organizaram politicamente e direcionaram sua ação coletiva para negociações com outros sujeitos, de modo a tornar vantajosa a permanência no rio ou ainda a possibilidade de definir o local de reassentamento futuro através de uma proposta de RESEX no rio.

Embora esta opção esteja acessível depois de consolidada a todos que moram no parque, ela emergiu e foi desenvolvida no rio Unini, influenciada por algumas contingências.

Discorreremos inicialmente sobre a atividade de pesca comercial no Unini, os antecedentes do estabelecimento de restrições locais dessa prática, a atuação de empresários de pesca esportiva neste cenário negociatório, a elaboração de proposta de estabelecimento de uma reserva extrativista, de um acordo de pesca formal e de uma parceria com empresários de pesca esportiva. Veremos que todas estas situações estão relacionadas entre si, influenciando-se mutuamente.

Todos esses processos inauguram um padrão de ação que é preferencialmente político, ou seja, sua atuação é direta, abdicando das mediações: eles mesmos em

interação com os demais sujeitos é que direcionaram o processo de mudanças e firmaram alianças, parcerias e restrições relacionadas ao uso de recursos pesqueiros, e às possíveis saídas legais para eles: mudar de margem do rio, transformando uma área de entorno em reserva extrativista, e, por fim, negociando apoio financeiro de empreendedores de pesca esportiva atuantes na área.

4.1. A PESCA COMERCIAL NO UNINI

A pesca comercial é praticada no Unini por geleiros (ou geladores), uma embarcação com um depósito de gelo para transporte de pescado. Em geral não é a sua tripulação, de dois ou três homens, que pesca; mas geralmente pagam por quilo aos moradores das comunidades mais próximas onde pretendem pescar.

O comércio do pescado é seletivo, concentrando-se em espécies comercialmente mais valorizadas, tais como o Pirarucu e o Tucunaré, além de peixes ornamentais, como o Acará Azul[87]. A pesca é feita principalmente à noite, com o uso de uma lanterna e de um arpão ou jaticá, ambos instrumentos semelhantes a dardos de flechas, com pontas de ferro pontiagudas. Essa forma de pescaria é localmente conhecida como *fachiar*.

A prática da pesca comercial no parque envolve conflitos. Os conflitos envolvendo recursos pesqueiros são mais expressivos no rio Unini, em relação às demais regiões do PARNA Jaú pelo fato de que este rio delimita a área do parque. Por essa razão, a pesca comercial é parcialmente permitida em suas imediações[88], sendo palco de disputas entre vários atores: os moradores, o IBAMA, a FVA, a prefeitura de Barcelos e empresários de pesca esportiva na modalidade *pesque-e-solte*.

Oficialmente, o IBAMA proibiu a prática da atividade pesca para barcos comerciais do meio até a foz do rio Unini, área na qual estão estabelecidas as oito comunidades

[87] Segundo depoimento de moradores que praticam essas atividades, em conversa com a equipe de pesquisa durante trabalho de campo realizado em 02/2003.

[88] Ao contrário do rio Jaú, que está totalmente dentro da área do parque e possui uma base flutuante do IBAMA em sua foz; nele é terminantemente proibida e controlada a prática da pesca comercial ou esportiva, apenas é permitida a pesca de subsistência pelos próprios moradores, para consumo no local.

ribeirinhas, sendo permitido aos moradores e geleiros de fora que pesquem à montante do rio, na altura da foz do rio Paunini, que deságua no rio Unini. No entanto, neste trecho, foi construído o hotel de selva flutuante[89], voltado ao turismo internacional, tendo como principal atrativo a pesca esportiva do Pirarucu. A despeito das normas estabelecidas pelo IBAMA, este hotel de selva, com o auxílio fiscalizatório de integrantes da prefeitura de Barcelos, estabeleceu que os moradores do rio Unini não estavam autorizados a pescar nas suas imediações.

Assim, a regra local que parece estar regendo essa atividade é que a pesca em barcos geleiros é praticada nas imediações das comunidades à jusante do rio Unini, mediante autorização das mesmas.

Entre as oito comunidades deste rio, passou a ocorrer negociações acerca da permissão dos barcos para que estes realizassem a pescaria no interior do parque. Quatro comunidades posicionaram-se a favor dessa restrição e quatro posicionaram-se contra.

Até o início de 2003, o presidente e o vice-presidente da associação faziam campanha para que os moradores concordassem em proibir a entrada de geleiros no Unini, já que exploravam os recursos da região às custas dos pescadores do lugar, que ganhavam muito pouco pelo que pescavam, em relação ao valor pelo qual o peixe seria vendido na cidade, dado que essa é uma das atividades de sobrevivência dos ribeirinhos.

O embate centrava-se então nessas duas posições, reproduzindo também as polaridades entre, de um lado, a necessidade imediata de sobrevivência e a possibilidade de ganho, mesmo que reduzido, com a atividade pesqueira. De outro lado, os objetivos no longo prazo, quais sejam: as possibilidades de obter mais renda com a atividade pesqueira sem intermediários, através da organização de formas coletivas e cooperativas de utilização desses recursos, além do estabelecimento de um limite à sua exploração para assegurar a sustentabilidade da atividade. Somente assim seria viável negociar uma proposta de permanência dos moradores nessas

[89] O acesso ao hotel flutuante é feito por hidroavião, uma vez que a via de acesso pelo rio é difícil em algumas épocas do ano, quando o nível da água está baixo, devido à ocorrência da Cachoeira próxima ao ponto onde o rio deságua no Negro.

áreas, justificável e viável apenas através da comprovação de que a comunidade tinha formas de auto-regulação de usos.

No longo prazo seria mais interessante para os moradores que estes se organizassem através de uma associação para conseguir meios para pescar e comercializar Tucunarés e outros peixes comercialmente valorizados, sem intermediários, já que assim obteriam maiores rendas com o mesmo volume de pescado e diminuiriam a pressão sobre o recurso.

Obviamente, as comunidades que mais se colocaram contrárias ao impedimento da atividade destes geleiros foram as quatro comunidades a montante do rio e as quatro outras comunidades que foram favoráveis ao impedimento foram as menos beneficiadas pela entrada dos pesqueiros, uma vez que estes nunca subiam até a altura de suas comunidades. Entre os moradores que se mostraram contrários à entrada de geleiros, encabeçados principalmente pelo vice-presidente e pelo presidente da associação, a estratégia era convencer os demais que a pesca estava cada vez mais escassa para os moradores devido à pesca comercial.

Interessante notar que durante a pesquisa, quando indagados sobre o fato de pescar tucunaré para venda e com isso reduzir o estoque deste peixe para a comunidade, muitos dos moradores que eram favoráveis a essa prática, por trabalharem para os geleiros, argumentaram que isso não era nenhum problema, uma vez que os moradores do lugar não tinham predileção por tucunaré.

Esse fato traz à tona um problema metodológico que deve ser levado em consideração que é o fato de que o que as pessoas dizem e falam acerca de si mesmas muitas vezes não é o que fazem, e uma das formas de abordar este problema é através da observação direta.

A decisão sobre a entrada ou não de geleiros ainda está em fase de negociação pelos moradores, e apenas terão força legal quando registradas em cartório, através da elaboração de um estatuto[90].

[90] Como já citado neste texto, uma das razões pelas quais o estatuto da comunidade ainda não foi concluído é o fato de alguns de seus membros não possuírem documentos, além do problema do conflito central propriamente dito, que envolve o estabelecimento do conteúdo do próprio estatuto.

Os moradores que tiveram a oportunidade de visitar reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável[91] buscaram direcionar seus esforços junto aos moradores do parque no sentido de negociar com eles algumas restrições ao uso de recursos, uma vez que a proposta de transformação legal da área do PARNA Jaú em uma reserva extrativista (RESEX) ou reserva de desenvolvimento sustentável (RDS) só se justificaria mediante a existência de formas sustentáveis de auto-manejo de recursos por parte dos moradores dessas áreas, uma vez que essa é a característica básica dessa modalidade de área protegida.

Não se trata portanto de um problema de *falta de conscientização* dos moradores em relação às melhores possibilidades de obtenção de renda, caso essa atividade fosse praticada de forma coletiva e sem intermediários.[92]

A dificuldade maior no estabelecimento de restrições de uso de recursos pesqueiros no PARNA Jaú, é que esta atividade caracteriza atividade central durante parte do ano, no verão, para muitos moradores, ao lado da produção de farinha de mandioca.

A organização coletiva, pressuposto para a elaboração de uma proposta de permanência na área, depende do estabelecimento de restrições ao uso de recursos e de seu manejo sustentável[93]. Por outro lado, a atividade pesqueira é fonte central de renda para muitos moradores do Unini.

O problema pode ser recolocado não em termos de uma oposição de interesses entre os moradores que se dispõem ou não a restringir suas atividades de pesca a serviço dos geleiros, mas em termos dos moradores cujas estratégias de satisfação de necessidades comportam o abandono provisório dessa atividade, sem o comprometimento de sua sobrevivência.

---

[91] Segundo nos narrou Levi, vice-presidente da associação dos moradores do Unini durante trabalho de campo em 02/2003.

[92] Além deste fato, é interessante notar que os peixes que são vendidos aos barcos pesqueiros nem sempre coincidem com aqueles que são consumidos pelos moradores, ou seja, a pesca para consumo direto não costuma ser seletiva, direcionada a um ou mais tipo de peixe, enquanto que a comercial é seletiva, privilegiando algumas espécies, tais como o Tucunaré e os acarás, assim, essa atividade acaba sendo mais impactante por duas razões: em primeiro lugar, pelo fato de ser praticada em maior escala em relação à pesca de subsistência, e em segundo lugar, por ser seletiva.

[93] Através de um formato de reserva de desenvolvimento sustentável ou reserva extrativista.

4.2. O ACORDO DE PESCA

Para melhor compreender o processo de institucionalização do acordo de pesca descrito no rio Unini, faço uma pequena descrição sobre os antecedentes deste processo.

Segundo relato dos moradores, nos últimos três anos tem ocorrido uma diminuição contínua da quantidade de peixe no Unini (PINHEIRO, 2003). Este cenário de crescente escassez passou a ser notado no rio principalmente a partir de 2001, pelo fato de ter sido proibida a pesca no rio Branco, através de um decreto estadual cujo capítulo primeiro transcrevemos abaixo:

> *Art.1º-Fica proibida pelo período de 5 anos, na Bacia do Rio Negro, a partir da divisa do Estado do Amazonas com a Colômbia, até a foz do Rio Branco, a pesca comercial ou profissional, que, por atingir níveis predatórios, vem pondo em risco a subsistência das populações ribeirinhas dependentes destes recursos.* (decreto estadual do Amazonas N°22.304/11/2001).

Esse decreto assinado pelo governador do Amazonas, Amazonino Armando Mendes (2001), tem por objetivo assegurar a pesca de subsistência na bacia do rio Negro, mas acabou gerando o efeito contrário em outros rios menores da região do rio Negro, entre eles o Unini, que passou a ser intensamente procurado pelos geleiros para abastecer principalmente os municípios mais próximos à localidade de Novo Airão e Barcelos.

A intensificação das atividades de pesca comercial devido ao fechamento do rio Branco foi logo sentida pelos moradores do Unini. No ano seguinte à proibição de pesca comercial, houve um grande aumento do número de embarcações comerciais nesse rio, que, antes girava em torno de quatro, subindo para aproximadamente 20 barcos geleiros por temporada de pesca.

Essa repentina intensificação da pesca comercial incomodou não apenas os moradores, mas também empresários de pesca esportiva que mantêm flutuantes estabelecidos no alto do rio Unini, área fora dos limites do parque.

As empresas *Liga de ecopousadas do Amazonas* e *Amazonvoyage*, possuem instalações flutuantes voltadas ao turismo internacional direcionado à pesca

esportiva na modalidade *pesque e solte* na região do alto rio Unini, que é conhecido nas revistas especializadas em pesca esportiva como o *rio de Gigantes,* em alusão a registros recentes de tucunarés pescados nessa região que bateram recordes de maior peso até o momento.

Visando preservar estes estoques pesqueiros, razão de ser destes empreendimentos turísticos, estes hotéis bloquearam a entrada de embarcações de pesca comercial que rumavam para o alto Unini; para isso, os empreendedores turísticos chegaram a custear as despesas de funcionários da prefeitura de Barcelos e da polícia para efetivar o bloqueio do rio, com a alegação de que estava sendo desenvolvida uma pesquisa pelo INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - sobre os impactos da pesca esportiva, e que, por essa razão, a entrada de embarcações de pesca comercial deveria ser evitada naquela área a fim de não interferir nos seus resultados.

Embora essa pesquisa sobre impactos da pesca esportiva estivesse efetivamente sendo realizada, no decorrer do processo ficou claro que, naquele momento inicial, o que motivou o bloqueio do rio foi a preocupação em manter os estoques pesqueiros para a prática da pesca esportiva no alto Unini.

Com o bloqueio do rio, as embarcações de pesca, impedidas de atingir a área do alto Unini onde a pesca comercial é permitida, *baixavam* o rio e pescavam no médio e baixo curso do rio, dentro da região do PARNA Jaú, bem como nos lagos e canais das comunidades onde é permitida apenas a prática de pesca de subsistência pelos moradores das comunidades para consumo local.

Nesse momento, as comunidades viam-se num impasse: por um lado, sentiam-se lesadas pela pesca comercial praticada nas suas imediações, por promoverem uma rápida diminuição de recursos, e, por outro lado, a associação dos moradores - AMORU - não queria criar uma situação de conflito com os empresários de turismo, que nesse momento propunham apoio financeiro aos moradores, empregos e até uma embarcação para a associação, exigindo em troca que não houvesse pesca comercial na área e arredores onde estão estabelecidos os flutuantes.

Com relação à atuação de empresários da pesca esportiva no rio Unini, dona Maria

e dona Quilde, moradoras das cabeceiras do rio, área na qual está instalado um hotel flutuante de pesca esportiva narraram-nos a macabra história da evasão dos moradores da comunidade de São Lázaro, à qual pertenciam, aparentemente em razão de algumas mortes por doença repentinas e em recomendação da prefeitura de Barcelos, seguida de uma contribuição financeira de 500 reais por família pelos hotéis de pesca esportiva para que não voltassem mais para o local. Segue trecho do relato:

> *Aí nós tava bem com uns (...) sete ano lá, aí aconteceu esse problema das crianças que morreram. Aliás até morreu um da nora dela aí [dona Quilde], não passava assim uma hora dum pro outro o outro tava morrendo.*(ocorrido no ano 2000) *Aí, liguemo pra Barcelos, né, aí a doutora Anita ligou de lá pra gente (...) que aqueles que fossem morrendo ninguém velasse, né, sepultasse logo, e viesse embora pra cá que ela (...) que ela vinha encontrar nós aqui. Aí tinha um rapaz lá, o [Mada], que é de Novo Airão, ele trabalhava em barco, aí ele (...) Fomo, embarquemo nossas coisa tudinho e viemo pra cá. Cheguemo aqui, a doutora Anita já tava, aí foi dá o tratamento pra nós. Aliás, veio até uma menina da comadre já com sintoma também, aí nós fiquemo nessa sede aí (...)eles falaram que não era mais pra nós voltar pra lá mais não (...) lá é o hotel, a base do turismo pra lá, eles tomaram conta lá onde era a comunidade (...) o homem que comprou, que ficou lá fazendo o hotel dele, tomou conta de lá, ele não quer criança lá não (...)* (Dona Maria e Quilde, em entrevista à equipe de pesquisa, em julho de 2005).

Dona Maria relatou ainda que na época do ocorrido, na comunidade de São Gonçalo havia uma escola recém construída e um centro social, que, segundo ela, foram destruídos pelos empreendedores turísticos, que passaram um trator derrubando todas as casas e instalações da área da comunidade de São Gonçalo, limpando a área para o estabelecimento de seus empreendimentos, as instalações para um alojamento de selva voltado ao turismo de pesca esportiva do tucunaré. Teriam ainda pago quinhentos reais por casa derrubada para que os moradores não voltassem mais para lá. Em suas palavras:

> *(...) o homem meteu o trator lá e quem tivesse lá que aproveitou algumas telha, aproveitou, algumas tábua aproveitou, quem não tivesse foi tudo pro (...) Ele deu uma mixaria pra nós lá de quinhentos reais... Aliás, ele só pagou mesmo só as... as benfeitorias que a gente tinha, porque quinhentos reais, hoje em dia, não é nada né. Né?* (Dona Maria e Quilde, em entrevista à equipe de pesquisa, em julho de 2005).

Diante do medo pelo surto repentino de mortes, a oferta dos hotéis era pagar 500 reais por família, somando-se ao fato de que a secretária de saúde de Barcelos, município responsável pela região, teria dito que a assistência de saúde, principalmente o barco da FUNASA, não iria mais na comunidade. Segundo moradores, funcionários da prefeitura de Barcelos teriam dito o seguinte naquela ocasião :

> *(...) se vocês quiserem ter assistência nossa de Barcelos, vocês vêm embora pra cá, porque lá ela não vai mais- É verdade mesmo, exatamente. Ela mandou recado pela fonia e depois ela* (a secretária de saúde de Barcelos, Dona Anita) (...) *veio encontrar nós aqui, ela falou a mesma coisa aqui* (Joana[94], em entrevista à equipe de pesquisa, em julho de 2005).

Dona Joana diz ainda acreditar ter sido enganada, uma vez que o que foi prometido pelo então dono do Hotel, doutor Jean, não teria sido cumprido, como auxiliar dando empregos e ajuda direta para os que saíram da comunidade de São Lázaro.

> *Mas nem o que ele prometeu pra nós ele não cumpriu, porque ele prometeu de ajudar nós devido à nossa situação, né, de ter vindo de lá por motivo de doença, ele prometeu de ajudar nós e ele nunca ajudou nós. Prometeu dar trabalho pro pessoal que vieram de lá... também não. Só mesmo pros 2 filho[s] da comadre, ele ainda deu trabalho, mas pros outro[s] ainda não conseguiram ainda* (Dona Joana, em entrevista à equipe de pesquisa, em julho de 2005).

Sobre o papel dos hotéis de turismo no rio, Cíntia, moradora do Tapiira tem a seguinte opinião:

> *Eu fico indecisa, né, por que uma hora eu penso que vai ajudar, outra hora eu penso que eles vão é tirar as coisas que a gente tem... Eu acho que pode ser ruim, né, por que principalmente assim, quando chega no verão que eles vão pegar tucunaré, tem vezes que adoecem, pega os bichos e solta e aí os bichos ficam doentes e vai acabando* (Cíntia, moradora da comunidade de Tapiira, no rio Unini, em entrevista à equipe de pesquisa em julho de 2005).

Seu Tarciso comenta a desapropriação das casas da comunidade onde se instalou o hotel de pesca esportiva:

> *Aí o pessoal comunicaram lá pra Barcelos, aí veio a dona Anita, que era a doutora, aí diz que o pessoal tinha que se retirar de lá. Porque se não se retirasse ela não ia*

[94] Por se tratar de depoimento comprometedor, o verdadeiro nome do morador foi substituído por um fictício.

dar mais assistência. Agora eu não sei porque, né. Porque se ela trabalha, se ela é chefe de agente de saúde, ela que mandava em tudo, por que que ela não ia? Ela tinha que ir, então tavam dizendo que tinham sido um negócio que botavam na água, pra matar criança, que era pro pessoal, mas se matasse criança matava pessoa adulta, né. Certeza, né. Então foi doença, aí acabaram a comunidade o pessoal se afastaram de lá, saíram pra uns lugar aqui mais pra baixo, outros foram pra ali, outros foram pra cima. E aí acabou a comunidade. Lá esse doutor Jean foi que tomou conta, tomou conta da área onde o pessoal morava e montou o hotel lá. Já tava descampado. Aí o pessoal vinha, voltou pra lá e ele indenizou as casinha: 500 reais, 300... algumas plantação que tinha e deu uma mixaria pro pessoal e tomou conta lá da área. Ai montou o hotel deles. Que eles eram pra ir pro tal de São Pedro, lá em cima. Mas ali já tava pronto, né. Tava tudo desmatado aproveitaram e tomaram conta. Lá tem pista de avião, tem tudo.Porque esse lá de cima era pra vir sessenta mil reais e um barco de mais ou menos 17 metros com 114 dentro, pra doar pra comunidade. E eles não deram (Seu Tarciso, em entrevista à equipe de pesquisa em agosto de 2005).

Os empresários de pesca esportiva, para seu Alberto, contribuem pouco para as comunidades. Nas suas palavras:

(...) rapaz, pra comunidade (...) Não sei não, o pessoal (...) Só mesmo pra quem trabalha lá, né. Aqui já passaram, acho que já deixaram alguma coisa pra (...) como diesel: "tá precisando de diesel aí?" "A gente tá, o pessoal tá precisando de diesel aí", [que] o pessoal gosta de novela, né. Aí deixa algum diesel aí. O lomar já deixou (...) Já veio um tanto dos americanos aí o ano passado, vieram de lá, né, saíram de manhã, quando já foi bem umas [quatro] horas eles chegaram aqui, lá do hotel de cima. Aí passaram o resto da tarde, passaram à noite aí. (...) eles dormiram mal aí na escola, porque não tinha ar condicionado (...) quando foi de manhã, ele disse, "papai, os home vão deixar cento e vinte dólar para comprar um ventilador, uma coisa pra essa escola, né, mudar o visual, passar uma tinta nova". "Tá", digo, "mas não comigo, o presidente, chama, onde é que ele tá?" Aí chamaram e entregaram pra ele. Ele comprou foi um gravador pra ele, e tal... [risos] Don Couto (referindo-se à Donald Cutter) *não deixou nada. Deixou o material pra escola aí. A mulher dele, a mulher dele arranjou um convênio e vai ficar incentivando as escola. Todo ano ela vai passar deixando material na escola. Enquanto eles tiverem operando aí. Depois que eles forem embora, entrar outro pessoal, não sabe como é que ficar* (Seu Alberto, em entrevista à equipe de pesquisa em julho de 2005).

Se alguns moradores consideram que os empresários de pesca esportiva são inexpressivos ou interferem negativamente na vida dos moradores, há, por outro lado, os moradores que consideram positivamente esses barcos de turismo, e atestam a negatividade dos geleiros. Nas palavras de um deles:

(..) olha, sobre isso eu tenho uma questão que já durava muitos anos. Em criança eu já ia nos lagos com minha mãe pedir pros geleiros se afastar. Há dois anos atrás nós tivemos um problema sério aqui na comunidade. Aonde nós mora aqui do lado

do Pau Unini, que através dos esforços dos vizinhos e do nosso, conseguimos fechar com o apoio do Ibama pra geleiro não entrar. Quanto ao turismo, a gente sempre fez uma parceria, porque normalmente os empresários, quando eles chegam até aqui eles nunca entram sem comunicar com a comunidade eles nunca entram sem comunicar com a comunidade, sempre eles perguntam se dá ou não, levando os próprios piloto a desenvolver a pesca junto com os americano que vem, as pessoas que estão exercendo a pesca esportiva. E nesse sentido, pelo esse lado entre os geleiro e o outro lado dos empresários, a maior preocupação que a gente tem nesse momento só com os geleiro. Porque os empresários eles tem um período de pesca, os geleiro eles não tem. Eles têm quatro meses do defeso, mas na maioria das vezes eles não respeitam, eles não respeitam. E quando ele chega no lago ele não quer nem saber. A maioria se eles puder levar tudo eles leva (Teca, em entrevista à equipe de pesquisa em julho de 2005).

Levi, morador da comunidade Manapana, que no momento da entrevista era vice-presidente da AMORU ressalta que, para ele, a presença de empresários de pesca esportiva no rio é positiva, e os moradores do Unini serão beneficiados fiinanceiramente com o estabelecimento de uma relação de parceria com estes empresários. O acordo de pesca foi, inicialmente, o caminho de negociação utilizado para fortalecer esta parceria contra a atuação de barcos comerciais no rio. Segue trecho de seu relato:

(...) são no rio Unini mesmo, acima do vista alegre, são duas operadoras. E lá é reserva do Amanã ..bom, aí eles entraram lá para trabalhar, pagam os impostos deles, para ter o direito de pescar. Como a pesca comercial de geleiros é diferente da pesca esportiva- o pesca e solta- houve um primeiro conflito entre os geleiros e os hotéis (...) O que as empresas fizeram. Solicitaram à secretaria do Meio Ambiente de Barcelos (...) para dar apoio para estes fiscais para que fiscalizasse os barcos, e só entrasse os barcos legalizados, coisa que praticamente não existe aqui nessa região (...) as empresas de turismo, elas pagam os impostos para tarem lá. Simplesmente elas querem que quem esteja lá também esteja legal. E quando o barco vai para pescar lá, mesmo que seja uma área pública (...) um lado do rio é reserva, do outro lado é área pública. Porque os hotéis ficam muito distantes das comunidades, então eu não vou viajar dois dias para pescar lá onde o pessoal tão trabalhando, porque eu vou andar meia hora e já vou encontrar meu alimento. (...). Agora a pesca comercial, existe esse problema (...) a pescaria comercial não deixa renda. Até algumas pessoas que moram na minha comunidade mesmo (...) E em resposta deste interesse deles, eles estão firmando um convênio com as comunidades- a AMORU, para estarem também dando suporte financeiro para a associação, ajudando a comunidade naquilo que for de interesse do povo né, então eles se colocaram a disposição (...) que se eles tem interesse em ficar na área trabalhando, precisa do apoio das comunidades, então em troca disso eles tem que oferecer alguma vantagem pras comunidades. Então eu acho que para se amenizar o conflito é o acordo de pesca que tem que ser feito (...) os moradores tem que ter prioridade na pescaria, e os moradores também tem que ter consciência de que o

> *rio também precisa de um descanso, que nos últimos anos, tivemos um aperto muito grande de peixe- nada menos que 200, 300 toneladas saíram nos últimos 2 ou 3 anos (...) você entendeu a resposta dita agora eles simplesmente pediram uma fiscalização. Porque você sabe que quem pesca o tucunaré e solta, eles dependem daquele tucunaré, esse tucunaré tem que continuar vivo para que o outro turista que venha pegue ele de novo* (Levi, então vice-presidente da AMORU e morador da comunidade de Manapana, rio Unini, em entrevista à equipe de pesquisa em 2003).

Sobre o processo de negociação com os hotéis e a relação com órgão licenciador de pesca do Amazonas, João Queimado, presidente da AMORU, diz ter tido embates pessoais com determinada funcionária do órgão licenciador de pesca, o IPAAM, que segundo ele, teria negociado apoio e reserva de mercado com determinados empresários de pesca esportiva licenciados para atuar na região das proximidades das cabeceiras do Unini. Citamos trecho de seu relato:

> *(...) três vezes eu derrotei ela. Ela era secretária do meio Ambiente de Barcelos. O quê que ela fez? Ela não tinha posse nenhuma aqui no parque, ela só podia trabalhar na área de Amaná pra lá. Aí começou a bagunçar aqui na área do parque. Aí eu pá, uma denúncia dela (...) o que que fizeram? Acabaram com a comunidade de São Lázaro, disseram que deu um caso de meningite e morreu três crianças, que isso nunca existiu, só pro pessoal sair de lá deram quinhentos reais para cada uma pessoa, quer dizer, eu mexi com tudo isso (...) essa briga ainda vai mais adiante. Agora a prefeita (...) corta ela também (...) Aí o que que aconteceu foi isso. O figurão dele era a fulana, a fulana caiu, ele ficou voando, agora eu* (lomar) *vou fazer reunião de novo nas comunidades (...) Já deram dez litros de gasolina e uma lata de diesel agora na baixada para as comunidades* (João Queimado, em entrevista à equipe de pesquisa, em julho de 2005).

4.3. A PROPOSTA DA RESERVA EXTRATIVISTA DO UNINI

Tudo indica que a relação entre os hotéis flutuantes de pesca esportiva e a AMORU tenha mudado de tom expressivamente a partir de um marco: a formulação de uma proposta de criação de Reserva extrativista, encaminhada ao CNPT-IBAMA, em Manaus, em 23 de fevereiro de 2004.

Pelo que conversamos com os moradores, até janeiro de 2004, a situação era a que descrevi acima, os hotéis apenas mantinham uma relação de boa vizinhança com os moradores das comunidades mais próximas, concedendo-lhes alguns empregos e alguns favores, e em troca pediam aos moradores que não pescassem nas

redondezas dos flutuantes, e que não pescassem tucunaré mesmo perto das comunidades, já que este peixe era o alvo da pesca esportiva.

Essa interação era então baseada em favores e numa relação de dependência, ou seja, os moradores cumpriam determinadas vontades dos hotéis de selva em troca de alguns favores por parte destes. Isso começou a mudar a partir de um evento específico: a formulação por parte dos moradores, auxiliados pela FVA, de uma proposta de transformação de parte da margem esquerda do rio Unini em uma Reserva Extrativista, a Resex UNINI.

A formulação dessa proposta da RESEX Unini por parte dos moradores foi uma forma de criar uma alternativa ao reassentamento dos moradores de áreas de proteção integral, que está previsto na Lei Nº 9985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

De acordo com o artigo 42 do capítulo VII dessa lei, as populações residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo poder público, em local e condições que deverão ser acordados entre as partes.

Embora o mais adequado fosse reassentar os moradores em áreas com características ambientais semelhantes às do local em que estavam estabelecidos, na região, há pouca área disponível para este fim, uma vez que grande parte das terras na região são alagáveis durante parte do ano; mesmo dentro do PARNA Jaú, há apenas 30% de terra firme.

A idéia de criar uma reserva extrativista na margem esquerda do rio Unini, que contempla algumas áreas de terra firme, não alagáveis, iria, portanto, solucionar o problema de reassentamento dos moradores em um local com características semelhantes, já que a Resex seria no mesmo rio, e, por outro lado, iria abrir a possibilidade de financiamentos, de pleitear verba por parte de programas do governo brasileiro e ONGs internacionais, através do intermédio da FVA para desenvolver projetos de melhoria para a comunidade, segundo depoimento de técnicos da FVA.

O envolvimento dos moradores em torno da criação da RESEX fez com que a AMORU estabelecesse relações com diversas instituições, participando de vários debates, promovidos pela FVA, que vem trabalhando com a organização comunitária dos moradores do PARNA Jaú desde 1991.

As discussões[95] em torno do processo de criação de uma reserva extrativista aconteceram nas assembléias ordinárias da Associação dos moradores, em agosto de 2002, quando foi criada a AMORU, e em agosto de 2003; através de palestras com técnicos do CNPT e FVA, em oficinas realizadas nas comunidades e pelos esclarecimentos da visita do representante do Conselho Nacional dos Seringueiros, morador da Resex Médio Juruá.

Embora a proposta formal de criação da RESEX Unini tenha sido encaminhada em 27 de fevereiro de 2004, junto ao IBAMA/CNPT, neste documento a organização se dispõe a dar continuidade ao processo de capacitação dos próprios membros, deixando claro tratar-se de um processo que deve ter continuidade.

A Solicitação formal feita pela AMORU da criação da reserva extrativista do Unini, seguindo a orientação técnica do CNPT, foi acompanhada das assinaturas dos comunitários favoráveis, dos limites propostos para a área, além de alguns dados já disponíveis sobre a área e a população. A visita técnica necessária ao andamento do processo foi realizada pelo analista ambiental Leonardo Pacheco (CNPT/IBAMA/AM) entre os dias 22 e 23 de junho de 2004. A etapa posterior foi realizada pelos técnicos da FVA e INPA através da viagem de campo, entre os dias 09 e 30 de julho de 2004, com a intenção de realizarem pesquisa que complementasse os dados biológicos e sócio-econômicos da área proposta.

É interessante notar que não apenas a FVA, que conduziu esse processo, apóia os moradores, como também o IBAMA, uma vez que todos na atual gestão estão

[95] Dentre as diversas atividades promovidas pela FVA, podemos destacar as seguintes: Palestra realizada na Assembléia de fundação da AMORU; organização da Visita da AMORU aos seringais de Xapuri no Acre, para participar do intercâmbio com o Conselho Nacional de Seringueiros e conhecer os trabalhos e os bons resultados que eles conseguiram com a criação da Reserva Extrativista; Produção de cartilha educativa sobre o tema; Palestra realizada pela analista ambiental do CNPT para esclarecimentos sobre os benefícios de criação de uma Reserva Extrativista; Palestra durante a II Assembléia Geral da AMORU e Oficinas sobre Resex nas Comunidades do rio Unini.

empenhados na resolução dos problemas fundiários dentro do PARNA Jáu, e também em proporcionar melhoria nas condições de vida dos moradores. Assim, os técnicos do IBAMA, Daniel Borges e Marcelo Bresolin entendem que a implementação desta categoria servirá como forma de auxiliar a resolução dos conflitos em torno da conservação da biodiversidade local e do modo de vida das comunidades, além de reforçar a proteção do Parque Nacional do Jaú (em conversa com a autora em 06/03/2004 e 15/04/2004 em Novo Airão e Manaus).

A partir dessas informações sobre a proposta de reserva extrativista no Unini, podemos compreender a razão da repentina mudança de tratamento dos empresários da pesca esportiva com a associação de moradores:

Frente à proposta de estabelecimento de uma RESEX no rio, os empresários da pesca esportiva viram-se ameaçados a ter que se retirar da área caso ela seja transformada em Reserva Extrativista, uma vez que a concessão para a prática de pesca esportiva no rio ficaria a cargo do conselho de moradores da RESEX, bem como a definição de que operadora de pesca esportiva receberia a concessão. Assim, na mesma época em que foi encaminhada formalmente a proposta de RESEX do rio Unini ao CNPT/IBAMA, os empresários da pesca esportiva estabelecidos no alto do rio Unini buscaram fortalecer seus laços com a associação dos moradores, o que culminou na formalização de uma carta de intenções onde propõem uma parceria com os moradores.

A proposta de parceria dos empresários de pesca esportiva com os moradores visava, em linhas gerais, garantir uma reserva de mercado para a liga de ecopousadas do Amazonas, que já estava estabelecida na região, e oferecia em troca um auxílio financeiro aos moradores, mas que dependeria da união contra os pescadores comerciais e do comprometimento dos moradores em não pescar tucunaré e dar exclusividade a eles na prática da pesca esportiva no rio Unini.

Essa proposta inicial de parceria foi então transportada para o âmbito das discussões sobre o acordo de pesca que começou a ser formulado no rio Unini.

Para Levi, morador da comunidade de Manapana, no rio Unini, a utopia sobre uma vida melhor está depositada na RESEX:

> *É um sonho pra mim se organizar e ter melhor qualidade de vida na resex... É um sonho pra mim morar dentro da reserva extrativista e ter uma qualidade de vida melhor e olhar pro meu vizinho e ver ele feliz, entendeu? Isso pra mim eu acho que a gente foge dessa coisa de ir pra cidade, sofrer, morar na periferia das cidades passando fome até as crianças da gente se marginalizando, sem emprego, sem alternativa de renda* (Levi, morador de Tapiira, rio Unini, em entrevista à equipe de pesquisa em agosto de 2005).

Se a RESEX é a utopia de muitos, para outros nota-se que ela ainda não é bem compreendida como uma proposta que emergiu dos moradores, e não do IBAMA. Nas palavras de seu Tarciso, fica clara esta confusão, uma evidência de que a idéia de deslocar os moradores para uma única área instituída como RESEX não é compreendida por alguns moradores como fruto da mobilização e organização da proposta pelos próprios moradores diretamente envolvidos no processo de criação do projeto de Resex. Em suas palavras:

> *E assim que a gente vai levando a vida por aqui. Aí formaram uma sociedade da AMORU, pra ver se melhorava mais pro nosso lado. Melhorou um pouco. Então, criemo a Resex, do outro lado. Então o IBAMA quer deslocar nós daqui pra botar pra lá. Reassentar o pessoal todinho pra lá. Mas lá não tem terra firme. Terra firme é longe. Só igapó. Ai nós vamos sair daqui pra recomeçar, plantar tudo de novo? Como é que a gente vai começar sem ter recurso? Aí fica difícil pra nós. Então diz o menino que nós temos direito numa, como é que dá o nome meu Deus, numa mim-reserva. Então, desse lado, nós temos direito. Uma mim-reserva, pelo direito. Então nós não sai daqui, né. Com a mini-reserva nós não sai. Pode, nós pode trabalhar aqui do lado. Que é área extrativista a gente pode tirar castanha, pode tirar sorva, pode tirar madeira* (Seu Tarciso, em entrevista à autora, em julho de 2006).

4.4. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE ACORDOS DE PESCA

As comunidades ribeirinhas, por serem fortemente dependentes dos recursos pesqueiros para sua sobrevivência, freqüentemente negociavam restrições de uso e acesso a esses recursos e da intensidade de sua prática, embora esse processo não fosse institucionalizado (REBELO,1993; FVA,1994,1998; BARRETO, 2001; PINHEIRO, 2003).

As soluções informais adotadas pelos ribeirinhos em suas interações com os demais sujeitos, até então, davam conta de controlar a superexploração desses recursos, mantendo a prática da pesca comercial em níveis compatíveis com a manutenção do

estoque desse recurso, segundo o costume e modos locais de se estabelecer restrições (ALMEIDA, 2004).

É importante considerarmos, então, que a negociação de regras ou acordos envolvendo a prática da pesca sempre tenha ocorrido (CUNHA, 2002), ela não foi inaugurada a partir de sua institucionalização, embora tenha ganhado um outro *status* político, devido à ampliação da arena negociatória em que os acordos passam a ser negociados, incluindo também outros agentes de negociação que não são moradores, entre eles, o envolvimento dos representantes das colônias de pesca de Novo Airão, Barcelos e Manaus. A institucionalização do acordo de pesca do Unini formalizado por reuniões, envolvendo moradores, empresários de pesca esportiva e órgãos técnicos como o IBAMA, o IPAAM e a FVA não foi um acontecimento isolado e inaugural, mas o desdobramento de um processo de transformação social que já estava em curso, caracterizado pela mobilização dos atores em torno da negociação de restrições de uso de recursos no PARNA Jaú.

O Acordo de pesca foi institucionalizado como um instrumento legal criado para facilitar a negociação de conflitos por recursos pesqueiros frente à ameaça constante de superexploração destes recursos, num processo que envolveu comunidades ao longo do Amazonas e Solimões, (WWF-Brasil & PróVárzea/IBAMA, 2003) com o apoio de ONGs, universidades e governos, que criaram estruturas de gestão mais formais, com o objetivo de formular regras para a pesca em diversos lagos. Esse processo culminou na publicação pelo IBAMA da instrução normativa N°. 29/03, em 1º de janeiro de 2003, que define as condições para regulamentar o processo negociatório de um acordo de pesca em etapas, elaborado a partir de discussões com comunidades ribeirinhas, tendo como objetivo final definir as regras de acesso e de uso dos recursos pesqueiros em uma região determinada, como seu próprio texto define, no trecho que segue:

> *Entende-se por acordo de pesca um conjunto de medidas específicas decorrentes de tratados consensuais entre os diversos usuários e o órgão gestor dos recursos pesqueiros em uma determinada área, definida geograficamente* (WWf-Brasil & PróVárzea/IBAMA, 2003).

Depois de publicados, estes acordos viram lei. Devem ser fruto de um processo

participativo que pressupõe uma certa organização comunitária e têm como meta *representar os interesses coletivos das pessoas que pescam na área em que o acordo foi feito, como pescadores comerciais, de subsistência e ribeirinhos;* e criar regras que sejam operacionalizáveis para que possam efetivamente serem fiscalizadas e cumpridas (WWf-Brasil & PróVárzea/IBAMA, 2003).

A interação política entre os empresários de pesca esportiva e a AMORU começou a ficar mais definida como uma aliança durante o processo de estabelecimento do acordo de pesca. Tudo começou a partir do momento em que os empresários do turismo, para viabilizar a ida de vinte (20) representantes da AMORU, distribuídos ao longo das oito comunidades do rio Unini, fretaram um barco, para levar a todos para a reunião em Manaus, viagem que acompanhamos integralmente.

Durante essa viagem, os representantes das comunidades discutiam sobre o apoio dos hotéis, visando chegar a um consenso mínimo para que pudessem colocar sua posição em relação aos demais sujeitos na reunião em Manaus. Discutiram o fato de que, por mais que houvesse divergências entre os representantes da AMORU, essas divergências não poderiam ser colocadas na reunião com os outros setores, uma vez que isso só dificultaria ainda mais o processo negociatório.

As principais divergências ocorriam entre a comunidade mais próxima do local onde estão estabelecidos os flutuantes de pesca esportiva, que é a comunidade de Vista Alegre em relação às demais. Essa comunidade, por estar mais próxima aos hotéis flutuantes de pesca esportiva, era a única que obtinha algum ganho, incluindo alguns empregos de ajudante na manutenção dos flutuantes, e faxina, doação eventual de diesel, caronas com hidroavião dos hoteleiros para doentes da comunidade como por exemplo me contou dona Teca, moradora da comunidade de Vista Alegre cuja mãe, muito doente, morreu em pleno vôo, quando estava sendo transportada para o hospital em Manaus. Por estes favores, os moradores da comunidade de Vista Alegre tendiam a defender a presença incondicional desses empreendedores no local.

Na verdade, as críticas das outras comunidades em relação a essa presença parecem se dever não tanto ao fato da comunidade de Vista Alegre ser favorável à

presença dos empresários da pesca esportiva, mas ao fato de a ajuda beneficiar apenas a comunidade de Vista Alegre. Desse modo, as demais comunidades exigiam que a posição da AMORU fosse mais rígida na avaliação da proposta dos empreendedores turísticos no sentido de cobrar propostas que beneficiassem todas as comunidades.

Enquanto o barco, financiado pela liga de ecopousadas para conduzir os moradores, ía descendo ou *baixando* o rio, para usar a expressão local, íamos parando a cada comunidade para reuniões e conversas entre os representantes da AMORU e cada morador, para a assinatura de um abaixo assinado, que havia sido elaborado pela diretoria da AMORU e tinha como objetivo acelerar o processo de estabelecimento do acordo de pesca entre comunidades do rio Unini e outros usuários deste rio - os empreendedores da pesca esportiva e os pescadores comerciais - e esclarecer alguns pontos que os moradores julgaram não ter ficado claros na ATA da reunião anterior. Este procedimento foi também muito interessante para que pudéssemos observar a relação de João Queimado bem como dos demais representantes da diretoria da associação com os moradores para que estes assinassem a carta de reivindicações.

Pelo que pudemos observar, a expectativa dos moradores era que, com o abaixo assinado, o processo fosse acelerado, pois não queriam realizar mais reuniões com a mesma finalidade. Assim, no decorrer da viagem, o que mais ouvimos no barco era que deveriam sair da terceira reunião com alguma coisa definida, esperavam retornar da viagem com o acordo de pesca formulado, porque além do tempo que estavam deixando de trabalhar para ir às reuniões, havia também o fato de que a determinação provisória de suspender a pesca comercial a todos os usuários, firmada na reunião anterior, de 19 de fevereiro, vinha sendo desrespeitada por parte de pescadores comerciais, conforme alegavam os moradores. A carta de intenções dos moradores tem o seguinte conteúdo:

> *Os moradores do rio Unini e associados da AMORU vêm pedir ao IBAMA e ao IPAAM sua cooperação, no sentido de atender aos anseios de nossos comunitários deste rio Unini, pois o resultado da última reunião que participamos em Manaus no dia 19 de fevereiro, não nos foi satisfatório.*
> *Não concordamos com a ata da reunião, onde diz que a solução foi amplamente*

aceita, pois não aceitamos mais nenhum tipo de pesca comercial, praticada por peixeiros de outras regiões que não pertencem ao rio Unini.
Os itens que concordamos após reunião com os comunitários, são:
Sobre pesca de subsistência e comercial (setor 2):
Que seja permitida a pesca do tucunaré apenas para consumo local, mas que seja proibido que o peixe em questão seja levado para outros municípios e comercializado, uma vez que está sendo realizada uma pesquisa do INPA sobre os impactos da pesca esportiva no local. As demais espécies estariam livres para captura.
Que a pesca comercial no setor 2 seja de 50% pescadores moradores e 50% pescadores das colônias.
Será permitida a entrada de 3 barcos com capacidade de 3 toneladas por viajem de pesca. Período permitido para pesca seria de Setembro à Outubro
Os materiais que serão utilizados para realizar a pesca comercial e de subsistência são: zagaia, linha de mao, caniço, linha comprida, espinhel e espinhelão.
Os materiais que não concordamos que sejam utilizados são: bombas, rede e arrastão.
Que uma base de monitoramento e fiscalização fique na entrada do setor 1, para que possa ser efetuado o monitoramento e acompanhamento estatístico da pesca no setor 2. Até a base flutuante do IBAMA/PARNA Jaú/Rio Unini ser construída, através da efetivação do Projeto Corredores Ecológicos, esta deficiência poderá ser suprida por acordos entre o IBAMA, AMORU) e Prefeitura Municipal de Barcelos.
SOBRE A PESCA ESPORTIVA (SETOR 3)
Que seja praticada a pesca esportiva dentro do rio unini, na área de entorno da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Amanã.
Que a pesquisa que está em andamento sobre o tucunaré analise as iscas que são mais prejudiciais aos peixes, para que elas sejam proibidas.
O peixe será vendido na boca do rio unini para os pescadores que quiserem comprá-lo, e o IBAMA terá o poder de fiscalizar a saída deste pescado.
Na oportunidade, queremos denunciar que os pescadores comerciais não cumpriram o acordo de suspender a pesca no rio Unini, que foi decidido na reunião IBAMA de 19 de fevereiro, solicitando providências (Carta de abaixo-assinado dos moradores do Unini, fevereiro de 2004).

Depois de concluída a terceira reunião sobre o acordo de pesca que descrevemos abaixo, retornamos à comunidade de Tapiira, junto com os moradores. Foi de grande valor para acompanhar o processo do acordo de pesca estar ao lado de João Evangelista, presidente da AMORU, que em cada comunidade saía de barco e ía de casa em casa colhendo as assinaturas (ou, na maioria das vezes, carimbos de dedos) pedindo para que o processo fosse acelerado e que fossem revistos alguns itens colocados pelos mesmos.

Pudemos observar o grande grau de aceitação de seus discursos, e da AMORU de modo geral, aproximadamente em torno de 80%, segundo estimativas do próprio

João Evangelista, refletindo como a AMORU realmente é a associação representativa dos moradores.

Ainda em relação a esta viagem, pudemos observar que, além de pagar a viagem de barco dos moradores, os empreendedores da pesca esportiva na figura de seu representante legal – Cézar Pinheiro, não mediu esforços para agradar os moradores, financiando também lanches em Manaus, transporte do porto até o IBAMA, onde ocorreria a reunião. Um fato curioso é que os cerca de 20 moradores que estavam no barco foram para a reunião do IBAMA vestindo camisetas iguais, com uma foto estampada de uma área de lagos da floresta amazônica e os dizeres: *Associação dos Moradores do rio Unini – preservando o futuro.* A camiseta foi confeccionada e doada aos moradores pelos empreendedores da pesca esportiva.

Todas essas ações para agradar os moradores sem dúvida conseguiram o feito, de os moradores rendem-lhes o apoio e simpatia, como sintetiza as palavras de uma moradora:

> *(...) olha, o seu Cézar sabe tratar as pessoas, mesmo a gente que tem menas condição, ele trata do bom e do melhor, cê viu, cá comida no barco, levando e trazendo a gente pra todo canto em Manaus (* ...) (Dona Nete, em entrevista à autora, em 24/02/2004).

Durante a estadia em Manaus, Cézar Pinheiro direcionou reuniões e conversas com os moradores, no barco, em temas que incluíam a relação dos moradores com a FVA e a as ações da FVA junto aos moradores, as exigências que eles julgavam que os moradores deveriam fazer ao IBAMA, combinando regras de negociação com o setor de pesca comercial.

No retorno da viagem às comunidades, após a terceira reunião do acordo de pesca (em 23/03/2004) em resposta ao pedido dos moradores, César Pinheiro fez o que acabou por elevar seu prestígio junto aos moradores quase à condição de um santo: financiou a compra de um grande *rancho,* ou seja, de mantimentos, carregados pelo mesmo barco que conduziria os moradores de volta às comunidades; esses mantimentos seriam trocados com os moradores tendo como base o preço de custo dos produtos, e estes poderiam pagar em farinha, a preço de venda.

O preço da farinha, que no ano anterior (2003) era de 50 reais a saca, no ano de 2004 estava muito baixo, os moradores estavam vendendo para os regatões (comerciantes de barco) por cerca de 27 reais a saca, o que ficava ainda mais baixo pelo fato de que os regatões dificilmente vendiam a dinheiro, mas *a troco,* isto é, trocavam por produtos manufaturados nos quais também colocavam um preço elevado. Para se ter uma idéia, uma lata pequena de leite ninho era vendida pelos regatões em março de 2004 por nove reais, uma lata de óleo de soja por cinco reais, um pacote de 250 g de café por cinco reais, enfim, os preços eram em média 100% mais caros do que em Manaus.

Entre os produtos que lotaram o barco, encomendados pelos próprios moradores, elencam-se: sacos de sal, açúcar, óleo, café, macarrão, querosene, bolachas, "bombons" (balas, que lá são chamadas de bombons), fósforo, farinha de trigo, tempero, entre outras coisas.

Na viagem de volta da reunião em Manaus para as comunidades, o barco foi parando em cada uma das oito comunidades vendendo a cada um dos moradores que se interessasse, e na volta, quando descesse novamente, iria pegar as sacas de farinha como pagamento pelas compras de cada morador.

A idéia era que todos comprassem os alimentos a preço de custo, pagando em farinha de mandioca, que seria comprada a 29 reais a saca, podendo chegar a comprar até mil sacas de farinha das comunidades a este preço, segundo combinação de Cézar Pinheiro com um armazém em Manaus. Os moradores ficaram felicíssimos em poder trocar a farinha diretamente por produtos a preço de custo, o que fez com que ganhassem praticamente o dobro do que estavam acostumados.

O que pudemos observar, por fim, é que este vasto apoio dos hotéis aos moradores sem dúvida repercutiu diretamente na posição dos moradores em relação a estes empreendedores do turismo da pesca esportiva no momento da 2ª Reunião do acordo de pesca.

O conteúdo da já citada carta dos moradores foi amplamente discutido na Terceira reunião do acordo de pesca e resolução dos conflitos no rio Unini, que ocorreu no dia 23 de março de 2004 no auditório do IBAMA em Manaus; a mesa foi coordenada

por um analista ambiental, Marcelo Bressolin, deste mesmo órgão.

Nesta terceira reunião, os principais temas de discussão foram: Em primeiro lugar, a proposta da Amoru de que a pesca comercial no rio Unini deveria ser reservada apenas aos moradores e à pesca esportiva, excluindo-se os pescadores comerciais. O IBAMA alegou que essa reivindicação não poderia ser cumprida por ser ilegal e estabelecer privilégio de um grupo sobre os outros; discutiu-se também que os pescadores comerciais continuavam a pescar no rio apesar da atividade estar suspensa, e por fim a proposta dos pescadores comerciais em relação à AMORU. Seguem trechos a esse respeito da Ata da terceira reunião:

> (...) *um acordo de pesca não pode estabelecer privilégio. João* (presidente da AMORU) *retoma a palavra dizendo que os moradores do rio não agüentam mais sofrer, não têm mais paciência para esperar. Marcelo comenta que a proposta da AMORU privilegia os pescadores do Unini, e isso fere a lei"* (ATA da terceira reunião do acordo de pesca, 23/03/2004).
> *(...) Na oportunidade aproveita para denunciar os pescadores comerciais, que não cumpriram o acordo feito na reunião do dia 19 de fevereiro* (ATA da terceira reunião do acordo de pesca, 23/03/2004).
> *(...) Ação conjunta das empresas de turismo a fim de proporcionar compensações financeiras às comunidades do rio Unini, desde de que a pesca comercial seja praticada apenas pelos moradores do rio* (ATA da terceira reunião do acordo de pesca, 23/03/2004).

A proposta de parceria exposta pelos empresários da pesca esportiva nesta reunião consistia em auxílio financeiro e empregos aos moradores, em troca de reserva de mercado e da proibição da pesca comercial do tucunaré no rio, para que este peixe ficasse disponível exclusivamente para a prática da pesca esportiva, por ser o preferido para esta atividade.

A proposta da liga de ecopousadas era a de que a pesca comercial fosse praticada apenas pelos moradores do rio e com restrições ao tucunaré. A produção dessa pesca seria vendida na boca do rio sob a fiscalização do IBAMA e/ou IPAAM, para quem quisesse comprar e os moradores praticariam no rio apenas a pesca artesanal, sem uso de redes, bombas ou arrastões.

A liga de ecopousadas se propõe a financiar no primeiro ano R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) mais a doação de um barco de 19 metros, para ser usado pela AMORU,

para escoamento da produção dos comunitários; no segundo ano R$ 80.000,00 (oitenta mil), no terceiro ano R$ 90.000,00 (noventa mil), no quarto ano R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) sendo que estes valores estariam valendo enquanto o rio estivesse preservado da pesca comercial.

Propõem ainda, genericamente, apoio financeiro e logístico para desenvolver projetos de psicultura e agricultura; apoio logístico e jurídico para criação da Reserva Extrativista; absorver mão-de-obra dos comunitários nas operações dos flutuantes, criando cerca de cinqüenta empregos diretos; adquirir das próprias comunidades o que eles produzirem de verduras, legumes, e frutas para consumo nas instalações dos hotéis, e também proporcionar treinamentos técnicos para a mão-de-obra a ser absorvida, como: cozinheiro, garçom, guia de pesca, camareira e outros.

A respeito dessas propostas do setor de pesca esportiva, é interessante notar que a carta de intenções da liga de ecopousadas, embora ofereça uma série de idéias interessantes sobre formas de auxílio aos comunitários é muito vaga: não estabelece datas, número de vagas, quantidade de auxílio às comunidades para desenvolver agricultura, criação de peixes, e demais propostas, de modo que fica difícil a posterior cobrança legal dessas promessas, caso os moradores, através da AMORU venham a efetivamente firmar um contrato com a liga de ecopousadas.

Outra discussão que surgiu durante essa terceira reunião do acordo de pesca está relacionada à invasão dos geleiros no rio, que não estariam respeitando a determinação legal de suspensão temporária da atividade até que esta fosse normatizada através do estabelecimento do acordo de pesca no rio; esse era um forte argumento utilizado pelos moradores, e apoiado pelos empresários da pesca esportiva, para tentar excluir a atividade de pesca comercial no rio.

Um assunto que foi alvo de muita divergência entre os presentes na reunião foi o fato do tucunaré ser retirado da lista dos peixes permitidos para pesca comercial. A AMORU se manifestou dizendo ser favorável à pesca esportiva do tucunaré – pesque e solte – praticada pela liga de ecopousadas.

É interessante lembrar que a proposta de auxílio ou parceria dos empresários da pesca esportiva às comunidades do Unini estava condicionada à exclusão da

atividade de pesca comercial do tucunaré no rio, por essa razão, a oposição entre moradores e pescadores comerciais ficou ainda mais destacada.

Como os atores presentes não conseguiram chegar a um acordo nesta reunião, foi marcada uma outra reunião para continuação das negociações, que ocorreria na sede do IPAAM no dia 15 de abril de 2004.

A quarta reunião para o acordo de pesca ocorreu no local e data previstos, com a presença de apenas quatro moradores representando a AMORU.

O transporte nesta reunião não foi a cargo dos empresários de pesca esportiva; dessa vez, ao invés de barco, o que se pôde arranjar foi um bote, da FVA[96]. Em parte pelo fato de ter ido menos membros da comunidade nesta viagem, a reunião foi bem mais tranqüila que a anterior; os principais pontos nela discutidos referem-se a alguns pontos nos quais tanto os moradores quanto empresários da pesca esportiva e pescadores comerciais deveriam ceder um pouco a fim de tornar viáveis as negociações em torno do acordo de pesca, já que, por definição, como explicou o coordenador da mesa aos presentes na reunião, para haver acordo não é possível fazer totalmente a vontade de nenhuma das partes envolvidas, senão não seria acordo.

A pauta dessa quarta reunião girou em torno de algumas concessões que as partes envolvidas teriam que fazer. Elas deveriam rever suas exigências para dar prosseguimento ao acordo e também afinar alguns critérios estabelecidos. Os principais pontos discutidos nos trechos da ata, podem ser observados a seguir:

> *(...) Sr. Mauro Rufino (ProVarzea) comenta cinco pontos: 1) Estamos ordenando um rio com três áreas distintas definidas na segunda reunião, 2) Não está claro o porquê da proibição da pesca do tucunaré. Acredito que vocês querem é reduzir a pressão existente sobre a pesca. Vocês estão também pedindo que somente teria permissão para a pesca comercial em setembro e outubro, que ao meu ver é um período pequeno. 3) Precisamos estabelecer critérios claros para dizer quem vai entrar ou não, quem vai poder pescar ou não. Quais os critérios para selecionar os 50% de pescadores? Não podemos excluir ninguém, a regra deve valer para todos. Podemos somente limitar o pessoal e os artefatos de pesca. 4) Outros dois pontos importantes são: os parâmetros para o monitoramento da pesca e a viabilidade operacional das regras e acordos efetuados. Sr. Mauro comenta que não se*

[96] Com esse bote fomos até a base flutuante do IBAMA, estabelecida na foz do rio Carabinani com o rio Negro, eu e mais quatro moradores.

> *consegue diminuir a pressão da pesca somente com a proibição ou a redução de barcos. As regras devem ser vistas em conjunto. Reafirma a necessidade de estabelecer critérios claros e estratégias a curto, médio e longo prazo. A curto prazo podemos reduzir o tempo da pesca, o número de pescadores e de barcos, com a instalação de uma base de controle na boca. A médio prazo devemos esperar os recursos do Projeto Corredores para implementar um sistema no rio. A longo prazo devemos estabelecer o plano de manejo da RDS Amanã, com este instrumento podemos ser mais específicos nas regras de restrições de uso resolvendo definitivamente os problemas. Outra coisa: estas ações a curto prazo não são regras permanentes, com o processo de monitoramento as regras vão sendo revisadas e adequadas(...) Contratação de 50% dos pescadores comerciais serão da Amoru. Sr. Mauro pergunta qual o critério de seleção. Sr. Wilson explica que a idéia é que para cada três pescadores externos, que vem com o geleiro, será contratado três pescadores da Amoru. Sr. Marcos sugere que a Amoru estabeleça os critérios para seleção dos pescadores e a ordem que eles irão trabalhar e faça a apresentação na reunião final no rio Unini, para ampla aprovação. O mesmo procedimento deve servir para as colônias de pesca, estabelecendo os critérios junto a federação de pesca.*
> *3) O revezamento de três barcos de três toneladas por vez. No início da discussão existiu uma polêmica sobre como medir a carga de um geleiro, considerando que ele já sobe com cerca de uma tonelada de gelo. 4) Período permitido para pesca (...)* (ATA da IV Reunião do Acordo de Pesca do rio Unini, ocorrida em 15 de abril de 2004 na sede do IPAAM, em Manaus).

Como se pode ver no conteúdo desta IV ATA, as discussões dessa reunião foram mais específicas do que as da última reunião, atestando um avanço do processo negociatório, caminhando no sentido de estabelecimento de regras e restrições consensuais, o que possibilitou o fluir de decisões que ficaram pendentes na reunião anterior, que foi marcada pela polêmica e enfrentamento entre os atores em discussão, principalmente entre moradores e pescadores comerciais.

A mudança da postura dos moradores foi em parte conseguida por uma conversa "nos bastidores da reunião" com Marcelo Bressolin, analista ambiental do IBAMA que explicou aos moradores que o acordo de pesca não iria adiante se não estivessem dispostos a rever suas exigências e ceder em algum ponto, explicou-lhes novamente que num acordo, todos têm que ceder um pouco para que ele se torne viável, comentou também que se os moradores quizessem firmar uma parceria com os empresários da pesca esportiva, isso deveria ser feito em outra ocasião, não deveria ser trazido à discussão do acordo de pesca, uma vez que as discussões só são pertinentes nessa arena de discussão quando incluem todos os usuários dos recursos, ou seja, inclusive os pescadores comerciais.

Como as regras deveriam ser para todos sem privilegiar ninguém, a solução encontrada foi dividir o rio em três setores de usos diferenciados. No primeiro setor, área de entorno do parque, só seria permitida a pesca de subsistência praticada pelos moradores; no segundo setor, seria permitida a pesca de subsistência pelos moradores e a pesca esportiva, e no terceiro setor seria permitida a pesca comercial e a pesca de subsistência.

Por fim, foi agendada a última reunião para o acordo de pesca, prevista para os dias 22 e 23 de maio de 2004 na comunidade de Vista Alegre, no rio Unini; nessa reunião seriam definidas as regras e detalhes que garantiriam a aplicabilidade das normas estabelecidas. A decisão de realizar a última reunião numa das comunidades objetivava que houvesse participação da comunidade, e também pelo fato de que os moradores do rio Unini já haviam se deslocado por quatro vezes até Manaus para os encontros anteriores, assim, seria justo que o pessoal de Manaus se deslocasse por uma vez até a comunidade de Vista Alegre para a quinta e última reunião.

Durante essa reunião para o acordo de pesca, Marcelo Bressolin, técnico do IBAMA lembrou que todo mundo ganha com o manejo do rio e com o acordo de pesca, que faz com que a comunidade continue se organizando ainda mais para viabilizá-lo. Ele lembrou ainda dos conflitos entre comunitários e geleiros, da cobrança dos comunitários aos órgãos governamentais pela solução do problema e da contribuição da FVA para a organização dos moradores. Ressaltou por fim que não deveriam esquecer a situação caótica anterior e as responsabilidades de cada um; disse que o acordo de pesca vai diminuir o problema, mas cada pessoa vai ter o seu papel para o seu sucesso.

Os principais pontos discutidos nessa última reunião foram: 1) O zoneamento, ou seja, qual o tipo de pesca a ser efetuada em cada um dos três setores definidos, no setor 1, 2 e 3 ; 2) Os critérios para contratação de pescadores, sendo 50% moradores e 50% da colônia de pesca em cada embarcação; 3) O tamanho e tonelagem dos barcos que poderiam pescar no Unini; 4) A Base de Fiscalização a ser instalada na foz do rio Unini, 5) A definição da época do ano em que se poderia pescar comercialmente; 6) A limitação de aparelhos de pesca.

Sobre a reivindicação inicial da AMORU de fechar o rio, os técnicos do IBAMA esclareceram que a lei não permite, uma vez que o rio é um bem público e não se pode fechá-lo para beneficiar apenas uma pequena parte, isso seria concessão de uso e não é incumbência do IBAMA.

Sobre a questão da organização da entrada de barcos de pesca comercial no rio Unini, ficou definido que o acesso de barcos geleiros se baseará em sorteios entre todas as embarcações cadastradas (colônias e associações) para verificar a ordem de entrada dos barcos. Essa relação será enviada para AMORU, para o posto de fiscalização e para os envolvidos no processo. Além disso, só poderá trabalhar o pescador que estiver documentado. Ficaram definidas também punições: para infrações leves, suspensão de uma temporada e, para infrações graves, o desligamento da colônia.

Nessa quinta reunião também foram definidos prazos para as portarias, ou seja, para os documentos que convalidariam o valor legal do acordo, tendo sido estipulado o IPAAM, até 30/07/04 (caráter emergencial) e IBAMA, até 30/11/04 (Acordo de Pesca). As portarias são complementares e não excludentes.

A base flutuante de fiscalização teria caráter emergencial, seria cedida pela Prefeitura de Barcelos, e instalada próxima à comunidade Terra Nova, na Cachoeira do rio Unini. Quanto à logística, definiram-se as seguintes necessidades para efetivar o acordo de pesca, citamos alguns trechos:

> *(...) policiais militares para garantir integridade da base e dos servidores (IPAAM e Prefeitura de Barcelos);disponibilizar fiscais para realizar abordagens; Acordo com Prelazia para utilização da radiofonia (Prefeitura Municipal de Barcelos); disponibilizar cota mensal de combustível (IPAAM); disponibilizar 1 Vigilante 15 dias/mês; disponibilizar 1 Analista ambiental para auxiliar pesquisa/monitoramento pescado na saída de cada embarcação (3 barcos/mês x 4 meses/ano); disponibilizar analista ambiental para notificar/autuar infratores detectados pela equipe da base flutuante; disponibilizar radiofonia existente na comunidade de Terra Nova para a base flutuante (IBAMA); base de recepção de denúncias e repasse de informações para a base do Acordo de Pesca em Terra Nova e base do IBAMA no rio Jaú; avisar a previsão de saída de cada barco para a base Jaú do IBAMA (Comunidade Floresta/AMORU); complementar necessidades de combustível para IBAMA/PNJ/Acordo de Pesca em situações de carência de recursos; ceder 1 bote e motor de popa (Hotéis de Pesca Esportiva). Sinalização: instalação de 3 placas indicativas (com linguagem clara e com mapa) na entrada de cada setor do rio Unini; Instalação de 1 placa informativa na base flutuante;*

realização do esboço da sinalização visual das placas pelo IBAMA e IPAAM. Capacitação/Educação Ambiental: oficina em Novo Airão na 2ª quinzena de julho/2004 para pescadores do Rio Unini, APNA e Colônias, através da FVA; curso de Agentes Ambientais Voluntários: Metodologia e equipe do IBAMA. FVA e AMORU: captação de recursos (aproximadamente R$ 8.000,00). AMORU: seleção da equipe de AAV nas comunidades; cartilha do Acordo de Pesca do Rio Unini disponibilizada pelo IPAAM; (...) estes programas representam estratégias de gestão de médio e longo prazo; este Acordo de Pesca não altera o zoneamento, uso e restrições das unidades de conservação do rio Unini; o processo de regularização fundiária do PARNA Jaú e a criação da RESEX do Rio Unini podem ocasionar algumas alterações operacionais da fiscalização, vigilância e monitoramento do Acordo (trechos da V ATA da assembléia geral do Acordo de Pesca do rio unini, ocorrida entre os dias 22 e 23 de maio na comunidade Vista Alegre, PARNA Jaú/Barcelos, AM).

A ATA da Assembléia geral dos moradores foi então encaminhada às vias legais, tendo como formatos oficiais os seguintes documentos: 1) Minuta de portaria do IPAAM, que estabelece normas gerais para a exploração de recursos pesqueiros na Amazônia; 2) Minuta de portaria conjunta – IBAMA/IPAAM, que estabelece critérios e procedimentos para regulamentação do acordo de pesca definidos no âmbito de uma comunidade pesqueira e identifica as atribuições de cada órgão neste processo.

Esses dois documentos estabelecem os limites de cada setor que foi definido no rio para a prática de pesca esportiva, comercial e de subsistência, bem como define os critérios da entrada de embarcações, o tamanho da carga, os critérios de seleção dos pescadores em cada viagem, entre outras coisas. Citamos trecho deste documento :

(...) setor 1 – Da confluência do rio Unini com rio Negro (Sul 61º31'12" longitude Oeste 1º 36'00", até o igarapé de Joarituba, incluindo este): permitida somente a Pesca de subsistência. Este setor em sua maior parte pertence ao Parque Nacional do Jaú;
Setor 2 – A partir do igarapé do Joarituba (Coordenadas a 1º36'00"latitude Sul e 62º 56'24" longitude Oeste) até confluência com rio Araras (Coordenadas a 1º 38 '24' latitude Sul a 63º 31'48" longitude Oeste): exclusivo para a Pesca comercial;
Setor 3 - Do rio Araras, (coordenadas: 1º 38' 24" latitude Sul a 63º 31' 48" longitude Oeste) incluindo este rio, até a cabeceira do rio Unini (Coordenada 1º 44' 24" latitude Sul a 64º 37'48" longitude Oeste): exclusivo para a Pesca esportiva na modalidade pesca e solte;
§ Parágrafo Único - A pesca de subsistência poderá ser realizada nos três setores do artigo 1º.
Art. 2º - Fica estabelecida a quantidade de 03 (três) barcos por mês com capacidade de armazenamento de até 03 (três) toneladas de carga de pescado

cada e será permitido a pesca comercial somente nos meses de setembro a dezembro.
Art. 3º - A Associação dos moradores do Rio Unini (AMORU) participará com uma cota de 50% dos pescadores comerciais. Estes serão obrigatoriamente moradores das comunidades do rio Unini, os outros 50% serão pescadores da Associação de Pescadores de Novo Airão (APNA) e das Colônias de Pescadores de Novo Airão e de Barcelos.
Art. 4º - Esta portaria fica sujeita a alterações no zoneamento, uso e restrições das unidades de conservação do rio Unini (Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, Parque Nacional do Jaú e também as que estão em processo de implantação)
Art. 5º - Esta portaria não se aplica a pesca do peixe ornamental.
Art. 6º - Exclui-se das proibições a pesca de caráter cientifico, devidamente autorizada pelo IPAAM e/ou IBAMA, respeitando-se as competências e jurisdições específicas de cada área.
Art. 7º - Aos infratores da presente portaria serão aplicadas as penalidades previstas por lei Estadual nº 2.713 de 28 de dezembro de 2001, demais normas complementares e Legislação Ambiental específica.

A minuta de portaria conjunta IBAMA/IPAAM de 6 de julho de 2004 e a minuta de portaria estabelecem critérios e procedimentos para regulamentação de Acordos de Pesca definidos no âmbito de uma determinada comunidade pesqueira, além dos critérios já mencionados de divisão do rio em setores, que são os mesmos do documento:

Art. 3º - A Associação dos Moradores do Rio Unini (AMORU) participará com uma cota de 50% dos pescadores comerciais. Estes serão obrigatoriamente moradores das comunidades do rio Unini, os outros 50% serão pescadores da Associação de Pescadores de Novo Airão (APNA) e das Colônias de Pescadores de Novo Airão e de Barcelos.
Art. 4º. Ficam estabelecidos critérios com relação à participação das embarcações e pescadores moradores do Rio Unini para o exercício da pesca comercial na área.
§1º. Todas as embarcações interessadas em se cadastrar para pescar na área deverão fazê-lo na Colônia de Pesca de Barcelos – COLPESCA-Z-33, Colônia de Pescadores de Novo Airão Z-34 e Associação de Pescadores de Novo Airão – APNA, antes do inicio de cada temporada, até o mês de agosto de cada ano;
§2º. A ordem de entrada das embarcações cadastradas será definida de acordo com sorteio realizado pelas Colônias Z-33, Z-34 e APNA, no inicio de cada temporada. Quando o número de embarcações listadas for inferior ao número permitido por temporada, prevalece a regra do rodízio;
§3º. Os pescadores moradores do Rio Unini devererão se cadastrar com os representantes das comunidades: Lago das Pedras, Terra Nova, Democracia, Tapiíra, Manapana, Lago das Pombas, Floresta, Vista Alegre, Vila Nunes e Aracu, antes do inicio de cada temporada, até o mês de agosto de cada ano. As comunidades do Rio Unini relacionarão seus pescadores moradores, entre aqueles devidamente documentados e maiores de 18 anos;

§4º. A ordem de participação de todos os pescadores moradores cadastrados do Rio Unini será definida mediante sorteio, antes do inicio de cada temporada. Se o número de pescadores moradores listados for inferior ao número exigido por temporada prevalece a regra do rodízio;
§5º. Os contemplados, embarcações e pescadores moradores, em cada lista específica deverão ser distintos, portanto qualquer inscrito retomará à atividade no local somente após finalizar o rodízio ou novo sorteio e listagem;
§6º. Os sorteios serão acompanhados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM, Prefeitura Municipal de Barcelos e Polícia Militar do Amazonas;
§7º. O monitoramento e controle do acesso ao Rio Unini será realizado em flutuante localizado próximo à Comunidade Terra Nova, através da parceria entre IBAMA, IPAAM, Prefeitura Municipal de Barcelos e Policia Militar do Amazonas.
Art. 5º - Esta portaria fica sujeita às alterações no zoneamento, uso e restrições das unidades de conservação do rio Unini (Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Amanã, Parque Nacional do Jaú e as demais em processo de implantação)
Art. 6º - Esta portaria não se aplica à pesca do peixe ornamental.
Art. 7º - Exclui-se das proibições a pesca de caráter cientifico, devidamente autorizada pelo IBAMA e/ou IPAAM, respeitando-se as competências e jurisdições específicas de cada área.
Art. 8º - Aos infratores da presente portaria serão aplicadas as penalidades previstas na Lei Federal nº 9.605 de 12 de Fevereiro de 1998, Lei Estadual nº 2.713 de 28 de Dezembro de 2001, demais normas complementares e legislação pertinente.
Art. 9º - A Fiscalização, Vigilância e Monitoramento do Rio Unini far-se-á mediante parceria interinstitucional entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM, Prefeitura Municipal de Barcelos e Polícia Militar do Amazonas.
Art. 10º - Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 11º - Revogam-se as disposições em contrário (José L. do Nascimento R. Barros, Pres. do IPAAM; Marcus Luiz Barroso, Pres. IBAMA/AM).

Quanto aos resultados deste processo, no primeiro semestre do ano de 2004, a AMORU estava mobilizada no processo de estabelecimento do acordo de pesca, e negociando um acordo bilateral com concessionárias de pesca esportiva estabelecidas no alto Unini e em afluentes das cabeceiras desse rio, além de ter acabado de entregar um pedido de proposta de transformação de parte da área da margem esquerda do rio Unini, área de entorno do parque, em reserva extrativista, denominada RESEX Unini, atualmente em tramitação em Brasília.[97]

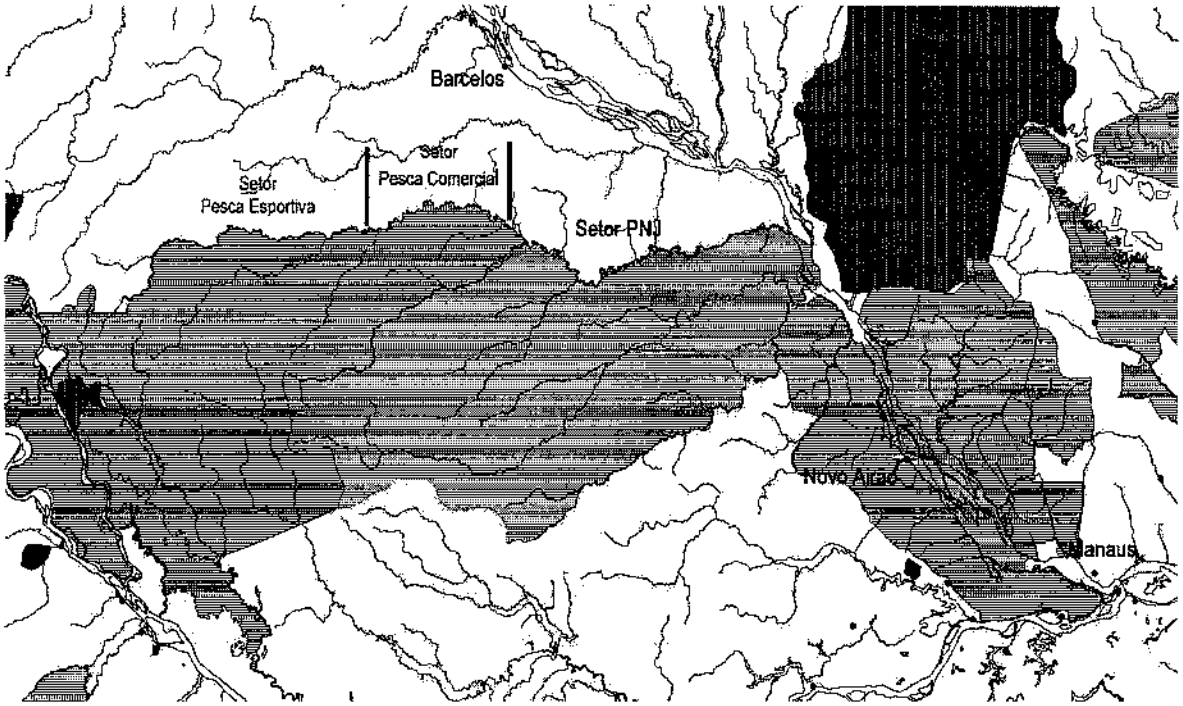
[97] Para mais informações sobre isso, ver relatório Fapesp N° 3, datado de 13/02/2005; ver processo CNPT -IBAMA Manaus N° 02005.000485/0488; para informações sobre andamento do processo da Resex-Unini, ver a transcrição oficial da 4ª- Reunião da Câmara Técnica de Unidades de

A euforia dos moradores podia ser notada nessa época de encaminhamento dos primeiros feitos expressivos da AMORU uma vez que estavam frutificando as primeiras conquistas desta Associação, fundada em agosto de 2002. Os moradores estavam muito motivados com as discussões do acordo de pesca que regraria a prática da atividade pesqueira, que, como vimos, enfrentava um período de aumento da procura e relativo escasseamento nos últimos tempos no rio.

Quanto aos resultados desse processo de estabelecimento de um acordo de pesca, ficaram definidos três setores de usos diferenciados de recursos pesqueiros no rio Unini, cada um deles destinado às três classes de uso já citadas. O setor 1, área do Parque Nacional do Jaú, que abrange o baixo Unini, é a área onde estão as comunidades, sendo que a margem direita do rio é área do Parque, e a margem esquerda é zona de entorno, propriedade do estado. Neste setor seria permitida apenas a pesca de subsistência pelos moradores do local. O setor 2, no médio Unini, seria destinado à pesca comercial, e o setor 3 seria destinado à pesca esportiva. A visualização desses setores pode ser conferida no mapa do acordo de pesca, disposto a seguir:

Conservação e demais áreas protegidas, de 17 de julho de 2005, Brasília, moção N°63, disponível no site oficial do governo federal MMA/CONAMA.

Figura 3: Setores de pesca do rio Unini.



Fonte: Material ilustrativo utilizado nas reuniões do acordo de pesca no ano de 2004.

A área definida como setor dois do rio foi destinada à prática de pesca comercial. Estipulou-se que poderão entrar três barcos de três toneladas por mês, durante os quatro meses de temporada de pesca, sendo que 50% da tripulação deverá ser de moradores do Unini e 50% de pescadores de fora, ambos devendo estar em dia com a colônia de pesca de Novo Airão, que é o município mais próximo ao parque, e ter carteira de pescador regularizada. Essa medida visa não excluir os moradores da geração de renda decorrente da pesca comercial na área.

O setor três corresponde à área do alto Unini; apesar de ficar definido que nesta área seria praticada apenas a pesca esportiva na modalidade *pesque-e-solte*, como no momento em que o acordo de pesca foi negociado, só existiam duas operadoras envolvidas no processo, a Amazon Voyage e a Liga de Ecopousadas do Amazonas, não foi estipulado o número de operadoras que seria permitido no terceiro setor, nem o critério de escolha das mesmas.

Observamos terem ocorrido novas configurações dos grupos de interesse no rio Unini em função do estabelecimento do acordo de pesca. As oito comunidades do Unini sempre tiveram posições diferenciadas em relação à presença de operadoras de pesca esportiva. A principal razão disso é que elas historicamente sempre foram diferencialmente favorecidas pela presença das mesmas no rio. Verificando o mapa de localização das comunidades, observamos que as comunidades mais próximas do local onde as operadoras de pesca esportiva atuam são Vista Alegre, Floresta e Manapana. E as mais distantes são a Democracia, Lago das Pedras e Terra Nova. A comunidade do Tapiira, que é entre elas atualmente a mais populosa fica bem em seu médio curso, acima da comunidade Democracia e abaixo da Comunidade Manapana.

As comunidades do baixo e do médio Unini, mais distantes do local onde é praticada a pesca esportiva tendiam a não apoiar esta atividade, ou serem indiferentes a ela nas arenas de discussão até então colocadas, principalmente pelo fato de não obterem vantagens nem diretas nem indiretas com as mesmas, como por exemplo doações, favores no primeiro caso ou empregos, no segundo caso, segundo relatos de informantes.

Posteriormente ficou estabelecido, em reuniões da Associação que os benefícios concedidos às comunidades em forma de apoio do setor de pesca esportiva deveriam ser equânimes entre todas as comunidades, e não apenas entre aquelas situadas mais próximas ao empreendimento, no alto curso do rio Unini, nesta fase, na qual a AMORU passou a ser a principal mediadora do interesse dos moradores, as expectativas estavam mais em função do cumprimento ou não dos compromissos firmados entre a AMORU e os empresários de pesca esportiva, que teoricamente iriam reverter benefícios iguais a todas as comunidades, por intermédio da Associação. Nessa época em que a AMORU foi a interlocutora privilegiada, a localização das comunidades no rio passou a ser pouco expressiva para definir o apoio ou não das comunidades, uma vez que todas receberiam partes equânimes de possíveis contribuições das operadoras, através da AMORU.

O acordo bilateral estabelecido entre as duas operadoras de pesca esportiva e os moradores definia algumas compensações financeiras a estes, em troca de algumas exigências, entre elas, o apoio exclusivo a essas duas operadoras e o comprometimento dos moradores em não pescar em nas áreas próximas aos locais em que estão estabelecidas, em troca de um auxílio financeiro pago diretamente à AMORU anualmente pelas operadoras.

No entanto, dois meses depois do acordo de pesca ter sido formulado e oficializado, surgiu um outro empresário de pesca esportiva que até então não tinha pronunciado seu interesse.

Com este cenário configurado pós-estabelecimento do acordo de pesca, houve uma nova clivagem entre os grupos de interesse formados pelas comunidades do rio Unini, principalmente em razão do apoio ou não às operadora que já estavam no rio e à outra que se instalava agora.

O grupo das comunidades do baixo Unini apoiavam a nova operadora em vias de se estabelecer no rio. Esse apoio deve-se ao fato do empresário, Marco Aurélio, ter feito propostas e promessas ao pessoal dessas comunidades, enquanto que comunidades do alto Unini apoiavam as operadoras já estabelecidas no rio, principalmente pelo fato de serem beneficiados com empregos e eventuais favores.

No entanto, com a possibilidade de entrada de mais uma concessionária no rio, as operadoras que já estavam estabelecidas se sentiram lesadas e entenderam que se tratava de uma quebra contratual, e que portanto não deveriam pagar à associação dos moradores o valor que tinham anteriormente estipulado. Prometeram 90.000 mil reais no primeiro ano e pagaram 25.000 mil reais à AMORU em 2005.

Outro fator que contribuiu para o rearranjo das relações de poder entre as comunidades é que o presidente da AMORU, João Evangelista, começou a utilizar empréstimos das operadoras de turismo em benefício próprio, comprando produtos para regatear no rio. Além disso, João também substituiu os membros da diretoria da Associação numa reunião que não ocorreu muito às claras, vários membros da antiga diretoria disseram nem ter sido chamados para esta reunião de mudança da diretoria.

As medidas autoritárias tomadas por João podem indicar, por um lado, que possui muito carisma junto aos moradores, que mesmo não sendo muito coniventes com suas ações o mantém como presidente da Associação de moradores. Por outro lado, pode ser um indício de declínio de legitimidade da própria AMORU como entidade representativa dos moradores em períodos em que não há uma necessidade explícita de interlocução com atores externos. Por fim, pode ainda ser indício da tradição política paternalista da região, herdada dos patrões de seringa e coronéis de barranco.

Sobre a proposta de Resex, Daniel Borges do IBAMA comenta que o projeto dependerá de dinheiro de projetos, citando como exemplo Mamirauá. Em suas palavras:

> *A coisa nunca anda por ela mesma. Aí sabe o que acontece, os funcionários do IBAMA acabam virando funcionários das associações, porque não tá capacitado o suficiente pra poder gerenciar o próprio recurso. Então eu vejo isso em muitas unidades por aqui. A galera trabalha pra caramba, mas não trabalha pro órgão que ta pagando ele não, e começa sem querer a fazer paternalismo, gerenciar recursos. Gente, pega um cara aí que entende, manda o cara fazer um curso básico, rápido, vai passando a bola pra turma, gente (...) Tem que ter autonomia, não tem jeito. Se vai ficar mandando funcionário a vida inteira pra trabalhar pra eles? Entendeu? Fica muito problemático, muito problemático. E as coisas...pela velocidade pra conseguir dinheiro...olha quantos projetos. Eu tenho projetos, eu tenho na reserva, mas qual que ta dando certo?* (Daniel Borges, em entrevista à autora e à Eliana Creado, em agosto de 2005).

Sobre a implantação da RESEX, muitos moradores acreditam que os moradores aumentarão o seu poder de atuação e autonomia, como por exemplo Levi:

> *Com a criação da Resex, é claro, aí a gente vai ter muito mais poder (...) Não, o hotel está atuando na área. Eles tem licença para trabalhar lá. Eles não são dono de nada. Eles estão atuando dentro da RDS do Amanã e numa área pública que nós estamos transformando em RESEX. A partir do momento em que nós transformar em Resex, nós vamos ter todo o poder e direito de dizer se queremos eles lá dentro, ou não, de geleiros, de qualquer pessoa que venha de fora. A RESEX é como se fosse uma reserva indígena. Os índios é quem diz: eu quero ou não quero e pronto.(...) quando a gente tiver construindo o plano de manejo da RESEX a gente já vai tá pensando no manejo da madeira, no manejo de peixe, no manejo de tudo (...) então nós queremos fazer um plano de manejo do turismo também. E a gente pretende, eu tenho idéia, e até meus companheiros mesmo na diretoria, a gente fala a mesma coisa, de mais tarde a gente fazer um projeto pra nós mesmos de executar lá o turismo ecológico. A gente não pensa em trabalhar a pesca esportiva, não, a gente pode fazer convênio com alguma empresa para*

trabalhar lá na RESEX, mas a gente tá pensando mais na questão do turismo ecológico, que é mais tranquilo, não vai mexer com nada dos recursos naturais, e a gente pode tá lá, a gente pode tá recebendo os grupos para fazer visitação e ganhando o nosso trocado (Levi, em entrevista à equipe de pesquisa em julho de 2005).

4.5. O PAPEL DO IPAAM NO NOVO CENÁRIO NEGOCIATÓRIO

Acompanhando a ação interventora do IPAAM, que é o órgão licenciador ambiental no âmbito estadual, notamos que o mesmo tem papel central na definição dos rumos das operadoras de turismo no Unini.

O novo empresário de pesca esportiva que tenta se estabelecer no Unini, Marco Aurélio, ainda não está regularizado no IPAAM, de modo que permanece sem autorização legal de funcionamento, embora a sua nova concessionária tenha já se instalado fisicamente no rio: ele construiu um rancho, uma espécie de quiosque, escadas e andaimes de madeira em trecho da margem direita do terceiro setor do rio Unini, área da reserva de desenvolvimento sustentável de Amanã, cuja terra é de dominialidade estadual. Todavia, a licença oficial de funcionamento depende de aprovação do órgão estadual licenciador, o IPAAM.

Em conversa com as funcionárias responsáveis pelo setor de licenciamento pesqueiro, Raimunda Nonata e Josely Bezerra Macedo, falamos sobre a possibilidade de regularizar a situação para o citado empreendedor de pesca esportiva interessado em estabelecer-se no Unini, e, de acordo com nossa conversa tudo indica que o órgão licenciador, o IPAAM, por elas representado, até o presente momento não vê razões para liberar a licença de funcionamento.

Argumentam que não irão conceder as licenças porque as instalações estão em terra, área do Estado, na margem direita do rio, argumentam também que no momento das negociações do acordo de pesca essa outra concessionária não participou do processo e então não deveria ter direito, uma vez que não teria arcado com os custos organizacionais das reuniões desse processo em que os outros empresários envolvidos tiveram.

O empresário, Marco Aurélio, no momento de nossa conversa, tentava, pela segunda vez, licenciar sua atividade no rio. Citamos abaixo sua carta de requerimento, que contempla suas intenções de trabalho social no Unini, como parte da solicitação de licença de operação no rio, indeferida pelo IPAAM em primeira instância e por ele reencaminhada. Citamos trechos abaixo:

> *Prezado presidente do IPAAM,*
> *O objetivo desta é solicitar - conforme entendimento verbal com V. As. – a reconsideração do indeferimento exarado no ofício IPAAM/DT/N. 458/05 de 31 de maio de 2005 pelas razões que passo a expor para análise e reconsideração:*
> *Projeto Social para as Comunidades do Rio Unini*
> *O empreendimento em tela, além de visar a total preservação e proteção do meio ambiente (...) visa, também, um trabalho conjunto de médio e longo prazo, no sentido de promover, através da destinação de percentuais de recursos provenientes da operação da pesca esportiva (...) tais ações serão adotadas em consonância com as necessidades das comunidades do Rio Unini, representadas pela AMORU- Associação dos moradores do rio Unini, e serão escolhidas e definidas pela própria comunidade, através de reuniões em cada vilarejo, para que seus moradores discutam e sugiram o que melhor e mais prioritário para atender às suas necessidades. Quando as ações sociais propostas assim o exigirem, será solicitada a presença dos órgãos governamentais das três esferas para que se pronunciem, como de praxe tem acontecido no rio. O empreendimento com este projeto pretende contribuir com sua parcela de responsabilidade social e trazer aos moradores do rio obras que possam resultar em melhoria nas condições devida dos ribeirinhos.*
> *Entre outras ações enumero:*
> *1. gerar emprego aos moradores do Unini;*
> *2. capacitar tais moradores nas áreas afins, ligadas à hospedagem e guia de pesca;*
> *3. promover nas comunidades e aos interessados curso de inglês voltado ao propósito especial de atender ao cliente estrangeiro, especialmente ao norte americano;*
> *4. instalar bomba para elevar ao nível dos moradores, através de tubulação e tanque com capacidade de 1000 litros;*
> *5. adquirir materiais para as professoras (...) de corte e costura; (nosso empreendimento já ofertou uma máquina de costura Singer, tecido, botão, elástico e linha à comunidade de Terra Nova com ótimos resultados);*
> *6. fornecer combustível para os geradores, bem como assistência no reparo destes;*
> *7. transportar (...) os produtos dos ribeirinhos para Novo Airão ou Barcelos em período e frequência a serem combinados para transporte de carga e passageiros;*
> *8. servir de elo de ligação para promover o contato das comunidades através da AMORU com órgão como a SEPROR para estudos a fim de incentivar a criação de peixe em gaiola, não só para comercialização e promoção de sustento das famílias envolvidas, mas também para promover em conjunto com os órgãos pertinentes, (IPAAM e IBAMA) o reforço nos lagos próximos das comunidades de espécies de peixes já em perigo de extinção ou a introdução de espécies novas (...)*

9. interagir com outras organizações não governamentais no sentido de incentivar medidas que visem um melhor destino aos dejetos domésticos,tais como: biodigestor, fossas sépticas e educação ambiental a iniciar-se na escola comunitária;
10. incentivar a criação de minhocas para a obtenção do húmus para comercialização e/ou uso em hortas comunitárias;
11.promover a criação de pequenos animais domésticos e a plantação de milho (...)Outras ações de caráter educacional poderão ser implementadas conforme se fizerem necessárias e sempre de comum acordo com os comunitários e os órgãos governamentais pertinentes.
Sr. Presidente, reforço ainda o meu ponto de vista de envidar todos os esforços no sentido de preservar e proteger, por todos os meios, os recursos ambientais disponíveis (...) mostrando aos nossos clientes (em sua grande maioria estrangeiros), que temos, na proteção e preservação de nossos recursos naturais, grande respeito e que dedicamos a tais recursos nossa maior prioridade.
Quanto às comunidades do rio Unini, prestamos, como empreendedor, nosso respeito e nosso compromisso de promover por meio de ações concretas, a melhoria da qualidade de vida de seus moradores.
Sendo o que nos apresenta para o momento e face às razões expostas acima e na certeza de que não faltará na análise deste o alto espírito público que norteiam as decisões de V. As., apresento meus protestos de estima e apreço e peço deferimento ao pleito ora solicitado (Requerimento enviado pelo empresário Marco Aurélio Gomes da Silva ao IPAAM , registrado como processo N° 0164/T/05, no IPAAM, em 03 de agosto de 2005, Manaus).

A seguir trataremos dos conflitos envolvendo o IPAAM e a nova operadora de pesca esportiva interessada em estabelecer-se no rio Unini. O empresário Marco Aurélio, cujo interesse em estabelecer atividades nas cabeceiras do Unini foi posterior ao estabelecimento do acordo de pesca deste rio disse-nos que está tendo problemas em conseguir licença para suas atividades. Ele afirma, no entanto, que no texto do acordo de pesca não há nenhum impedimento legal para o estabelecimento de novas operadoras na área que foi designada para este fim nas cabeceiras do rio Unini.

As técnicas do IPAAM Nonata e Josely responsáveis pelo licenciamento pesqueiro no rio falam sobre o procedimento de licença de atividades pesqueiras no Unini. Ambas não apoiam a entrada do novo empresário, e dizem que a licença também depende da avaliação das propostas de retorno à comunidade local. Em suas palavras:

(...) No tempo, a gente diz se alguém tem interesse, traz os documentos e a gente analisa. Mas aí vai chegar um momento que não vai dar mais né. Por exemplo, tem dois, e com os mesmos recursos agora tem mais uma, três. Então é a melhor forma de fazer isso, porque a gente tem que respeitar que o recurso é limitado. Não pode

deixar todo mundo aqui no rio. Por isso que é importante essa parceria, pra eles verem que tem um custo o financiamento também, pra ver que não é só levar, tem que deixar também (...)
Os tucunarés têm que descansar, né, afinal de contas (...) *Agora é muito interessante você abordar isso de reserva de mercado, eu fico muito à vontade pra te dizer o seguinte: Barcelos é super democrático. É uma porcaria lá. Ta uma bagunça lá. E outra coisa. Democrático pra quem, pra aquele que traz tudo, que entra, que deixa só lixo, pobreza e um monte de coisa lá, e vai embora e não ta nem aí, aí ce me desculpa, pra esses não tem que ter democracia não, tem que ter porrada, tu ta entendendo, e muita. Porque ce imagina, o cara ta aqui em Manaus, nunca nem sequer se preocupou com o pessoal lá da região.Vai lá, leva tudo de Manaus, leva turista, pesca, abusa e vai embora. Não tem compromisso com nada* (Nonata e Josely, em entrevista à autora, Beatriz Mendes e Eliana Creado em agosto de 2005).

Destacamos ainda como problemas da relação pessoal estabelecida entre a técnica do IPAAM, Josely, com João Queimado, interferem expressivamente no rumo das negociações, e na postura institucional em relação à autorização ou não da entrada de novos empresários e de intermediar as negociações. Segue abaixo trecho de relato. Ela argumenta também sobre acordo de pesca e conflitos envolvendo associação de pescadores comerciais de Novo Airão que a prefeitura deste município não se posiciona, fato que interfere no processo de discussão da entrada de uma nova concessionária de pesca esportiva no rio Unini:

(...) Vamos dizer, criar um prédio da AMORU. Lá também o João não é democrático, com as comunidades, tu me desculpa, mas ele é um coronel de barranco lá. Se o João fosse democrático, ele dizia, gente, vamos receber vinte e cinco mil, o que que nós queremos com esses vinte e cinco mil? Mas não, ele levanta o dedo e berra com todo mundo. A última vez que eu tive lá eu disse: mulheres, batam neste homem, deixa o marido de vocês assistindo isso aí. Por que pêra aí, um homem que tá mandando (...) Também não conduz democraticamente. Como ele também queria excluir uma comunidade diz que não queria que aquela comunidade recebesse dinheiro. pera aí gente, isso também é errado. (...) A grande verdade era que era diferente. Eles ofereciam para a comunidade cem mil reais para não ter um pescador comercial lá dentro, principalmente pesca esportiva. Você está me entendendo? Eu acho que é uma questão institucional. O prefeito que precisa chegar lá e defender seus munícipes. Onde é que você solta a rede pra pescar (...) Eles não vão esperar que a gente aqui vá lá, que a gente não consegue saber que que a população local lá quer. Não adianta a gente comprar uma briga porque na verdade a prefeitura não se preocupa em olha, vamos correr, negociar (...) E é uma coisa que a gente, que eu não posso dizer nada porque eu não conheço muito Novo Airão. Conheço e tenho algumas opiniões pessoais. Tanto que eu digo, que é uma questão muito mais da prefeitura local. Ela que não se posiciona porque para ela é muito interessante ver uma briga entre Estado, governo federal e a população, e quando na verdade ela é gestora, ela que tem que puxar,

que ir atrás (Nonata e Josely, técnicas do IPAAM, em entrevista à autora, Beatriz Mendes e Eliana Creado em agosto de 2005).

Perguntada sobre autonomia dos moradores para decidir sobre operadoras de turismo no rio Unini, Josely diz ser favorável à autonomia decisória dos moradores, no entanto, acrescenta que desde que isso seja condicionado à exclusão da participação de João Queimado, presidente da Associação de moradores, que ela considera ter uma representação não legítima no rio.

> *(...) o João sempre barganha pra ele. Desde que não seja passando a perna nos outros (...) então infelizmente a gente vê que as comunidades não estão organizadas o suficiente para dividir isso de uma forma igualitária. É uma coisa que fica muito difícil da gente controlar.*
> *Então, o que que eles pressionam pra gente, que o peixe tá acabando, e a nossa função é ver se este recursos lá continue pelo menos estável, né. Comunidade, pesca esportiva, pesca comercial, todo mundo assim quer a sua parte, quer o seu retorno, e na verdade ninguém é Jesus Cristo pra fazer multiplicar, o que tem lá é aquilo mesmo e tem que se conformar com o que tem, pra administrar o que tem.*
> *(...) só pra ti ter uma idéia, para o empresário minha filha, é muito mais interessante não ter compromisso com ninguém. Ele chegar aqui, pescar e dane-se o mundo. Você está entendendo? Tem gente que acha um absurdo ter que colaborar, ter que dar compensação financeira, quando ele entra no rio, pesca e manda ainda o caboclo ir à merda, tá entendendo.*
> *Então, é muito mais interessante fazer isso. E tem mais. Eles acharam que o acordo de pesca não ia sair porque eles desarticularam muito: não vamos, não vamos, não vamos. Na hora que ele saiu, ah, não fomos convidados. Temos provas que foram (...) só tem que a pesca esportiva é destinada ao setor três, pesque-e-solte. Agora, estas pessoas estavam com a gente na construção do acordo, colaboraram e tudo. Agora tem uma terceira pessoa que oficialmente fala que quer entrar, mas o que vale é o pedido oficial, que é quando a gente diz o que tem que ser feito pra poder entrar lá, né* ((Nonata e Josely, em entrevista à autora, Beatriz Mendes e Eliana Creado em agosto de 2005).

Em relação ao que a lei determina para o caso da concessão ou não de novas concessionárias de pesca esportiva no rio, Josely diz o seguinte:

> *O que a lei determina em relação ao Marco Aurélio. Ele fez lá e disse que está dentro do setor três. Não tem problema. O senhor tem. Me traga o título definitivo ou similar de que essa terra aqui é do senhor. De posse disso, o IPAAM legaliza o empreendimento do Dr. Marco Aurélio (...) agora você imagina que o órgão chamado IPAAM resolve legalizar a vida do professor ilegal. Aí ela vai ter três problemas. A possibilidade de ter aí uma reserva extrativista que ta sendo criada; e que se Marco Aurélio estiver lá com documento do IPAAM dizendo que ele é posseiro, quando ele sair de lá, ele vai querer ser indenizado. Então, não vamos trazer pra gente um problema, que na verdade não é nem dela nem de ninguém.*

Ele ta esses anos todos e não conseguiu esse documento de terra. Então ele é um posseiro, ele chegou lá e se apossou (...) No início, tava as duas empresas. Elas têm licença especial porque a gente sabe que elas estão indo para lá. Mas se uma terceira empresa quiser também operar lá, pescador particular pode, mas só que a gente vai discutir nesse grupo de trabalho, então é isso que a gente ta marcando pra terça feira, reunião pra discutir que tem uma terceira pessoa querendo entrar e a gente vai discutir (...) E a gente tá fazendo uma outra questão. Tentando colocar o professor Marco Aurélio pra sentar com os outros empresários, porque os outros empresários , existem alguns custos operacionais que eles patrocinam, cê entende? Então o doutor Marco Aurélio tem que ta disponível também de desembolsar uma quantia pra pagar a pesquisa no setor dois, que é pesca comercial, no setor um, que é pesca esportiva o diagnóstico que eles vão fazer no setor um que é onde as comunidades, né, que também tem custos, né, e a compensação financeira que o pessoal destina lá pras comunidades, tudo é muito bilateral e por exemplo, uma outra coisa que eles acordaram no acordo é que pagariam as diárias do pessoal do batalhão ambiental, conforme o Estado paga, eles também pagariam (...), e a prefeitura de Barcelos pagaria essas diárias. Então tem custos né, que o professor Marco Aurélio precisa conhecer e precisa chegar lá, nós não sabemos os custos, então porque que a gente tem a preocupação de colocar o Marco Aurélio pra conhecer estes custos. Pra que ele saiba, que ele entra, ele conhece os custos e faz uma proposta. A gente vai deixar o professor Marco Aurélio fazer a proposta dele para o grupo todo, né (...) Mas eu particularmente não gostaria que o João viesse discutir pelas comunidades do Unini. Que ele trouxesse o Levi, o Edmilson, aí sim, ele é bem vindo, agora sozinho não, ele e o grupo dele que só faz o que ele faz. (...) Depois que a gente veio do Unini, daquela reunião lá que ela viu, a última, aí a gente assinou um acordo de cooperação técnica, que foi o IPAAM, a prefeitura de Barcelos, polícia militar e IBAMA. A gente reuniu várias vezes pra ver o que que a gente ia fazer quanto à fiscalização, monitoramento, essas coisas, né ((Nonata e Josely, técnicas do IPAAM, em entrevista à autora, Beatriz Mendes e Eliana Creado em agosto de 2005).

A versão do próprio Marco Aurélio para a concessão de licença para que ele possa atuar no rio é a de que ele pretende ceder a base em terra que construiu irregularmente, segundo o IPAAM, à pesquisa, e pretende montar um flutuante, que por ser sobre a água, não esbarra no mesmo impedimento legal. Em suas palavras:

(...) então, o IPAAM me solicitou a possibilidade d'eu considerar em (...) ceder ou alugar ou vender esses dois galpões que eu tenho lá pra colocar o centro de pesquisa. Eu achei a idéia ótima. Que eu tenho um flutuante próprio pra subir, eu não subi ainda porque eu tô brigando com a licença, não vou subir pra lá, chega lá não pode trabalhar, não pode trabalhar, eu vou descer de novo. Então eu já tenho o flutuante pronto pra faz tempo já (...) não era bem pra isso não, mas já tá quase pronto pra isso, né (...) porque poderia deslocar pra locais mais apropriados, e deixar esse centro que é fixo pra pesquisa, pra fiscalização, pra (...) pessoal pesquisador ficar lá um mês, dois meses, lá tem (Marco Aurélio, em entrevista à autora, Beatriz Mendes e Eliana Creado em agosto de 2005).

Na opinião de Daniel Borges, o processo de licenciamento pesqueiro da nova concessionária de pesca esportiva interessada em se estabelecer no Unini passa por um conflito institucional; ele argumenta que o IPAAM, órgão de licenciamento pesqueiro estadual, não se comunica com o IBAMA, órgão federal, por exemplo. Citamos trecho de seu relato a esse respeito:

> *(...) A cargo do IPAAM, sabe, eu não estou querendo entrar neste mérito, não. Porque ali é reserva estadual, nós estamos falando RDS de Amanã. Por isso que eu falo que se compra muito discurso neste estado, essa zona franca verde, eu não tenho o menos medo de falar isso nem gravando, é uma grande balela.*
> *Isso é uma venda de discurso do sustentável pelo sustentável, pra favorecer pescador, esportivo que montou hotel lá, ah, eles vão melhorar a vida da comunidade (...) melhorou de algum lugar até hoje? Você entendeu? Então a gente tem que ter muito cuidado com as coisas que são vendidas. Teve uma apresentação aqui agora, recentemente, do plano de combate ao desmatamento do governo do Estado do Amazonas. Foi apresentado trabalho do IBAMA. Pergunta quantas pessoas o governo do Estado tem no interior? Nenhum funcionário. Nenhum funcionário do IPAAM está fora da cidade de Manaus.Então como que eles tem um plano de desmatamento interior gente?*
> *Se tiver seis fiscais no IPAAM, é muito, nós que temos cinqüenta e seis não damos conta, entendeu? Agora as coisas que acontecem de maior impacto, quem é o responsável? É o IBAMA, né. Ce quer ver uma coisa que ta acontecendo que nós vamos ter problema dentro de um certo prazo? O luz para todos. Já está tendo problema sério o pessoal da SEDEMA. Que é secretaria municipal do meio ambiente, certo? O cara simplesmente não tem levantamento de nada,nunca veio no IBAMA, conversar com ninguém, estão entrando nas unidades municipais pagando a população para cortar madeira para fazer poste, abrindo ramais sem licenciamento, sem nada, os fiscais da secretaria municipal foram lá e embargaram a atividade, agora a população está achando que a SEDEMA não quer deixar a luz chegar para a gente, porque foi isso que o pessoal falou. Não vamos colocar luz pra vocês mas porque a secretaria municipal do meio ambiente não está deixando. Péra lá né gente. Vamos colocar as coisas a limpo. Nós não estamos deixando porque ta fazendo tudo errado. Tá cortando Acoaricoara sem ter autorização para corte, né. O IBAMA apreendeu três carregamentos de Acaricoara do luz para todos. Aí olha só o IBAMA que cruel, eles não vão deixar vocês receberem luz. Gente tem que respeitar a legislação...Se a coisa ta errada, eu sou executor, vai lá pro ministério do meio ambiente brigar lá pra fazer força pra mudar a lei. Aí, beleza, eu aceito tudo. Mas enquanto for ilegal, eu não posso, eu to prevaricando se eu não fizer(...) então é complicado, porque você que ta trabalhando, que tá fazendo alguma coisa, você vira foco. É o que a gente fala pros vereadores em Novo Airão. Por que que vocês não vão trabalhar e para de implicar com quem ta trabalhando, né. Uma coisa muito interessante que aconteceu em Novo Airão é que a gente ia pra lá nos debates na câmara municipal de vereadores, eu falava que não era debate, era combate. Eu vou lá pro meu combate de hoje. Enfiava o dedo na cara da gente, pegava aqueles canudos de mapa, olha aqui, a quantidade de unidade de conservação, aquela confusão* (Daniel Borges, em entrevista à autora e à Eliana Creado, em agosto de 2005).

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
CÉSAR LATTES
DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÃO

Ainda a respeito do poder decisório do IPAAM para conferir ou não licença para uma nova operadora atuar no rio, há fortes indícios de que exercem uma política de apoio às operadoras que contribuem com recursos financeiros para a fiscalização da área e que têm propostas mais consistentes junto aos moradores do rio, pressupostos que não deveriam basear a ação desse órgão, por fugirem de sua competência. Em segundo lugar, também não cabe ao IPAAM selecionar a operadora com base na que tiver melhores propostas para as comunidades. Isso é tutela. Os moradores possuem uma organização legítima que permite que eles mesmos negociem suas parcerias de acordo com o que eles próprios julgarem mais conveniente, por meio de um processo decisório dentro da própria AMORU, mesmo que seja conflituoso, deve ser um processo independente de outros sujeitos.

O IPAAM justifica por um lado a sua ação interventora junto às operadoras de pesca esportiva, que transcende o seu papel institucional de licenciar ou não a atividade, com base nas determinações legais, no caso, o acordo de pesca do rio Unini. No entanto, é interessante observar que os fatores apontados por essa instituição como impedimento à instalação da nova concessionária não estavam estabelecidos no acordo de pesca, abrindo espaço para possíveis arbitrariedades do órgão em relação a essa questão.

Em razão do setor de pesca esportiva não ser organizado, não ter uma associação, a mediação entre eles ficaria a cargo do IPAAM, segundo nos disseram técnicos desse próprio órgão, que, no momento da nossa visita, estava articulando um encontro entre as concessionárias já estabelecidas e a que queria se estabelecer, a Liga de Ecopousadas do Amazonas, Amazon Voyage e a nova operadora do empresário Marco Aurélio. O que também foi dito é que a operação envolve dinheiro, cerca de dez mil reais por mês é destinado ao IPAAM, e que essa nova operadora deveria estar disposta a contribuir financeiramente com esses custos operacionais.

O IPAAM argumenta que, além dessa questão financeira, outro problema que impediria a entrada da nova concessionária seria o fato dela ter feito instalações em

área do Estado, sem ter nenhum documento de propriedade ou posse da área que justificasse essa ação,e que, por essa razão, estaria irregular.

Por outro lado, vemos isso como uma estratégia política para impedir legalmente a operação, uma vez que as demais operadoras estabelecidas no rio têm licença pelo fato de terem suas acomodações em flutuantes, e, como o rio é público, não há impedimento legal para isso. Possuem também uma pista de pouso, na margem que foi feita na área de uma antiga comunidade do rio de nome São Lázaro, que teria sido esvaziada rapidamente em contraditórias versões oficiais e não oficiais de um surto de meningite no local.

Os flutuantes de pesca esportiva lá estabelecidos na época compraram a terra da comunidade, pagando 500 reais a cada morador, que, alarmados pela secretaria de saúde de Barcelos, saíram às pressas da área contaminada. Essa história é muito controversa. Em algumas versões, a prefeitura de Barcelos é apontada como a mentora da saída das pessoas do rio, para facilitar a instalação dos hotéis, e oficialmente, para diminuir os custos da área de saúde, incumbida de dar assistência às comunidades do rio Unini, sendo a comunidade de São Lázaro a mais distante em relação às demais comunidades atendidas.

O fato é que os recibos de compra da posse da terra da comunidade de São Lázaro feitos pelos flutuantes de pesca esportiva agora estão funcionando como documento legal para justificar as instalações na área, apesar de que, por se tratar de posse de benfeitoria e não de documento de propriedade, eles também estão em situação fundiária irregular, de modo que este não deveria ser um critério do IPAAM para impedir a regularização da nova operadora de turismo.

O IPAAM interfere também diretamente na instalação ou não de concessionárias no rio pelo fato de influenciar intencionalmente a relação entre as mesmas e as comunidades. Diz que interfere dessa maneira por entender que os moradores não têm experiência e são facilmente ludibriados por propostas inviáveis que a nova concessionária venha a fazer, por exemplo. Por outro lado, a relação que técnicos estabelecem com os moradores influencia na maior ou menor participação destes últimos nos processos de tomada de decisão.

Esse modo de tomar decisões do IPAAM pode ser interessante para pensar quem deve julgar ou conferir a representatividade do presidente da Associação de moradores, João Evangelista. Cabe indagar se, por mais bem intencionado que possa ser, se esse é o papel da instituição. Quem deve julgar ou conferir a representatividade do presidente da AMORU não seria os moradores associados?

Se o principal papel da associação é a organização de interesses em disputa dos moradores para negociar com atores externos, as iniciativas deveriam ocorrer destes mesmos atores, e o IPAAM, por vezes, exclui os moradores do processo exclui os moradores do processo em algumas situações específicas que lhes caberia participar, como a decisão ou não de colocar uma nova operadora no Unini, com a alegação de que isso dificulta e alonga a negociação com os outros atores.

Transcrevemos abaixo um trecho de entrevista com o intuito de elucidar melhor o agir político do IPAAM, por meio de suas ações técnicas. Na entrevista, indagamos às funcionárias responsáveis pelo setor de licenciamento pesqueiro, se elas consideram democrática a atitude desse órgão de assegurar o direito à exploração da pesca esportiva de duas concessionárias que já estavam no rio no momento do estabelecimento do acordo de pesca em detrimento de outras operadoras que venham a querer se instalar no rio, já que o acordo de pesca apenas definiu a área em que a atividade deveria ser praticada, mas não o número de operadoras ou usuários desta classe de uso. A resposta nos dá indicadores sobre o agir político deste órgão, na figura dessas funcionárias:

> *(...) agora é muito interessante você abordar isso, eu fico muito à vontade pra te dizer o seguinte: Barcelos é super democrático. É uma porcaria lá. Tá uma bagunça lá. E outra coisa. Democrático pra quem, pra aquele que estraga tudo, que entra, que deixa só lixo, pobreza e um monte de coisa lá e vai embora, não tá nem aí, aí você me desculpa, pra esses não tem que ter democracia não, tem que ter porrada, tu tá entendendo? E muita. Porque você imagina, o cara tá aqui em Manaus, nunca nem sequer se preocupou com o pessoal lá da região. Vai lá, leva tudo de Manaus, leva turista, pesca, abusa e vai embora. Não tem compromisso com nada.*
> *(...)agora deixa eu te falar uma coisa (...) E tu achas que o acordo de pesca partiu de quem, dos moradores ou da gente? Dos moradores (...)as comunidades preferiram fazer um acordo bilateral com eles, nós não tivemos nada a ver com isso, tá entendendo.O quanto eles resolveram um só foi lá e negociou e depois que ele não ganhou nada ele achou que não vale (...) que, se vocês não fizerem como nós estamos querendo – nós é quem, uma pessoa só? Ou nós é o Unini todo? Porque na pesquisa que a gente tem feito, três comunidades abaixo não*

concordaram, né. Então as três abaixo, que um deles não foi beneficiado, exprime individualmente não vai concordar então. Ou você vai me beneficiar, ou o Marco Aurélio vai pescar aqui dentro. Imagina, isso não tem sentido. Isso aí é barganhar individualmente, é querer fazer tudo em causa própria (...)
As comunidades dizem que, no final das contas compravam as coisas no mesmo preço com o João, e o João dizia que aquilo não era da AMORU, era dele, particular. (...) Lá também o João não é democrático com as comunidades, tu me desculpa mas ele é um coronel de barranco, lá. Se o João fosse democrático ele dizia: gente, nós vamos receber vinte e cinco mil, o que que nós queremos com esses vinte e cinco mil? Mas não, ele levanta o dedo e berra com todo mundo. A última vez que eu tive lá eu disse, mulheres, batam neste homem. Deixa o marido de vocês assistindo isso aí. Porque espera aí, um homem que tá mandando(...) Também não conduz democraticamente. Como ele também queria excluir uma comunidade (...) (Nonata e Josely, em entrevista à autora, Beatriz Mendes e Eliana Creado em agosto de 2005).

No trecho citado da entrevista, uma das críticas do IPAAM em relação ao agir comunitário dos moradores do Unini é o fato de terem repartido por família o dinheiro doado pelos operadores de pesca esportiva, que poderia ser melhor empregado se utilizado coletivamente, na opinião de Josely Macedo.

Acerca da atuação da AMORU, ao que parece, são as situações que definem os engajamentos comunitários, principalmente em relação a negociações com outros atores e quando as comunidades necessitam de um mecanismo que lhes garanta um acesso equânime a possíveis benefícios advindos de negociação com atores externos, a figura da Associação parece ganhar peso e seu papel de interlocução com atores externos parece se sobrepor às disputas de interesses internas à Associação, entre as comunidades e entre os membros da associação.

Ao que parece, o momentâneo esvaziamento de poder dessa associação que por vezes observamos não é um indício do desmanche mobilizatório no rio Unini, mas de que na nova conjuntura; pós-acordo de pesca, houve um rearranjo dos grupos de interesse locais, e de suas relações com os demais sujeitos em negociação por seus interesses. Não se trata, portanto, de um recuo, ou de um retrocesso organizativo, mas de novas configurações e rearranjos de grupos de interesse no rio que reeditam o papel organizacional da AMORU internamente.

Em nossa entrevista com Marco Aurélio, ele nos indicou o que considera ser demandas locais dos moradores bem como comentou a sua visão sobre a situação em curso:

> *(...) no primeiro momento, o que aconteceu? Eu tive a impressão, aí eu faço um comentário particular, né, de que havia, e claro que há, um conflito de interesse no rio, né, porque vai entrar uma pessoa nova e eles tão lá sozinhos, né. Então, eu pensei: "bom, o quê que eu posso fazer? Podia reunir com esse pessoal, conversar, ver o que pode fazer e tal. Se de fato não couber três pessoa[s] lá, eu vou pra outro lugar, não faço, eu não dependo disso, né". A minha idéia seria fazer, claro ganhar dinheiro porque sou empresário e tal, mas não pra (...) a custo de perturbar a vida de alguém. Aí eu comecei a perceber que eles* (os outros empresários) *estavam preocupados mais em (...) em vender o produto deles, que eu acho certo, né, mas a comunidade se ressentiu disso. Eu não sei se vocês sentiram isso, não comentaram isso com vocês? Porque eles prometeram, fizeram um acordo por escrito, não cumpriram o acordo, né. E no interior é o seguinte: se você não cumprir (...)Por quê? É até compreensível: eles dependem, eles não têm(...) recursos próprios, eles não têm onde recorrer, eles dependem dessas promessas mesmo, não tem jeito. A gente quer que seja diferente, mas não pode ser diferente. Então a operação aqui, na realidade, não sei quantas pessoas comportam aqui, né. Mas é um estudo que tem que ser feito* ((Nonata e Josely, em entrevista à autora, à Beatriz Mendes e à Eliana Creado em agosto de 2005).

Interessante observar que pela informalidade da carta de intenções de retorno à comunidade proposto por Marco Aurélio, nada o obriga a cumprir as muitas o que propõe. Seguem suas intenções:

> *(...) tenho algumas coisas tipo um barco que raramente uso, né (...) saio com ele duas vezes, se sair, eu posso colocar a serviço da comunidade, desde que haja um planejamento: "olha, vamos fazer (...) o barco vai levar farinha do pessoal lá em Novo Airão pra vender, eh, de dois em dois meses, por exemplo, né, e levar o pessoal e tal". Desde que haja um planejamento pra que faça isso, não tem problema nenhum. Eles não têm esse tipo de apoio lá, seria uma outra opção que eu coloquei aqui, né. Ah... essas ligações com o governo, pra eles, isso é muito difícil, né, porque, a não ser em período de eleição, ninguém passa por lá, né. A idéia seria colocar esse pessoal em contato, o (...) presidente, o vice-presidente, o... presidente de comunidade, né, em contato com esses órgãos de governo que podem trazer pra eles algum benefício, que eu nem sei se existe, mas existe benefício pras comunidades do interior, né. Eu não sei que tipo, porque não é minha área, mas... podia ser, podia fazer uma semana de peregrinação pelos órgãos, ir atrás de recurso, o quê que eles podem fazer lá, né, pra proteger a área que eles tão lá, porque... o rio Unini a proteção dele se deve muito menos à preocupação do estado e muito mais pela distância, vocês perceberam isso? Vocês*

foram de barco? (Marco Aurélio, em entrevista à autora, Beatriz Mendes e Eliana Creado em agosto de 2005).

Em nossa entrevista com Marco Aurélio, ele nos indicou o que considera ser demandas locais dos moradores:

> *(...) achei interessante, montar uma instância de discussão que possa até acessar organizações não-governamentais que possam investir em cursos ambientais, em saúde, naquela região, fazer um posto médico e colocar uma placa solar pra iluminar, pra colocar uma geladeira (...) uma placa solar daquela custa o quê? Mil e quinhentos reais, por exemplo, mais um frigorzinho custa quatrocentos, quer dizer, com dois mil [reais] a gente pode ter proteção lá contra esse tipo de coisa. E não tem, né, se você for picado por uma cobra tem que colocar raiz do açaizeiro, não sei o quê, não sei o quê nem sempre funciona, né.*
> *A outra idéia era fazer um biodigestor simples, né (...) que não tem lá, você não encontrou lá nenhuma couve ou alface, porque eles não têm esse tipo de cultura, né. E pode ser implementada por uma ONG, por exemplo, fazer uma hortinha familiar ou comunitária, sei lá, todo mundo ajuda entendeu?*
> *(...) o húmus da minhoca, né (...) colocar em cada comunidade um minhocário, por exemplo, pra adubar essa horta. Coisas desse tipo (...) ao lado desse tipo de coisa, promover essa criação de animais pequenos pra, inclusive, pra ovos que as crianças (...) criança daquela por exemplo comendo (...) a mãe no café da manhã (...) Vocês viram que não tem nem mesa nas casas?* (Marco Aurélio, em entrevista à autora, Beatriz Mendes e Eliana Creado em agosto de 2005).

Marco Aurélio nos descreveu a lista de demandas da comunidade, elaborada por ele, que considera prioritárias e que ele pretende fazer propostas de ação. Transcrevemos trecho de sua carta de intenções:

> *(...) Eles comem no chão, né, comem no chão. É um tipo de (...) o que pode também ser (...) ser: "olha, vamo[s] trabalhar também na parte de higiene pessoal, tal, vamo[s] fazer uma mesinha rústica aqui com quatro cadeirinhas (...) Que é ruim comer no chão, você pisa no chão, aí você come no chão"... Quer dizer, esse tipo de (...) de higiene básica, que eles não têm, né. Daí você evita o quê? Verminoses, essas coisas toda[s] (...) Isso não é mais minha área, mas eu tô tendo uma idéia só (...) Ah, então são onze (...) onze propostas que eu fiz pra eles lá, que eu vou expor pro pessoal lá da comunidade* (Marco Aurélio, em entrevista à autora, à Beatriz Mendes, e à Eliana Creado em agosto de 2005).

É interessante observar que as propostas de Marco Aurélio parecem estar bem desconexas em relação às demandas das comunidades, como por exemplo, a sua proposta de incentivar a criação de minhocas para uso comunitário em hortas, lembrando ainda que os moradores parecem não ter hortas por não apreciar o

consumo de hortaliças. Consideramos que de modo geral as propostas do empreendedor demonstram desconhecimento das demandas locais.

Se por um lado, temos razões para duvidar da viabilidade dessas propostas e do interesse dos moradores por elas, por outro lado, também é verdade que no acordo de pesca não foi definido o número de concessionárias que seriam permitidas para a prática da pesca esportiva no rio, só foi estipulada a área na qual essa atividade seria permitida, nomeada de setor três, como é possível visualizar na figura 3 que indica os setores de pesca.

Uma das indagações acerca do processo organizativo dos moradores é se os moradores do PARNA Jaú seriam capazes de formular uma proposta de permanência para fazer frente ao processo desapropriatório em curso. No entanto, talvez seja mais elucidativo mudar as bases dessa questão, recolocando-a em termos de uma avaliação de seus resultados processuais, ou seja, do valor da experiência mobilizatória em si mesma.

Tudo indica que, de forma global, esse processo mobilizatório representou um avanço rumo à consolidação de experiências democráticas e participativas, com a criação da AMORU. Vale destacar a positividade deste processo de organização dos moradores com vistas ao estabelecimento de normas de uso em relação aos recursos naturais, tanto no sentido de possuir um alto potencial emancipador em relação aos sujeitos nele envolvidos, principalmente os moradores, quanto nas possibilidades de promover estratégias adequadas à conservação.

Ressaltamos ainda que tão importante quanto à vivência de arenas de negociação entre atores não-locais e locais, a experiência de negociação de conflitos e estratégias de ação entre os próprios atores, é o processo de consolidação desse campo de negociação referente a regras de usos comum.

Uma das perspectivas de se pensar os conflitos inter-moradores acerca do estabelecimento de normas que restringe as atividades pesqueiras por parte dos geleiros seria muito mais inteligível em termos de um conflito de temporalidades, entre a manutenção de necessidades urgentes, com a renda obtida pela venda de peixes aos geladores, mas também pelas aspirações futuras, possíveis somente

através do estabelecimento de formas de controle de uso desses recursos para viabilizar o processo de formulação de uma proposta de permanência na área.

O processo de construção de uma proposta legal para fazer frente ao processo desapropriatório em curso no PARNA Jaú ilustra como o estabelecimento de formas sustentáveis de uso de recursos dependem dos arranjos sociais e dos acordos comunitários estabelecidos para tal objetivo.

A compatibilidade entre presença humana e conservação de ecossistemas em áreas de proteção integral surge então muito mais como uma questão da forma como se dá essa relação entre homem e ambiente do que da natureza intrínseca dessa relação.

Ressaltamos ainda que as dificuldades enfrentadas na elaboração de uma proposta de permanência dos moradores do PARNA Jaú baseada em formas sustentáveis de uso de recursos pode então ser recolocada em termos das dificuldades para o estabelecimento de novas relações sociais, indicando o nexo entre mudanças sociais e mudanças nas relações com o ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os moradores possuem estratégias de uso múltiplo de recursos, que os recursos explorados, como caça, pesca e cipós possuem disponibilidades diferenciadas ao longo do ano e que o conjunto dessas práticas, associadas à agricultura, caracteriza a sua estratégia de subsistência.

A agregação em comunidades está associada à busca pelo acesso a serviços sociais e à rota dos regatões, para poder comerciar seus produtos, principalmente a farinha, tendo sido historicamente estimulada pela igreja e pela FVA. Observamos um padrão de deslocamento entre os moradores no sentido alto curso para médio e baixo curso dos rios Jaú e Unini.

Os locais de moradia comumente são escolhidos em função da maior disponibilidade de recursos e acessibilidade aos regatões e à rota de vizinhos.

Considerando que o Parque é gerido através de um convênio de cooperação técnica com a FVA desde 1993, e que a relação entre IBAMA e FVA passou por diferentes momentos, mas, de um modo geral, evoluiu de uma situação de pouco diálogo para uma parceria efetiva entre estes órgãos, apesar das divergências institucionais e pessoais que marcaram alguns momentos dessa relação quanto à forma de conduzir a presença humana no parque.

A interpretação dos moradores sobre a atuação da FVA no parque é bastante heterogênea. Há os que consideram a entidade uma aliada na luta por permanência e melhoria de vida dentro do parque e há os que consideram que a FVA faça uma espécie de trabalho de espião das suas atividades. Além de ter sido responsável pela elaboração do Plano de manejo do Parque, a FVA atua localmente na mobilização, organização política e difusão de técnicas e alternativas de baixo impacto junto aos moradores.

Quanto às estratégias de sobrevivência dos moradores, observamos que uma das atividades mais marcantes na região é o plantio de mandioca e a produção de farinha, que é consumida localmente e também comercializada principalmente por meio dos regatões. O vínculo com o mercado define a relação temporal dos moradores com essa atividade que, além de gerar a farinha para consumo doméstico, deve gerar excedente para aquisição de produtos manufaturados ou industrializados.

Observamos que o esquema de roça de mandioca também permite uma certa organização do produtor, que define sua produção em função do preço de mercado da saca de farinha, e em função do tempo, da mão de obra disponível, do dinheiro que necessita e de outras atividades complementares que desenvolve constantemente para manutenção do grupo doméstico.

Observamos mudanças nas estratégias de sobrevivência a partir da criação do parque.

Por muito tempo, após o término do ciclo da borracha, os moradores do Jaú praticaram a venda de quelônios, mantas salgadas de pirarucu, peles de onça e carnes de animais silvestres valorizadas, sendo esta uma importante fonte de renda. Com o tempo, a redução da grande fartura de animais fez com que esta atividade deixasse de ser tão atrativa como fonte principal de renda.

Além da redução progressiva do estoque de animais pelos anos seguidos ao constante abate, um outro empecílio à prática generalizada de caça comercial foi a implantação do parque. Passou a ser mais arriscado e mais trabalhoso praticar caça comercial na área, pela ameaça constante do sistema coercitivo coordenado pelo IBAMA.

Apesar de ter sido reduzida sobremaneira, a prática não deixou de ocorrer na área do parque, como percebemos através dos relatos de flagrante de contrabando apreendido pelo IBAMA, tendo sido desenvolvida em muitos casos, por moradores ou ex-moradores hoje residentes no município de Novo Airão.

A prática da agricultura da mandioca centrada na produção de farinha para venda aos poucos passou a ser a principal atividade de subsistência dos moradores do parque e se estruturou no período posterior ao abandono da prática da extração da seringa e posterior implantação do parque.

Observamos também que, em muitos casos, a atividade agrícola é abandonada de modo definitivo ou sazonal quando há oportunidade mais rentável e que exija menos esforço, em atividades ilícitas ou não. Atividades nesta situação são a prestação de serviços dos moradores para pescadores comerciais, guia de barcos – clandestinos ou não- e ainda a retirada de cipós, madeira, caça e outros produtos da floresta para comercialização.

Verificamos que a opinião dos moradores tanto em relação à atuação da FVA quanto em relação ao IBAMA é muito heterogênea e está em grande medida relacionada às atividades econômicas praticadas, além de seus projetos e expectativas em relação ao futuro.

Assim, moradores que ainda hoje praticam a caça ou outra atividade clandestina declaram opinião negativa em relação ao IBAMA: *o Ibama humilha a gente.*

Além de observarmos a freqüente mudança da atividade econômica central praticada para outras atividades por vezes mais impactantes, como a pesca comercial e contrabando de caça, também observamos alguns casos de mudança de atividades dos moradores, da agricultura para outras atividades, tais como guia de ecoturismo, pelas mesmas razões apontadas, como menor esforço físico e maior remuneração.

Observamos um notável exemplo neste sentido: um dos maiores caçadores do rio Jaú tornou-se guia, depois de ter sido preparado pelos próprios técnicos do IBAMA, e passou a atuar como guia de grupos turísticos visitantes de uma trilha no interior da mata.

Além de mudar sua atividade econômica central, este morador mudou radicalmente seu discurso sobre o IBAMA que, de opressor passou a ser visto como aliado.

Entre as opiniões que destacam o lado positivo da criação do parque, muitos apontaram a volta da fartura dos animais e peixes.

Em relação às opiniões negativas sobre o parque, muitos apontaram a humilhação de ter suas embarcações e residências revistadas, ter que dar satisfações sobre seu "ir e vir", sendo quase *prisioneiros no paraíso.*

Quanto à informação de que a área era parque, muitos dizem ter tomado conhecimento disso quando foram pegos em flagrante transportando madeira ou outros materiais proibidos para serem vendidos no município mais próximo.

Notamos que a opinião positiva da *autoridade* está na base da relação respeitosa e subserviente que muitos moradores estabelecem com os técnicos do IBAMA.

De acordo com essa visão paternalista encontrada principalmente no rio Jaú, *o trabalho das autoridades é abençoado,* a autoridade só quer o bem do povo, portanto o questionamento das regras está fora de cogitação, e não há a compreensão de que elas derivam da vontade coletiva.

Observamos também que a relação entre moradores e IBAMA apresenta expressivas diferenças ao longo do tempo, dependendo de quem estava *na ponta*, ou seja, dos agentes do IBAMA que estavam interagindo com os moradores.

O apoio dos moradores ao sistema coercitivo dependem portanto do tipo de relação que possuem com o IBAMA, e, entre os que apóiam, geralmente ela se manifesta através de esquemas de denúncia por radiofonia.

Uma outra heterogeneidade notada foi em relação às suas expectativas quanto ao futuro, ao que pensam da vida no parque e na cidade.

Muitos preferem a vida do interior, ressaltam que não gostariam de migrar para cidade por apreciar o sossego do interior, ou ainda por julgar elevado o custo de vida na cidade e com uma moralidade duvidosa para criar os filhos: *na cidade, fica galeroso, vira tudo bandido e vagabundo.*

Há, por outro lado, os que nutrem forte desejo de mudar de vida, ir para cidade, por apreciar a vida urbana, para tentar serviço mais leve, maior escolaridade e oportunidades de melhorar de vida.

Por outro lado, observamos que, nem sempre a permanência no interior e a manutenção de atividades tradicionais é uma escolha. Pois aceitar esta situação é a única possibilidade de ser reconhecido como um sujeito portador de direitos pela burocracia.

Quanto às diferenças da situação social encontrada nos rios Unini e Jaú, apontamos que a mais expressiva delas refere-se à organização política. No rio Unini, há uma associação de moradores formalizada desde 2002, enquanto que no Jaú a organização se dá entre famílias, vizinhos ou alguns moradores com interesses convergentes.

A partir da observação de situações de ação nos dois rios, é possível pensar nas diferenças entre os tipos de organização dos moradores, ao invés de concluir rapidamente que no Unini os moradores são mais organizados ou mobilizados que no Jaú.

Na verdade, trata-se de entender as organizações em função dos objetivos pretendidos pelos moradores, e das dinâmicas escolhidas por eles no Jaú e no Unini.

Observamos que a Associação dos moradores do Unini é uma organização adequada às situações de negociação surgidas neste rio. Como vimos houve disputas entre as comunidades pelo apoio de empresários de ecoturismo, pela prática da pesca comercial no rio, pela elaboração de uma proposta de Resex, além do estabelecimento de um acordo de pesca formal no rio.

Já no rio Jaú, outros objetivos eram objeto de disputa já que havia uma outra configuração de interesses entre os moradores, envolvendo outras estratégias de negociação e resolução

de conflitos: ali ainda há fartura de caça em comparação ao Unini, ainda há muito contrabando, escoado principalmente por ex-moradores, mas também por alguns atuais moradores.

Outros moradores cuja atividade central é a agricultura, denunciavam as ações de contrabando, com o fim de manter a fartura local e estabelecer uma relação de aliança com o IBAMA.

Os moradores que apoiavam o IBAMA e denunciavam práticas de contrabando não raro eram os mesmos que não apreciavam o modo de vida urbano e pretendiam permanecer na área do parque, de preferência para sempre ou o máximo de tempo possível. Os técnicos do IBAMA, por sua vez, na possibilidade de manter esses moradores que mantêm fortes relações de apoio às ações fiscalizatórias do IBAMA na área do parque. A forma cogitada seria através de empregos na própria conservação do parque.

Ainda quanto à situação verificada no Unini, vimos que o caminho da institucionalização de um acordo de pesca no rio não inaugurou as restrições de uso e acesso sobre os recursos pesqueiros, mas foi a melhor estratégia apresentada ao grupo de moradores politicamente dominantes no rio, organizados através da AMORU, pois lhes parecia a possibilidade de negociar com vantagens com os empresários de pesca esportiva atuantes no rio e formular uma proposta de RESEX que tivesse legitimidade, graças à sustentabilidade de recursos pelos moradores da área em questão.

Verificamos por fim que, se no rio Jaú as opções das famílias giravam em torno de *ficar* ou *partir,* no Unini a possibilidade de se organizar para penetrar o sistema político abriu uma possibilidade diferente não apenas neste rio, mas a todos os moradores do Parque, implantando um outro padrão de ação.

Buscamos com esta pesquisa entender de que maneira ocorrem processos de transformações sociais em áreas protegidas, em específico no Parque Nacional do Jaú, procurando verificar quais fatores influenciam este processo, e de que modo ação e sistema influenciam-se mutuamente, focando nossa atenção nas interações entre os moradores, funcionários do IBAMA e da FVA e nas situações de ação envolvendo esses sujeitos.

Verificamos que os modos de ação dos moradores frente à suspensão de direitos imposta pela criação do Parque dependem das contingências e dos objetivos pretendidos pelos sujeitos da ação.

Enfim, esta pesquisa contribuiu para comprovação da utilidade do enfoque teórico de Elionor Ostrom para tratar da questão dos *commons*, dos dilemas da ação coletiva e da teoria de jogos para o caso específico do Parque Nacional do Jaú.

Cabe ainda um comentário sobre a presença humana em unidades de conservação restritivas. Pelo que vimos, a viabilidade dos objetivos conservacionistas nessas áreas está estreitamente ligada ao fortalecimento político e econômico da parcela de moradores cujos planos convergem para os objetivos de conservação, bem como a criação de alternativas para que outros moradores que ainda mantém estratégias de sobrevivência impactantes na área do Parque possam ver, no alicerce do conservacionismo, uma estratégia de sobrevivência atraente no presente e no futuro.

O PARNA JAÚ EM IMAGENS

FOTO 1- A BASE DO IBAMA NA FOZ DO RIO CARABINANI

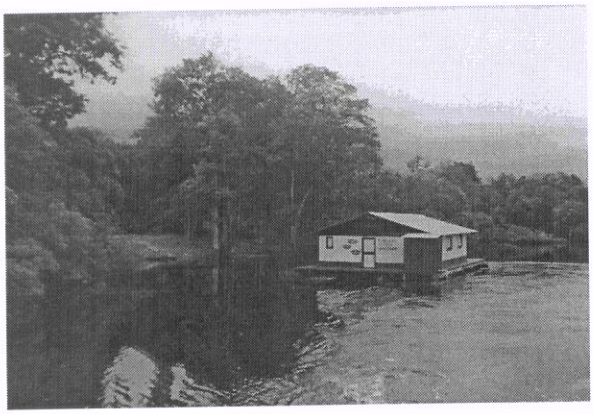


FOTO 2 - UMA DAS BASES DE PESQUISA DA FVA, NO RIO JAÚ

FOTO 3 - COLHEITA DE MANDIOCA

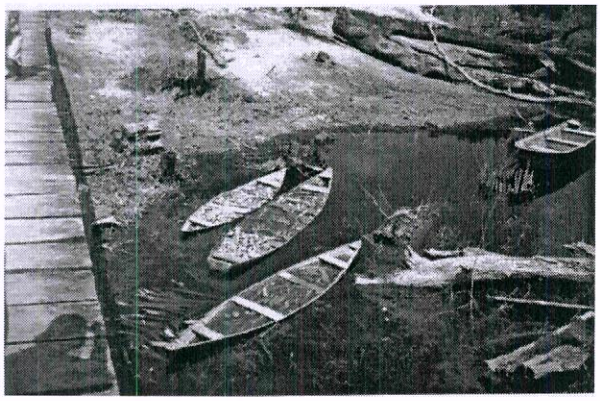


FOTO 4 – MANDIOCAS SÃO DEIXADAS DE MOLHO

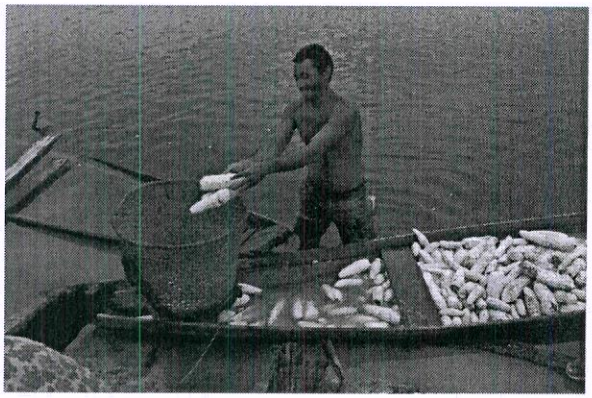


FOTO 5 - LAVAGEM DA MANDIOCA APÓS DESCASCAGEM

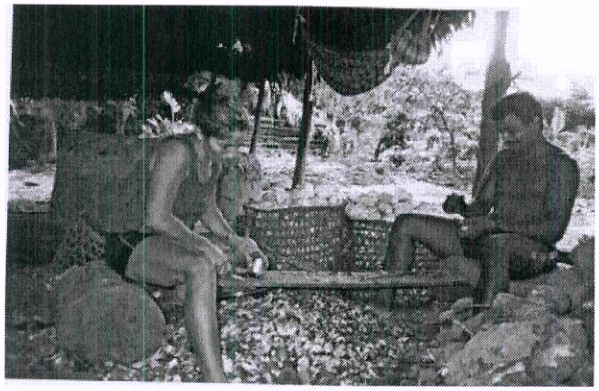


FOTO 6 - LENI E ZÉ PRETO DESCASCAM MANDIOCA

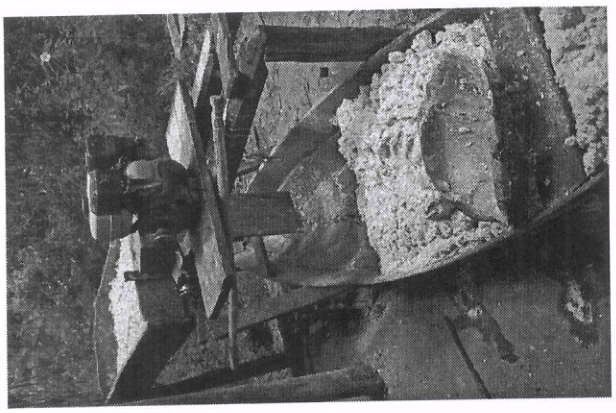


FOTO 7 - MANDIOCA RALADA

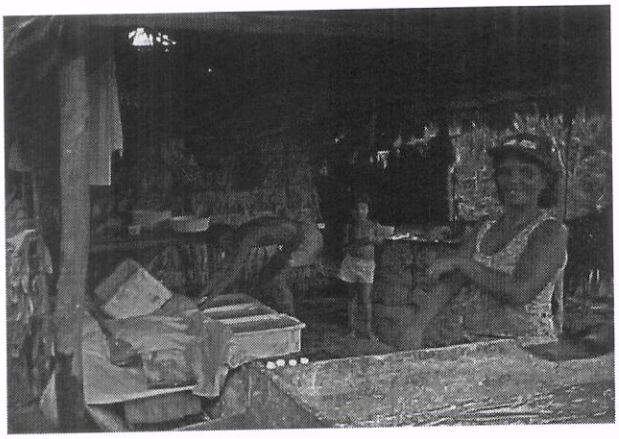


FOTO 8 - APÓS SER RALADA, PARTE DA MANDIOCA É DEIXADA DE MOLHO

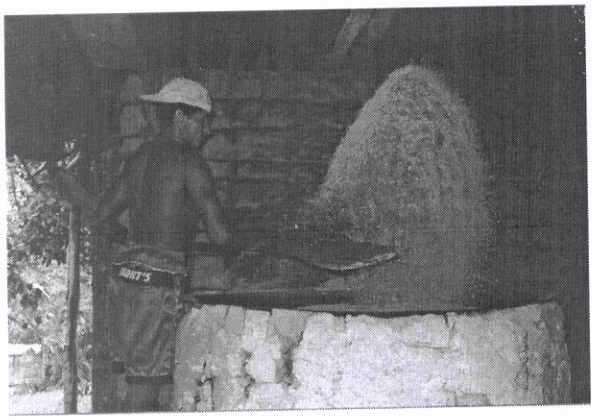


FOTO 8 - FEITURA DE FARINHA

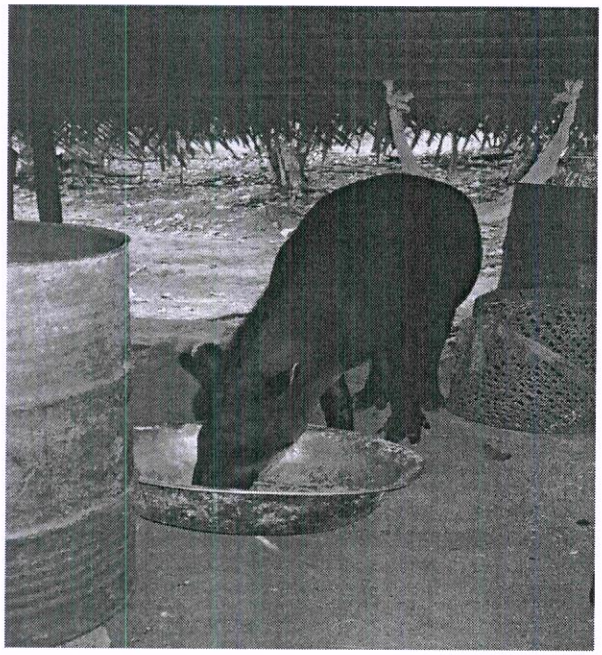


FOTO 9 - ANTA DE ESTIMAÇÃO

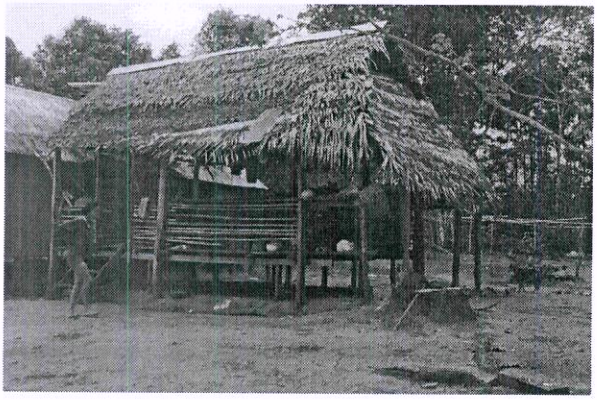


FOTO 10 - MORADIA COM TELHADO DE PAXIÚBA E ASSOALHO ELEVADO TIPO PALAFITA

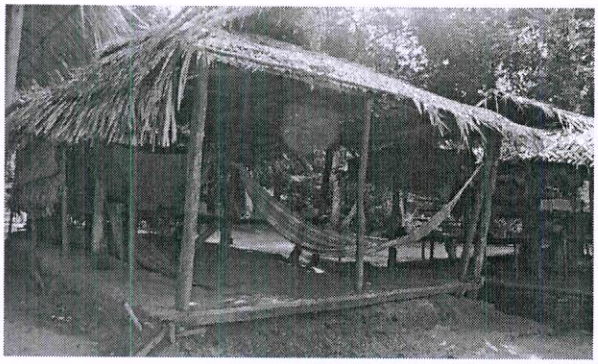


FOTO 11 – MORADIA COM ASSOALHO DE TERRA BATIDA

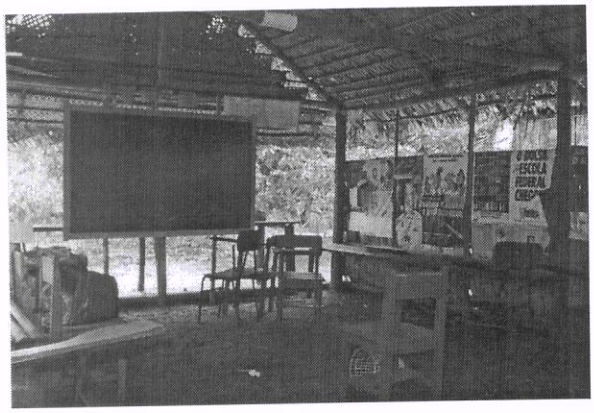


FOTO 12 – ESCOLA NO JAÚ

FOTO 13 – SEU ERASMO, LAERTE E NETO LIMPANDO ÁREA DE ROÇA

FOTO 14 – QUELÔNIO PARA O ALMOÇO

FOTO 15 - PROXIMIDADE DA ÁGUA EM RELAÇÃO À UMA MORADIA DURANTE ÉPOCA DA CHEIA

FOTO 16 – DISTÂNCIA DA ÁGUA DURANTE ÉPOCA DE ESTIO

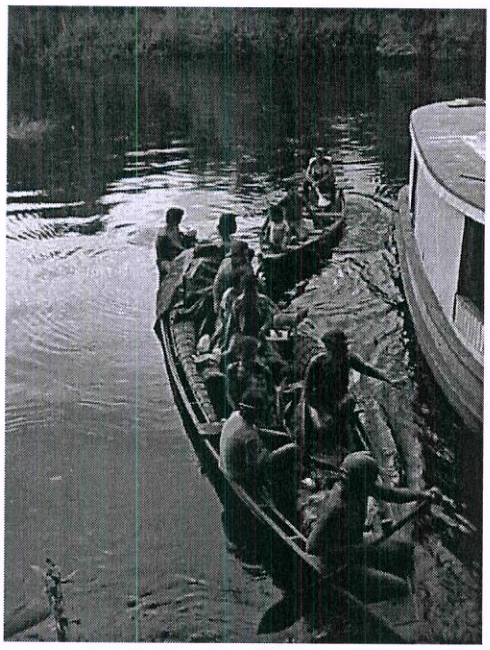


FOTO 17 – MORADORES DO TAMBOR APROVEITAM BATELÃO PARA ESCOAR PRODUÇÃO DE CIPÓS

FOTO 18 – ASPECTO DA COMUNIDADE TERRA NOVA NO RIO UNINI

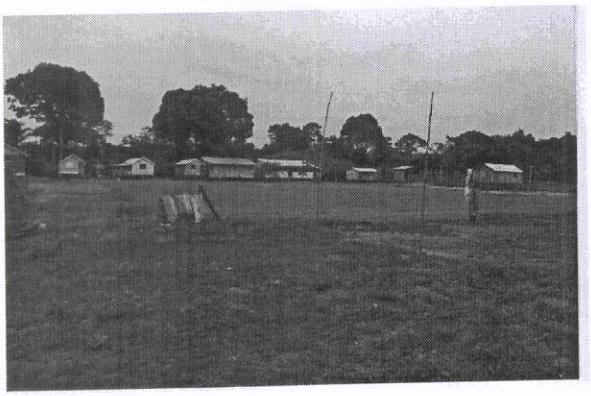


FOTO 19 – ASPECTO DA COMUNIDADE DEMOCRACIA NO RIO UNINI

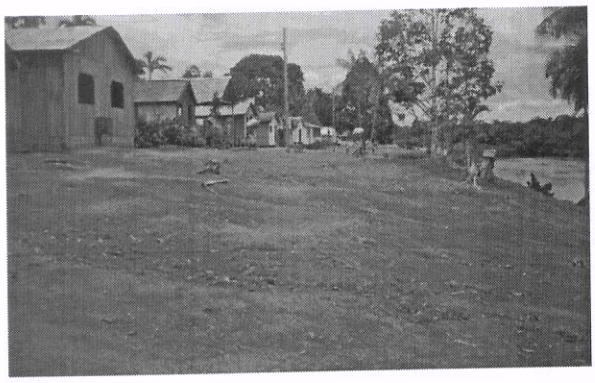


FOTO 20 – ASPECTO DA COMUNIDADE TAPIIRA NO RIO UNINI

FOTO 21 – ASPECTO DA COMUNIDADE LAGO DAS PEDRAS NO RIO JAÚ

FOTO 22 – ASPECTO DA COMUNIDADE FLORESTA NO RIO UNINI

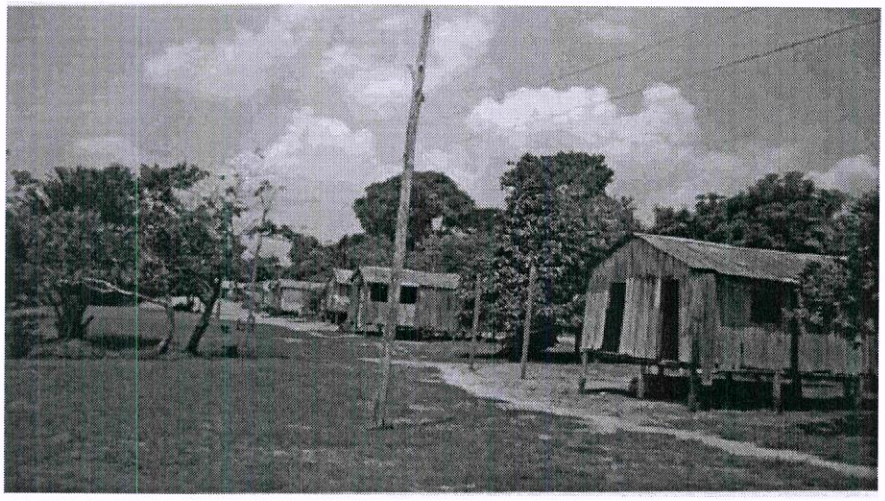


FOTO 23 – ASPECTO DA COMUNIDADE VISTA ALEGRE NO RIO UNINI

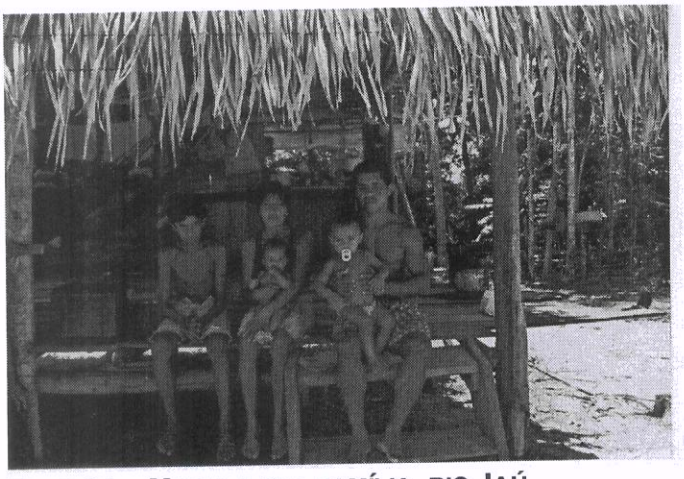


FOTO 24 – MARIA E SUA FAMÍLIA, RIO JAÚ

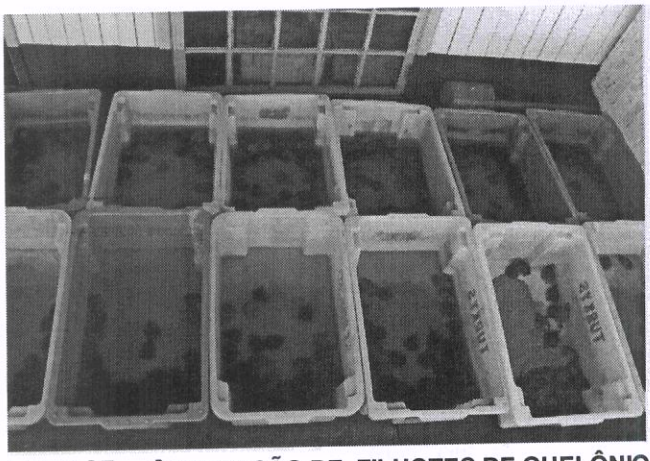


FOTO 25 – APREENSÃO DE FILHOTES DE QUELÔNIOS

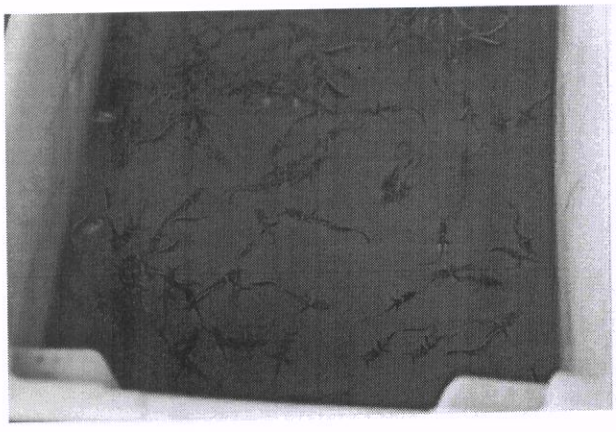


FOTO 26 – APREENSÃO DE FILHOTES DE ARUANÃ

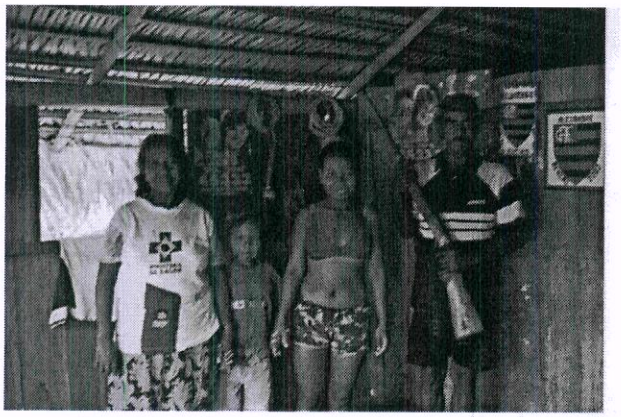


FOTO 27 – SEU CHICO, DONA MARTA E FILHOS – COMUNIDADE TAPIIRA

FOTO 28 – BATELÕES ATRACADOS NAS MARGENS DE VISTA ALEGRE, NO RIO UNINI

FOTO 29 – *NICINHA*

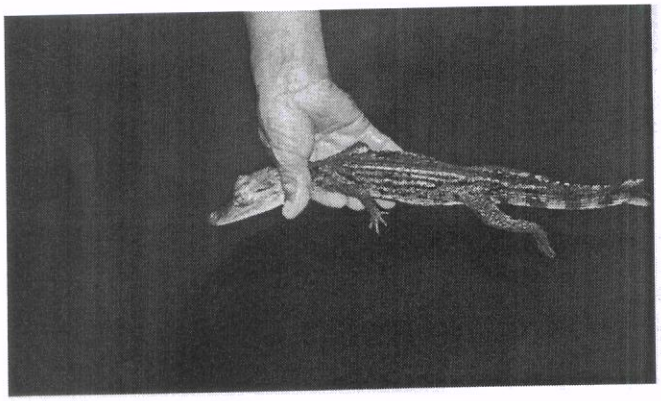


FOTO 30 – COMPANHEIRO DE MERGULHO NAS ÁGUAS DO RIO JAÚ

FOTO 31 – ACIDENTE COM UM *ENCANTADO* (BOTO COR –DE- ROSA)

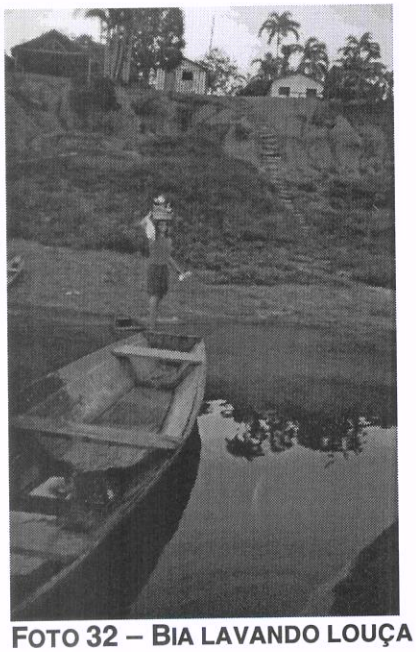


FOTO 32 – BIA LAVANDO LOUÇA

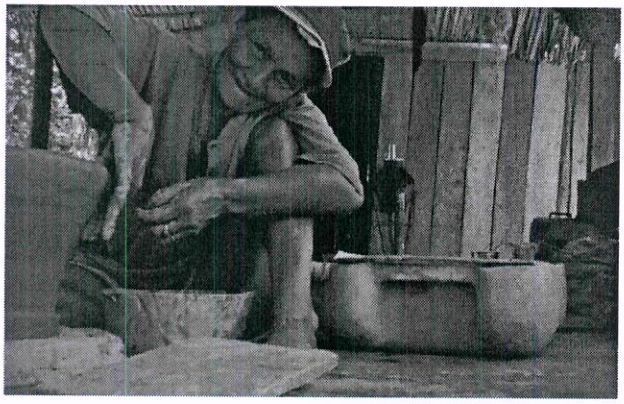


FOTO 33 – DONA ELIETE ESCULPINDO PANELAS DE BARRO

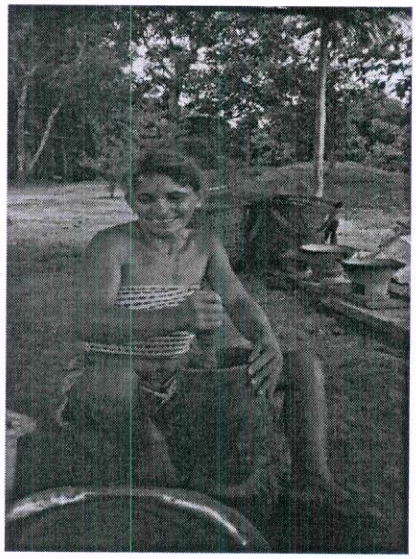


FOTO 34 – VALDETE PILANDO CARAIPÉ

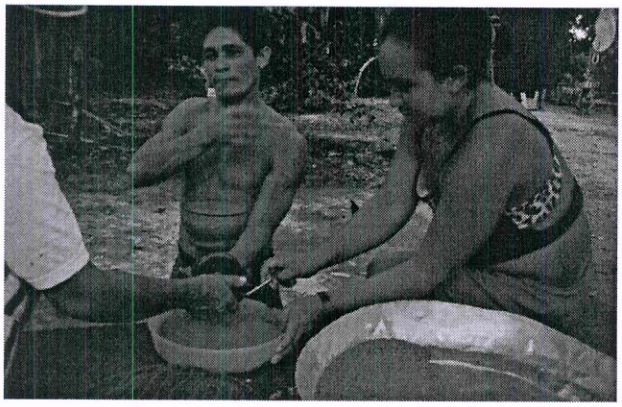


FOTO 35 – MARIETE E ANTÔNIO MOENDO URUCUM

FOTO 34 – VALDETE PILANDO CARAIPÉ

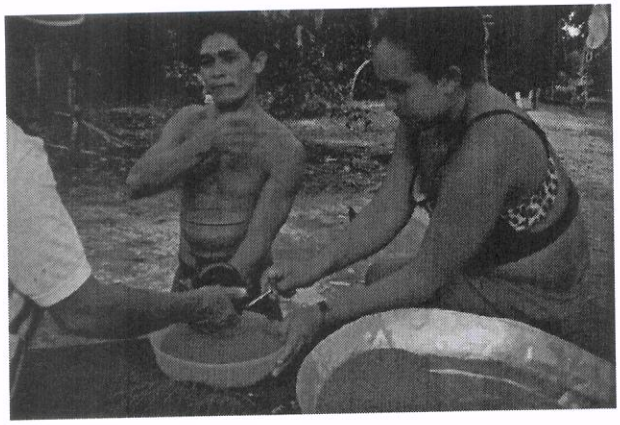


FOTO 35 – MARIETE E ANTÔNIO MOENDO URUCUM

FOTO 36 – JOGO NOS FINAIS DE TARDE NO TAPIIRA

FOTO 37 – MEMBROS DA AMORU COM EMPRESÁRIOS DA PESCA ESPORTIVA EM REUNIÃO NO IPAAM (2004)

FOTO 38 – DIRETORIA DA AMORU EM NEGOCIAÇÃO DURANTE VIAGEM PARA REUNIÃO DO ACORDO DE PESCA DO UNINI

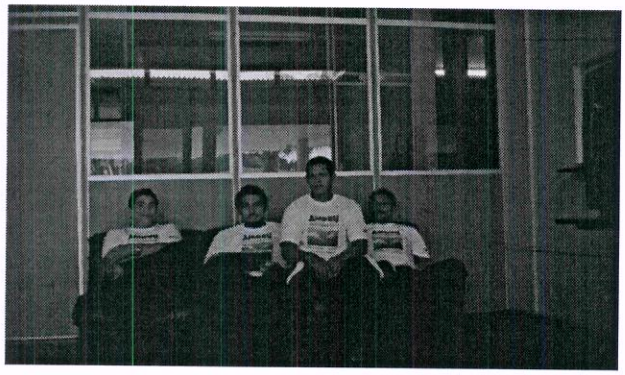


FOTO 39 - DIRETORIA DA AMORU AGUARDANDO REUNIÃO DO ACORDO DE PESCA NO IBAMA

FOTO 40 – DONALD CUTTER- EMPRESÁRIO NORTE AMERICANO QUE MANTÉM EMPRENDIMENTO DE PESCA ESPORTIVA NA REGIÃO DAS CABECEIRAS DO RIO UNINI EM VISITA AO TAPIIRA

BIBLIOGRAFIA

ABREU,M.J.P.de *Modos de vida, gênero e meio ambiente no Parque nacional do Jaú/AM.* Dissertação – Centro de Filosofia de Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, março de 2000.

_____. 1994. The Tragedy of the unmanaged commons. *Trends Ecol.* 9:199.

ADANS. C. 2000. Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental. Annablume e Fapesp. São Paulo. 336p.

ALLEGRETTI, M. 1989. "Reservas extrativistas: Uma proposta de desenvolvimento para a Amazônia". São Paulo em Perspectiva. São Paulo. SEADE. 3 (4).

ALLEGRETTI, M.A. 1994."Reservas Extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia".Em Ricardo Arnt. (org), *O Destino da Floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia.* Rio de Janeiro: Relume Dumará; Curitiba: IEA, Fundação Conrad Adenauer. pp. 17-47.

ALMEIDA, M. B. & CUNHA, M. C. 2001. *Populações Tradicionais e Conservação Ambiental.* in: Biodiversidade na Amazônia Brasileira: Avaliação e Ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios/ João Paulo Ribeiro Capobianco ...[et al].- São Paulo : Estação Liberdade: Instituto Socioambiental.

ALMEIDA, M. W.B. 1999. "Populações Tradicionais: Conceitos". Texto apresentado no seminário: Avaliação de prioridades de conservação na Amazônia. Macapá/AP.

ALMEIDA, M.W.B. & FRANCO, M.C.P. 2000. "A justiça local: caça e estrada de seringa na reserva extrativista do Alto do Juruá". *Anais da XXII Reunião Brasileira de Antropologia.* Fórum de Pesquisa: 3: "Conflitos Socioambientais e Unidades de Conservação". Brasília/DF.

ALMEIDA, O. 2004. "Acordos de pesca comunitários e exclusão do pescador comercial no Baixo Amazonas". *Anais do II encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ambiente e Sociedade.* 26 a 24 de Maio de 2004, Campinas, São Paulo.

ALVES, K. R.. 1991 "Uma Visão Geral das Unidades de Conservação no Brasil". Em Adriana Ramos e João Paulo Capobianco (orgs.) *Documentos do ISA,* n°1: Unidades de

Conservação no Brasil: aspectos gerais, experiências inovadoras e a nova legislação (SNUC). São Paulo: Instituto Socioambiental.

AMEND, S. & AMEND, T. 1992. "Habitantes em los Parques Nacionales: uma contradiccion insoluble?" In: *Amend, S. & Amend, T (org.). Espaços sin habitantes?* Parques Nacionales de América del Sur.

ANDERSON, A. & CLAY, J. (orgs). 2002. Esverdeando a Amazônia: comunidades e empresas em busca de práticas para negócios sustentáveis – São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF: IIEB- Instituto Internacional de Educação do Brasil.

ANDERSON, A.B. & IORIS, E.M. 2001. "A Lógica do Extrativismo: Manejo de Recursos e Geração de Renda por Produtores extrativistas no Estuário Amazônico" In: Diegues, A.C. & Moreira, A.C. 2001 (orgs.) 2001. *Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum.* Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP. São Paulo

ARNT, R. (ed.) 1994. *O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia.* Relume-Dumará, Curitiba: IEA, Fundação Conrad Adenauer. Pp. 17-47.

ARNT, R. A & SCHARTZMAN,S.1992. *Um artifício orgânico. Transição na Amazônia e ambientalismo (1985-1990).* Rio de Janeiro: Rocco.pp. 25-134.

BARRETO, F°, H. T. 2001. *Da Nação ao Planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na amazônia brasileira.* 536 p. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em antropologia-social, FFLCH, São paulo: Universidade de São Paulo.

BECK, U. 1992. *Risk Society Towards a New Modernity.* Sage Publications. London. Thousand Oaks. New Delhi.

BECK, U., GIDDENS, A. e LACH, S. 1997. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna.* Ed. Unesp. São Paulo.

BEGOSSI, A. & FERREIRA, L.C.1999. "Floresta e mar: usos e conflitos no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP." *Relatório Parcial.* NEPAM/UNICAMP,.Projeto financiado pela FAPESP, processo nº97/14514-1. Campinas.

BENATTI, J.H. 1997. *Levantamento fundiário do Parque Nacional do Jaú.* Manaus:mimeo. (IBAMA e FVA)

BENATTI, J.H. 1997. Presença Humana em Unidade de Conservação: um impasse científico, jurídico ou político? In: Biodiversidade na Amazônia Brasileira: Avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios/ organizadores João Paulo Ribeiro Capobianco [et al]. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto socioambiental.

BENATTI, J.H. 2000. Populações tradicionais e o manejo dos recursos naturais renováveis no parque nacional do Jaú: Uma análise jurídica. Brasília, XXII Reunião Brasileira de Antropologia. Fórum de Pesquisa 3: "Conflitos socioambientais e unidades de conservação".

BENTREY, A. 1949. *The process of government.* Principia Press.

BORGES, Sérgio Henrique et al. 2004. *Janelas para a biodiversidade no Parque Nacional do Jaú: uma estratégia para o estudo da biodiversidade da Amazônia.* Manaus: Fundação Vitória Amazônica.

BORN, Rubens Harry & TALOCCHI, Sérgio (coords.) Proteção do capital social e ecológico: por meio de compensações por serviços ambientais (CSA). São Paulo: Peirópolis; São Lourenço da Serra, SP. : Vitae civilis, 2002.

BOURDIEU, P. 1989. *O Poder simbólico.* Rio de janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel.

BRASIL, 2000. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Diretoria de Ecossistemas – DIREC. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação,* Lei n 9.985, de 18 de julho de 2000, Brasília.

BRITO, M. C. W. 1995. *Unidades de Conservação: Intenções e Resultados.* Dissertação de Mestrado em Ciência Ambiental, PROCAM/USP, São Paulo, 307 pp.

BUSH, M.B. 1994. "Amazoniam speciation: a necessarily complex model". Journal of Biogegraphy, 21:5-17

CAMPOS, S.V. 2001 Mudanças Sociais e Conservação Ambiental na Estação Ecológica da Juréia- Itatins: O caso do Despraiado. Dissertação de mestrado em Sociologia, IFCH/ Unicamp, Campinas. 254 pp.

CAMPOS, S.V. 2004. "Conflitos envolvendo o uso de recursos no Parque Nacional do Jaú: O caso do Acordo de Pesca no rio Unini". Campinas: 2004, 9p. Trabalho apresentado na XXVIII ANPOCS, 27 a 29 de outubro, Caxambú, MG.

CAMPOS, S.V. 2006a. A influência de Atores externos no Manejo de Recursos Naturais no PARNA Jaú. Trabalho apresentado no terceiro encontro da ANPPAS, 23 a 26 de maio de 2006, em Brasília-DF.

CAMPOS, S.V. 2006b. Uso de Recursos Naturais por Ribeirinhos do Parque Nacional do Jaú: Relato da Adoção de Práticas Intencionalmente Conservacionistas. Trabalho apresentado na XXV Reunião da ABA, 11 a 14 de maio, em Goiânia, GO.

CÂNDIDO, A. 1971. *Os Parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida.* Ed. Pensamento S/A São Paulo. 284p.

CAPOBIANCO J. P. & LIMA, A. (org.), 1997. "Mata Atlântica: avanços legais e institucionais para sua conservação". *Documentos do ISA,* nº 4, Instituto Socioambiental, São Paulo.

CAPOBIANCO J. P. & RAMOS, A. (org.), 1996. "Unidades de Conservação no Brasil: aspectos gerais, experiências inovadoras e a nova legislação (SNUC)". *Documentos do ISA.* Nº 01. São Paulo.

CAPOBIANCO, J. P. R. et al (orgs.) 2001. Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios – São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental.

CAPOBIANCO, J.P. 1994. "Experiências concretas de Nos na aformação de políticas ambientais; o caso da SOS Mata Atlântica. *Debates.* No. 3 Konrad Adenauer Sitftung.

CARDOSO, R. C. L. 1994 "A Trajetória dos Novos Movimentos Sociais", *in: Anos 90: Política e Sociedade no Brasil.*Org. Evelina Dagnino. São Paulo, Brasiliense.

CARVALHO et Al. Populações e Serviços Ambientais em Unidades de conservação de proteção integral: o caso do Parque Nacional do Jaú (Amazonas). IN: Born, Rubens Harry & Talocchi, Sérgio (coords.) Proteção do capital social e ecológico: por meio de compensações por serviços ambientais (CSA). São Paulo:Peirópolis; São Lourenço da Serra, SP.: Vitae civilis, 2002.

COHEN, P. S. 1970. *Teoria Social Moderna* . Tradução de Christiano Monteiro Oiticica. Zahar editores. Rio de Janeiro

CONSÓRCIO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA et ali. 1994. *Anais do III Seminário da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica*- Rio de Janeiro, 1993. Consórcio Mata Atlântica. São Paulo.

CORDELL J. 2001. "Marginalidade Social e Apropriação Territorial Marítima na Bahia". In: Diegues, A.C. & Moreira, A.C. 2001 (orgs.) 2001. *Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum.* Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP. São Paulo.

CREADO, Eliana Santos Junqueira. 2004. Rio Unini: a transformação de um rio em um 'Não-Lugar'. In: /IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação/. Anais: Vol. 1 – Trabalhos Técnicos. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza/Rede Nacional Pró Unidades de Conservação p. 436-445.

CREADO, Eliana Santos Junqueira. 2005. Congruências e divergências entre normas: contexto local e jurídico envolvendo um grupo de ex-moradores do Parna-Jaú (AM). Trabalho apresentado no GT 12- "Sociedad y naturaleza en el Cono Sur: teorías antropológicas, prácticas culturales y conflictos ambientales", realizado na VI Reunión de Antropologia del Mercosur: "Identidad, Fragmentación y Diversidad", realizada entre 16 a 18 de novembro, em Montevidéu, Uruguai.

CREADO, Eliana Santos Junqueira. 2006. *Contextos Múltiplos da Conservação da Biodiversidade.*Trabalho apresentado no III Encontro da ANPPAS, entre 23 e 26 de maio, Brasília.

CREADO, Eliana Santos Junqueira; MENDES, A. B. V. ,FERREIRA, L C. *"Entre 'tradicionais' e 'modernos': negociações de direitos em duas unidades de conservação da Amazônia brasileira".* Trabalho apresentado na 25ª reunião Brasileira de Antropologia, 2006, Goiânia (GO), Brasil.

CUNHA, L. H. 2002 . *Manejo comunitário de recursos naturais na amazônia: arranjos institucionais e mediação externa.* Tese de doutorado em desenvolvimento sustentável do trópico úmido. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará. PA.

CUNHA, M. C. 1999. "Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica". *Estudos Avançados.* 13(36).

CUNHA, M.C. 1987.*Antropologia do Brasil: Mito, História, Etnicidade.* São Paulo, 2ª edição. Editora Brasiliense.

CUNHA, M.C.; Almeida, M.W.B. 2000. "Indigenous people, tradicional people, and conservation in Amazon". *Daedalus,* Spring, v129 i2 p 315

DA MATTA, R. 1986. *O ofício do etnólogo ou como ter "antropological Blues".* IN: NUNES, E. (org) A aventura sociológica , paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro : Paz e Terra.

DEAN, W. 1990. *A luta pela borracha no Brasil,* São Paulo, Nobel.

DEAN, W. 1996 *A Ferro e Fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira.* São Paulo: Companhia das Letras, 484p.

DIEGUES, A. C. 2000. (org.) Etnoconservação: Novos Rumos para a proteção da natureza nos trópicos. 2ª edição, São Paulo: Annablume/Nupaub-usp/HUCITEC.

DIEGUES, A.C. & MOREIRA, A.C. 2001 (orgs.) 2001. *Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum.* Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP. São Paulo.

DIEGUES, A.C. S. 2001. "Repensando e Recriando as Formas de Apropriação Comum dos Espaços e Recursos Naturais. In: Diegues, A.C. & Moreira, A.C. 2001 (orgs.) 2001. *Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum.* Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP. São Paulo.

DIEGUES, A.C.S., 1996. *O Mito Moderno da Natureza Intocada: Populações Tradicionais em Unidades de Conservação.* ed. Hucitec, 2a edição, São Paulo.170pp.

DIXON & SHERMAN. 1990. *Economics of protected áreas.*East-West. Center Island Press. Washington.

DURHAM, E. 1978. "A Caminho da Cidade: A Vida Rural e a Migração para São Paulo. *São Paulo Perspectiva.* São Paulo.

DURHAM, E. 1984. "Movimentos sociais: a construção da cidadania". *Novos Estudos.* CEBRAP. Ática. no. 10. São Paulo.

DURIGAN, C.C. Biologia e extrativismo do cipó-titica *(Heteropsis spp. – Araceae)-Estudo para avaliação dos impactos da coleta sobre a vegetação de terra firme no Parque Nacional do Jaú.* Dissertação de mestrado. INPA/FUA, Manaus.

ECKERSLEY, R. 1992. *Environmentalim and political theory.* UCL Press. New York.

ESTERCI, N.; LIMA, D. e LÉNA, Ph. (eds.). 2002. Boletim Rede Amazônia: diversidade sociocultural e políticas ambientais. – Ano 1, n. 1 (2002) – Rio de Janeiro: [S.n.].

EVERS, T. 1984. "A face oculta dos novos movimentos sociais". *Novos Estudos.* CEBRAP. 2(4). São Paulo.

FEENY D. et Alii. 2001. *A tragédia dos comuns- vinte e dois anos depois.* In: Diegues, A C.& Moreira, André de C. (orgs) *Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum.* São Paulo:Núcleo de apoio à pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras, USP, 2001.

FERREIRA, L. C. & CAMPOS, S. V. 2000. "Conflitos Sociais Contemporâneos: A relação entre Ambientalistas Brasileiros, Governos e População Tradicional". Paper apresentado no *XX Congresso Internacional de Sociologia Rural*, ocorrido em julho, 2000, no Rio de Janeiro.

FERREIRA, L.C. 1993. *Os fantasmas do vale: a questão ambiental e a cidadania.* Editora da Unicamp. Campinas.

FERREIRA, L. C. 1997. *A Floresta Intransitiva: Conflitos e Negociações na Mata Atlântica.* São Paulo. Dissertação de Doutorado em Ciências Sociais. IFCH/UNICAMP. Campinas/ SP.

FERREIRA, L. C. 1999. *Debates socioambientais.* CEDEC. Ano 5, No. 13.

FERREIRA, L. C..1999. "Remanescentes de um pretérito mais que perfeito". *Debates sociambientais.* CEDEC. Ano 5, no.13. São Paulo.

FERREIRA, L. C. Dimensões Humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil". In: *Revista Ambiente & Sociedade,* vol.VII, No. 1, jan./jun 2004,:47-66.

FERREIRA, L.C., SIVIERO, S.O., CAMPOS, S.V., SILVEIRA, P. C. B., OLIVEIRA, V. G., MENDES, A. B. V. & PINTO, A. O. 2001. "Conflitos Sociais em Áreas Protegidas no

Brasil: Moradores, Instituições e ONGs no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP". In: *Idéias*: Revista do Institutode Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP, Campinas, ano 8 (2).

FERREIRA, L. C. ; CAMPOS, S.V. 2000. "Contemporary Social Conflicts: The Relationships Between Brasilian Environmentalists, Governements and Tradicional People" Trabalho apresentado no X world congress of rural sociology/ XXXVIII brasilian congress of rural economics and sociology. Rio de Janeiro, 31 de julho a 5 de agosto.

FERREIRA, L.C.; CAMPOS, S.V. ; CREADO,E.J.; MENDES, A.B.V. ; CAROPRESO, C. "Human dimensions of *in situ* conservation of biodiversity: uses and conflits in áreas of strict protection and sustainable use in the Brasilian Amazon. Trabalho apresentado no RC24 (Environment and Society) no ISA World Congress, realizado em Durban, África, julho de 2006.

FINGER. 1996. *Environmental NGOs in world politics.* Routledge. London

FRÉMONT, A. 1980. *A região, espaço vivido.* Livraria Almedina. Coimbra.

FUKS, M. 1997. *Arenas de ação e debater públicos: os conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro (1985 – 1992).* Tese de Doutorado. Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

FUNDAÇÃO VITORIA AMAZÔNICA - FVA. 1994. *Levantamento sócio-econômico do Parque Nacional do Jaú.* Manaus. FVA, mimeo.

FUNDAÇÃO VITORIA AMAZÔNICA – FVA. 1994 (versão acessada disponibilizada pela FVA, mimeo.)

FUNDAÇÃO VITORIA AMAZÔNICA – FVA/IBAMA. *Plano de manejo do Parque Nacional do Jaú.* Manaus:Fundação Vitória Amazônica/IBAMA, maio de 1998, 258p. (Versão 8).

FUNDAÇÃO VITORIA AMAZÔNICA-FVA FVA. 1998. *A Gênese de um Plano de Manejo: o caso do Parque Nacional do Jaú.*Manaus: FVA/Fundação Ford,1998.

GEERTZ, C. 1978. *A interpretação das Culturas.* Zahar ed.Rio de Janeiro.

GIDDENS, A. 1991. *As consequências da modernidade.* Ed. da Unesp. São Paulo.

GIDDENS, A. 1995. *A vida em uma sociedade pós industrial. Modernização reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna.* Fundação editora UNESP.

GIDDENS, A. 1997. A *vida em uma sociedade pós-tradicional.* In: Beck U.; Giddens A.; Lash S. Modernização Reflexiva – Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna, (Tradução de Magda Lopes). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, Biblioteca básica.

GLUCKMAN, M. 1958. "Análise situacional de uma situação social na Zululândia moderna". in: FELDMAN-BIANCO, *B., 1989. Antropologia das sociedades contemporâneas.* SP: Global Universitária,1989.

GOLDMAN, M. 2001. Inventando os Comuns: Teorias e Práticas do profissional. IN: Diegues, A C.& Moreira, André de C. (orgs) *Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum.* São Paulo:Núcleo de apoio à pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras, USP.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. 1994 - *Workshop sobre Populações e Parques.* Divisão de Reservas e Parques Estaduais do Instituto Florestal. São Paulo.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. 1998. "Proposta para discussão do Sistema Estadual de Unidades de Conservação. *Série Probio.* São Paulo.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Instituto de Pesquisa Tecnológica. 1992. *Unidades de conservação ambiental e áreas correlatas no Estado de São Paulo.* São Paulo.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO. 1997. *Plano de Ação Imediata Para o Vale do Ribeira.* Coordenadoria de Articulação e planejamento Regional (Documentos). São Paulo.

GOVERNO FEDERAL. 1988. Constituição da República Federativa do Brasil, Imprensa Oficial do Estado, S.A. IMESP. Brasília.

GROSS, D. 1992. *The past in ruins: tradition and the critique of modernity.* University of Massachusets Press. Massachusets.

GUIMARÃES, R. 1986. *Ecopolitics in the Third World: an institutional analysis of environmental management in Brazil.* Phd Thesis. University of Conecticut.

HABERMAS, J. 1981. "New Social movements". *Telos*. 49:33-7.

HAFFER, J. 1996. "Time's cycle and time's arrow in the history of Amazônia". In: Uma estratégia latino-americana para a Amazônia, vol. I (coord. Pavan, C.), Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. São Paulo, Memorial, UNESP Editora.

HANNINGAN, J. 1997. *Environmental Sociology. A Social Constructionist* 2a. ed. London, *New York: Routledge, 1997 apud* FERREIRA, L.C." Dimensões humanas da biodiversidad: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP. Brasil". IN: *Revista Ambiente & Sociedade*, vol. VII, No. 1, jan/jun. 2004, :47-66.

HARDIN, G. 1968. "The Tragedy of the Commons". In: *Science*, vol. 162, p. 1243-1248, 13 de dezembro de 1968.

HARDMAN, F. F. *A modernidade na selva,* São Paulo, Companhia das Letras ,1988.

HARTMANN, W. D. 2001. "Conflitos de Pesca em Águas Interiores da Amazônia e Tentativas para sua solução". In: Diegues, A.C. & Moreira, A.C. 2001 (orgs.) 2001. *Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum.* Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP. São Paulo

HEELAS, P., Lach, S., Morris, P. (org.). 1996. *Destraditionalization: critical reflections on authority and identity.* Blackwell. Oxford.

HOBSBAWM, E & Ranger, T.1997. *A invenção das Tradições.* Paz e Terra. (Coleção pensamento crítico, V.55). Rio de Janeiro.

HOGAN, D. & FREIRE, P. 1992 (orgs.) *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável.* Ed. Unicamp. Campinas.

HOGAN, D. J. "Mobility an Environment". In: HOGAN, D. J. (org.) *Population Change in Brazil: contemporary perspectives.* Campinas: UNICAMP/NEPO, agosto de 2001, pp. 213-223.

IBAMA. 1997 *Primeiro Congresso Latino-Americano de Parques Nacionais e Outras Áreas Protegidas: Relatório Nacional do Brasil* (2ª versão).Brasília: Ibama/Direc/Deuc.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. 1996. *Unidades de Conservação no Brasil: aspectos gerais, experiências inovadoras e a nova legislação* (SNUC).São Paulo.

JACOBI & D'AMATO. 1999. *A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea.* Ed. Vozes. São Paulo.

JACOBI, P. 1989. *Movimentos sociais e políticas públicas.* Cortez. São Paulo.

JESUS, E.L. de 1998. *Sociodiversidade no Jaú: a ética do com-viver.* Dissertação de mestrado em educação ambiental. – Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande do Sul, dez. de 1998.

LEFF, E. 1996. "Cultura Democrática, gestion Ambiental y desarrolo sustentable em América Latina*". in: Democracia e Ecologia: La política de la gestión ambiental.* Org. GUDYNAS, Vintén ed. Montevidéu, Uruguai 146 pp.

LÉNA, Philippe. "As políticas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia: problemas e contradições". In: ESTERCI, N. LÉNA, P. LIMA, D. (eds.) *Boletim rede Amazônia: diversidade sociocultural e políticas ambientais.* Rio de Janeiro: ano 1, 2002:9-21.

LEONARDI, V. P. B. 1999. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira.* Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília.

LIMA D. & POZZOBON, J. 2000. "Amazônia Socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social". Trabalho apresentado na XXII Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em Brasília em julho de 2003. Fórum de Pesquisa 3: "Conflitos Socioambientais e Unidades de Conservação"

MACCARTHY, J.D. & ZALD, M.N. 1977. "Resource mobilization and social movements: a partial theory". *American Journal of Sociology.* 82(6): 1212-1241.

MACCOMICK, J. 1992. *Rumo ao paraiso: a história do movimento ambientalista.* Ed. Relume-Dumará. Rio de Janeiro.

MACHADO, P., A., L. 1994. *Direito Ambiental Brasileiro.* Editora Revista dos Tribunais. São Paulo.

MALINOWSKI, B. 1970. *Crime and Custom in savage Society.* Routledge and Kegan Paul, London.

MALINOWSKI, B. 1997. *Um diário no sentido estrito do termo.* Rio de Janeiro: Record,1997.333p.

MARETTI, C.C.; RAIMUNDO, S et al. 1998. – "A participação em planos de gestão ambiental". *Anais: Oficina Sobre Gestão Participativa em Unidades de Conservação.* Fundação Biodiversitas. Belo Horizonte.

MCKEAN & Ostrom. 2001. *Regimes de Propriedade Comum em Florestas: Somente uma Relíquia do Passado?* In: Diegues, A C.& Moreira, André de C. (orgs) *Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum.* São Paulo: Núcleo de apoio à pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras, USP, São paulo.

MENDES, A B.V. ; CREADO, E.S.J.; CAMPOS, S.V. ; FERREIRA, L. C. "Processos Decisórios Envolvendo Populações que Residem no Parque Nacional do Jaú (AM) ". Trabalho apresentado no III encontro da Associação Nacional de Ambiente e Sociedade (ANPPAS), 23 a 26 de maio de 2006, Brasília,DF, Brasil.

MENESCAL, A.K. 1995. "História e Gênese das Organizações Não Governamenais" *in GONÇALVES, H. S. (org.). Organizações Não Governamentais: solução ou problema?.* Ed. Estação Liberdade. São Paulo.

MILTON, K. 1996. *Environmentalism and cultural theory: exploring the role of anthropology in environmental discurse.* Routledge. London and New York.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS. 1989. *Unidades de conservação no Brasil.* Brasília.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL. Câmara dos Deputados. Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias. 1994. "Workshop sobre políticas de unidades de conservação". *Série de Documentos.* Brasília.

MMA. Áreas Protegidas no Brasil. Disponível em www.mma.gov.br/port/sbf/dap/apconser.html.

MORAN, Emílio F. 1990. A ecologia humana das populações da Amazônia. Rio de Jeneiro .Petrópolis: Vozes.

MORAN, E., BRONDIZIO, E., MAUSEL, P. e WU, Y. 1994. "Integrating Amazoniam vegetation, land-use, and satellite data". *Bioscience* 44(5): 329-28.

MORCELLO, C. 2001, Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo Annablume: FAPESP.

MOREIRA, A.; A. RAMOS; (...) et ALI. 1996. "Presença Humana em Unidades de Conservação". *Anais do Seminário Internacional sobre Presença Humana em Unidades de Conservação.* Brasília, DF.

MOURA, M.M. 1987. *Os Herdeiros da Terra: Parentesco e herança numa área rural.* Ed. Hucitec, São Paulo, 100p

MOURA, M.M. 1988. *Os Deserdados da Terra: A lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais.* Bertrand Brasil. Coleção Corpo e Alma do Brasil. Rio de Janeiro.

OFFE, C. 1985. "New social movements: challenging the boundaires of institutional politics". *Social Research.* 52(4):817-68.

OLIVEIRA, Regina. (org) 1995. *Plano de ação emergencial do Parque Nacional do Jaú.* Brasília, DF: MMA/IBAMA.85p.

OLIVEIRA, R. & Rebêlo, J. et al. 2000 Os moradores do Parque Nacional do Jaú. Manaus: FVA.

OLSON, M. 1999. A lógica da ação coletiva. Ed. da USP. São Paulo.

OSTROM, E. 1990. *Governing the commons. Tthe evolution of institutions for collective action.* Cambridge University Press. Cambridge.

OSTROM, E., GARDNER, R., and WALKER, J. 1994. *Rules, games and comom-pool resources.* Michigan Press. Michigan.

PEZZUTI, J. C. et alii . 2004. "A caça e a pesca no Parque Nacional do Jaú". *In:* Borges, S.H. et al. 2004. *Janelas para a biodiversidade no parque nacional do Jaú.* Fundação Vitória Amazônica. Manaus.

PEZZUTI, J. C.B. 2003. *Ecologia e etnoecologia de Quelônios no Parque Nacional do Jaú, Amazonas, Brasil.* Tese de doutorado apresentada no instituto de Biologia. UNICAMP. Campinas, S.P.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÃO

PINHEIRO, M. R. 2003. *Dinâmica populacional e mapeamento participativo do uso dos recursos naturais por moradores do Parque Nacional do Jaú, AM.* Dissertação de mestrado. PROCAM/USP.

PORRO, A. 1993. *As crônicas do rio Amazonas: Notas etnográficas sobre as antigas populações indígenas da Amazônia,* Petrópolis, Vozes,1993.

PORRO, Antônio.1996. *O Povo das águas: Ensaio de etno-história amazônica,* Petrópolis,R.J. Vozes.

POSEY, D. A. .2001 *Interpretando e utilizando a "realidade" dos conceitos indígenas: o que é preciso aprender dos nativos?* Diegues, A C.& Moreira, André de C. (orgs) *Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum.* São Paulo: Núcleo de apoio à pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras, USP.

POSEY, D. A.. 1987. "Etnobiologia: Teoria e Prática", in: Berta Ribeiro (coord.) *Suma etnológica brasileira,* 2ª ed., vol 1 *Etnobiologia,* Petrópolis, Vozes.

PRIMACK, R. B. ; RODRIGUES, E. *Biologia da Conservação.* Londrina: Efraim Rodrigues, 2001. 328p.

QUEIROZ, R.C. 2000. "Multiculturalismo versus Multinaturalismo na Estação Ecológica da Juréia-Itatins". *Anais da XXII Reunião Brasileira de Antropologia.* Fórum de Pesquisa 3: Conflitos Socioambientais e Unidades de Conservação. Brasília/DF.

REBELO, G. H. *Os moradores do Parque Nacional do Jaú:* um parque por ele mesmo. (1ª. versão). Manaus: maio de 1993, mimeo.

REBÊLO, J. 2002. *Quelônios, Jacarés e ribeirinhos no parque Nacional do Jaú (AM).* Campinas, S.P. Tese de doutorado em ecologia, Instituto de Biologia, Unicamp.

REBÊLO,J.; OLIVEIRA, R. et al. 2000. Os moradores do Parque Nacional do Jaú/ Fundação Vitória Amazônica. Manaus: FVA.

REIS, M. J. 1998. *Espaços Vividos, Migração Compulsória, Identidade: Os Camponeses do Alto Uruguai e a Hidrelétrica de Itá.* Dissertação de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas.

RESENDE, R.U. 2000. *As regras do jogo: legislação florestal e desenvolvimento sustentável no Vale do Ribeira, SP.* Dissertação de Mestrado. PROCAM/USP. São Paulo.

RODRIGUES, E. & PRIMACK, R. B. Biologia da Conservação. Londrina, 2001.

RODRIGUES, I. A. 1995. *Áreas Naturais Sob Proteção. Estabelecimento e Avanço nas Medidas de Conservação Ambiental. Um Estudo no Vale do Ribeira- São Paulo.* Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas.

SAGAN, C. 1996. *O Mundo Assombrado pelos Demônios: A ciência vista como uma vela no escuro.* Tradução de Rosaura Eichemberg- Companhia das Letras. São Paulo.

SANCHES, R. A. 1997. *Caiçaras e a estação ecológica de Juréia – Itatins (Litoral Sul –SP): uma abordagem etnográfica e ecológica para o estudo da relação homem- ambiente.* Dissertação de mestrado, do Instituto Biociências da Universidade de São Paulo. São Paulo.

SANCHES, R. A. 1998. *Relatório preliminar de uso de recursos.* SMA/IF. São Paulo. Mimeo.

SANTILLI, Juliana. Socioambientalismo e Novos Direitos: Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: ISA, Peirópolis, 2005.

SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P.J. 1987. "O caráter dos novos movimentos sociais". *In: SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P.J. 1987. Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul.* Brasiliense. São Paulo.

SCHMINK, M.; WOOD, C. 1992. *Consted Frontiers In Amazonia.* New York: Columbia University Press.

SIGAUD, L. 1979. *Os Clandestinos e os Direitos: Estudo Sobre Trabalhadores da Cana-de-Açúcar de Pernambuco.* Duas Cidades. Coleção História e Sociedade. São Paulo.

SILVA, G. 1994. *A legislação e sua correlação com o planejamento de Unidades de Conservação da natureza.*

SILVEIRA, Pedro C. B. "Povo da terra e terras do parque: da tradição à ação" Apresentado na XXII Reunião brasileira de Antropologia, fórum de pesquisa 3 : Conflitos Socioambientais e Unidades de Conservação, Brasília, jul. de 2000.

SIQUEIRA, A. D. & MENDONÇA, A.L.F. 1991. *Cadastro geral dos ocupantes –EEJI Trabalho de identificação das comunidades tradicionais e outras, em atendimento ao disposto no decreto no 32412 – 1/10/90.* São Paulo.

STRAUSS, C. L. 1996. *Tristes Trópicos.* Tradução Rosa Freire d'Aguiar. Companhia das Letras. São Paulo.

TAILLE. M. 1969. *Relatório de Plano para desenvolvimento da Pecuária no Vale do Ribeira e Litoral Sul, São Paulo.* Secretaria dos Serviços e Obras Públicas do Estado de São Paulo/USP.

TELLES, V.S. 1987. "Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70" *in SCHERER-WARREN, I. & KRISCHKE, P.J. 1987. Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul.* Brasiliense. São Paulo.

TOURAINE, A. 1981. *The voice and the eye: an analysis of social movements.* Cambridge University Press. Cambridge.

TOURAINE, A. 1985. "An introdution to the study of social movements". *Social Research.* 52(4):749-87.

TOURAINE, A. 1989 "Novos Conflitos Sociais: Para evitar mal-entendidos" *Lua Nova.* n°.17. Cedec. São Paulo.

TOURAINE, A. 1989. *Palavra e sangue.* Ed. Unicamp. Campinas.

TUAN, Y.F. 1983. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. Ed. Difel, São Paulo.

TURNER, Vitor. 1980. La Selva de Los Símbolos. Aspectos Del ritual Ndembu. Siglo XXI de España Editores, S.A. España.

VELSEN, J. V. 1967. "The extended-case method and situational analysis". In: Epstein, A. L. (ed.). The craft of social anthopology. London, New York, Sydney, Toronto, Wellington: Tavistock Publications, 1967: 129-149.

VIANNA, L. Pinsard. 1996. Considerações críticas sobre a construção da idéia de 'população tradicional' no contexto das unidades de conservação. Dissertação de mestrado em antropologia social, FFLCH (USP). São Paulo.

VINCENT, J. 1977. "A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passado e presente". *In: Feldman-Bianco,B. 1989. Antropologia das Sociedades Contemporâneas –métodos.* Ed. Global universitária. São Paulo.

WEBER, M. 1991. "Os tipos de Dominação", *Cap. III de economia e sociedade.* vol. 1, brasília, Editora UNB. Brasília.

WEINSTEIN,B. *A Borracha na Amazônia: Expansão e decadência* (1850-1920), São Paulo, Hucitec, 1993.

WOORTMANN, E.F. 1983. O sítio camponês. *In: Anuário Antropológico por Roberto Cardoso de Oliveira e outros*. Fortaleza, Ed. Universidade Federal do Ceará. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro. p 164-203.

WWF-BRASIL & PROVARZEA/IBAMA. 2003 Acordos de Pesca: A comunidade é quem faz. Ed. WWF-Brasil/ProVárzea. Brasília.

ZARIN, Daniel J. ; ALAVALAPATI, Janaki R.R.; PUTZS Francis E. & SCHMINK, Marianne. (orgs.) São Paulo: Peirópolis/IIEB, 2003. As Florestas Produtivas nos Neotrópicos. Conservação por meio do Manejo Sustentável?

ZHOURI, A 2000. "Entre Árvores e gente: As dimensões social e ambiental na perspectiva dos "campaigners" britânicos pela floresta Amazônica". *Anais XXII Reunião Brasileira de Antropologia*. Fórum de Pesquisa 3: "Conflitos Socioambientais e Unidades de Conservação. Brasília.

DOCUMENTOS OFICIAIS

ATA DA 2ª. REUNIÃO para a resolução dos Conflitos no Rio Unini, realizada no dia 19/02/2004, no Gerex I do IBAMA Manaus/AM. Redigida por Marcos Roberto Pinheiro, da Fundação Vitória Amazônica.

ATA DA 3ª. REUNIÃO para a resolução de conflitos no rio Unini, realizada no dia 23/03/2004, no auditório dasede do IBAMA, em MANAUS/AM. Redigida por Maria Jasylene Pena de Abreu, da Fundação Vitória Amazônica.

ATA DA 4ª. REUNIÃO do Acordo de pesca do rio Unini, realizada em 15/04/2004, na sede do IPAAM, na cidade de Manaus. Redigida por Marcos Roberto Pinheiro, da Fundação Vitória Amazônica.

ATA DA 5ª. REUNIÃO do Acordo de pesca do rio Unini e Assembléia de fechamento do acordo de pesca, realizada em 22/05/2004 na sede social da comunidade de Viusta Alegre, no rio Unini.

BRASIL. *Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000.* Regulamenta o art. 225, parágrafo 1º, incisos I,II,III,IV, da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

BRASIL. *Decreto nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002.* Regulamenta artigos da Lei nº9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. *Decreto nº22.304 de 20 de novembro de 2001.* Proíbe a pesca comercial na Bacia do Rio Negro, no trecho que especifica e dá outras providências.